

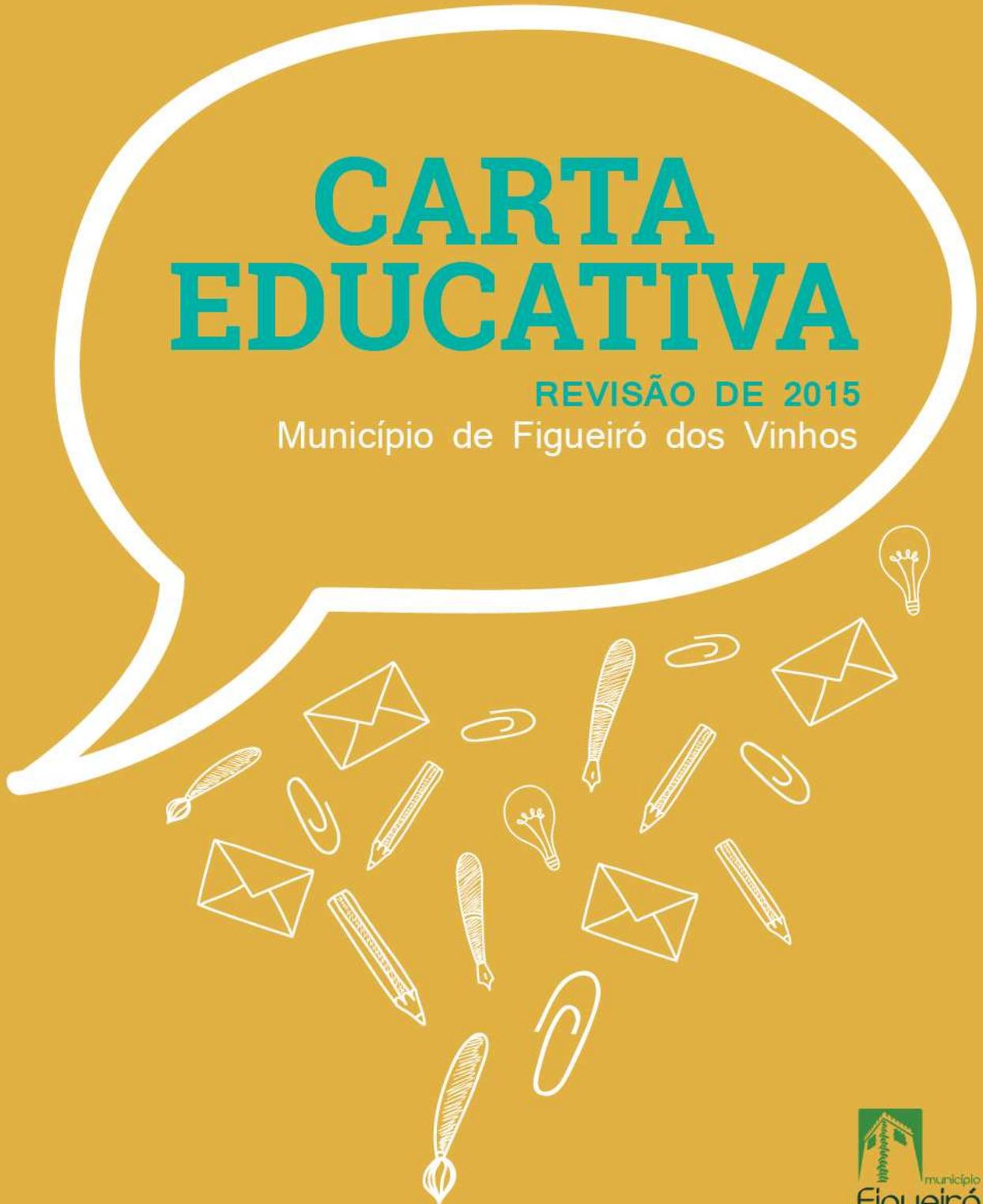
JUNHO  
2015



# CARTA EDUCATIVA

REVISÃO DE 2015

Município de Figueiró dos Vinhos





# Índice Geral

FICHA TÉCNICA.....	1
CAPÍTULO I.....	2
PRINCÍPIOS ORIENTADORES/.....	2
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	2
<b>1.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....</b>	<b>3</b>
<b>1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO.....</b>	<b>5</b>
CAPÍTULO II.....	9
ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E GEOGRÁFICO.....	9
<b>2.1 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>10</b>
CAPÍTULO III.....	12
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA.....	12
<b>3.1 ANÁLISE DEMOGRÁFICA.....</b>	<b>13</b>
3.1.1 Enquadramento regional.....	13
3.1.2 População residente e estrutura etária.....	16
a) População residente.....	16
b) População por Sexo e Faixa etária.....	16
3.1.3 Envelhecimento da população.....	20
a) Taxas natalidade e mortalidade.....	20
b) Índice de envelhecimento.....	21
c) Índice de dependência de idosos, jovens e total.....	23
3.1.4 Tipologia das áreas urbanas.....	26
<b>3.2 ATIVIDADES ECONÓMICAS.....</b>	<b>29</b>
3.2.1 Setores de atividade.....	29
3.2.2 Estrutura de emprego no concelho.....	31
3.2.3 A procura de Emprego.....	34
3.2.4 Qualificação dos recursos humanos.....	35
<b>3.3 REDE VIÁRIA, ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE.....</b>	<b>39</b>
3.3.1 Rede Viária.....	39
3.3.2 Mobilidade e movimentos intra-concelhios.....	41
a) Movimentos intra-concelhios.....	41
CAPÍTULO IV.....	44
CARATERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO.....	44
<b>4.1 ENQUADRAMENTO/DISPARIDADES CONCELHIAS.....</b>	<b>45</b>
4.1.1 Taxa Bruta de Pré-escolarização.....	46

4.1.2	Taxas Brutas de Escolarização – Ensino Básico e Secundário .....	47
4.1.3	Taxas de Transição/Conclusão .....	48
4.1.4	Abandono Escolar .....	51
4.1.5	Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico .....	53
4.1.6	Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário .....	54
<b>4.2</b>	<b>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS .....</b>	<b>56</b>
4.2.1	Agrupamentos de Escolas constituídos .....	56
4.2.2	Escolas não agrupadas .....	57
<b>4.3</b>	<b>OFERTA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO.....</b>	<b>58</b>
4.3.1	Caracterização do parque escolar/formativo e oferta formativa.....	58
a)	Educação Pré-Escolar .....	59
b)	Ensino Básico .....	60
b1)	1º CEB.....	61
b2)	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico .....	61
c)	Ensino Secundário .....	62
e)	Ensino Profissional.....	65
f)	Ensino Superior.....	69
4.3.2	População Docente .....	69
a)	Evolução do número de docentes, por nível de instrução que leciona .....	69
b)	Evolução do número de não docentes e outros profissionais .....	70
<b>4.4</b>	<b>CARATERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS .....</b>	<b>71</b>
4.4.1	Infraestruturas existentes .....	71
a)	Pré-escolar .....	71
b)	1.º e 2.º CEB .....	72
c)	Escola Secundária com 3º Ciclo de Figueiró dos Vinhos .....	73
4.4.2	Taxa de ocupação/ saturação dos espaços.....	74
4.4.3	Estado de conservação/adequação dos equipamentos.....	75
4.4.4	Segurança dos espaços.....	77
4.4.5	Equipamentos existentes .....	80
4.4.6	Regime de funcionamento .....	82
4.4.7	Componente de Apoio à Família – CAF.....	83
4.4.8	Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC.....	83
4.4.9	Outros Apoios.....	85
<b>4.5</b>	<b>PROCURA DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>86</b>
4.5.1	Evolução do número de alunos no concelho .....	86
4.5.2	Educação Pré-Escolar.....	88
4.5.3	Ensino Básico.....	89
4.5.4	Ensino Secundário .....	92
4.5.5	Ensino Profissional.....	93
4.5.6	Ensino Recorrente / RVCC .....	94
4.5.7	Educação Especial - Alunos com Necessidades Educativas Especiais - NEE.....	95
4.5.8	Modernização Tecnológica .....	98

<b>4.6 AÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>99</b>
4.6.1 Refeições .....	99
4.6.2 Transportes escolares.....	100
<b>CAPÍTULO V.....</b>	<b>106</b>
<b>PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO.....</b>	<b>106</b>
<b>5.1 PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO MUNICIPAL .....</b>	<b>107</b>
<b>5.2 PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR.....</b>	<b>114</b>
<b>CAPÍTULO VI.....</b>	<b>120</b>
<b>SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO .....</b>	<b>120</b>
<b>6.1 ANÁLISE SWOT - POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>121</b>
<b>6.2 REDE EDUCATIVA .....</b>	<b>124</b>
a) Educação Pré-escolar.....	124
b) 1º Ciclo do Ensino Básico .....	125
c) 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico .....	125
d) Ensino Secundário/Ensino Especial .....	125
<b>6.3 ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA.....</b>	<b>126</b>
6.3.1 Análise quantitativa .....	126
a) Oferta pública e privada.....	126
b) Procura existente e potencial.....	128
6.3.2 Análise qualitativa .....	129
a) Estado de conservação/adequação dos edifícios escolares .....	129
b) Segurança dos edifícios escolares .....	129
<b>CAPÍTULO VII.....</b>	<b>130</b>
<b>PROPOSTAS DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA .....</b>	<b>130</b>
<b>7.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....</b>	<b>131</b>
<b>7.2 CRITÉRIOS PARA O REORDENAMENTO DA REDE.....</b>	<b>133</b>
7.2.1 Condições de acesso dos alunos à escola .....	134
7.2.2 Rede de transportes (adequação dos circuitos e horários) .....	134
7.2.3 Análise da proximidade de outros equipamentos coletivos (gimnodesportivos, piscinas, jardins, bibliotecas, etc.).....	134
7.2.4 Integração da escola na comunidade e intercâmbio no uso dos equipamentos coletivos.....	134
7.2.5 Integração urbanística e arquitetónica das escolas .....	134
7.2.6 Ausência de aspetos ambientais negativos.....	135
7.2.7 Integração dos estabelecimentos de ensino em Territórios Educativos.....	135
<b>7.3 ENTIDADES RESPONSÁVEIS.....</b>	<b>136</b>
<b>7.4 MEDIDAS DE INTERVENÇÃO/ PROPOSTAS.....</b>	<b>137</b>
7.4.1 Implementação da configuração curto/médio prazo (Fase I) .....	138
a) Educação Pré-Escolar .....	138
b) 1º Ciclo do Ensino Básico .....	141

c) Ensino Básico 2.º e 3.º Ciclos .....	143
d) Ensino Secundário .....	143
7.4.2 Implementação da configuração longo prazo (Fase II) .....	143
a) Educação Pré-Escolar .....	144
b) 1º Ciclo do Ensino Básico .....	144
c) Ensino Básico – 2.º e 3.º ciclos .....	144
d) Ensino Secundário .....	145
<b>7.5 NOVOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS.....</b>	<b>146</b>
<b>7.6 CRONOGRAMA.....</b>	<b>147</b>
<u>CAPÍTULO VIII .....</u>	<u>148</u>
<u>PLANO FINANCEIRO E PRIORIZAÇÃO .....</u>	<u>148</u>
<b>8.1 PLANO FINANCEIRO .....</b>	<b>149</b>
8.1.1 Priorização .....	152
<u>CAPÍTULO IX .....</u>	<u>153</u>
<u>PLANO DE MONITORIZAÇÃO .....</u>	<u>153</u>
<b>9.1 MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO.....</b>	<b>154</b>
9.1.1 Processo de monitorização .....	154
a) Recursos .....	155
b) Dispositivo .....	155
c) Componentes .....	155
d) Instrumentos .....	157
e) Responsabilidades .....	157
f) Dispositivos de alerta .....	157
<u>BIBLIOGRAFIA.....</u>	<u>158</u>
<u>WEBGRAFIA.....</u>	<u>161</u>

## Índice de Tabelas

TABELA N.º 1 - RITMO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO 1960-2011.....	13
TABELA N.º 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1991/2001/2011, VARIAÇÃO 2001-2011, E DENSIDADE POPULACIONAL - 2011 .....	14
TABELA N.º 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA 1991, 2001 E 2011 .....	16
TABELA N.º 4 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA – 1991-2011.....	17
TABELA N.º 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, POR FREGUESIA – 2011 .....	18
TABELA N.º 6 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2011 POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS.....	18
TABELA N.º 7 - INDICADORES DA NATALIDADE E MORTALIDADE - 2013 .....	21
TABELA N.º 8 - TIPOLOGIA DAS ÁREAS URBANAS – FIGUEIRÓ DOS VINHOS .....	28
TABELA N.º 9 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE 2001-2011 .....	29
TABELA N.º 10 - TAXA DE ATIVIDADE E DE DESEMPREGO POR FREGUESIA 2001-2011 .....	33
TABELA N.º 11 - DESEMPREGADOS POR CONDIÇÃO PERANTE A PROCURA DE EMPREGO 2011 .....	35
TABELA N.º 12 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO, POR FAIXA ETÁRIA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2001-2011 .....	45
TABELA N.º 13 - EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO 2004-2013 .....	46
TABELA N.º 14 - EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO BÁSICO 2004-2013.....	47
TABELA N.º 15 - EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA ESCOLARIZAÇÃO ENSINO SECUNDÁRIO 2004-2013 .....	48
TABELA N.º 16 – EVOLUÇÃO DA TAXA TRANSIÇÃO ENSINO BÁSICO (TOTAL) 2004-2013 .....	48
TABELA N.º 17 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO 1º CICLO 2004-2013.....	49
TABELA N.º 18 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO 2º CICLO 2004-2013.....	49
TABELA N.º 19 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO 3º CICLO 2004-2013.....	50
TABELA N.º 20 – EVOLUÇÃO DA TAXA CONCLUSÃO ENSINO SECUNDÁRIO 2004-2013 .....	50
TABELA N.º 21 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA DO ENSINO BÁSICO 2004-2013 .....	53
TABELA N.º 22 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA DO ENSINO SECUNDÁRIO 2004-2013 .....	54
TABELA N.º 23 - CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2014/2015).....	56
TABELA N.º 24 - CARATERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2014/2015) .....	57
TABELA N.º 25 - EB ENCERRADAS NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS DESDE 2006 .....	61
TABELA N.º 26 - OFERTA FORMATIVA EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS E CONCELHOS LÍMITROFES DE CURSOS DO ENSINO SECUNDÁRIO 2014/2015.....	64
TABELA N.º 27 – OFERTA FORMATIVA EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS E NOS CONCELHOS LÍMITROFES, (CURSOS PROFISSIONAIS, CEF, EFA E APRENDIZAGEM), 2014/2015.....	67
TABELA N.º 28 - N.º DE SALAS NA EB JOSÉ MALHOA, 2015 .....	73
TABELA N.º 29 - N.º DE SALAS DA ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3º CICLO .....	73
TABELA N.º 30 - TAXA DE OCUPAÇÃO/SATURAÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR – 2014/2015.....	74
TABELA N.º 31 - TAXA DE OCUPAÇÃO/SATURAÇÃO DO 1º CEB – 2014/2015.....	75
TABELA N.º 32 - TAXA DE OCUPAÇÃO/SATURAÇÃO DO 2º E 3º CEB E SECUNDÁRIO – 2014/2015.....	75
TABELA N.º 33 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO/ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR - 2015.....	76
TABELA N.º 34 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO/ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTO DO ENSINO BÁSICO - 2015.....	77
TABELA N.º 35 - CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE PRÓXIMO (+- 200 M) – ENSINO PRÉ-ESCOLAR .....	78
TABELA N.º 36 - CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE PRÓXIMO (+- 200 M) – 1º CEB.....	79
TABELA N.º 37 - SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES DO PRÉ-ESCOLAR .....	79
TABELA N.º 38 - SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES DO 1º CEB .....	80
TABELA N.º 39 - EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO PRÉ-ESCOLAR.....	80
TABELA N.º 40 - EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO 1º CEB.....	81
TABELA N.º 41 - EVOLUÇÃO DO N.º CRIANÇAS EM JARDIM-DE-INFÂNCIA (PÚBLICO E PRIVADO) IDADE E ANO LETIVO 2004-2015.....	89
TABELA N.º 42 - EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS DO ENSINO BÁSICO (ESCOLA, NÍVEL ENSINO E ANO LETIVO) 2004-2015 .....	90

TABELA N.º 43 - EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS NO 2º E 3º CEB - 2004/2005 A 2014/2015 .....	92
TABELA N.º 44 - EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS NO ENSINO SECUNDÁRIO .....	93
TABELA N.º 45 - EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS INSERIDOS EM CURSOS TECNOLÓGICOS, PROFISSIONAIS E EFA.....	93
TABELA N.º 46 – EVOLUÇÃO DO N.º ALUNOS INSERIDOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO FORMAÇÃO E VOCACIONAIS 2004-2015 .....	94
TABELA N.º 47 – EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS EM ENS. RECORRENTE E PROCESSOS DE RVCC 2004-2013 .....	95
TABELA N.º 48 – EVOLUÇÃO DO RÁCIO ALUNO/COMPUTADOR, COM E SEM INTERNET, POR ANO LETIVO .....	98
TABELA N.º 49 – EVOLUÇÃO DO N.º ALUNOS SUBSIDIADOS (% DO TOTAL) - 2009-2015 .....	99
TABELA N.º 50 – PERCURSOS DOS TRANSPORTES ESCOLARES (HORÁRIO, CIRCUITO, N.º ALUNOS POR NÍVEL ENSINO E MONTANTE AFETO EM €) 2014/2015.....	103
TABELA N.º 51 – CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E HIPÓTESES DE EVOLUÇÃO.....	109
TABELA N.º 52 - CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E HIPÓTESES DE EVOLUÇÃO AFERIDOS ÀS TAXAS DE FECUNDIDADE, MORTALIDADE E MIGRATÓRIA .....	110
TABELA N.º 53 – EVOLUÇÃO DA TAXA MIGRATÓRIA NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2001-2013.....	110
TABELA N.º 54 - EXEMPLO DE CÁLCULO DA TAXA DE FECUNDIDADE POR FAIXA ETÁRIA PARA O CENÁRIO CENTRAL (C1) .....	110
TABELA N.º 55 - PROJEÇÃO POPULACIONAL POR GRUPO ETÁRIO PARA O CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS PARA 2021, POR CENÁRIOS .....	112
TABELA N.º 56 - TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO PARA O ENSINO PÚBLICO SEGUNDO O ANO DE ESCOLARIDADE – FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2011/2012.....	115
TABELA N.º 57 – TAXA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO POR ANO LETIVO 2010-2013 .....	115
TABELA N.º 58 – PROJEÇÃO DO N.º DE ALUNOS POR FREGUESIA ANO LETIVO 2015/2016 A 2021-2022 .....	118
TABELA N.º 59 – ANÁLISE SWOT .....	122
TABELA N.º 60 – TEMPO MÁXIMO DE DESLOCAÇÃO POR NÍVEL DE ENSINO .....	134
TABELA N.º 61 - DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: JARDIM-DE-INFÂNCIA.....	135
TABELA N.º 62 - DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: ESCOLA BÁSICA 1º CICLO .....	135
TABELA N.º 63 - DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: ESCOLA BÁSICA DO 2º E 3º CICLO .....	135
TABELA N.º 64 - DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: ESCOLA SECUNDÁRIA .....	136
TABELA N.º 65 – DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTERVÊM NA REALIZAÇÃO DE JARDINS-DE-INFÂNCIA .....	136
TABELA N.º 66 – DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTERVÊM NA REALIZAÇÃO DE ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO .....	137
TABELA N.º 67 – DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTERVÊM NA REALIZAÇÃO DE ESCOLAS DO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO .....	137
TABELA N.º 68 - DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTERVÊM NA REALIZAÇÃO DE ESCOLAS DO ENSINO SECUNDÁRIO .....	137
TABELA N.º 69 – JARDINS-DE-INFÂNCIA EM FUNCIONAMENTO .....	139
TABELA N.º 70 - CRONOGRAMA .....	147
TABELA N.º 71 - OBRA: ESCOLA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDIM-DE-INFÂNCIA DE ALMOFALA DE BAIXO .....	149
TABELA N.º 72 - OBRA: JARDIM-DE-INFÂNCIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS.....	150
TABELA N.º 73 - OBRA: ESCOLA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE AREGA .....	151
TABELA N.º 74 - OBRA: EB JOSÉ MALHOA – FIGUEIRÓ DOS VINHOS .....	152
TABELA N.º 75 – PRIORIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES .....	152

## Índice de Gráficos e Mapas

<b>MAPA N.º 1 – ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS .....</b>	<b>10</b>
GRÁFICO N.º 1 - TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE 2001-2011 .....	14
GRÁFICO N.º 2 - EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL 1991-2001-2011 .....	15
GRÁFICO N.º 3 - EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA - 1991-2001-2011 .....	16
GRÁFICO N.º 4 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS – 2001/2011 .....	19
GRÁFICO N.º 5 - PIRÂMIDE ETÁRIA DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 1991-2001-2011 .....	19
GRÁFICO N.º 6 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE NATALIDADE E MORTALIDADE NO CONCELHO 2001-2013 .....	21
GRÁFICO N.º 7 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E TAXA DE VARIAÇÃO 2001-2011 .....	22
GRÁFICO N.º 8 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR FREGUESIA 2001-2011 .....	23
GRÁFICO N.º 9 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS 2001-2011 .....	24
GRÁFICO N.º 10 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS POR FREGUESIA 2001-2011 .....	24
GRÁFICO N.º 11 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS 2001-2011 .....	25
GRÁFICO N.º 12 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS POR FREGUESIA 2001-2011 .....	25
GRÁFICO N.º 13 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL 2001-2011 .....	26
GRÁFICO N.º 14 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2001-2011 .....	30
GRÁFICO N.º 15 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR GRUPOS DE PROFISSÕES (%) 2011 .....	31
GRÁFICO N.º 16 - TAXA DE DESEMPREGO E ATIVIDADE 2001-2011 .....	32
GRÁFICO N.º 17 - POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR PRINCIPAL MEIO DE VIDA (% DO TOTAL) 2011 .....	33
GRÁFICO N.º 18 - POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR PRINCIPAL MEIO DE VIDA POR FREGUESIA (% DO TOTAL) 2011 .....	34
GRÁFICO N.º 19 - POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR SEXO 2011 .....	34
GRÁFICO N.º 20 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE ANALFABETISMO 1991, 2001 E 2011 .....	36
GRÁFICO N.º 21 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE ANALFABETISMO, POR FREGUESIA 1991, 2001 E 2011 .....	36
GRÁFICO N.º 22 - POPULAÇÃO RESIDENTE ANALFABETA COM 10 OU + ANOS, POR SEXO 2011 .....	37
GRÁFICO N.º 23 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO (%) 2011 .....	38
GRÁFICO N.º 24 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO POR FREGUESIA (%) 2011 .....	38
<b>MAPA N.º 2 – REDE VIÁRIA DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS .....</b>	<b>39</b>
GRÁFICO N.º 25 - MOVIMENTOS PENDULARES – POPULAÇÃO QUE ENTRA E SAI DO CONCELHO 2001-2011 .....	41
GRÁFICO N.º 26 - PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO QUE TRABALHA OU ESTUDA NOUTRO MUNICÍPIO (CONCELHO E FREGUESIAS) 2011 .....	42
GRÁFICO N.º 27 - MEIO DE TRANSPORTE MAIS UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES (%) CONCELHO E FREGUESIAS 2011 .....	43
GRÁFICO N.º 28 - DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES EM MINUTOS (CONCELHO E FREGUESIAS) 1991-2001-2011 .....	43
GRÁFICO N.º 29 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM O ENSINO SUPERIOR COMPLETO 1991-2001-2011 .....	51
GRÁFICO N.º 30 – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR POR LOCAL DE RESIDÊNCIA 1991-2001-2011 .....	52
GRÁFICO N.º 31 – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR POR FREGUESIA 1991-2001-2011 .....	52
<b>MAPA N.º 3 - LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DO CONCELHO (2015) .....</b>	<b>59</b>
GRÁFICO N.º 32 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL DOCENTE 2004/2005 A 2014/2015 .....	69
GRÁFICO N.º 33 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL NÃO DOCENTE (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO) 2004/2005 A 2014/2015 .....	71
GRÁFICO N.º 34 - N.º DE SALAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - 2015 .....	72
GRÁFICO N.º 35 - N.º DE SALAS DE AULA DO 1º CEB - 2015 .....	72
GRÁFICO N.º 36 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE ALUNOS NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2004-2015) .....	86
GRÁFICO N.º 37 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS POR CICLO DE ENSINO EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2004-2015) .....	87
GRÁFICO N.º 38 - N.º DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS - NEE .....	96
<b>MAPA N.º 4 – CIRCUITOS DOS TRANSPORTES ESCOLARES 2014/2015 .....</b>	<b>101</b>

---

GRÁFICO N.º 39 - PIRÂMIDE ETÁRIA PORTUGAL 2012-2035 E 2012-2060.....	109
GRÁFICO N.º 40 – PIRÂMIDE ETÁRIA DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2011-2021.....	113
GRÁFICO N.º 41 – EVOLUÇÃO DOS NADOS-VIVOS NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2001-2013.....	114
GRÁFICO N.º 42 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR DO CONCELHO POR CICLO DE ENSINO.....	116
GRÁFICO N.º 43 – EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS POR NÍVEL DE ENSINO 2014-2022.....	117

---

# FICHA TÉCNICA

---

## Coordenação

---

Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes

## Equipa Técnica

---

Maria de Fátima dos Santos Carnoto

Maria Paula Barata Simões Arinto

António Manuel Mendes Lopes

## Consultor(es) Externo(s)/ Colaboradores

---

Catarina Filipa Carnoto Mendes

## Colaboração

---

Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos

Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos

# **CAPÍTULO I**

## **PRINCÍPIOS ORIENTADORES/ OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

---

## I. I. PRINCÍPIOS ORIENTADORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

---

O artigo 10º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, define:

“A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”.

Na perspetiva da administração educativa, mais concretamente do *Gabinete de Informação de Avaliação do Sistema Educativo (GIASE)* criado pela lei orgânica do Ministério da Educação – Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de outubro, artº 19º - a Carta Educativa é fundamentalmente um instrumento de planeamento. É uma metodologia de intervenção no planeamento e ordenamento da rede educativa, inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial. Mas como refere Édio Martins (2005: 149), também é um documento técnico-político e um poderoso instrumento de acesso a recursos financeiros. Serve de suporte à decisão política, orientando a expansão do sistema educativo de um determinado território, em função do seu desenvolvimento económico e sociocultural, orientado as decisões relativamente ao investimento em novos empreendimentos ou no encerramento de escolas e às opções pela reconversão e adaptação do parque escolar.

No artigo 11º do mesmo decreto apresentam-se os objetivos da Carta Educativa, designadamente: adequar a rede de estabelecimentos à procura efetiva das ofertas educativas disponíveis; valorizar o papel das comunidades educativas e os projetos educativos das escolas; promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas e garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

Como esclarece o artigo 19º, a elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação sendo submetida à aprovação da Assembleia Municipal. O documento integra o Plano Diretor Municipal respetivo, estando, nestes termos, sujeita a ratificação governamental, mediante parecer prévio vinculativo do Ministério da Educação, que se prevê venha a prestar apoio técnico necessário e a suportar os custos em partes iguais com as Câmaras Municipais.

O decreto prevê ainda que o documento seja obrigatoriamente reavaliado de cinco em cinco anos estando sujeito a monitorização, processo que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção e identificar eventuais desvios face ao inicialmente previsto.

Em Dezembro de 2004, o Ministério da Educação celebrou um protocolo com a Associação Nacional de Municípios, no âmbito do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, com vista à elaboração das Cartas Educativas, procurando, por essa via, intensificar e agilizar o processo dessa elaboração (ANMP, 2004). O referido protocolo estabeleceu os termos da requalificação do primeiro ciclo e aprofundou a descentralização administrativa ao nível da educação. De acordo com este protocolo, a Carta Educativa seguirá o modelo padrão aprovado e será elaborada por um grupo de trabalho composto por um representante da Câmara Municipal, um representante da Direção Regional de Educação, atual DGEstE.

### **“CAPÍTULO III**

#### **Carta educativa**

##### **Artigo 10.º**

##### **Conceito**

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

##### **Artigo 11.º**

##### **Objetivos**

1 - A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar.

2 - A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respetivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas.

3 - A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

4 - A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5 - A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

##### **Artigo 12.º**

##### **Objeto**

1 - A carta educativa tem por objeto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescolar.

2 - A carta educativa inclui uma identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas referidas no número anterior, bem como uma análise da integração dos mesmos a nível municipal, de acordo com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar.

3 - A carta educativa incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária.

4 - A carta educativa deve incidir, igualmente, sobre a concretização da ação social escolar no município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades.

5 - A carta educativa deve prever os termos da contratualização entre os municípios e o Ministério da Educação, ou outras entidades, relativamente à prossecução pelo município de competências na área das atividades complementares de ação educativa e do desenvolvimento do desporto escolar, de acordo com tipologias contratuais e custos padronizados, a fixar em protocolo a celebrar entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses”.

Fonte: Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro

## I.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

---

O enquadramento legislativo que aqui se apresenta não é mais do que a compilação da legislação de referência na área da educação e intervenção autárquica nesse setor.

### **DECRETO-LEI N.º 299/84, DE 5 DE SETEMBRO**

Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares.

### **LEI N.º 46/86, DE 14 DE OUTUBRO – LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO**

Estabelece o quadro geral do sistema educativo, nomeadamente a sua organização, administração, desenvolvimento e avaliação bem como os apoios e complementos educativos.

### **DESPACHO CONJUNTO N.º 28/SERE/SEAM/88**

Define os princípios gerais da planificação da Rede Escolar.

### **DECRETO-LEI N.º 108/88, DE 31 DE MARÇO**

As escolas particulares e cooperativas passam a fazer parte integrante da rede escolar, para efeitos do ordenamento desta.

### **LEI 5/97, DE 10 DE FEVEREIRO**

Consagra, na sequência dos princípios definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo, o ordenamento jurídico da educação pré-escolar.

### **LEI N.º 115/97, DE 19 DE SETEMBRO**

Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).

### **DECRETO-LEI N.º 147/97, DE 11 DE JUNHO**

Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar, pública e privada, e define o respetivo sistema de organização e financiamento.

### **DESPACHO CONJUNTO N.º 258/97, DE 21 DE AGOSTO**

Define os critérios aplicáveis à caracterização do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

### **DESPACHO CONJUNTO N.º 291/97, DE 4 DE SETEMBRO**

Define o regime de atribuição de financiamento para instalação de estabelecimentos de educação pré-escolar.

### **DECRETO-LEI N.º 89-A/98, DE 7 DE ABRIL**

Visa criar, no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar, uma linha de crédito bonificado e estabelecer a bonificação de juros que constituirá encargo do Estado.

### **DECRETO-LEI N.º 314/97, DE 15 DE NOVEMBRO**

Estabelece a denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos não superiores. Introduce alterações ao Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, o qual aprovou as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos não superiores, integrando na referida denominação a referência à modalidade de educação ou de ensino neles ministrado, de acordo com a tipologia dos estabelecimentos, conforme a Lei de Bases do Sistema Educativo.

---

**DESPACHO CONJUNTO N.º 128/97, DE 9 DE JUNHO**

Determina que as escolas em articulação com o Ministério da Educação e as Autarquias assegurem, no âmbito do apoio socioeducativo às famílias as condições para que as crianças e os jovens realizem percursos escolares bem-sucedidos.

**DESPACHO CONJUNTO N.º 105/97, DE 1 DE JULHO**

Estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo com base na articulação dos recursos e das atividades de apoio especializado existente nas escolas, no quadro do desenvolvimento dos projetos educativos.

**LEI N.º 159/99, DE 14 DE SETEMBRO**

Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

**DECRETO-LEI N.º 380/99, DE 22 DE SETEMBRO**

Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

**DECRETO REGULAMENTAR N.º 12/2000, DE 29 DE AGOSTO**

O regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, instituído pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, caracteriza-se pela definição de um quadro matricial comum para o universo das escolas daqueles níveis de educação e de ensino, o que pressupõe uma lógica de flexibilidade, de modo a permitir não só a sua adaptação às realidades da escola e do meio como a criação de mecanismos aptos a servir unidades de gestão viáveis, orgânica e pedagogicamente sustentáveis, com vista à realização de um serviço público de educação de qualidade.

**DECRETO-LEI N.º 7/2003 DE 15 DE JANEIRO**

Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo competências para as autarquias locais. Cabe aos Conselhos Municipais o acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa.

**DESPACHO N.º 2225 I/2005, DE 25 DE OUTUBRO**

Aprova o programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º Ciclo do ensino básico e o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo ME.

**LEI N.º 13/2006, DE 17 DE ABRIL**

Define o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos de e para os estabelecimentos de educação e ensino, creches, jardins-de-infância e outras instalações ou espaços em que decorram atividades educativas ou formativas, designadamente os transportes para locais destinados à prática de atividades desportivas ou culturais, visitas de estudo e outras deslocações organizadas para ocupação de tempos livres.

**LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO**

Lei das Finanças Locais

**DECRETO-LEI N.º 3/2008 DE 7 DE JANEIRO**

Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo.

**DESPACHO N.º 13096/2008, DE 9 DE MAIO**

Promove a expansão da Educação Pré-Escolar e o correspondente alargamento da rede nacional, visando superar situações irregulares.

**DESPACHO N.º 14460/2008 DE 26 DE MAIO**

Define as normas a observar no período de funcionamento dos respetivos estabelecimentos bem como na oferta das atividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família. Aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e o 1º Ciclo do ensino básico.

**DECRETO-LEI N.º 144/2008 DE 28 DE JULHO**

Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o regime previsto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

**DECRETO-LEI N.º 75/2008, DE 22 DE ABRIL**

Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

**LEI N.º 85/2009, DE 27 AGOSTO**

Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 44/2010, DE 14 JUNHO**

Define os critérios de reordenamento da rede escolar.

**DESPACHO N.º 5106-A/2012, DE 12 DE ABRIL**

Define um conjunto de normas relacionadas com as matrículas, distribuição dos alunos por escolas e Agrupamentos, regime de funcionamento das escolas e constituição das turmas.

**DECRETO-LEI N.º 137/2012, DE 2 DE JUNHO.**

Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

**DECRETO-LEI N.º 176/2012, DR 149, SÉRIE I, DE 2 DE AGOSTO**

Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares.

**PORTARIA 292-A/2012 DE 26 DE SETEMBRO**

Cria, no âmbito da oferta formativa de cursos vocacionais no ensino básico, uma experiência-piloto de oferta destes cursos, no ano letivo de 2012 -2013 e regulamenta os termos e as condições para o seu funcionamento.

**DESPACHO N.º 4653/2013, DE 3 DE MARÇO**

Determina o alargamento da experiência piloto dos cursos vocacionais.

---

**DESPACHO N.º 9265-B/2013, DE 28 DE JUNHO**

Define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcionem a educação pré-escolar e o 1º Ciclo do ensino básico, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).

**DESPACHO N.º 9265-B/2013, DE 15 DE JULHO**

Define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcionem a educação pré-escolar e o 1º Ciclo do ensino básico, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).

**LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO**

Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

**DESPACHO N.º 11306-D/2014, DE 8 DE SETEMBRO**

Define as medidas de apoio social escolar a aplicar no ano escolar 2014-2015.

## **CAPÍTULO II**

# **ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E GEOGRÁFICO**

---

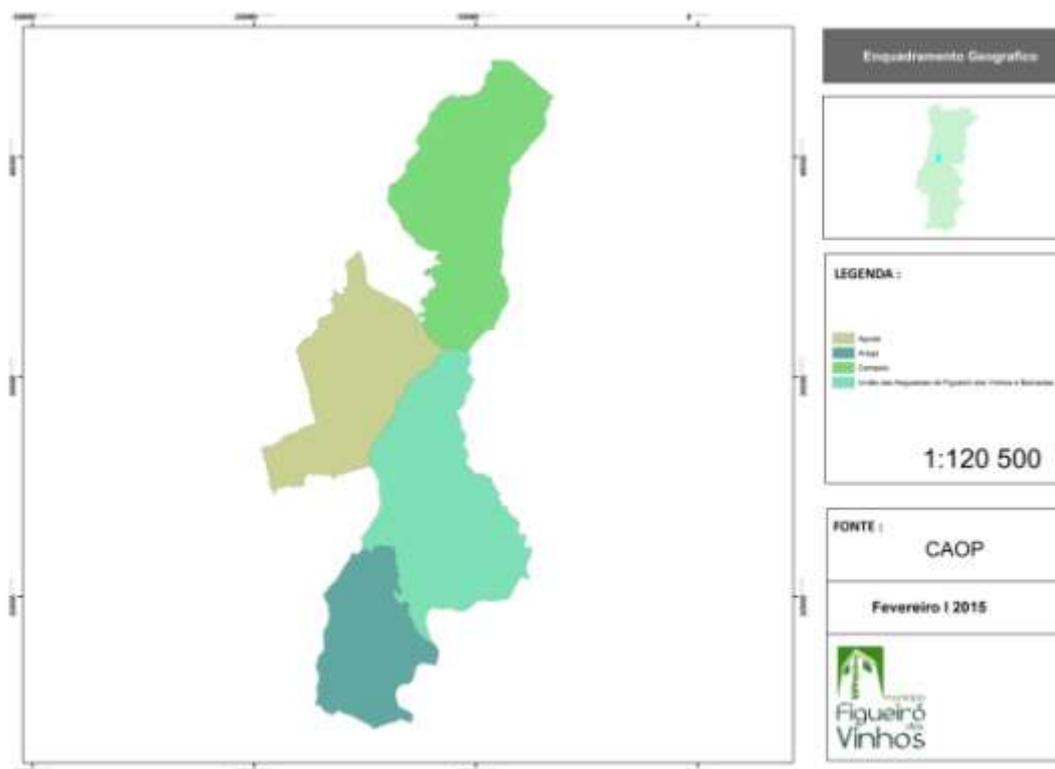
## 2.1 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

Localizado a Norte do Distrito de Leiria, do qual faz parte, o Concelho de Figueiró dos Vinhos, situa-se geograficamente no centro do país (na Beira Litoral), inserindo-se na sub-região do Pinhal Interior Norte (NUT III).

Nos termos da Lei n.º 75/2013<sup>1</sup>, de 12 de setembro, o Concelho de Figueiró dos Vinhos, passou a integrar a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria – CIM-RL, da qual fazem parte mais 9 concelhos da região<sup>2</sup>.

O Concelho de Figueiró dos Vinhos, anteriormente constituído por cinco freguesias, Aguda, Arega, Bairradas, Campelo e Figueiró dos Vinhos, foi recentemente abrangido pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, da reorganização administrativa do território das freguesias e assistiu à agregação/união das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas. Com uma área geográfica de cerca de 173,44 km<sup>2</sup>, o concelho possui atualmente um efetivo populacional de 6169 habitantes<sup>3</sup>, menos 16,1% que na década anterior.

**MAPA N.º 1 – ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS**



É limitado a Norte pelos concelhos de Miranda do Corvo e Lousã, a Sul com Ferreira do Zêzere e Sertã, a Este por Castanheira de Pera e Pedrógão Grande e a Oeste por Alvaiázere, Ansião e Penela.

<sup>1</sup> Que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

<sup>2</sup> A CIMRL é composta pelos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós.

<sup>3</sup> INE – Censos 2011.

Relativamente às acessibilidades, fator essencial ao desenvolvimento, beneficia de uma localização privilegiada no contexto regional, fruto das boas acessibilidades externas que o servem (IC8 e A13) permitindo a rápida ligação à A1 (Autoestrada do Norte) e à A23 (Autoestrada da Beira Interior), bem como à Linha Ferroviária do Norte em Pombal, e a Centros Urbanos como Coimbra, Tomar, Leiria e Castelo Branco. Pode afirmar-se que esta melhoria progressiva em termos de acessibilidades, proporcionou uma quebra significativa do isolamento geográfico de outros tempos.

O Concelho de Figueiró dos Vinhos encontra-se incluído na bacia hidrográfica do Rio Zêzere, sendo atravessado quase totalmente no sentido Norte/Sul pela Ribeira de Alge, afluente do Rio Zêzere e principal curso de água do concelho.

A sua orografia acidentada, onde prevalecem montanhas com declives profundos e uma densa rede hidrográfica, favorecem a predominância da atividade florestal e agrícola, sendo esta última mais incipiente devido ao carácter acidentado do solo. A altitude máxima do concelho situa-se nos 1.006m e a mínima dos 125m.

Relativamente ao clima, o concelho é caracterizado pelas temperaturas amenas que se fazem sentir ao longo de todo o ano. Assume como valores médios anuais de temperatura 15°C, com mínimos de 9,6 °C e máximos 16°C<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Anuário Estatístico de 2013, INE.

## CAPÍTULO III

# CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

---

### 3.1 ANÁLISE DEMOGRÁFICA

O objetivo da divulgação e produção de informação estatística relativa à demografia, é o de permitir traçar uma linha evolutiva que, para além de traduzir o grau de crescimento demográfico do concelho de Figueiró dos Vinhos, permita aferir o peso que a população exerce sobre o meio físico onde se insere e sobre as estruturas/infraestruturas que servem essa mesma população. A demografia possibilita, assim, a caracterização, projeção e sistematização da distribuição da população.

O que se pretende, no presente capítulo, é uma caracterização da evolução demográfica no concelho de Figueiró dos Vinhos, realizada com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), mais precisamente dos Recenseamentos Gerais da População de 2001 e 2011<sup>5</sup>, das Estimativas da População, bem como das Estatísticas Demográficas.

Os parâmetros utilizados foram: população residente, natalidade e mortalidade, estrutura etária, índices de dependência total, de envelhecimento e de juventude, densidade populacional, nível de instrução e grau de escolaridade.

#### 3.1.1 Enquadramento regional

O enquadramento demográfico do concelho de Figueiró dos Vinhos foi realizado com base nos dados estatísticos da população residente das sub-regiões estatísticas nas quais se insere, ou seja, NUT I Continente, NUT II Centro e NUT III Pinhal Interior Norte e, comparativamente, com os concelhos limítrofes do norte do Distrito de Leiria (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande).

Fazendo uma retrospectiva desde a década de sessenta até aos nossos dias, verificamos um decréscimo da população bastante acentuado entre as décadas de 60/70<sup>6</sup>, fator este explicado pela forte emigração para França, Alemanha e outros países da Europa, bem como pelo êxodo rural para as grandes cidades do país. Este fenómeno, podemos dizer que foi transversal a um grande número de concelhos do interior do país, fruto da procura de melhores condições de vida.

Relativamente à evolução da população entre 1960 e 2011, verificamos nos períodos intercensitários apresentados, um decréscimo constante da população, sendo que, em seis décadas, o concelho perdeu cerca de 46,6% da sua população, não tendo havido nos anos intermédios sinais evidentes de crescimento.

TABELA N.º 1 - RITMO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO 1960-2011

Freguesias	1960	1970	1981	1991	2001	2011	% pop. Perdida 1960/2011
Figueiró dos Vinhos	5781	4764	4726	3799	3835	3428	-40,7
Bairradas	0	0	0	760	610	487	-35,9
Aguda	2272	1653	1940	1698	1394	1106	-51,3
Arega	2013	1762	1440	1290	1154	870	-56,8
Campelo	1479	966	648	465	359	278	-81,2
<b>Total Concelho</b>	<b>11545</b>	<b>9145</b>	<b>8754</b>	<b>8012</b>	<b>7352</b>	<b>6169</b>	<b>-46,6</b>
<b>População perdida</b>		-2400	-391	-742	-660	-1183	

Fonte: INE, Censos da População (vários anos).

<sup>5</sup> Serão ainda utilizadas referências aos Censos de 1991 e outras séries temporais, a título comparativo.

<sup>6</sup> Durante este período o Concelho perdeu 2400 habitantes, uma diminuição da população equivalente a 20,8%.

Da análise do ritmo de crescimento da população por freguesia, verifica-se que o decréscimo da população é superior a 50% nas freguesias de Aguda e Arega e superior a 80% na freguesia de Campelo. As freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, apesar de terem registado também uma significativa perda de população, registaram valores inferiores a 50% nestas seis décadas. A freguesia de Figueiró dos Vinhos, sede de concelho, perdeu 40,7% da população e a freguesia de Bairradas, foi a que menos população perdeu, 35,9%, fruto da sua instituição administrativa mais recente<sup>7</sup>.

Analisando os dados mais recentes do último Recenseamento Geral da População, assistiu-se no período intercensitário 2001-2011, a uma perda populacional generalizada no concelho em estudo e área envolvente. Os valores mostram que a única exceção a este comportamento se verificou na NUT I (Portugal Continental) uma vez que registou um valor positivo de 1,8% neste período. Em Figueiró dos Vinhos a perda de residentes ronda os -16%, valor consideravelmente elevado tendo em conta a média nacional e os -0,8% e -5,1% assinalados na NUT II e NUT III, respetivamente.

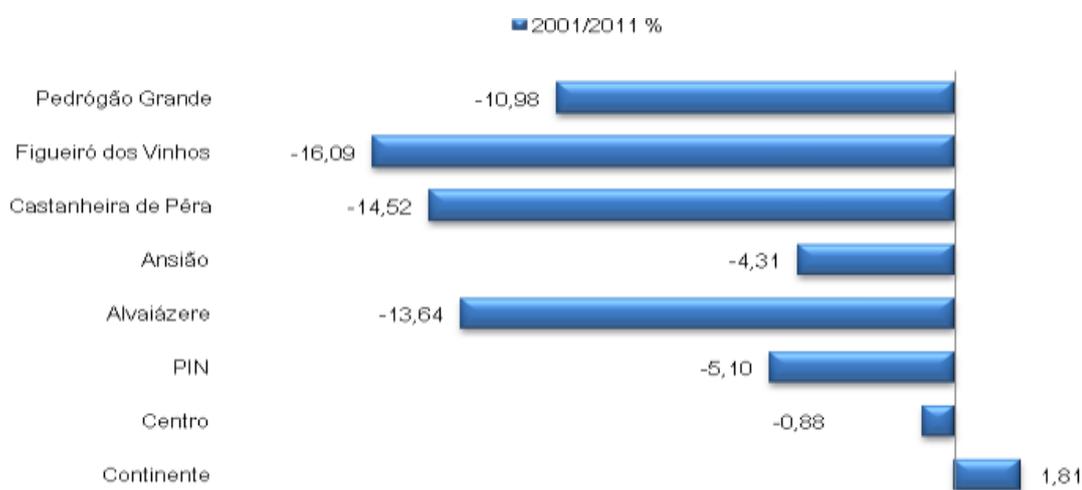
**TABELA N.º 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1991/2001/2011, VARIAÇÃO 2001-2011, E DENSIDADE POPULACIONAL - 2011**

Unidade Geográfica	População residente			Variação 2001-2011 (%)	Densidade populacional 2011 (hab./km <sup>2</sup> )
	1991	2001	2011		
NUT I – Continente	9 375 926	9 869 343	1 004 7621	1,8	112,8
NUT II – Centro	2 258 768	2 348 397	2 327 755	-0,8	82,6
NUT III – Pinhal Interior Norte	139 413	138 535	13 1468	-5,1	50,3
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>8 012</b>	<b>7 352</b>	<b>6 169</b>	<b>-16,1</b>	<b>35,6</b>

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991, 2001 e 2011 INE, Portugal

Contudo, se compararmos as Taxas de Variação da População Residente em Figueiró dos Vinhos e nos concelhos vizinhos, facilmente constatamos que todos eles registaram valores igualmente negativos, alguns próximos do registado em Figueiró dos Vinhos (que registou a perda mais elevada). Apenas Ansião atingiu uma taxa de variação inferior à registada na NUT III, mas também ela superior à da NUT I e II (no valor de -4,31%).

**GRÁFICO N.º 1 - TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE 2001-2011**



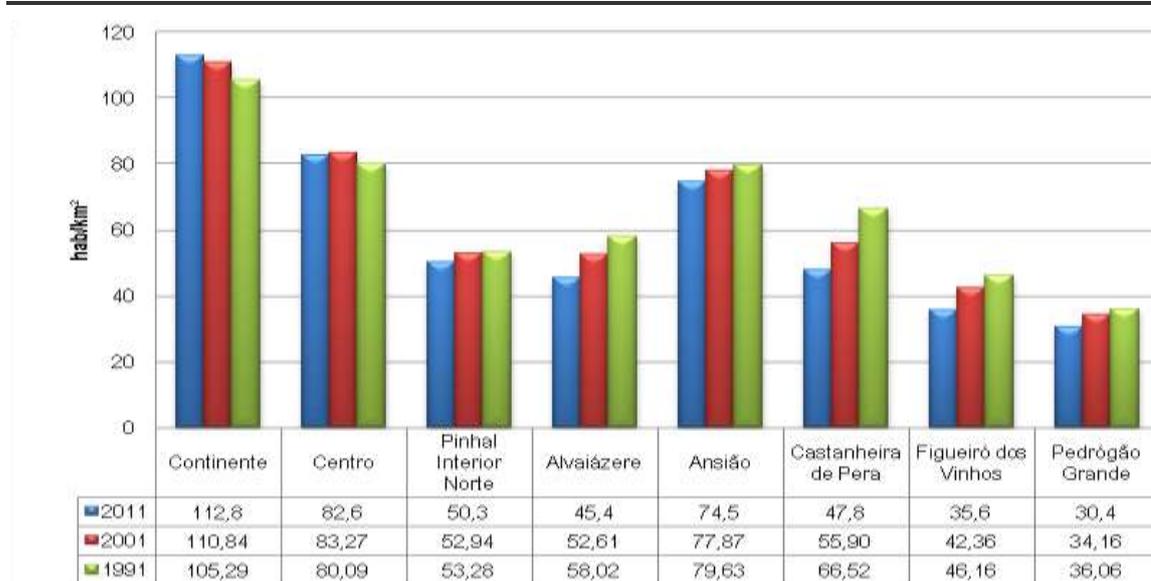
Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

<sup>7</sup> A freguesia de Bairradas foi instituída administrativamente em 1985.

A diminuição da população, pode ser também facilmente aferida através da evolução da densidade populacional nos últimos anos. A densidade populacional exprime a intensidade da população através da relação entre “o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território”<sup>8</sup>, e é expressa em habitantes por quilómetro quadrado (hab/km<sup>2</sup>).

Em termos de enquadramento territorial o comportamento não difere muito do atrás retratado uma vez que Portugal Continental continua a ser a única unidade geográfica a registar um aumento relativamente às décadas anteriores e o concelho volta a mostrar valores bastante inferiores aos das regiões nas quais se enquadra. Em 2011 Figueiró dos Vinhos apresentava 35,6 hab/km<sup>2</sup>, valor muito inferior à média nacional e regional (de 112,8 e 82,6 hab/km<sup>2</sup>, respetivamente).

**GRÁFICO N.º 2 - EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL 1991-2001-2011**



Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE, Portugal

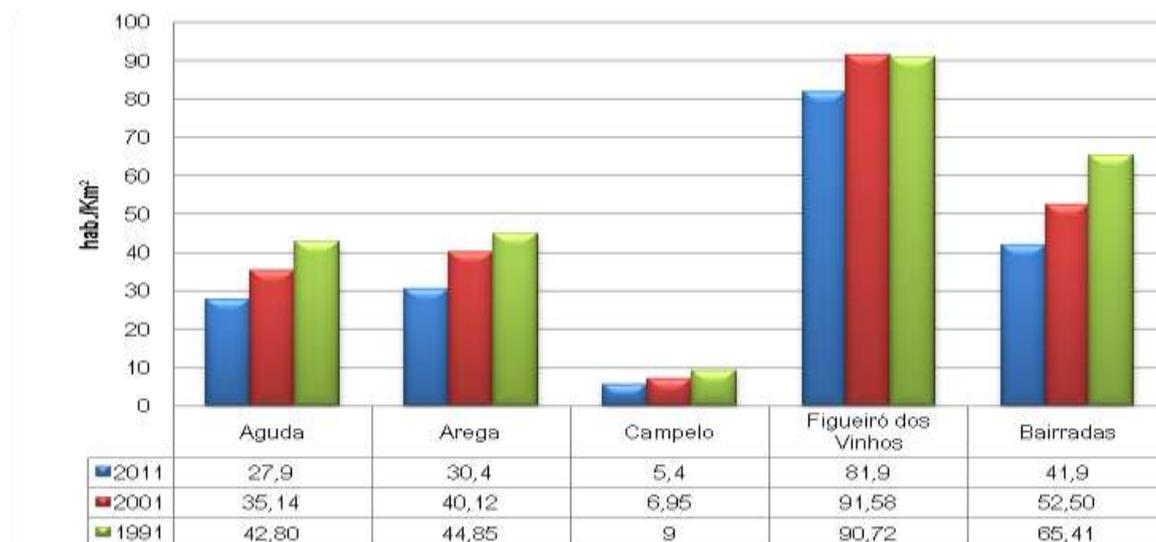
Ao compararmos a evolução da densidade populacional nas últimas décadas, observa-se uma tendência de crescimento, ainda que com pouca expressão na NUT I e II. Na NUT III, pelo seu caráter de interioridade, verifica-se já uma inversão desta tendência, ainda que também ligeira, porém, em 2011 apresenta valores abaixo de metade dos registados a nível nacional (50,3 hab/km<sup>2</sup>).

A tendência para a diminuição da densidade populacional assume valores mais significativos quando efetuada a nível concelhio, neste caso, nos concelhos do norte do distrito de Leiria, nos quais houve uma perda gradual da população nestas três décadas, com especial destaque para os concelhos de Castanheira de Pera, Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos.

Fazendo referência à densidade populacional verificada no concelho de Figueiró dos Vinhos entre 1991/2011, podemos observar no gráfico seguinte, a diminuição gradual da densidade populacional nos três períodos intercensitários, fruto da diminuição da população anteriormente mencionada. Destacamos a disparidade dos valores apresentados nas freguesias de Campelo e Figueiró dos Vinhos onde a densidade populacional se situa, em 2011, nos 5,4 hab./Km<sup>2</sup> e 81,9 hab./km<sup>2</sup>, respetivamente.

<sup>8</sup> INE, Portugal.

**GRÁFICO N.º 3 - EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA - 1991-2001-2011**



Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE, Portugal

### 3.1.2 População residente e estrutura etária

#### a) População residente

Em 2011, residiam 6 169 indivíduos no concelho de Figueiró dos Vinhos, menos 1 183 que na década anterior.

A tabela seguinte apresenta o parâmetro em análise por freguesia. Apenas na sede concelhia se assistiu a um aumento de residentes ainda que pouco acentuado entre 1991 e 2001, porém, em 2011, esta freguesia volta a perder efetivos (407 indivíduos). Em 2011, de uma forma geral todas as freguesias perdem população relativamente à década anterior. Campelo foi a freguesia que menor número de efetivos populacionais perdeu (- 81 indivíduos), seguido de Bairradas (- 123), Arega (-284) e Aguda (-288 residentes).

**TABELA N.º 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA 1991, 2001 E 2011**

Freguesias	1991	2001	2011
	N.º	N.º	N.º
Aguda	1698	1394	1106
Arega	1290	1154	870
Campelo	465	359	278
Figueiró dos Vinhos	3799	3835	3428
Bairradas	760	610	487

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE, Portugal

#### b) População por Sexo e Faixa etária

Fazendo referência à evolução da população do concelho por sexo no período intercensitário 1991/2011, verificamos uma ligeira vantagem de elementos do sexo feminino observável em todos os censos, sendo que, no ano de 2011, a percentagem de mulheres era de 53,1% contra 46,9% de homens. O decréscimo da população por sexo, foi mais ou menos proporcional no período intercensitário apresentado.

**TABELA N.º 4 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA - 1991-2011**

ANOS	1991		2001		2011	
	N	%	N	%	N	%
<b>Pop. resid. total</b>	<b>8012</b>	<b>100</b>	<b>7352</b>	<b>100</b>	<b>6169</b>	<b>100</b>
Homens	3835	47,9	3489	47,5	2892	46,9
Mulheres	4177	52,1	3863	52,5	3277	53,1
<b>0-14 Total</b>	<b>1360</b>	<b>17,0</b>	<b>992</b>	<b>13,5</b>	<b>657</b>	<b>10,7</b>
0-14 H	707	8,8	491	6,7	344	5,6
0-14 M	653	8,2	501	6,8	313	5,1
<b>15-24 Total</b>	<b>1037</b>	<b>12,9</b>	<b>895</b>	<b>12,2</b>	<b>592</b>	<b>9,6</b>
15-24 H	538	6,7	463	6,3	296	4,8
15-24 M	499	6,2	432	5,9	296	4,8
<b>25-64 Total</b>	<b>3882</b>	<b>48,5</b>	<b>3592</b>	<b>48,9</b>	<b>3095</b>	<b>50,2</b>
25-64 H	1846	23,0	1755	23,9	1507	24,4
25-64 M	2036	25,4	1837	25,0	1588	25,7
<b>65 + anos Total</b>	<b>1733</b>	<b>21,6</b>	<b>1873</b>	<b>25,5</b>	<b>1825</b>	<b>29,6</b>
65 e mais H	744	9,3	780	10,6	745	12,1
65 e mais M	989	12,3	1093	14,9	1080	17,5

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE, Portugal

Relativamente à distribuição da população do concelho por faixa etária, verifica-se uma diminuição significativa da população dos 0-14 anos relativamente ao ano de 1991, representando esta, em 2011, um peso de apenas 10,7% da população total. A representatividade de sexos é bastante aproximada (5,6% H, 5,1% M).

A mesma tendência se verifica na faixa etária dos 15-24 anos, apesar da perda de população ter sido ligeiramente menor (3,4%). A representatividade entre sexos é idêntica.

Ao avançarmos na faixa etária, verificamos uma alteração da tendência até aqui demonstrada. Se antes a diminuição do efetivo populacional, representava também uma diminuição destes em termos percentuais, fruto da diminuição da taxa de natalidade nos anos anteriores, quando se analisa a faixa etária dos 25-64 anos e dos 65 e mais anos, verificamos um efetivo decréscimo da população mas também um conseqüente aumento percentual relativamente ao verificado nos Censos de 1991, o que mais uma vez evidencia o envelhecimento da população. Este fato é ainda mais significativo na faixa etária dos 65 e mais anos, cujo aumento percentual se centrou nos 8% no período intercensitário apresentado, representando, em 2011, 29,6% da população total. Verifica-se ainda uma esperança média de vida mais elevada nas mulheres.

Diminuindo a escala de análise para a dimensão de freguesia do concelho de Figueiró dos Vinhos, verificamos que a percentagem de efetivos é, em todas, inferior aos 11% nas faixas etárias dos 0-14 e dos 15-24 anos. A freguesia de Campelo apresenta-se como a mais envelhecida (44% idosos) e com menos crianças e jovens (8%).

**TABELA N.º 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, POR FREGUESIA – 2011**

Freguesia	Total	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>Aguda</b>	1106	116	10	106	10	558	50	326	29
<b>Arega</b>	870	85	10	97	11	413	47	275	32
<b>Campelo</b>	278	23	8	23	8	111	40	121	44
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	3428	390	11	324	9	1762	51	952	28
<b>Bairradas</b>	487	43	9	42	9	251	52	151	31

Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

Em termos do enquadramento geográfico podemos verificar na tabela seguinte que, em todas as unidades territoriais representadas, a faixa etária com maior peso percentual face ao total de residentes em 2011, é a que corresponde à população com idades compreendidas entre os 25 a 64 anos (população em idade ativa) que varia sempre entre os 46,4% (percentagem mais baixa registada em Pedrógão Grande) e os 55,2% (percentagem mais elevada registada na NUT I – Portugal Continental). Por outro lado, a faixa etária dos 15 a 24 anos é a que menor peso exerce no total dos residentes em 2011, em todas as unidades geográficas (varia entre os 9,1% e os 10,7% registados a nível nacional).

A faixa etária dos 0-14 anos, assume também uma percentagem bastante reduzida no total da população, fruto da diminuição generalizada da taxa de natalidade. O concelho de Figueiró dos Vinhos regista uma das menores percentagens de população nesta faixa etária (10,7%), abaixo da média nacional e regional no mesmo ano.

De uma forma geral, a distribuição da população por grupo etário não difere muito nos concelhos em análise, mantendo percentagens bastante aproximadas em todos eles. Nas faixas etárias mais baixas (0-14, 15-24 e dos 25-64) a percentagem de efetivos aumenta quando alargamos a escala de análise, as percentagens de população nestes grupos etários é superior nas NUT I, II e III, relativamente à registada nos concelhos. Esta tendência altera-se na população com 65 e mais anos, onde, na NUT I, II e III, as percentagens de idosos são inferiores às registadas nos concelhos em análise.

**TABELA N.º 6 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2011 POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS**

Unidade Geográfica	Total	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>Continente</b>	10047621	1484120	14,8	1079493	10,7	5546220	55,2	1937788	19,3
<b>Centro</b>	2327755	319258	13,7	239248	10,3	1247499	53,6	521750	22,4
<b>Pinhal Interior Norte</b>	131468	16897	12,9	12972	9,9	67229	51,1	34370	26,1
<b>Alvaiázere</b>	7287	787	10,8	708	9,7	3401	46,7	2391	32,8
<b>Ansião</b>	13128	1683	12,8	1289	9,8	6632	50,5	3524	26,8
<b>Castanheira de Pera</b>	3191	338	10,6	293	9,2	1560	48,9	1000	31,3
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>6169</b>	<b>657</b>	<b>10,7</b>	<b>592</b>	<b>9,6</b>	<b>3095</b>	<b>50,2</b>	<b>1825</b>	<b>29,6</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	3915	434	11,1	355	9,1	1815	46,4	1311	33,5

Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

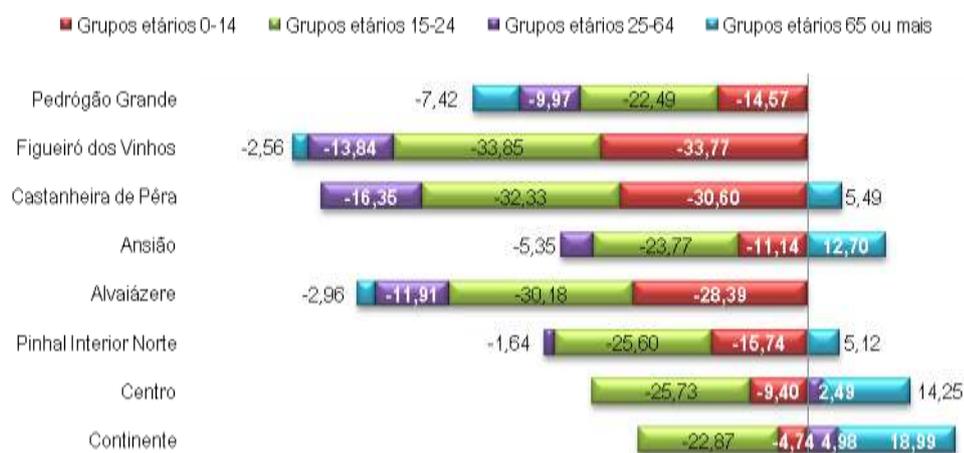
No gráfico seguinte encontra-se representada a variação percentual destes mesmos valores no momento censitário em estudo.

Da sua análise conclui-se que, a uma escala mais abrangente que inclui a NUT I - Continente, NUT II – Centro e NUT III – Pinhal Interior Norte, as duas faixas etárias de população mais jovem registam variações populacionais negativas e nas de população mais idosa o comportamento é o inverso, à exceção da NUT III, cuja faixa etária dos 25-64 anos,

apresenta também uma variação negativa. Em Figueiró dos Vinhos o comportamento é um pouco diferente, já que em todas as faixas etárias, a variação assume valores negativos, com especial destaque para a faixa etária dos 0-14 anos, cuja variação atingiu o valor mais elevado (-33,7%), valor bastante superior à média nacional e regional.

Relativamente aos outros concelhos em análise, o cenário é idêntico, exceto em Ansião e Castanheira de Pera, que veem a população idosa aumentar no período em análise. Os concelhos de Ansião e Pedrógão Grande foram ainda os que menos população perderam na faixa etária dos 0-14 anos.

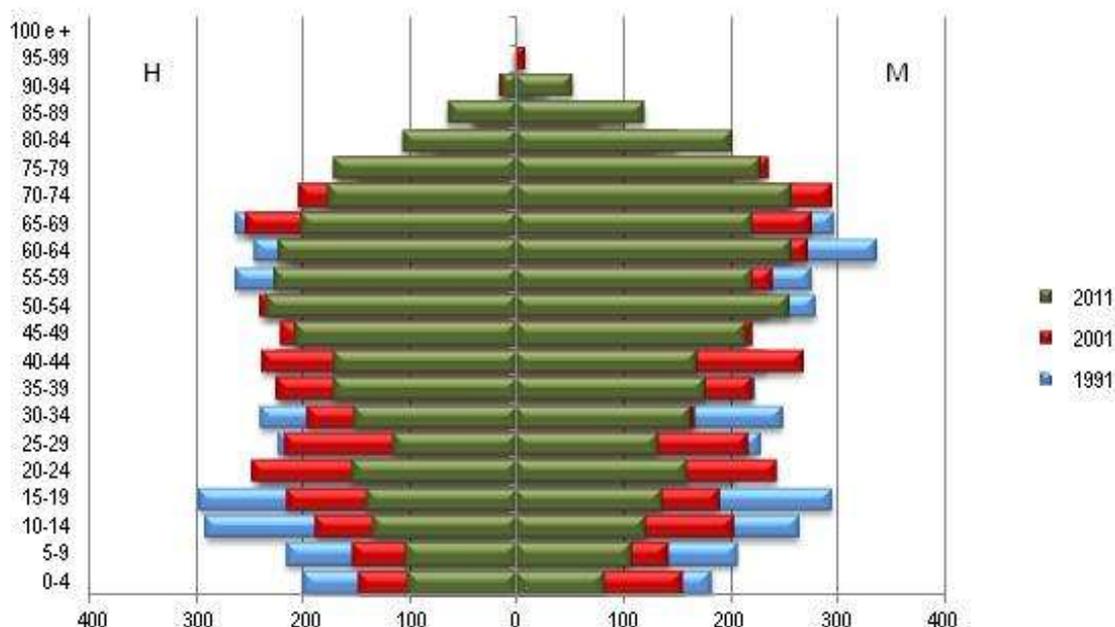
**GRÁFICO N.º 4 - VARIACÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS – 2001/2011**



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

A pirâmide etária é uma forma de representação gráfica que pretende dar a conhecer a estrutura etária de uma população, tendo, também, em conta a divisão por sexos. Neste caso as idades da população são consideradas em grupos etários de quatro anos.

**GRÁFICO N.º 5 - PIRÂMIDE ETÁRIA DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 1991-2001-2011**



Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE, Portugal (edição própria)

A idade da população residente no concelho de Figueiró dos Vinhos, e uma vez mais relativamente aos valores do período intercensitário 1991/2011, encontra-se representada na pirâmide etária que acima se apresenta. A sua forma (pirâmide em urna)<sup>9</sup> é o reflexo do comportamento populacional de uma sociedade típica dos países desenvolvidos, uma vez que “os níveis de natalidade e de mortalidade são muito baixos” (idem).

Este comportamento é facilmente comprovado aquando da análise da pirâmide, pois a tendência é no sentido do estreitamento acentuado da base da pirâmide consequência da diminuição do número de nascimentos, uma diminuição acentuada da população em idade ativa e alargamento, ainda que pouco significativo do topo da pirâmide, consequência do envelhecimento da população.

A perda constante de população a que o concelho de Figueiró dos Vinhos tem continuamente assistido, não evidencia que possa haver uma regeneração natural da pirâmide etária do concelho, quer devido à fraca capacidade atrativa de migrantes, quer à perda recente de população devido à emigração e à diminuição da taxa de natalidade.

### 3.1.3 Envelhecimento da população

#### a) Taxas natalidade e mortalidade

A análise das taxas de Natalidade e Mortalidade permite obter uma perspetiva sobre a evolução da população, uma vez que através delas se avalia a relação entre nados vivos/óbitos e a população residente.

Em Portugal Continental assiste-se a duas realidades distintas: faixa litoral e interior. A primeira é caracterizada por uma concentração de população residente/fortes densidades populacionais associada a taxas de natalidade elevadas e a segunda menos povoada e com taxas de natalidade mais reduzidas. Contudo, esta realidade não é sinónimo de renovação de gerações, uma vez que o índice sintético de fecundidade<sup>10</sup> na região Centro é de 1,1 filhos por mulher (dados de 2013)<sup>11</sup>.

Na tabela seguinte encontram-se representadas ambas as taxas em análise. Figueiró dos Vinhos é um dos concelhos que apresenta o valor mais reduzido de taxa de natalidade<sup>12</sup> em 2013 - 4‰, cerca de metade do valor registado na NUT I (7,9‰), mas aproximado da NUT III a que pertence (5,8‰). A Taxa de Natalidade mais baixa foi registada em Castanheira de Pera (3,7‰) e a mais alta em Pedrógão Grande (6,2‰), superior à registada na NUT III.

No que diz respeito à taxa de mortalidade<sup>13</sup>, Figueiró dos Vinhos apresentava uma taxa de 18,4‰, valor largamente superior ao da NUT I – Continente (10,2‰) e II Centro (12‰) e até da NUT III – Pinhal Interior Norte (14,6‰). Pedrógão Grande registou a taxa de mortalidade mais elevada no mesmo período (21,2‰).

<sup>9</sup> Nazareth, 2004.

<sup>10</sup> Índice Sintético de Fecundidade (ISF) – N.º médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

<sup>11</sup> Anuário Estatístico da Região Centro, 2013, INE, Portugal.

<sup>12</sup> Taxa Bruta de Natalidade (TBN) – N.º de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10<sup>3</sup>) habitantes).

<sup>13</sup> Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) – N.º de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10<sup>3</sup>) habitantes).

**TABELA N.º 7 - INDICADORES DA NATALIDADE E MORTALIDADE - 2013**

Unidade territorial	Nados vivos, HM	Óbitos, HM	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
	nº		‰	
<b>NUT I – Continente</b>	78 607	101 656	7,9	10,2
<b>NUT II – Centro</b>	15 733	27 415	6,9	12
<b>NUT III – PIN</b>	744	1 870	5,8	14,6
<b>Alvaiázere</b>	29	132	4,1	18,6
<b>Ansião</b>	77	178	6	13,9
<b>Castanheira de Pera</b>	11	54	3,7	18,1
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	24	110	4	18,4
<b>Pedrógão Grande</b>	23	79	6,2	21,2

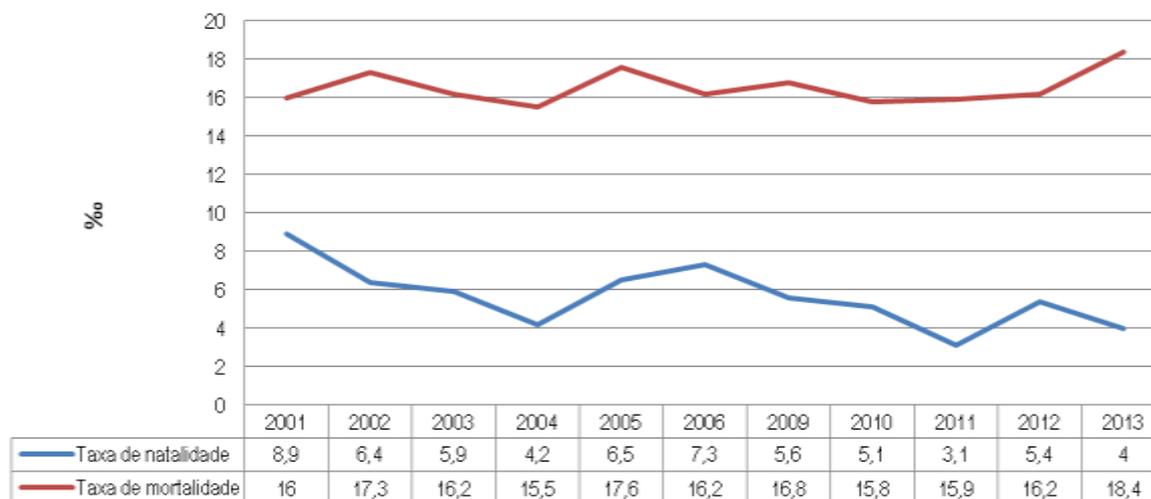
Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, 2013, INE, Portugal

O gráfico seguinte reflete a evolução das taxas de natalidade e mortalidade no concelho de Figueiró dos Vinhos no período de 2001 a 2013 (conforme informação constante no INE).

No que se refere ao comportamento da natalidade observamos alguma assimetria da curva ao longo dos anos, com uma perda acentuada entre 2001 e 2004 (8,9‰ para 4,2‰), seguida de uma recuperação até 2006 onde obteve 7,3 nascimentos por cada 1000 pessoas. Novo decréscimo se verificou até 2011, onde atinge o valor mais baixo da série apresentada (3,1‰) culminando em 2013 nos 4‰.

Relativamente à taxa de mortalidade observamos uma curva sem grandes assimetrias, a taxa de mortalidade oscila entre os 16‰ registados em 2001 e os 18,4‰ registados em 2013.

**GRÁFICO N.º 6 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE NATALIDADE E MORTALIDADE NO CONCELHO 2001-2013**



Fonte: INE, Anuários Estatísticos (vários anos), Portugal

## b) Índice de envelhecimento

Segundo dados do INE, a população portuguesa no espaço intercensitário 2001/2011, é caracterizada por uma fecundidade baixa, responsável pela não substituição da geração de pais, e responsável pela tendência de envelhecimento no País, à semelhança do que sucede com as sociedades desenvolvidas. A análise que em seguida propomos, pretende corroborar esta afirmação através da observação crítica dos valores dos índices de envelhecimento no concelho de Figueiró dos Vinhos, nos anos atrás referidos.

Ao medir o peso que a população idosa exerce sobre a camada mais jovem, o índice de envelhecimento<sup>14</sup> permite aferir do grau de envelhecimento da população residente em determinada área geográfica.

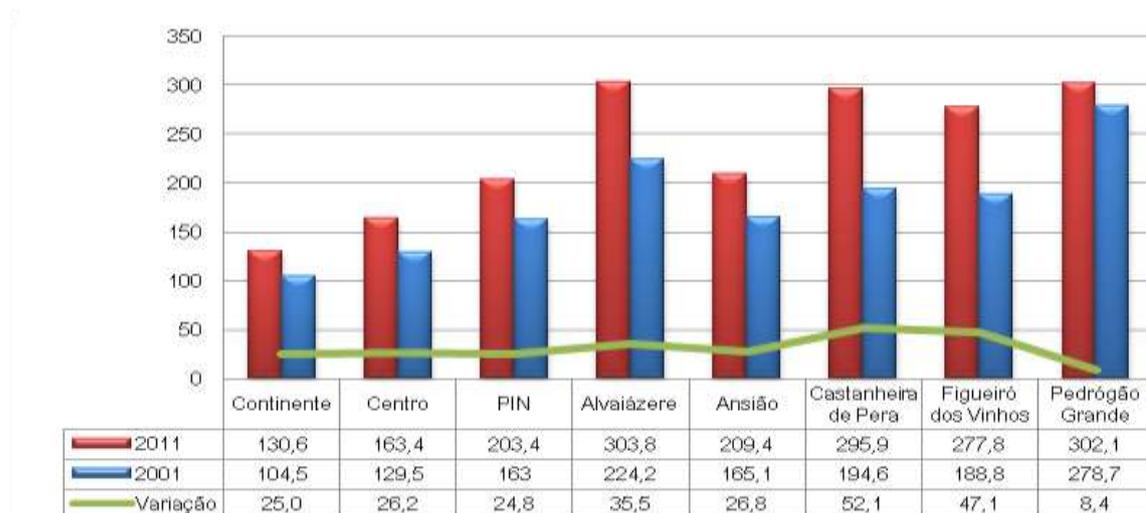
No gráfico seguinte podemos comparar a evolução do índice de envelhecimento entre 2001/2011. Numa primeira análise verificamos que o valor do índice de envelhecimento diminui à medida que aumenta a escala de análise, registando-se em 2011 na NUT I - Continente o valor mais baixo (130,6) e na NUT III Pinhal Interior Norte o mais elevado (203,4), valores estes que registaram um aumento considerável relativamente ao registado em 2001, na ordem dos 25%.

A nível concelhio observamos índices de envelhecimento consideravelmente mais elevados, e uma maior variação no período intercensitário em estudo. O concelho de Figueiró dos Vinhos registou, em 2011, um índice de envelhecimento de 277,8 (para 100 pessoas com idades compreendidas entre os 0-14 anos, existiam 277,8 idosos), mais 47,1% relativamente ao registado em 2001 (188,8).

O índice de envelhecimento mais elevado registou-se nos concelhos de Alvaiázere (303,8) e Pedrógão Grande (302,1), atingindo este último a menor taxa de variação relativamente ao período anterior (8,4%).

Nos concelhos em análise o índice de envelhecimento mais baixo foi registado em Ansião (209,4), mas, mesmo assim, foi superior ao registado a nível nacional e regional.

**GRÁFICO N.º 7 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E TAXA DE VARIAÇÃO 2001-2011**



Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

Diminuindo a escala de análise ao nível de freguesia, podemos observar no gráfico seguinte uma grande disparidade entre os resultados obtidos, não oferecendo porém grande surpresa, tendo em conta algumas das considerações já efetuadas relativamente ao comportamento e distribuição da população no concelho.

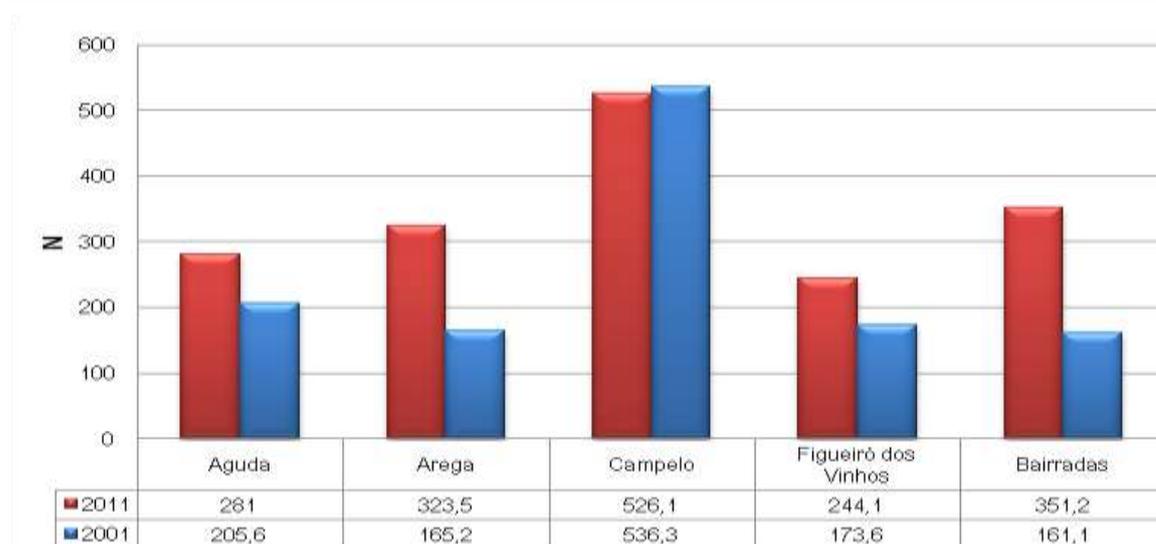
A freguesia de Campelo é notoriamente a mais envelhecida, sendo que, em 2011, para cada 100 jovens existiam cerca de 526 idosos, valor muito aproximado ao registado em 2001.

A freguesia de Figueiró dos Vinhos foi a que registou o menor índice de envelhecimento (244,1), seguida de Aguda (281).

<sup>14</sup> Segundo o Instituto Nacional de Estatística, entende-se por índice de envelhecimento a "relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos".

As freguesias de Arega e Bairradas registaram ambas valores superiores a 300, registando também a variação mais elevada relativamente ao anterior período censitário.

**GRÁFICO N.º 8 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR FREGUESIA 2001-2011**



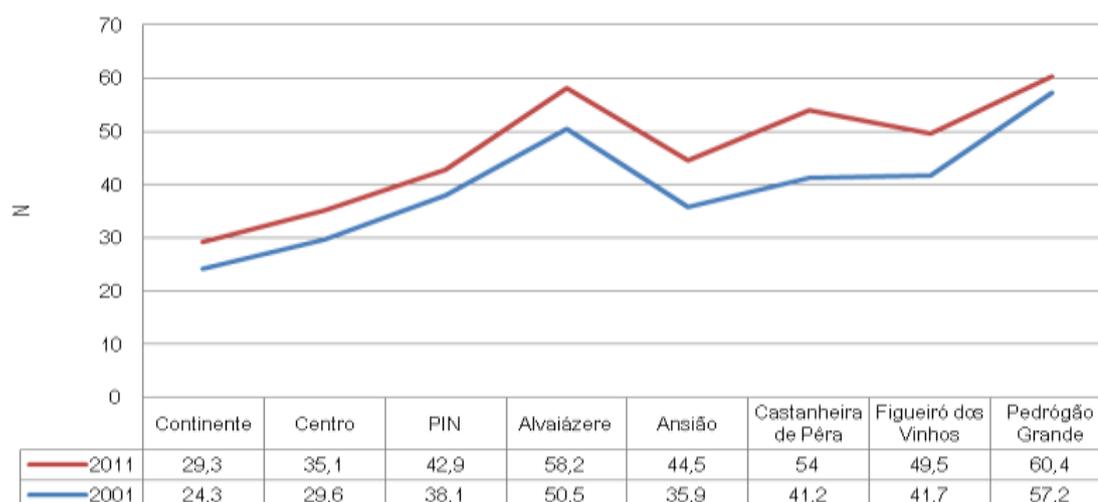
Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

### c) Índice de dependência de idosos, jovens e total

O índice de dependência de idosos expressa a “relação entre a população idosa e a população em idade ativa” e é habitualmente definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Assim, por exemplo, um índice de dependência de idosos igual a 100 é o mesmo que dizer que existem 100 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa. Quanto mais elevado for este valor, maior o número de pessoas dependentes da produtividade da população ativa.

Em termos do enquadramento territorial podemos observar que houve um aumento deste índice, entre 2001 e 2011 em todas as unidades territoriais em análise. Uma vez mais se observa que nas NUT I, II e III, os valores correspondentes ao índice de dependência de idosos, são inferiores aos registados a nível concelhio (29,3, 35,1 e 42,9, respetivamente), porém, a NUT III aproxima-se bastante destes. Em Figueiró dos Vinhos, o índice de dependência de idosos era, em 2011 de 49,5 (para 100 pessoas em idade ativa, existem 49,5 idosos). O índice de dependência de idosos mais elevado foi registado em Pedrógão Grande (60,4). Comparativamente aos resultados dos Censos anteriores, as diferenças oferecem pouca expressão.

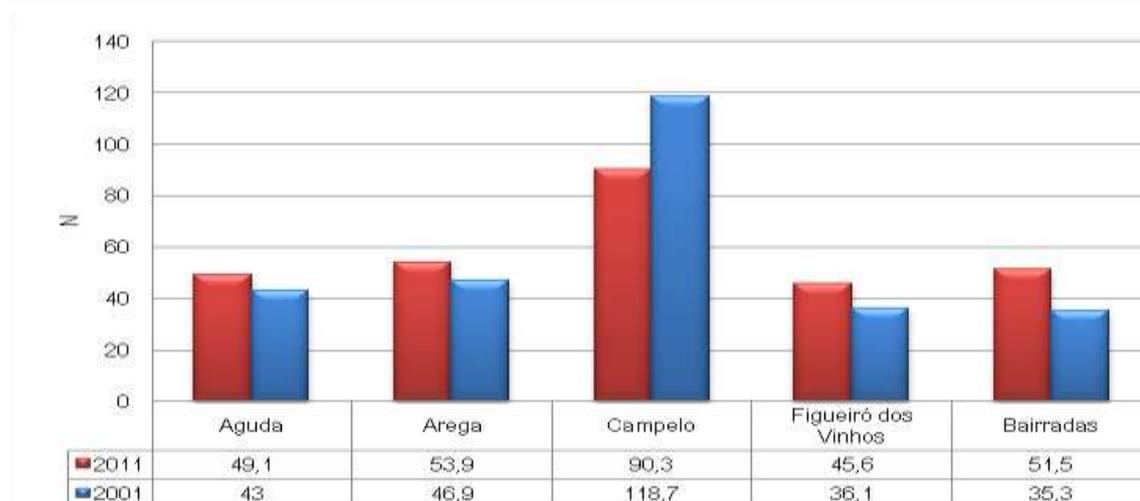
**GRÁFICO N.º 9 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS 2001-2011**



Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

Efetuada uma análise do índice de dependência de idosos respeitante às freguesias do concelho de Figueiró dos Vinhos, registado no mesmo período, podemos constatar mais uma vez que a freguesia de Campelo assume o valor mais alto 90,3 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa, porém observou-se um decréscimo relativamente ao valor registado em 2001 (118,7). Nas restantes freguesias, o índice de dependência de idosos sofreu um aumento, ainda que pouco expressivo, no período intercensitário em análise, registando, em 2011 cerca de 50 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa.

**GRÁFICO N.º 10 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS POR FREGUESIA 2001-2011**



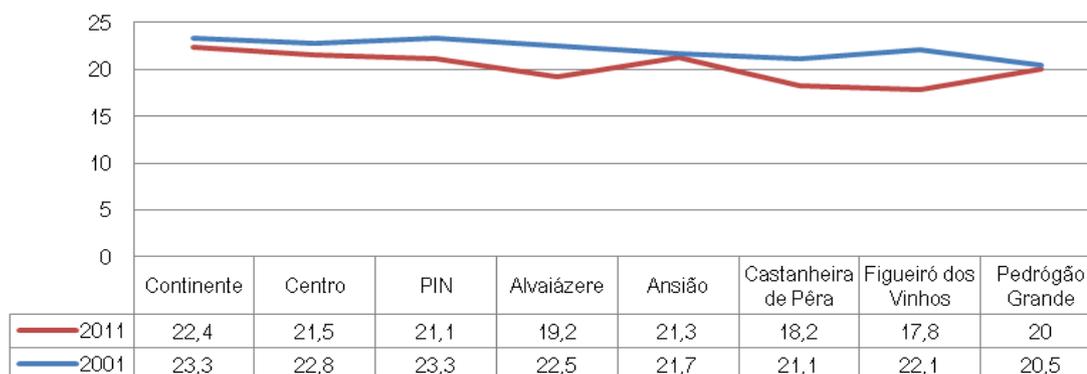
Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

No gráfico seguinte, podemos observar a distribuição do Índice de Dependência de Jovens<sup>15</sup> que expressa a relação entre a população jovem e a população em idade ativa. Tendo em conta a diminuição do peso da população jovem devido à quebra das taxas de natalidade, o índice de dependência de jovens apresenta valores significativamente inferiores ao índice de dependência de idosos. De facto, no período em análise observou-se uma diminuição deste índice em todas as unidades territoriais.

<sup>15</sup> O Índice de Dependência de Jovens expressa a relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas dos 0-14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

A NUT I registava, em 2011, 22,4 jovens por cada 100 pessoas em idade ativa. A NUT II e III registavam valores bastante aproximados (21,5 e 21,1, respetivamente) e, pese embora o ligeiro decréscimo, não se verifica uma variação significativa relativamente ao período anterior.

**GRÁFICO N.º 11 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS 2001-2011**



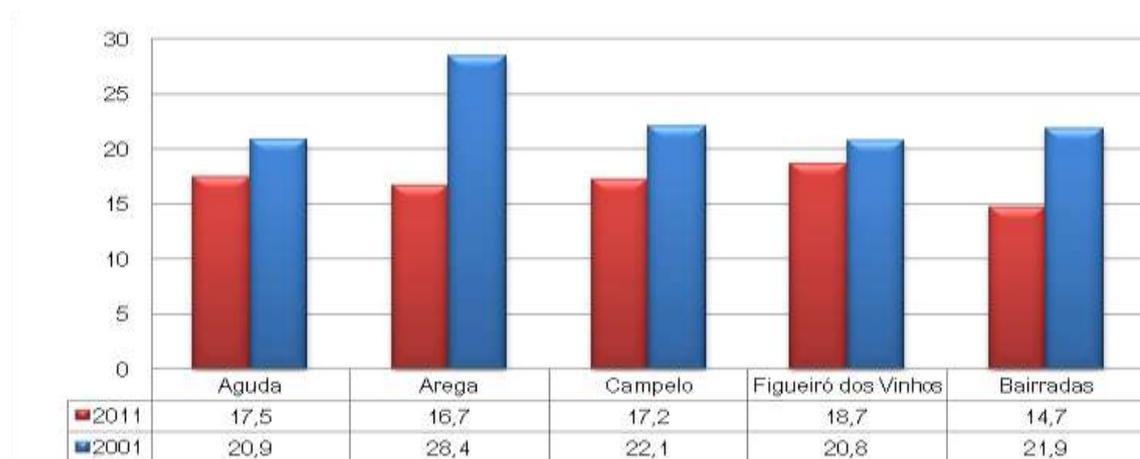
Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

Nos concelhos em análise, podemos observar valores ligeiramente inferiores aos registados nas NUT uma vez que, a nível concelhio (e nos concelhos do interior), o número de crianças e jovens é o menos representativo no total da população.

Figueiró dos Vinhos registava, em 2011, apenas cerca de 18 jovens por cada 100 pessoas em idade ativa. Nos outros concelhos os valores são bastante aproximados.

Nas freguesias verifica-se a mesma tendência de diminuição do índice de dependência de jovens no período intercensitário, mais acentuada que a nível concelhio, porém, os valores são aproximados e rondam os 15 a 19 jovens por cada 100 pessoas em idade ativa.

**GRÁFICO N.º 12 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS POR FREGUESIA 2001-2011**

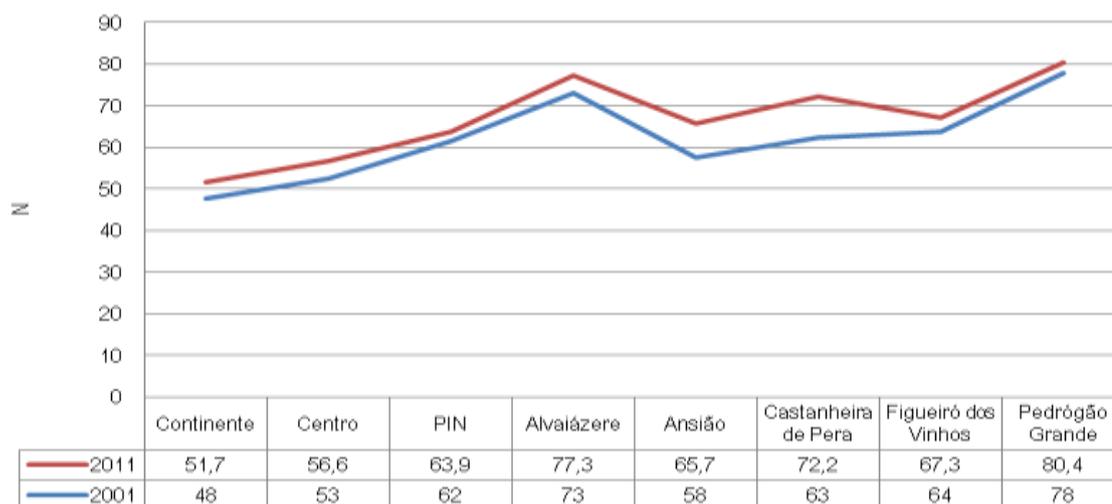


Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

Por último, verificamos o índice de dependência total<sup>16</sup> que expressa a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, ou seja, o peso que a população dependente exerce sobre a população ativa.

Analisando o gráfico que a seguir se apresenta, verificamos um aumento, ainda que ligeiro, do índice de dependência total em todas as unidades territoriais, no período intercensitário em estudo.

**GRÁFICO N.º 13 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL 2001-2011**



Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

Como resultado das alterações da estrutura etária da população já apresentada, quer a nível nacional, quer das NUT II e III e Concelhos do Norte do Distrito de Leiria, conseguimos já aferir um aumento do índice de envelhecimento. Os resultados opostos dos índices de dependência de idosos e de jovens, explicam a tendência generalizada de um duplo envelhecimento da população, mais acentuado quando observamos os resultados a nível concelhio, onde a população é cada vez mais envelhecida e a sua capacidade de rejuvenescimento é menor. Assim, e relativamente ao índice de dependência total, observamos um peso crescente do número de dependentes sobre a população ativa, representando este, a nível nacional 51,7 indivíduos dependentes por cada 100 em idade ativa (mais de metade). Nos concelhos apresentados este valor é ainda maior e ronda os 66 a 80 indivíduos dependentes por cada 100 em idade ativa. Em Figueiró dos Vinhos, o número de jovens e idosos para cada 100 indivíduos em idade ativa, aumentou de 64, em 2001, para 67,3 em 2011.

### 3.1.4 Tipologia das áreas urbanas

“Em 2009, o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou uma nova versão da Tipologia de Área Urbanas (TIPAU), uma classificação a aplicar a todas as freguesias do país. Esta nova classificação de freguesias veio substituir a aprovada em 1998 e teve o seu início de vigência a 28 de setembro de 2009 através da 8.ª (2008) deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 188. Tal como a versão anterior, a TIPAU 2009 consiste numa classificação tripartida das freguesias do território nacional em áreas predominantemente urbanas (APU), áreas mediantemente urbanas (AMU) e áreas predominantemente rurais (APR). Esta

<sup>16</sup> O Índice de Dependência Total expressa a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas dos 0-14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 e mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15-64 anos.

classificação resulta do grau de urbanização do território pelo que permite, simultaneamente, uma definição da população urbana como a população residente em AMU e APU. É, no entanto, de ressaltar que esta metodologia se distingue da anterior por resultar de uma análise com base em unidades territoriais de menor dimensão (secções e subsecções estatísticas em vez de freguesias) e por ser baseada em critérios completamente objetivos, o que facilita a leitura dos dados e os torna comparáveis e adequados a novos contextos.(...)

Com este método de trabalho todas as subsecções estatísticas de Portugal foram classificadas em espaço urbano, espaço semiurbano ou espaço de ocupação predominantemente rural, de acordo com a conjugação dos diferentes critérios:

Espaço Urbano – subsecção estatística que contempla um dos seguintes critérios: 1) tipificada como “solo urbano”, de acordo com os critérios de planeamento dos PMOT ou 2) integra uma secção estatística com densidade populacional superior a 500 habitantes por Km<sup>2</sup> ou 3) integra um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes.

Espaço Semiurbano – subsecção estatística tipificada como “solo não urbano”, de acordo com os critérios de planeamento dos PMOT, que não foi incluída previamente na categoria de espaço urbano, e contempla, pelo menos um dos seguintes requisitos: 1) integra uma secção estatística com densidade populacional superior a 100 habitantes por Km<sup>2</sup> e inferior ou igual a 500 habitantes por Km<sup>2</sup> ou 2) integra um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes.

Espaço de Ocupação Predominantemente Rural – subsecção estatística tipificada como “solo não urbano”, de acordo com os critérios de planeamento assumidos nos PMOT, que contempla o conjunto dos seguintes requisitos: 1) não foi incluída previamente na categoria de espaço urbano ou semiurbano e 2) tem densidade populacional igual ou inferior a 100 habitantes por Km<sup>2</sup> e 3) não integra um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes. (...)

Feita a integração de todos estes critérios administrativos e morfológicos à escala da freguesia, obteve-se como resultado final uma classificação das freguesias em:

**Área Predominantemente Urbana (APU)** - Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapasse 50% da área total da freguesia ou 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes ou 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

**Área Mediamente Urbana (AMU)** - Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa os 50% da área total da freguesia ou 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa os 50% da área total da freguesia ou 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes ou 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente

igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

**Área Predominantemente Rural (APR)** - Freguesia não classificada como “Área Predominantemente Urbana” nem “Área Medianamente Urbana”.<sup>17</sup>

Na tabela seguinte podemos aferir a Tipologia das Áreas Urbanas por freguesia, no Concelho de Figueiró dos Vinhos, referindo-se que à exceção da freguesia de Figueiró dos Vinhos<sup>18</sup> que se enquadra nas áreas medianamente urbanas, todas as outras são predominantemente rurais.

**TABELA N.º 8 - TIPOLOGIA DAS ÁREAS URBANAS – FIGUEIRÓ DOS VINHOS**

Freguesias	Classificação
Aguda	APR
Arega	APR
Campelo	APR
Figueiró dos Vinhos	AMU
Bairradas	APR

Fonte: INE, Portugal

<sup>17</sup> Fonte: [http://datacentro.ccdrc.pt/Uploads%5CDocs/RC\\_Nota\\_Metod\\_TIPAU.pdf](http://datacentro.ccdrc.pt/Uploads%5CDocs/RC_Nota_Metod_TIPAU.pdf).

<sup>18</sup> Agora União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas.

## 3.2 ATIVIDADES ECONÓMICAS

Este capítulo pretende caracterizar de forma sucinta, as atividades económicas do concelho de Figueiró dos Vinhos, dando especial enfoque aos setores de atividade, à estrutura de emprego no concelho e à qualificação dos recursos humanos.

### 3.2.1 Setores de atividade

De modo a conhecer a estrutura económica do concelho de Figueiró dos Vinhos, e conseqüentemente, o grau de desenvolvimento do município, foram analisados, neste subcapítulo os setores de atividade: setor primário, setor secundário e setor terciário.

Na tabela que a seguir apresentamos, podemos aferir a distribuição da população empregada pelos diferentes setores, de acordo com as unidades territoriais apresentadas e efetuando uma comparação no período intercensitário 2001-2011.

De uma forma geral, podemos concluir que o setor primário é o que ocupa a menor percentagem da população em todas as unidades territoriais, seguido do setor secundário e do terciário (com especial enfoque no setor terciário ligado à economia). Efetuando uma comparação entre as séries temporais apresentadas, verificamos uma redução da população no setor primário e secundário e um aumento no setor terciário, em todas as unidades territoriais.

**TABELA N.º 9 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE 2001-2011**

Unidade Geográfica	Setor 1º		Setor 2º		Setor 3º (social)		Setor 3º (econ.)		Setor 3º (total)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<b>Continente</b>	5	3	36	27	25	28	34	42	59	70
<b>Centro</b>	7	4	38	30	25	29	30	37	55	66
<b>PIN</b>	7	3	41	33	25	30	27	34	52	64
<b>Alvaiázere</b>	8	4	42	34	21	28	29	34	50	62
<b>Ansião</b>	5	2	48	37	20	26	27	35	47	61
<b>Castanheira de Pera</b>	3	4	47	37	30	31	21	28	51	59
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>38</b>	<b>27</b>	<b>26</b>	<b>35</b>	<b>25</b>	<b>34</b>	<b>51</b>	<b>69</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	8	6	29	24	35	37	28	33	63	70

Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

O setor primário está relacionado com a exploração de recursos da natureza (agricultura, pescas, pecuária, etc.) e apresenta-se como um dos setores mais vulneráveis da economia portuguesa, que tem vindo a perder expressão ao longo dos anos. Este setor empregava em 2011, a nível nacional, apenas 3% da população. O cenário é idêntico nas NUT II e III e nos concelhos em análise (Ansião empregava apenas 2% da sua população e Pedrógão Grande 6%). Comparativamente às restantes unidades territoriais consideradas, o concelho de Figueiró dos Vinhos era o que registava, em 2001, a maior percentagem de ativos empregados no setor primário (11%) e foi também o concelho que mais população perdeu neste setor em 2011 (4%).

O setor secundário é o setor da economia que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário) em produtos acabados ou semi acabados (inclui atividades ligadas à indústria, construção civil, obras públicas, etc). Este setor empregava, em 2011, 27% da população a nível nacional, tendo perdido 9% relativamente a 2001. A NUT II e III apresentavam uma percentagem um pouco superior (30% e 33%, respetivamente) e uma perda idêntica relativamente

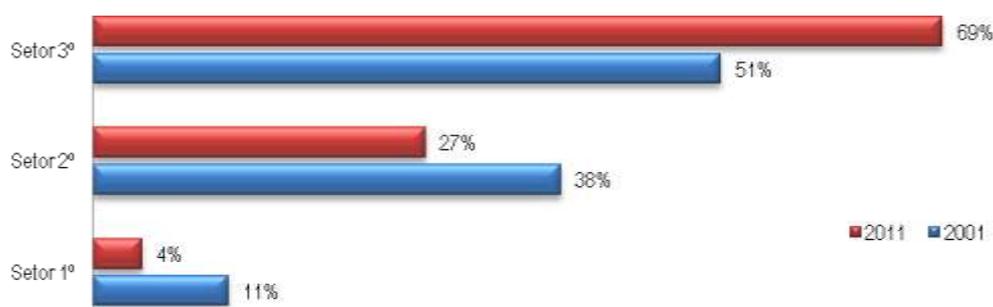
ao ano de 2001. A nível concelhio, os resultados apresentados não fogem muito à tendência nacional e regional e centram-se nos 24% a 37%. As perdas relativamente ao período intercensitário anterior rondam, em média, os 10%.

É o setor terciário que obtém maior expressividade em todas as unidades geográficas, registando, em 2011, 70% dos ativos na NUT I Continente, 66% na NUT II e 64% na NUT III, representando em média um aumento de cerca de 11% relativamente aos dados de 2001.

O comportamento dos concelhos em análise, aproxima-se da média nacional e regional. A percentagem de população empregada neste setor ronda, em média os 65% nos 5 concelhos.

Analisando a evolução da população empregada por setores de atividade em Figueiró dos Vinhos, em 2001 e 2011, observa-se um aumento de 18% no setor terciário<sup>19</sup>, enquanto que o setor secundário e primário registaram um decréscimo na ordem dos 11% e 7%, respetivamente.

**GRÁFICO N.º 14 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2001-2011**



Fonte: Dados Estatísticos, INE, Portugal

Quer em 2001, quer em 2011, o setor predominante é o terciário, sendo que já em 2001 representava mais de metade da população ativa, o que é resultado do acréscimo do pequeno comércio local e da proliferação dos serviços públicos.

Porém, foi no setor secundário que se assinalou o maior decréscimo, sendo que a indústria transformadora tem vindo a perder importância, fruto do encerramento de algumas empresas bastante representativas na empregabilidade. Paralelamente, tem-se assistido a um abrandamento do setor da construção civil e obras públicas, transversal a todo o território nacional.

No contexto das atividades económicas é ainda relevante considerar a distribuição da população pelos vários grupos de profissões. Para tal, recorre-se à Classificação Nacional de Profissões formada por 10 conjuntos de profissões: o grupo 0 que se refere aos membros das Forças Armadas; grupo 1 – quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa; grupo 2 – especialistas das profissões intelectuais e científicas; grupo 3 – técnicos e profissionais de nível intermédio; grupo 4 – pessoal administrativo e similares; grupo 5 – pessoal dos serviços e vendedores; grupo 6 – agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; grupo 7 – operários, artífices e trabalhadores similares; grupo 8 – operadores de instalações de máquinas e trabalhadores de montagem; grupo 9 – trabalhadores não qualificados.

<sup>19</sup> Refira-se que as maiores entidades empregadoras do concelho pertencem ao setor terciário (Câmara Municipal e as instituições ligadas à economia social).

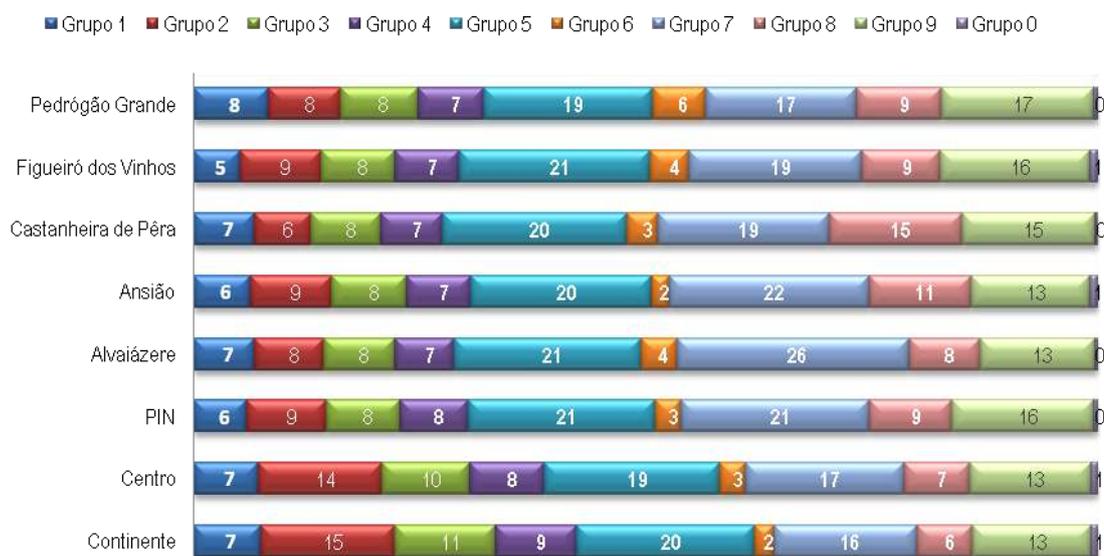
A análise do gráfico seguinte permite-nos constatar que a população ativa se distribui de forma desigual pelos grupos de profissões considerados. Em todas as unidades geográficas consideradas predominam as atividades inseridas no grupo 5 e 7, ou seja, dois dos grupos menos qualificados e também no grupo 9 (trabalhadores não qualificados).

Os grupos que exigem uma maior qualificação (grupo 1, 2 e 3) assumem uma maior projeção nas NUT I e II. Já na NUT III, a distribuição percentual dos ativos é semelhante à dos concelhos em análise, o que demonstra, por um lado a menor qualificação dos ativos no interior do país e, por outro, a desigualdade em termos de oferta de postos de trabalho onde as exigências em termos tecnológicos e de qualificação de nível superior seja exigida.

Nos concelhos em análise, a distribuição percentual pelos grupos de profissões assume grandes disparidades, ressaltamos apenas a percentagem de ativos no grupo 7 no concelho de Ansião e Alvaiázere, devido à maior concentração de empresas do setor nestas regiões.

Relativamente ao concelho de Figueiró dos Vinhos, verificamos que o grupo profissional mais representado é o 5 (pessoal dos serviços e vendedores) com 21% e o 7 (operários, artífices e trabalhadores similares) a par com o grupo 9 (trabalhadores não qualificados) com 19%. Os grupos que exigem uma maior qualificação situam-se nos 5% a 9%, valores semelhantes aos registados na NUT III.

**GRÁFICO N.º 15 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR GRUPOS DE PROFISSÕES (%) 2011**



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

### 3.2.2 Estrutura de emprego no concelho

Os dados do Recenseamento Geral da População (2011) apresentam um total de 2050 indivíduos empregados, e 364 desempregados, no município de Figueiró dos Vinhos.

Neste item, e no intuito de analisar a população ativa e desempregada, utilizaram-se os seguintes indicadores: taxa de atividade, taxa de desemprego e a situação perante a procura de emprego e o principal meio de vida.

A taxa de atividade<sup>20</sup> permite-nos avaliar o peso que a população ativa exerce sobre a população total. Assim, é-nos possível verificar que, entre 2001 e 2011, se observou um decréscimo residual da taxa de atividade nas NUT I, II e III, que atingiram, em 2011, os valores máximos e 47,6%, 45,4% e 41,6%, respetivamente.

Relativamente ao comportamento dos concelhos em análise, mantém-se a mesma tendência de descida residual nos concelhos de Ansião (41,2%), Figueiró dos Vinhos (39,1%) e Castanheira de Pera (36,6%). Pedrógão Grande e Alvaiázere registaram um ligeiro aumento no período em análise (36% e 36,4%, respetivamente). A taxa de atividade foi inferior à média nacional e regional em todos os concelhos.

**GRÁFICO N.º 16 - TAXA DE DESEMPREGO E ATIVIDADE 2001-2011**



Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

A taxa de desemprego<sup>21</sup>, traduz o total de desempregados em relação ao total de ativos.

Durante o período em análise, verificou-se um crescimento bastante expressivo da taxa de desemprego em todas as unidades territoriais, fruto da crise económica registada a nível nacional. Com efeito, a taxa de desemprego na NUT I, II e III duplicou no período intercensitário apresentado.

A nível concelhio, as diferenças são ainda mais expressivas e díspares. Se, por um lado, Castanheira de Pera consegue inverter a tendência nacional, diminuindo a sua taxa de desemprego no período intercensitário, por outro, Figueiró dos Vinhos regista a taxa de desemprego mais elevada das unidades territoriais em análise<sup>22</sup> (15,1%), superior à registada a nível nacional e regional, tendo aumentado 10,2% relativamente ao valor registado em 2001. Pedrógão Grande apresenta resultados similares. Já Ansião e Alvaiázere, apesar de também terem registado um aumento considerável das suas taxas de desemprego, registaram valores abaixo da média nacional e regional.

Efetuada uma análise das taxas de atividade e desemprego por freguesia, verificamos que no período intercensitário 2001-2011, apenas a freguesia de Aguda registou um aumento residual da taxa de atividade (de 38% para 40,5%). As restantes freguesias registaram uma diminuição desta taxa, tendo sido a freguesia de Campelo a registar o decréscimo mais expressivo (35,3% para 25,2%).

<sup>20</sup> Taxa de atividade: Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população residente.

<sup>21</sup> Taxa de Desemprego: Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

<sup>22</sup> O período em análise coincide com o encerramento de uma das maiores empresas da indústria têxtil que laborava no concelho e empregava mais de 100 trabalhadores. O seu encerramento ocorreu em 2009 e lançou no desemprego mais de 100 trabalhadores, principalmente do sexo feminino.

Relativamente à taxa de desemprego, o seu aumento foi bastante expressivo em todas as freguesias. Bairradas registou em 2011 a taxa de desemprego mais elevada (25,3%) e sofreu o aumento mais significativo relativamente a 2011 onde se situou nos 4%. Campelo registou a taxa de desemprego mais baixa (8,6%), e, de todas as freguesias, foi a que apresentou a menor redução relativamente ao valor registado em 2001 (6,2%).

**TABELA N.º 10 - TAXA DE ATIVIDADE E DE DESEMPREGO POR FREGUESIA 2001-2011**

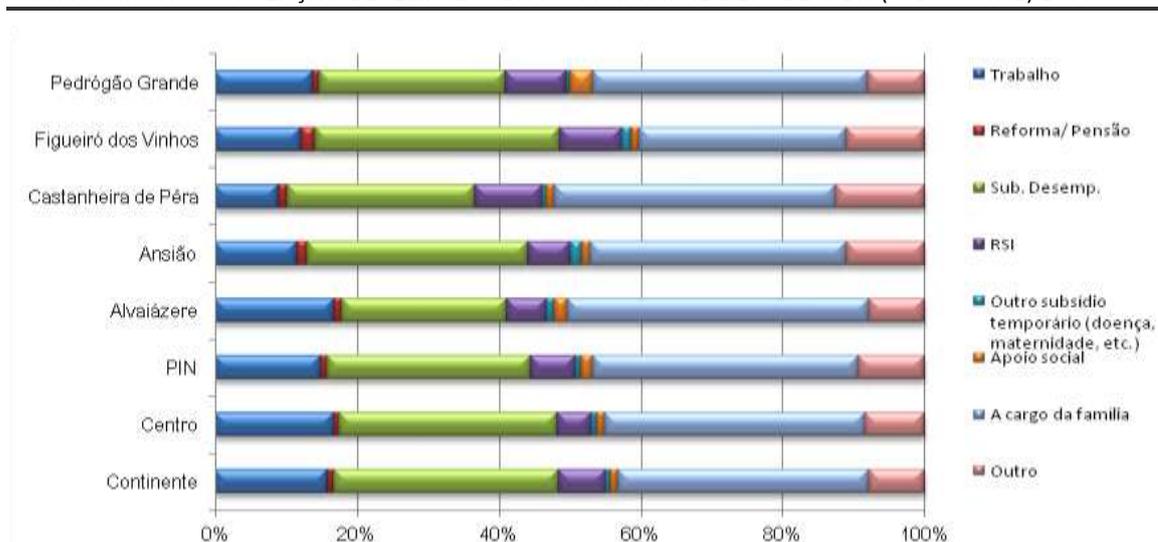
Freguesia	Taxa de Atividade		Taxa de Desemprego	
	2001	2011	2001	2011
<b>Aguda</b>	38	40,5	6	17,6
<b>Arega</b>	35,5	34,1	2,4	15,8
<b>Campelo</b>	35,3	25,2	6,2	8,6
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	42,9	41,6	5,3	13,2
<b>Bairradas</b>	44,4	35,7	4	25,3

Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

Da análise dos dados respeitantes à população residente desempregada por principal meio de vida podemos aferir que, em todas as unidades territoriais em análise, a maior percentagem vive a cargo da família ou de subsídio de desemprego. Relativamente ao Rendimento Social de Inserção, este atinge em todas as NUT valores entre os 5% (NUT II) e os 10% (Castanheira de Pera).

No concelho de Figueiró dos Vinhos, os beneficiários de subsídio de desemprego apresentam um peso superior, correspondendo a 34% da população desempregada (o valor mais elevado em todas as unidades territoriais). Os dependentes da família atingem os 29% (correspondendo ao valor mais baixo registado em todas as unidades territoriais).

**GRÁFICO N.º 17 - POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR PRINCIPAL MEIO DE VIDA (% DO TOTAL) 2011**

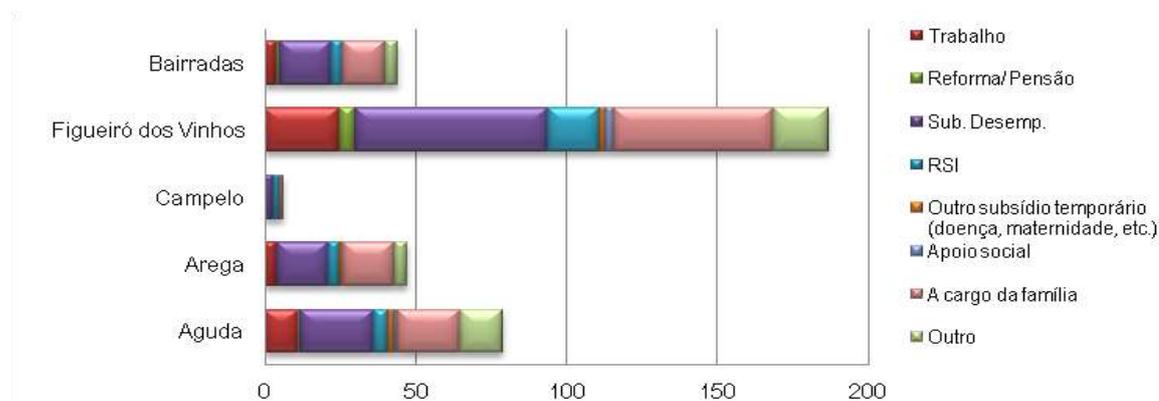


Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

Analisando o mesmo indicador por freguesia, verificamos que, sendo a freguesia de Figueiró dos Vinhos a que apresenta o maior número de desempregados (188), é também aquela que maior representatividade regista em todos os indicadores, sobressaindo a percentagem de população com subsídio de desemprego (64%), bem assim como os dependentes da família (53%) e os beneficiários de RSI (17%). Refira-se ainda que 25% auferiram rendimentos provenientes do trabalho. O cenário é idêntico nas outras freguesias, se bem que com menos expressão, tendo em

conta que o cálculo das percentagens é efetuado com base no número de desempregados por freguesia. Campelo, que registou, em 2011, apenas 6 desempregados, apresenta uma distribuição residual.

**GRÁFICO N.º 18 - POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR PRINCIPAL MEIO DE VIDA POR FREGUESIA (% DO TOTAL) 2011**



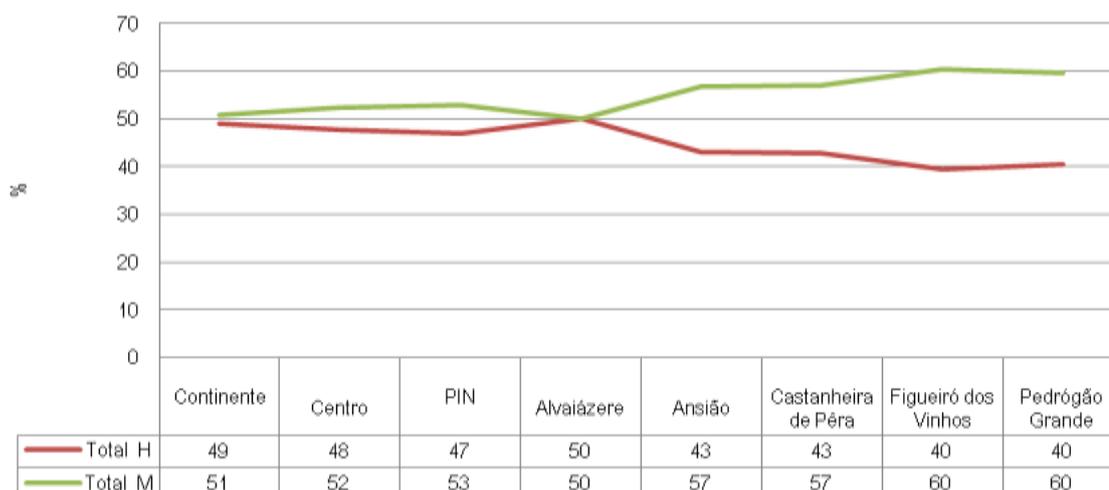
Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

### 3.2.3 A procura de Emprego

Relativamente à procura de emprego, há duas situações que é necessário clarificar: a população residente que anda à procura do primeiro emprego e a população que anda à procura de novo emprego. A população que procura o primeiro emprego é provavelmente mais jovem e será pela primeira vez integrada no mercado de trabalho. Pelo contrário, a população que procura novo emprego, é mais envelhecida, e pretende ser reintegrada no mercado laboral.

Importa ainda efetuar uma caracterização dos desempregados por sexo. Da análise do gráfico seguinte, podemos constatar que, em 2011, predomina o desemprego feminino em todas as unidades territoriais, atingindo valores entre os 50% e os 60% da população desempregada. No sexo masculino a percentagem de desempregados varia entre os 40% e os 49% (registados na NUT I).

**GRÁFICO N.º 19 - POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR SEXO 2011**



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

Relativamente à condição destes desempregados perante a procura de emprego, podemos verificar na tabela seguinte que a procura de novo emprego corresponde à maioria dos desempregados. Na NUT I, dos 630 711 desempregados registados, apenas 18% procuravam o 1º emprego. Na NUT I e II o cenário é idêntico (19%).

Os concelhos em análise seguem a mesma tendência; a procura centra-se também no novo emprego, principalmente no sexo feminino.

No concelho de Figueiró dos Vinhos onde foram registados, em 2011, 364 desempregados, 21% procuram o 1º emprego (42% sexo masculino e 58% do sexo feminino). Dos 79% que procuram um novo emprego, 39% eram do sexo masculino contra 61% do sexo feminino.

**TABELA N.º 11 - DESEMPREGADOS POR CONDIÇÃO PERANTE A PROCURA DE EMPREGO 2011**

Unidade Territorial	Total de Desempregados	Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego		
		HM	H	M	HM	H	M
	N	%	%	%	%	%	%
<b>Continente</b>	630 711	18	46	54	82	50	50
<b>Centro</b>	116 014	19	45	55	81	48	52
<b>Pinhal Interior Norte</b>	5 953	19	46	54	81	47	53
<b>Alvaiázere</b>	280	21	44	56	79	52	48
<b>Ansião</b>	565	17	38	62	83	44	56
<b>Castanheira de Pera</b>	168	9	60	40	91	41	59
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>364</b>	<b>21</b>	<b>42</b>	<b>58</b>	<b>79</b>	<b>39</b>	<b>61</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	210	19	41	59	81	40	60

Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

### 3.2.4 Qualificação dos recursos humanos

A aposta na qualificação da população residente, e em particular da ativa, conduzirá à especialização das atividades económicas e, logo, ao desenvolvimento territorial conseguido através do crescimento económico.

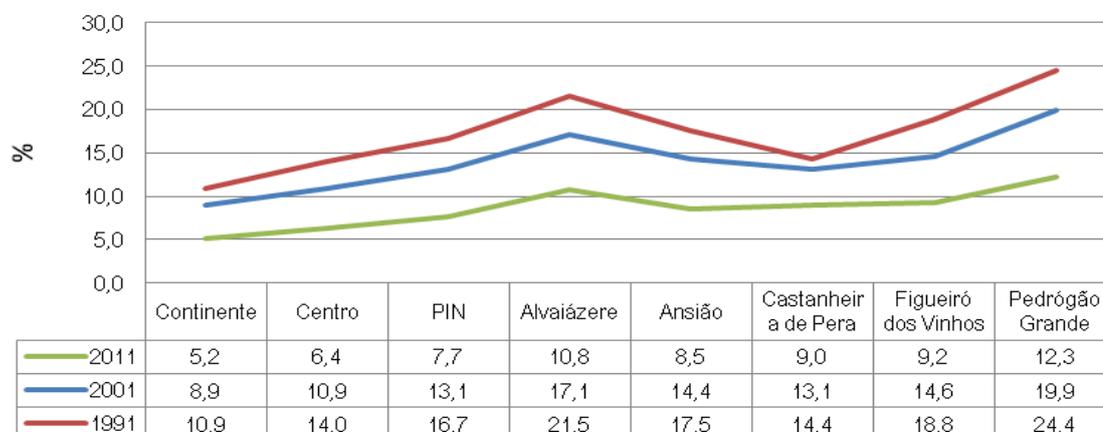
São diversas as variáveis que podem caracterizar o nível de qualificação dos recursos humanos de determinado território. Iniciaremos a caracterização pela análise dos dados relativos à taxa de analfabetismo<sup>23</sup> da população residente.

Dados publicados recentemente pelo INE, relativos à taxa de analfabetismo da população portuguesa em 2011, apontam para a existência de cerca de 500 mil portugueses com 10 ou mais anos, que não sabem ler nem escrever.

O gráfico que seguidamente apresentamos, compreende os valores referentes à taxa de Analfabetismo, aferidos aos censos de 1991, 2001 e 2011.

<sup>23</sup> Taxa de analfabetismo: Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

**GRÁFICO N.º 20 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE ANALFABETISMO 1991, 2001 E 2011**



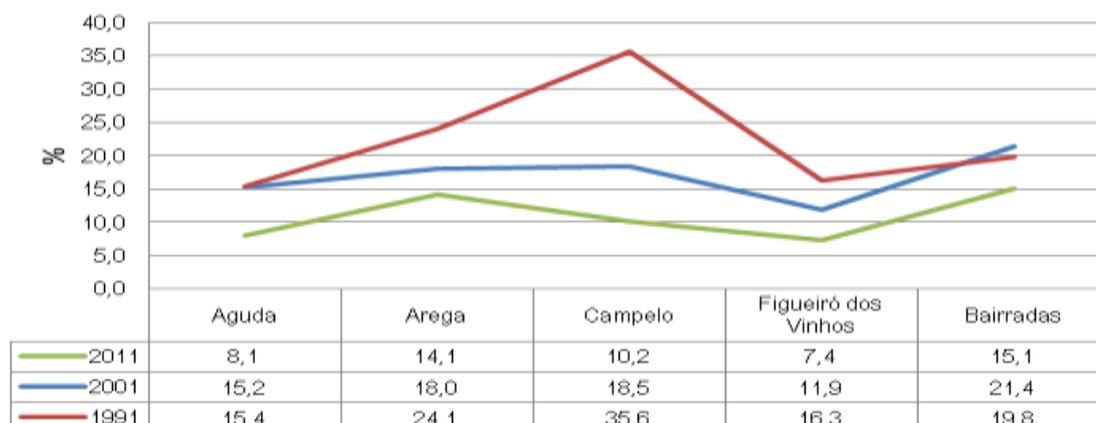
Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011

Como se pode observar, apesar de assistirmos a um decréscimo significativo no que diz respeito à taxa de analfabetismo, que se verifica ser transversal em todas as áreas geográficas aqui mencionadas, verdade é também que os níveis apresentados em 2011 são ainda significativos, ainda mais quando diminuimos a escala de análise. Num território que apresenta características marcadamente rurais, as condições de acesso à escolarização sempre se revelaram difíceis e a educação nem sempre teve um valor superlativo.

O Concelho de Figueiró dos Vinhos apresentava uma taxa de analfabetismo, em 2011 de 9,2%, superior aos valores apresentados para a NUT I (5,2%), NUT II (6,4%) e NUT III (7,7%) respetivamente. Este valor embora ainda se revele elevado, regista um importante decréscimo quando comparado com o valor de 14,6% registado em 2001. Quanto aos restantes concelhos, Pedrógão Grande e Alvaiázere, registaram taxas de analfabetismo superiores às do concelho de Figueiró dos Vinhos (12,3% e 10,8%, respetivamente).

Efetuada uma análise da taxa de analfabetismo, por freguesia, verificamos um decréscimo, ainda mais elevado, nos períodos em análise porém, o valor das taxas é ainda, na maioria das freguesias, superior à média registada do concelho (com exceção da freguesia de Aguda e Figueiró dos Vinhos). A freguesia de Campelo, a mais envelhecida no concelho, era a que apresentava a taxa de analfabetismo mais elevada em 1991 (35,6%) mas foi também a que mais recuperou, registando em 2011, 10,2%.

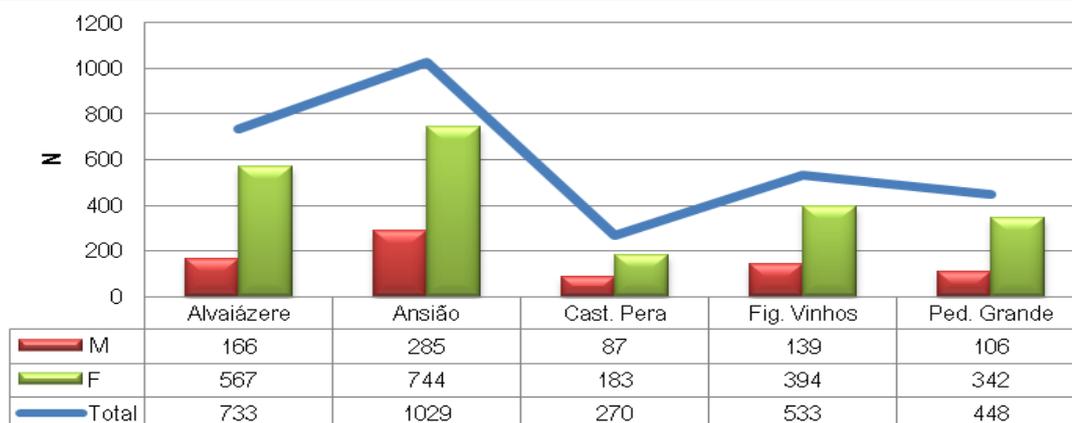
**GRÁFICO N.º 21 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE ANALFABETISMO, POR FREGUESIA 1991, 2001 E 2011**



Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE, Portugal

Relativamente à população analfabeta com 10 ou mais anos por sexo, verificamos que são as mulheres as mais penalizadas. Em Figueiró dos Vinhos, à data dos Censos de 2011, dos 533 indivíduos analfabetos (8,64% da população total), 394 eram mulheres (o equivalente a 74%). Esta tendência é transversal a todos os concelhos do norte do distrito de Leiria, ainda com maior relevância no concelho de Alvaiázere.

**GRÁFICO N.º 22 - POPULAÇÃO RESIDENTE ANALFABETA COM 10 OU + ANOS, POR SEXO 2011**



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

Importa agora analisar o nível de instrução da população residente em cada freguesia do concelho de Figueiró dos Vinhos. No gráfico seguinte encontram-se representadas as percentagens de população residente segundo o nível de instrução no ano de 2011.

A primeira conclusão que podemos retirar é que é ainda muito elevado o peso da população sem nenhum nível de instrução. Na NUT I – Continente, 19% da população não possuía qualquer nível de instrução. Esta percentagem é aproximada na NUT II (20%) e III (22%) e sofre um aumento quando diminuimos a escala de análise ao nível concelhio. Em Figueiró dos Vinhos a percentagem de população sem nenhum nível de instrução representava 24% do seu total.

É o Ensino Básico que congrega a maior percentagem de população em todas as unidades territoriais, com especial destaque para o 1º Ciclo do Ensino Básico, o que expressa a pouca aposta no fator ensino ao longo dos anos. Na NUT I – Continente, 25% da população possuía este nível de ensino e a percentagem de população aumenta ainda mais a partir da NUT III (32%) e a nível concelhio. No concelho de Figueiró dos Vinhos, 33% da população tinha frequentado o 1º CEB. O 2º e 3º CEB registam percentagens aproximadas em todas as NUT (13% e 16%). A nível concelhio observa-se uma ligeira diminuição da população que frequentou este nível de ensino (entre os 11% e os 12%).

O Ensino Secundário e Superior são os que apresentam uma menor representatividade nos concelhos em análise, relativamente às NUT, porém, também nestas, a percentagem de indivíduos que frequentaram o Ensino Secundário (13%) e o Ensino Superior (12%), são ainda pouco expressivas no total da população.

**GRÁFICO N.º 23 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO (%) 2011**



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

Efetuada uma análise por freguesia, verificamos que são as freguesias de Campelo e Arega que reúnem a maior percentagem de população sem qualquer nível de ensino (34% e 31%, respetivamente), em ambos os casos superior à média do concelho. O Ensino Básico é o que reúne a maior percentagem de população, principalmente o 1º CEB. O 2º CEB apresenta percentagens aproximadas em todas as freguesias. No 3º CEB, destaca-se a freguesia de Figueiró dos Vinhos, com 16% da população. O Ensino Superior é o menos representado e mais atípico a nível das freguesias.

**GRÁFICO N.º 24 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO POR FREGUESIA (%) 2011**



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

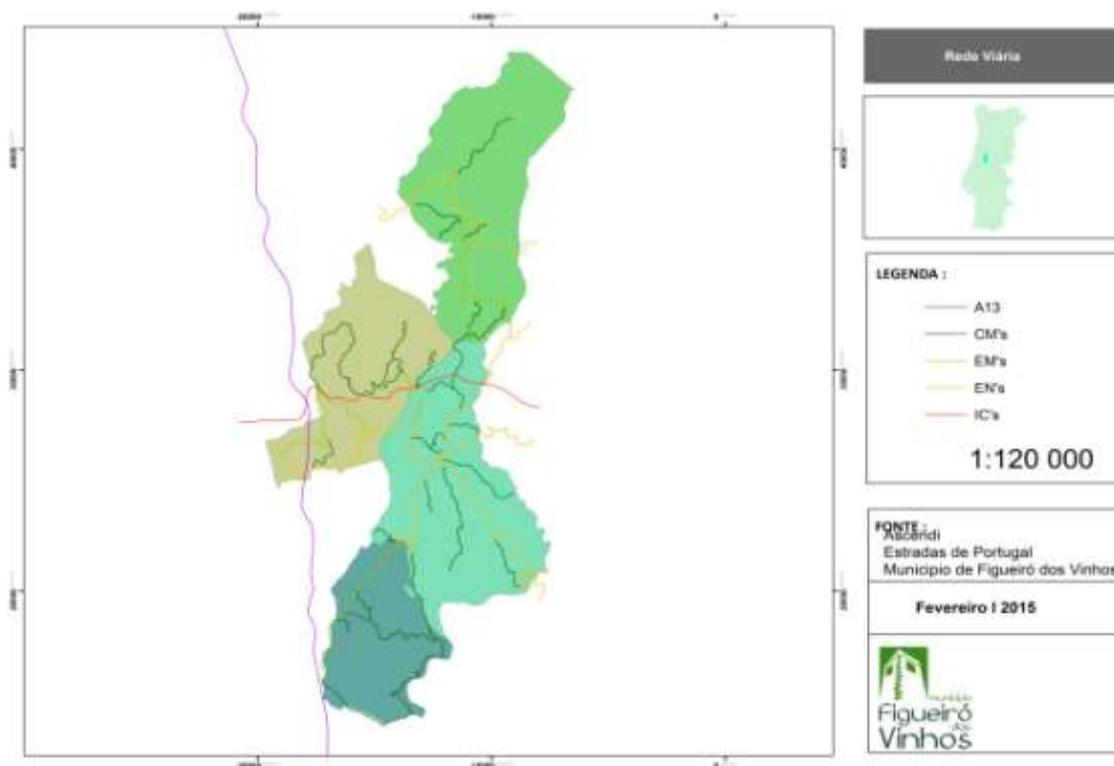
### 3.3 REDE VIÁRIA, ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE

#### 3.3.1 Rede Viária

A rede viária é um dos elementos estruturantes de um território. Neste sentido, o presente capítulo tem como principal objetivo disponibilizar uma leitura breve e simplificada sobre a rede viária que atravessa o concelho de Figueiró dos Vinhos. As características orográficas do concelho condicionaram o desenvolvimento de uma rede viária adequada.

O concelho de Figueiró dos Vinhos beneficia de uma localização privilegiada no contexto regional, fruto das boas acessibilidades externas que o servem (IC8 e A13) permitindo a rápida ligação à A1 (Autoestrada do Norte) e à A23 (Autoestrada da Beira Interior), bem como à Linha Ferroviária do Norte em Pombal, e a Centros Urbanos como Coimbra, Tomar, Leiria e Castelo Branco. Pode afirmar-se que esta melhoria progressiva em termos de acessibilidades, proporcionou uma quebra significativa do isolamento geográfico de outros tempos.

**MAPA N.º 2 – REDE VIÁRIA DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS**



A rede viária concelhia é composta por três níveis hierárquicos: a nacional (através da rede nacional e rede regional) designada por Estradas Nacionais (EN) e Regionais (ER), as anteriores estradas nacionais (desclassificadas no âmbito do PRN2000 passam a integrar a rede municipal) e, finalmente, a rede municipal, constituída por Estradas Municipais (EM) e Caminhos Municipais (CM).

O concelho de Figueiró dos Vinhos é servido por dois Itinerários Complementares - IC (IC3 e IC8), duas Estradas Nacionais (EN 347, EN 236-1), seis Estradas Municipais (EM 521, EM 524, EM 525, EM 517, EM 237 e EM 350) e 30 Caminhos Municipais (CM).

O IC8 atravessa o concelho de Figueiró dos Vinhos, permitindo a ligação aos concelhos de Pedrógão Grande, Sertã, Proença-a-Nova e Castelo Branco, em cujo concelho é possível o acesso ao IP2. O IC3 liga Tomar a Coimbra, atravessando o concelho de Figueiró dos Vinhos no extremo sudoeste da freguesia de Aguda, prosseguindo em direção aos concelhos de Penela e finda em Condeixa, no Distrito de Coimbra. Estes eixos, pelo facto de estarem integrados na rede complementar, estabelecem as ligações de maior interesse regional.

Mais recentemente, o concelho passou a beneficiar do acesso à A13<sup>24</sup> que atravessa o concelho na freguesia de Aguda, onde existe um nó de ligação (Fato), o que permitiu encurtar significativamente as distâncias entre Coimbra e Tomar.

No que se refere às estradas nacionais, integram igualmente a Rede Complementar, pelo que asseguram ligações de elevada importância regional. A EN 236-1 estabelece a ligação entre o concelho de Castanheira de Pera e o concelho de Figueiró dos Vinhos.

A EM 350 possibilita a ligação com o concelho de Pedrógão Grande, atravessando a freguesia de Figueiró dos Vinhos longitudinalmente.

No que se refere às estradas municipais estas estabelecem a ligação entre as estradas nacionais e as povoações. A EM 525 tem início na EM 237, para novamente bifurcar nesta estrada. Atravessa as principais povoações da freguesia de Aguda.

A EM 524 resulta da bifurcação com a EM 237, no acesso à Aldeia Ana de Aviz, ligando esta à Aldeia da Cruz (localidades da freguesia de Figueiró dos Vinhos), e posteriormente a Chimpeles (freguesia de Aguda), na qual entronca com o Caminho Municipal (CM) 1134. A EM 521, é entroncada pela EN 236-1, passa inicialmente no concelho de Castanheira de Pera, atravessando posteriormente a freguesia de Campelo, onde se cruza com o CM 1125.

A EM 237 atravessa as freguesias de Aguda, Figueiró dos Vinhos, Bairradas, continuando em direção ao concelho da Sertã.

A EM 517 permite o acesso ao IC3, já no concelho de Alvaiázere. No concelho de Figueiró dos Vinhos o traçado da EM 517 percorre as principais povoações da freguesia de Arega, na qual bifurcam três caminhos municipais: CM 1144, CM 1145 e CM 1145-1. Após o atravessamento da Ribeira de Alge, já na margem direita, cruza-se com a Estrada Municipal 350.

Na generalidade, a rede viária do Município proporciona boas condições à mobilidade de pessoas e bens, quer em deslocamentos internos, quer em ligações regionais ou nacionais. Esta facilidade de deslocação no seio do Município deve ser tida em consideração numa perspetiva da reorganização da rede educativa, sendo uma clara mais-valia na medida em que uma bem organizada rede de transportes escolares depende diretamente de boas acessibilidades. A este nível convirá equacionar a possibilidade do lançamento de intervenções de beneficiação, conservação e reparação das estradas municipais, que delas necessitem, proporcionando às povoações mais isoladas um melhor e mais fácil acesso às sedes de freguesia e à sede do concelho.

<sup>24</sup> O troço da A13 que serve o concelho abriu em Fevereiro de 2013. É uma autoestrada que estabelece a ligação natural entre o norte de Lisboa e o Alentejo e Algarve, interligando a A1 — Autoestrada do Norte, em Santarém e Condeixa-a-Nova, e a A2 — Autoestrada do Sul, na Marateca. Passa ainda pela Chamusca, Golegã e Entroncamento onde entronca com a A23 e daqui para Tomar, Ferreira do Zêzere, Alvaiázere, Penela, Condeixa e Coimbra terminando em Ceira.

### 3.3.2 Mobilidade e movimentos intra-concelhios

#### a) Movimentos intra-concelhios

A análise dos movimentos intra-concelhios permite avaliar o peso das deslocações casa/trabalho e vice-versa, contextualizadas no mesmo concelho. No âmbito da Carta Educativa importa avaliar a expressividade dos movimentos internos, ou seja a população que se desloca para trabalhar ou estudar noutra freguesia, que não aquela que constitui a sua residência.

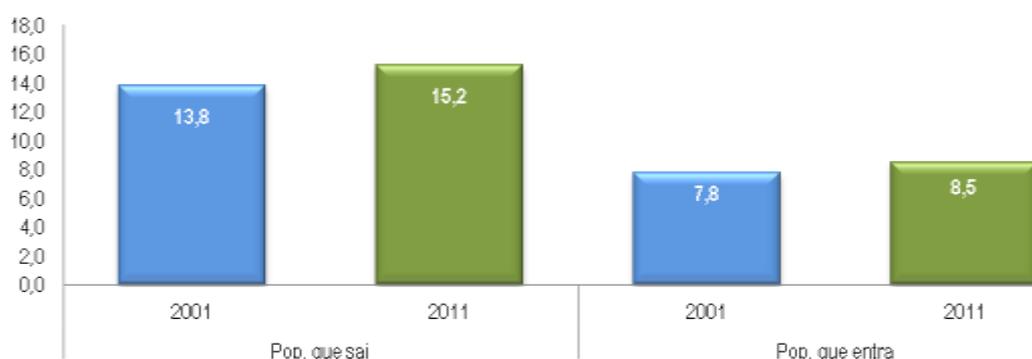
Em termos metodológicos, será utilizada informação estatística concernente a:

- Movimentos pendulares: população que entra e sai do concelho;
- População residente ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo;
- População residente segundo o principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de trabalho ou estudo;
- População residente segundo o tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho ou estudo.

O primeiro ponto permitirá avaliar os movimentos pendulares, a população que entra e sai do concelho, para trabalhar ou estudar.

Da análise do gráfico seguinte, verificamos que, por um lado aumentou a população que sai do concelho de 13,8 para 15,2% (+1,4%) e aumentou ligeiramente a população que entra de 7,8 para 8,5% (+0,7%).

**GRÁFICO N.º 25 - MOVIMENTOS PENDULARES – POPULAÇÃO QUE ENTRA E SAI DO CONCELHO 2001-2011**



Fonte: Censos 2001 e 2011 – INE, Portugal

Relativamente à proporção da população do concelho que trabalha ou estuda noutra freguesia, verificamos que em 2011, 32% da população, se deslocava para outro concelho para trabalhar ou estudar. Esta percentagem sofreu um aumento de 10% relativamente à registada em 2001 e de 7% relativamente a 1991.

Da pesquisa efetuada relativamente à deslocação de alunos do Concelho para concelhos limítrofes, verificou-se que, no ano letivo de 2014/2015, 46 alunos do Concelho se encontravam a frequentar escolas noutros concelhos, (31 alunos encontravam-se matriculados no Agrupamento de Escolas de Ansião<sup>25</sup>, 4 na ETP-Sicó<sup>26</sup>, 5 na ETPZP<sup>27</sup> e 6 em

<sup>25</sup> 9 no 1º Ciclo, 9 no 2º Ciclo e 13 no 3º Ciclo.

<sup>26</sup> Ensino Secundário.

<sup>27</sup> Idem.

Cernache do Bonjardim<sup>28</sup>) com especial enfoque na deslocação de alunos da freguesia de Aguda, para o Concelho de Ansião.

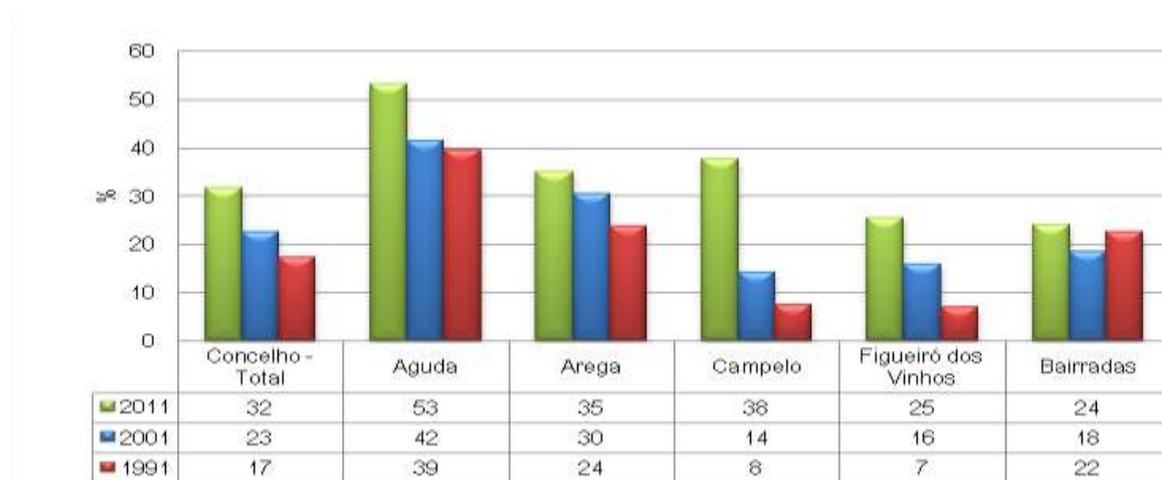
Quanto ao comportamento das freguesias, a freguesia de Figueiró dos Vinhos, pelo facto de ser sede concelhia, e a de Bairradas (a geograficamente mais próxima) são naturalmente as localidades que oferecem um conjunto mais diversificado de oportunidades de emprego e estudo. Este é um dos principais fatores justificativos para fixarem o maior número de residentes, que simultaneamente trabalha/estuda e reside na mesma freguesia, registando-se nestas as menores percentagens de população que tem de sair para trabalhar ou estudar noutros locais (25% e 24%, respetivamente). Mesmo assim, a freguesia de Figueiró dos Vinhos, agora União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, viu aumentar consideravelmente a percentagem de população que se desloca para fora, nos últimos anos.

A freguesia de Aguda, por se encontrar mais próxima do concelho de Ansião, polo mais industrializado e com uma oferta mais diversificada de emprego e educação, é a freguesia que revela a percentagem mais elevada de população a trabalhar ou estudar fora (53% em 2011).

Campelo, por ter menos oportunidades de trabalho localmente e por ter visto nos últimos anos as suas escolas encerradas, foi também uma das que viu aumentar substancialmente a percentagem de deslocações para fora, para trabalhar ou estudar (de 8% em 1991 para 38% em 2011).

Por último, a freguesia de Arega foi a que se manteve mais estável nos últimos anos, porém, 35% da sua população, desloca-se também para outro município para trabalhar ou estudar.

**GRÁFICO N.º 26 - PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO QUE TRABALHA OU ESTUDA NOUTRO MUNICÍPIO (CONCELHO E FREGUESIAS) 2011**



Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 – INE, Portugal

Relativamente ao meio de transporte mais utilizado pela população do concelho nos movimentos pendulares, podemos verificar no gráfico seguinte, uma predominância das deslocações em automóvel próprio e como passageiro, quer a análise seja efetuada em termos do concelho, quer das freguesias.

As deslocações em autocarro, revelam também alguma expressividade, principalmente quando nos referimos às freguesias de Campelo, Arega e Bairradas (entretanto extinta). Da mesma forma, quando nos referimos aos transportes coletivos de empresas ou escolas, verificamos que a freguesia de Figueiró dos Vinhos, sede de concelho e sede do

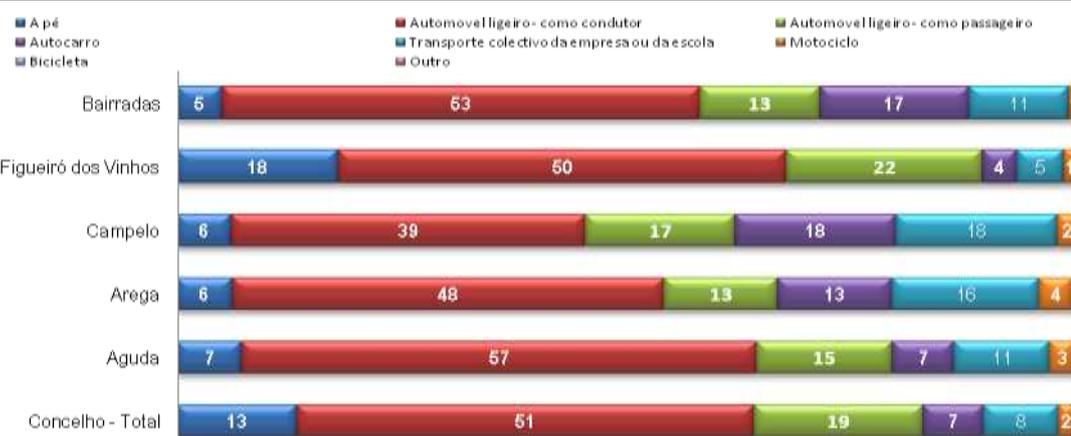
<sup>28</sup> Ensino Secundário.

Agrupamento de Escolas, é a que menos utiliza este tipo de transporte, por dele menos necessitar (5%). Já nas outras freguesias e a nível concelhio, a utilização deste meio de transporte assume expressividade (entre 8% a 18%).

As deslocações a pé, são mais frequentes na freguesia de Figueiró dos Vinhos (18%), pelos motivos já mencionados (maior proximidade relativamente a emprego e formação).

As outras alternativas mencionadas (bicicleta, motociclo, outro), não revelam grande expressividade na sua utilização.

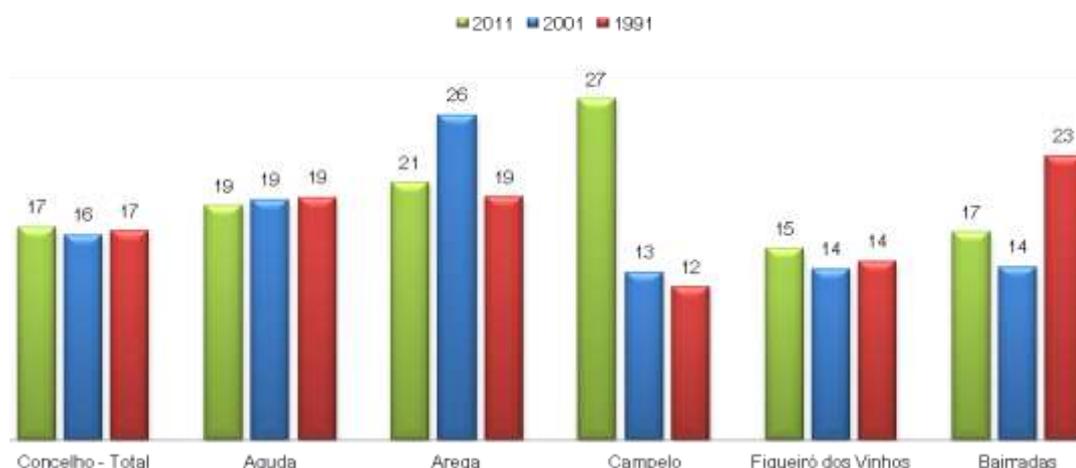
**GRÁFICO N.º 27 - MEIO DE TRANSPORTE MAIS UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES (%) CONCELHO E FREGUESIAS 2011**



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal

Por último, centramos a nossa análise na duração média dos movimentos pendulares da população trabalhadora ou estudante, por local de residência. Os tempos médios (em minutos) subjacentes às deslocações no trajeto local de trabalho/estudo, versus, local de residência são predominantemente balizados pelas deslocações até 30 minutos, dependendo do local de origem. Ao nível concelhio a população demora até 17 minutos nos movimentos pendulares, valor sem grande alteração, quando comparado com os períodos anteriores apresentados. Os tempos de deslocação mais elevados (de 20 a 30 minutos aproximadamente) são registados pelas freguesias de Aguda, Arega e Campelo (esta ultima mais distante da sede de concelho). As freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, são as que menos tempo perdem nos movimentos pendulares (15 a 17 minutos).

**GRÁFICO N.º 28 - DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES EM MINUTOS (CONCELHO E FREGUESIAS) 1991-2001-2011**



Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE, Portugal

## **CAPÍTULO IV**

# **CARATERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO**

---

## 4.1 ENQUADRAMENTO/DISPARIDADES CONCELHIAS

A tabela seguinte reflete o nível de instrução da população do concelho de Figueiró dos Vinhos e sua evolução, entre 2001 e 2011, por faixa etária.

**TABELA N.º 12 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO, POR FAIXA ETÁRIA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2001-2011**

Idade	S/ nível de ensino		Pré-escolar (freq.)		Ensino Básico		Ens. Secundário		Ens. Médio		Ensino Superior	
	2001	2011	2001	2011	Total		2001	2011	2001	2011	2001	2011
					2001	2011						
≤10	235	111	132	122	234	167	0	0	0	0	0	0
10	0	0	0	0	74	47	0	0	0	0	0	0
11	0	0	0	0	73	49	0	0	0	0	0	0
12	0	0	0	0	73	48	0	0	0	0	0	0
13	0	0	0	0	76	55	0	0	0	0	0	0
14	1	0	0	0	90	58	4	0	0	0	0	0
15	0	0	0	0	51	27	39	22	0	0	0	0
16	0	0	0	0	29	10	40	33	0	0	0	0
17	0	0	0	0	30	9	56	51	0	0	0	0
18	2	1	0	0	27	8	37	31	0	4	14	12
19	0	0	0	0	32	14	30	31	0	1	18	23
20	0	0	0	0	34	13	35	31	0	5	19	23
21	1	0	0	0	37	10	24	18	0	8	24	24
22	1	0	0	0	48	15	24	26	0	4	21	18
23	0	0	0	0	43	18	40	20	0	1	25	19
24	1	0	0	0	52	8	40	27	0	3	21	24
25-29	8	4	0	0	264	101	103	59	0	11	59	74
30-34	5	3	0	0	242	132	68	112	1	10	47	59
35-39	10	2	0	0	317	205	75	91	0	7	43	43
40-44	14	9	0	0	419	222	40	60	1	0	31	50
45-49	13	7	0	0	380	300	23	65	4	0	22	51
50-54	15	11	0	0	419	401	19	43	8	0	14	35
55-59	26	14	0	0	381	372	11	30	8	0	17	31
60-64	131	17	0	0	337	413	7	22	4	0	6	29
65-69	139	28	0	0	371	374	11	2	4	0	4	19
70-74	176	110	0	0	308	312	4	5	4	0	6	8
> 75	409	347	0	0	429	598	3	13	3	0	2	9
<b>Total</b>	<b>1187</b>	<b>664</b>	<b>132</b>	<b>122</b>	<b>4870</b>	<b>3986</b>	<b>733</b>	<b>792</b>	<b>37</b>	<b>54</b>	<b>393</b>	<b>551</b>

Fonte: Censos 2001 e 2011, INE, Portugal

De uma forma geral, e efetuando uma comparação dos resultados dos dois períodos intercensitários, observamos, desde logo, uma diminuição importante da população sem qualquer nível de instrução, que em 2011 registou 664 indivíduos (-523 que no período anterior).

A população a frequentar a Educação Pré-Escolar diminuiu ligeiramente, devido à diminuição da natalidade. Se por um lado observámos uma diminuição do número de nascimentos, por outro, a Educação Pré-Escolar tem tido uma procura crescente por parte das famílias.

É notório que o Ensino Básico é o ciclo que mais se evidencia, pois para além de nele representar 3 ciclos de ensino, apresenta, segundo os Recenseamentos Gerais da População de 2011, o número mais elevado de residentes 3986. Este aspeto é sinónimo de uma população com um baixo nível de instrução. Foi também no Ensino Básico que se acentuou mais a diferença relativamente a 2001, com uma diminuição de 884 residentes.

O Ensino Secundário, Médio e Superior, têm vindo a ganhar expressão ao longo dos últimos anos, tendo-se registado um acréscimo em todos eles, mais expressivo no Ensino Superior. Em 2011, 551 residentes tinham formação de nível superior, mais 212 que em 2001.

#### 4.1.1 Taxa Bruta de Pré-escolarização

Dispõe a Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, que a Educação Pré-Escolar enquadra um subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico.

Realiza-se em estabelecimentos próprios designados por jardins-de-infância, ou incluídos em unidades escolares onde também é ministrado o Ensino Básico.

Tomando como referencia os dados estatísticos fornecidos pela DGEEC, a taxa bruta de pré-escolarização<sup>29</sup> referente aos anos de 2004/2005 do concelho de Figueiró dos Vinhos, era de 86%, contra 14% da população que não frequentava estes estabelecimentos. Comparativamente com o que se verificava em concelhos limítrofes, notava-se que Ansião já apresentava uma taxa superior a 100% (108,1%) e os restantes concelhos em análise, à exceção de Alvaiázere, apresentavam valores muito próximos dos 100%. Ainda assim, Figueiró dos Vinhos registava uma taxa superior à média nacional para esta altura (77,8%) e bastante próxima das registadas na NUT II e III, com 88,6% e 89%, respetivamente.

TABELA N.º 13 - EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO 2004-2013

	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	77,8	78,1	78	79,5	83,2	84,7	87,2	90,9	90,4
<b>Centro</b>	89,5	90,5	90,6	92	92,7	91,4	93,4	97	96,4
<b>PIN</b>	88,9	93,9	91,6	96,4	94,7	93,1	93,6	100,8	100,5
<b>Alvaiázere</b>	75,6	82,1	84,6	91,2	99,3	93,2	94,8	97,9	102,2
<b>Ansião</b>	108,1	111,7	115,4	111,2	103,3	106,5	103,8	115,4	110
<b>Castanheira de Pera</b>	97,5	92,4	87,3	88,7	106,1	101,6	110,5	105,4	105,8
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>86</b>	<b>92,3</b>	<b>99,4</b>	<b>120,5</b>	<b>113,8</b>	<b>112,8</b>	<b>104,9</b>	<b>119,4</b>	<b>114,3</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	96,6	77,1	93,3	95,3	97,8	109,8	100	109,1	91,3

Fonte: DGEEC in "Regiões em Números 2012/2013 – Centro, Vol. II – Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>.

Dados mais recentes, apontam para um crescimento da taxa bruta de pré-escolarização no concelho, sendo esta, no ano letivo 2012/2013 de 114,3%, consubstanciando num aumento de 28,3% face aos anos de 2004/2005. Figueiró dos

<sup>29</sup> Taxa Bruta de Escolarização – Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade, e a população em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Vinhos era o concelho que apresentava uma maior taxa de pré-escolarização em relação aos concelhos de Ansião (110%), Alvaiázere (102,2%), Pedrógão Grande (91,3%), bem como em relação aos valores registados a nível nacional (90,4%), e da NUT II (96,4%) e III (100,5%).

Este crescimento, que se encontra situado acima dos 100%, traduz a qualidade dos serviços prestados às crianças e respetivas famílias, tornando-se um fator de atração de crianças providas de outros concelhos, o que poderá constituir-se como um fator potenciador de crescimento e mais-valia para o concelho.

#### 4.1.2 Taxas Brutas de Escolarização – Ensino Básico e Secundário

A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece que o Ensino Básico assume a duração de 9 anos e compreende três ciclos de ensino sequenciais, sendo o 1º Ciclo de 4 anos, o 2º Ciclo de 2 anos e o 3º Ciclo de 3 anos. Ingressam no Ensino Básico as crianças que completem 6 anos até ao dia 15 de Setembro.

A nível local, o Ensino Básico é aquele que reúne maior número de alunos matriculados.

A tabela seguinte mostra-nos a evolução da Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Básico. Da sua análise, aferimos uma oscilação ao longo dos últimos anos, sendo que em 2004/2005 se estabeleceu nos 111,4%, em 2010/2011 em 97,7% e, em 2012/2013 em 99,5%, valores abaixo do valor assinalado em Portugal no mesmo ano letivo (112,6%) e das NUT II (110,2%) e III (106,6%). Dos concelhos em análise, apenas Pedrógão Grande registou uma Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Básico abaixo da registada em Figueiró dos Vinhos (92,5%).

**TABELA N.º 14 - EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO BÁSICO 2004-2013**

	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	117	116,2	117,6	121,3	131	127,5	122,4	118,3	112,6
<b>Centro</b>	116,5	115,1	116,4	119	129,6	126,3	122,3	115,7	110,2
<b>PIN</b>	114,6	114	116,3	116,6	126,6	121,8	117,7	112,4	106,6
<b>Alvaiázere</b>	109,3	110,5	111,7	117,4	106,2	107,3	103,4	107,8	103,5
<b>Ansião</b>	129,8	126	131,1	136,4	165,4	157,4	144,7	136,7	125,2
<b>Castanheira de Pera</b>	115,2	124,8	127,4	122,1	111,9	114,4	113,6	106	109
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>111,4</b>	<b>108,2</b>	<b>106,1</b>	<b>100,2</b>	<b>106,7</b>	<b>100,2</b>	<b>97,7</b>	<b>113,2</b>	<b>99,5</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	128,2	130,5	118,3	121,3	113,5	120,3	121,1	100,6	92,5

Fonte: DGEEC in "Regiões em Números 2012/2013 – Centro", Vol. II – Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>.

O Ensino Secundário tem a duração de 3 anos (10º, 11º e 12º ano) e organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para o prosseguimento dos estudos ou para a vida ativa, garantindo-se a permeabilidade entre ambos os tipos de curso.

Relativamente à Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário, para os anos letivos em análise, podemos verificar na tabela seguinte que, no ano letivo de 2012/2013, esta atingiu em Figueiró dos Vinhos os 109,8%, o que significa que ocorreu uma redução de - 20% em relação ao ano letivo de 2004/2005. Este facto traduz-se numa progressiva perda de alunos deste nível de ensino no concelho, no entanto, situa-se acima da registada na NUT III (101,4%), mas abaixo da registada na região centro (118,8%) e no Continente (122%). Nos concelhos em análise, observamos valores bastante díspares. Pedrogão Grande, onde funciona há vários anos uma escola profissional, tem-se revelado um polo de atração de alunos no Ensino Secundário, oriundos de outros concelhos, daí a elevada taxa que apresenta (219,4%). O mesmo

acontece em Ansião (137,6%). O Concelho de Alvaiázere é o que apresenta a taxa mais baixa (62%), bastante inferior à média nacional e regional. Castanheira de Pera não tem oferta neste nível de ensino.

**TABELA N.º 15 - EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA ESCOLARIZAÇÃO ENSINO SECUNDÁRIO 2004-2013**

	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	108,3	99,4	102,6	101,2	149,2	148,4	136,3	126,1	122
<b>Centro</b>	112,2	104	105,7	102,2	151,6	150,9	133,4	125	118,8
<b>PIN</b>	89,6	75,1	82,4	77,1	136,4	1414,1	116,4	106,6	101,4
<b>Alvaiázere</b>	73,3	71,8	57,8	58,1	78	79,7	68,6	47,4	62
<b>Ansião</b>	112,4	87	111,5	103,7	258,9	190,7	180,7	141,5	137,6
<b>Castanheira de Pera</b>									
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>129,7</b>	<b>114</b>	<b>113,8</b>	<b>102,8</b>	<b>137,9</b>	<b>148,6</b>	<b>160,1</b>	<b>134,2</b>	<b>109,8</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	244,4	210,4	212,2	224,5	229,2	225,2	232,8	235	219,4

Fonte: DGEEC in "Regiões em números 2012/2013 – Centro", Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>.

#### 4.1.3 Taxas de Transição/Conclusão

O cálculo das Taxas de Transição/Conclusão<sup>30</sup>, permite-nos aferir, por um lado a transição entre anos letivos mediante aproveitamento e, por outro, a conclusão de um nível de ensino (9º ou 12º ano).

Nas tabelas seguintes podemos aferir os resultados para o concelho de Figueiró dos Vinhos, NUT e concelhos limítrofes, por nível de ensino.

Relativamente ao Ensino Básico, a taxa de transição registada a nível nacional era de 89,8%, valor que observou um pequeno decréscimo relativamente aos anos anteriores. A NUT II e III apresentam resultados similares.

Figueiró dos Vinhos apresentava, em 2012/2013, uma taxa de transição superior à registada a nível nacional e da NUT III (90,5%). Nos anos letivos em análise observaram-se algumas oscilações cujo valor mais elevado foi atingido no ano letivo 2007/2008, onde atingiu quase os 100% (97,3%). Comparativamente aos concelhos em análise, Alvaiázere apresentou resultados semelhantes aos registados no concelho (90,3%) e os restantes ligeiramente acima.

**TABELA N.º 16 – EVOLUÇÃO DA TAXA TRANSIÇÃO ENSINO BÁSICO (TOTAL) 2004-2013**

Unidades Territoriais	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	88,5	89,4	90,0	92,3	92,4	92,4	92,7	90,5	89,8
<b>Centro</b>	89,9	90,9	91,6	93,6	93,5	93,2	93,5	91,5	90,7
<b>PIN</b>	88,9	89,8	90,2	92,9	92,5	93,1	91,6	89,7	89,0
<b>Alvaiázere</b>	89,8	91,9	92,0	96,0	95,0	95,8	95,7	91,7	90,3
<b>Ansião</b>	90,6	93,7	95,1	93,5	94,7	94,2	92,9	93,0	93,1
<b>Castanheira de Pera</b>	90,7	89,5	87,0	86,1	90,8	96,2	89,2	84,4	91,3
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>90,1</b>	<b>93,4</b>	<b>93,3</b>	<b>97,3</b>	<b>95,8</b>	<b>92,9</b>	<b>94,9</b>	<b>86,0</b>	<b>90,5</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	81,6	83,0	90,2	95,3	92,8	90,2	92,0	94,1	92,2

Fonte: DGEEC in "Regiões em números 2012/2013 – Centro", Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>. (adaptado)

Analisando a taxa de transição do Ensino Básico por ciclos, verificamos que, no 1º CEB, o concelho de Figueiró dos Vinhos registou, em 2012/2013, uma taxa de transição de 97%, um dos melhores resultados alcançados nos concelhos

<sup>30</sup> Taxa de Conclusão/Transição – Relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo. Usamos a designação “taxa de conclusão” quando nos referimos ao aproveitamento no fim do nível de ensino, ou seja no 9º e no 12º ano.

em análise e superior à média nacional (95,5%) e regional (95,7%). Nos anos letivos em análise registou sempre valores acima dos 90%, registando o mesmo cenário em todas as unidades territoriais.

**TABELA N.º 17 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO 1º CICLO 2004-2013**

Unidades Territoriais	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	94,8	95,7	96,1	96,4	96,6	96,5	96,8	95,8	95,5
<b>Centro</b>	95,5	96,4	96,4	96,9	96,8	96,7	97,2	96,2	95,7
<b>PIN</b>	94,7	95,7	95,0	96,1	96,1	96,2	96,5	95,2	94,6
<b>Alvaiázere</b>	94,1	98,2	94,5	97,1	95,9	97,0	97,7	98,5	95,7
<b>Ansião</b>	96,4	97,0	98,0	97,2	97,4	97,5	96,5	96,2	98,2
<b>Castanheira de Pera</b>	93,2	94,1	94,5	92,1	92,5	96,9	92,6	91,8	95,3
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>91,7</b>	<b>99,2</b>	<b>97,2</b>	<b>97,4</b>	<b>96,2</b>	<b>93,2</b>	<b>95,2</b>	<b>94,3</b>	<b>97,0</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	89,2	100,0	97,8	99,2	94,0	93,5	92,6	92,9	95,8

Fonte: DGEEC in "Regiões em números 2012/2013 – Centro", Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>. (adaptado)

No 2º CEB assiste-se a uma redução, ainda que ligeira, das taxas de transição, em todas as unidades territoriais em análise e em todos os anos letivos, comparativamente aos resultados do 1º CEB. Figueiró dos Vinhos atinge a taxa mais baixa dos concelhos em análise (86%), e ligeiramente inferior à média nacional (87,6%), regional (88,9%) e da NUT III (87,5%). Os outros concelhos em análise superaram a média nacional, tendo Alvaiázere registado o melhor resultado em 2012/2013 com uma taxa de transição de 92,1%.

**TABELA N.º 18 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO 2º CICLO 2004-2013**

Unidades Territoriais	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	87,5	89,5	89,7	92,2	92,5	92,5	92,9	89,0	87,6
<b>Centro</b>	90,3	91,9	92,1	94,1	94,5	94,2	93,8	90,7	88,9
<b>PIN</b>	90,8	94,1	93,4	96,0	95,6	95,4	93,0	90,6	87,5
<b>Alvaiázere</b>	92,2	97,6	96,2	97,9	95,9	98,5	96,9	94,9	92,1
<b>Ansião</b>	88,6	92,4	92,2	93,9	96,3	95,0	92,6	94,3	91,8
<b>Castanheira de Pera</b>	93,8	93,0	94,9	89,3	92,6	93,8	89,5	81,1	91,3
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>98,4</b>	<b>94,3</b>	<b>91,9</b>	<b>98,3</b>	<b>99,2</b>	<b>93,5</b>	<b>96,8</b>	<b>83,5</b>	<b>86,0</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	87,1	87,2	86,1	98,7	95,0	95,0	89,9	98,5	90,3

Fonte: DGEEC in "Regiões em números 2012/2013 – Centro", Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>. (adaptado)

À medida que avançamos no nível de ensino, as taxas de transição têm tendência a diminuir, ainda que o valor desta diminuição seja residual. Assim, ao observarmos a tabela seguinte relativa às taxas de transição/conclusão do 3º CEB, verificamos que o valor mais baixo é registado a nível nacional (81,2%). Também na NUT II o valor apresentado não vai além dos 85,8% e, na NUT III dos 83,6%.

A nível concelhio, verificamos algumas oscilações na taxa de transição do 3º CEB nos anos letivos em análise. O ano letivo que registou a melhor taxa de transição de 96,2%, registou-se em 2007/2008, contra os 78,5% registados em 2011/2012.

Nos restantes concelhos, as taxas de transição apresentadas são, em todos, superiores à média nacional e regional e, em todos inferiores a 90%.

**TABELA N.º 19 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO 3º CICLO 2004-2013**

Unidades Territoriais	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	80,7	69,4	75,4	79,4	81,3	81,1	79,5	80,3	81,2
<b>Centro</b>	82,3	83,0	84,8	88,4	88,1	87,8	88,5	86,4	85,8
<b>PIN</b>	79,7	79,2	81,6	86,2	85,3	87,2	84,7	82,8	83,6
<b>Alvaiázere</b>	84,5	82,1	85,7	92,6	92,9	92,2	92,9	82,6	84,0
<b>Ansião</b>	85,2	90,6	93,2	87,9	89,6	89,4	89,0	88,7	88,4
<b>Castanheira de Pera</b>	85,0	81,7	72,7	76,9	87,9	96,9	85,9	77,8	87,4
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>83,5</b>	<b>85,9</b>	<b>88,6</b>	<b>96,2</b>	<b>92,1</b>	<b>92,2</b>	<b>93,4</b>	<b>78,5</b>	<b>85,6</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	70,9	68,5	84,2	89,5	89,6	82,5	92,6	92,9	89,3

Fonte: DGEEC in "Regiões em números 2012/2013 – Centro", Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>. (adaptado)

Quanto ao Ensino Secundário que, a partir de 2012 coincide com a conclusão da escolaridade obrigatória<sup>31</sup>, o concelho de Figueiró dos Vinhos sobressai, no ano letivo 2012/2013, com uma taxa de conclusão de 87,1%, valor superior ao registado a nível nacional (81,2%), da NUT II e III (82%) e da maioria dos concelhos em análise, apenas suplantado por Ansião, onde a taxa de conclusão do Ensino Secundário atingiu os 88,8%. Pedrógão Grande registou, em 2012/2013, a taxa de conclusão do Ensino Secundário mais baixa (69,4%). Como já foi anteriormente referido, Castanheira de Pera não tem oferta neste nível de ensino.

**TABELA N.º 20 – EVOLUÇÃO DA TAXA CONCLUSÃO ENSINO SECUNDÁRIO 2004-2013**

Unidade Territoriais	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	68,1	69,4	75,4	79,4	81,3	81,1	79,5	80,3	81,2
<b>Centro</b>	67,6	69,5	76,2	80,4	81,7	82,1	80,6	81,1	82,2
<b>PIN</b>	63,5	68,2	72,4	76,4	78,0	80,6	81,2	81,2	82,0
<b>Alvaiázere</b>	65,8	63,5	83,2	78,6	80,9	78,2	84,3	77,5	83,3
<b>Ansião</b>	67,9	74,7	73,9	74,1	82,8	85,4	84,8	87,6	88,8
<b>Castanheira de Pera</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>61,4</b>	<b>76,3</b>	<b>83,7</b>	<b>83,7</b>	<b>81,1</b>	<b>79,9</b>	<b>78,1</b>	<b>87,2</b>	<b>87,1</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	50,0	-	-	-	80,3	78,4	81,9	80,9	69,4

Fonte: DGEEC in "Regiões em números 2012/2013 – Centro", Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>. (adaptado)

Por último, relativamente ao Ensino Superior, não dispondo das taxas de conclusão deste nível de ensino por ano letivo, a nível concelhio, optou-se por apresentar os dados do INE correspondentes à proporção da população residente com o Ensino Superior completo<sup>32</sup>, por local de residência, aferidos aos Censos de 1991, 2001 e 2011, para melhor se observar a sua evolução.

Assim, podemos verificar no gráfico seguinte que a proporção de residentes com o ensino superior completo, apresenta resultados bem mais modestos em todas as unidades territoriais, sobretudo quando diminuimos a escala de análise ao nível concelhio. Não obstante, observa-se uma melhoria progressiva relativamente aos resultados de 1991 e 2001 em todas elas.

A nível nacional, apenas 15,3% da proporção da população residente, tinha concluído o ensino superior, em 2011.

<sup>31</sup> A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade, define que a escolaridade obrigatória cessa com a obtenção de diploma do Ensino Secundário ou, quando o aluno perfaça 18 anos. O Dec. Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, decreta a matrícula e frequência obrigatória a todos os alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos.

<sup>32</sup> População residente 21 e mais anos com ensino superior concluído/ População residente com 21 e mais anos\*100.

Em Figueiró dos Vinhos, a proporção de população residente que tinha completado o ensino superior era de 7,1%, semelhante à registada na NUT III (7,7%). Os resultados dos restantes concelhos, não diferem muito destes. Refira-se apenas que em todos os concelhos em análise, os valores atingidos são inferiores à média da NUT III:

**GRÁFICO N.º 29 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM O ENSINO SUPERIOR COMPLETO 1991-2001-2011**



Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE, Portugal

A análise destes resultados reforça a necessidade de elevar o nível de instrução e qualificação da população portuguesa, principalmente a de nível superior, fundamental para assegurar a competitividade com os países da união europeia.

#### 4.1.4 Abandono Escolar

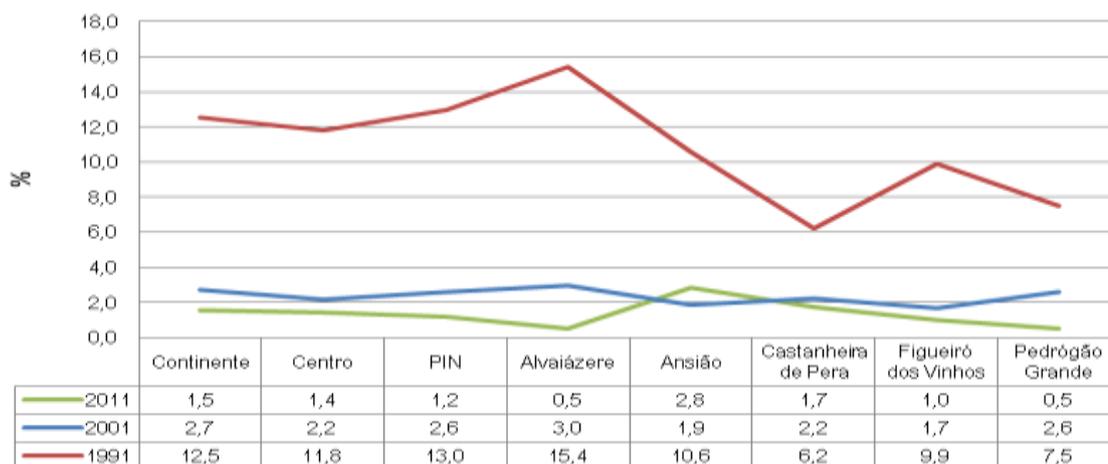
O abandono escolar precoce é um fenómeno complexo para o qual contribuem uma plêiade de fatores que tornam difícil a sua compreensão, recorrendo apenas a um modelo explicativo simples. Na opinião de Luís Capucha, num estudo desenvolvido sobre esta questão, é-nos possível identificar, a partir das teorias correntes sobre estas problemáticas relativas ao sucesso e insucesso escolar, quatro conjuntos articulados de variáveis que permitem a reconstrução de situações-tipo do abandono escolar precoce, nomeadamente: o conjunto dos fatores e dinâmicas associadas ao desajustamento entre a linguagem tradicional da escola e o capital cultural das famílias e dos alunos; o conjunto dos fatores e dinâmicas associadas à articulação entre os alunos e suas famílias, a escola e o mercado de trabalho; o conjunto de fatores específicos do funcionamento do sistema de educação e formação e o conjunto de fatores e dinâmicas associadas à relação entre os agentes educativos-formativos e comunidades, grupos ou pessoas particularmente problemáticos.

Como podemos observar no gráfico seguinte, em termos da taxa de abandono escolar e segundo os dados disponibilizados pelo INE para o concelho de Figueiró dos Vinhos, esta fixava-se, em 2011, nos 0,98%, valor ligeiramente inferior ao verificado na NUT II e III (de 1,4% e 1,21%, respetivamente) e também inferior à média nacional de 1,58%.

Fazendo uma leitura mais atenta dos dados e efetuando uma comparação com os Censos anteriores, nomeadamente os de 1991, verifica-se um decréscimo bastante significativo na Taxa de Abandono Escolar, onde sobressaem os valores apresentados para as NUT I, II e III e para os concelhos de Alvaiázere e Ansião que, de taxas superiores a 10%

em 1991, apresentaram nos últimos Censos valores entre os 0,5% e os 2,8%. Relativamente aos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande, refira-se que já em 1991, apresentavam valores bastante inferiores à média nacional da altura.

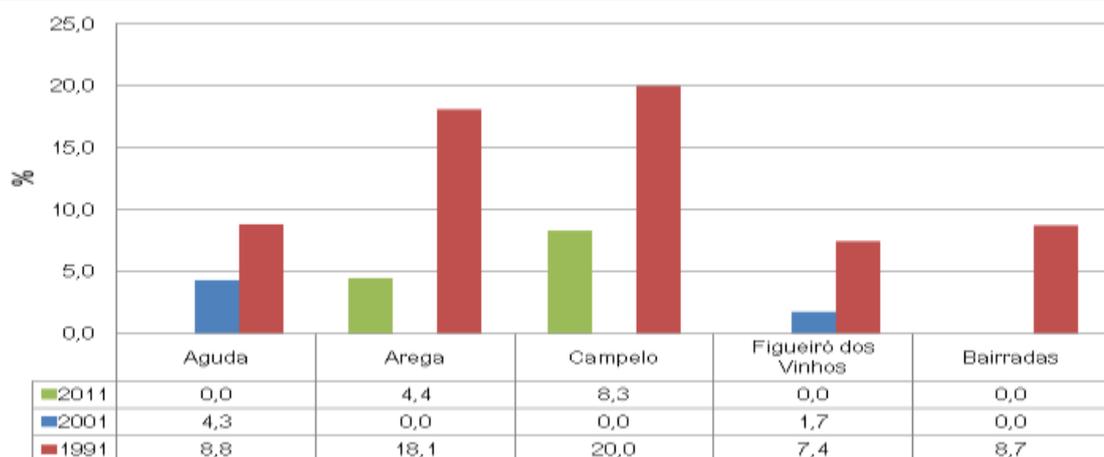
**GRÁFICO N.º 30 – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR POR LOCAL DE RESIDÊNCIA 1991-2001-2011**



Fonte: INE – Censos 1991, 2001 e 2011.

Efetuada uma análise do abandono escolar por freguesia, verificamos que, contrariamente ao observado em 1991, onde todas as freguesias apresentavam abandono escolar e algumas com expressividade (Campelo 20% e Arega 18%), em 2001 assiste-se já a uma redução significativa da taxa de abandono circunscrevendo-se esta apenas às freguesias de Aguda (4,3%) e Figueiró dos Vinhos (1,7%). Em 2011 o cenário volta a alterar-se. Campelo apresenta uma taxa de abandono de 8,3% e Arega de 4,4%.

**GRÁFICO N.º 31 – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR POR FREGUESIA 1991-2001-2011**



Fonte: INE – Censos 1991, 2001 e 2011.

Ainda assim, os dados estatísticos demonstram, de forma clara, o resultado dos esforços institucionais desenvolvidos nos últimos anos, para a qual pode também ter contribuído a recente medida de alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos ou à conclusão do Ensino Secundário, preconizado pelo recente Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto. Esta medida tenciona contrariar a desvantagem estrutural portuguesa relativa às qualificações da população, que constituem uma clara desvantagem para o país. Considera-se que o cumprimento da escolaridade de 12 anos é relevante para o progresso social, económico e cultural e que, como tal, é necessário assegurar que todos os cidadãos até aos 18 anos devem receber uma educação e formação de qualidade.

#### 4.1.5 Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico

A taxa de retenção e desistência no ensino básico<sup>33</sup> representa o número de alunos que não transita de ano, comparativamente ao número de alunos que frequenta esse mesmo ano de escolaridade.

Esta taxa pode ajudar a justificar, em parte, as taxas de abandono retratadas na alínea anterior, isto porque um dos fatores que precipita o abandono escolar é o recorrente historial de retenções.

A tabela seguinte mostra-nos a evolução da taxa de retenção e desistência no Ensino Básico, por ciclos de ensino.

**TABELA N.º 21 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA DO ENSINO BÁSICO 2004-2013**

1º CEB	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	5,2	4,3	3,9	3,6	3,4	3,5	3,2	4,2	4,5
<b>Centro</b>	4,5	3,6	3,6	3,1	3,2	3,3	2,8	3,8	4,3
<b>PIN</b>	5,3	4,3	5,0	3,9	3,9	3,8	3,5	4,8	5,4
<b>Alvaiázere</b>	5,9	1,8	5,5	2,9	4,1	3,0	2,3	1,5	4,3
<b>Ansião</b>	3,6	3,0	2,0	2,8	2,6	2,5	3,5	3,8	1,8
<b>Castanheira de Pera</b>	6,8	5,9	5,5	7,9	7,5	3,1	7,4	8,2	4,7
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>8,3</b>	<b>0,8</b>	<b>2,8</b>	<b>2,6</b>	<b>3,8</b>	<b>6,8</b>	<b>4,8</b>	<b>5,7</b>	<b>3,0</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	10,8	0,0	2,2	0,8	6,0	6,5	7,4	7,1	4,2
2º CEB	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	12,5	10,5	10,3	7,8	7,5	7,5	7,1	11	12,4
<b>Centro</b>	9,7	8,1	7,9	5,9	5,5	5,8	6,2	9,3	11,1
<b>PIN</b>	9,2	5,9	6,6	4,0	4,4	4,6	7,0	9,4	12,5
<b>Alvaiázere</b>	7,8	2,4	3,8	2,1	4,1	1,5	3,1	5,1	7,9
<b>Ansião</b>	11,4	7,6	7,8	6,1	3,7	5,0	7,4	5,7	8,2
<b>Castanheira de Pera</b>	6,2	7,0	5,1	10,7	7,4	6,2	10,5	18,9	8,7
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>1,6</b>	<b>5,7</b>	<b>8,1</b>	<b>1,7</b>	<b>0,8</b>	<b>6,5</b>	<b>3,2</b>	<b>16,5</b>	<b>14,0</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	12,9	12,8	13,9	1,3	5,0	5,0	10,1	1,5	9,7
3º CEB	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	19,3	30,6	24,6	20,6	18,7	18,9	20,5	19,7	18,8
<b>Centro</b>	17,7	17	15,2	11,6	11,9	12,2	11,5	13,6	14,2
<b>PIN</b>	20,3	20,8	18,4	13,8	14,7	12,8	15,3	17,2	16,4
<b>Alvaiázere</b>	15,5	17,9	14,3	7,4	7,1	7,8	7,1	17,4	16,0
<b>Ansião</b>	14,8	9,4	6,8	12,1	10,4	10,6	11,0	11,3	11,6
<b>Castanheira de Pera</b>	15,0	18,3	27,3	23,1	12,1	3,1	14,1	22,2	12,6
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>16,5</b>	<b>14,1</b>	<b>11,4</b>	<b>3,8</b>	<b>7,9</b>	<b>7,8</b>	<b>6,6</b>	<b>21,5</b>	<b>14,4</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	29,1	31,5	15,8	10,5	10,4	17,5	7,4	7,1	10,7

Fonte: DGEEC in "Regiões em números 2012/2013 – Centro", Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>.

Apesar de algumas disparidades dos resultados entre anos letivos, podemos afirmar, de uma forma geral, que a taxa de retenção/desistência no Ensino Básico tem vindo a diminuir, no 1º Ciclo, em todas as unidades territoriais, atingindo, nos

<sup>33</sup> Taxa de retenção e desistência - relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

4 primeiros anos de ensino, os valores mais baixos. O concelho de Figueiró dos Vinhos registou, em 2012/2013, uma taxa de retenção de 3%, inferior à registada a nível nacional (4,5%) e regional<sup>34</sup>.

No 2º CEB começam já a registar-se taxas de retenção mais elevadas e assiste-se mesmo a alguma desproporção dos valores registados nos anos letivos em análise. A nível nacional, a taxa de retenção registada no ano letivo 2012/2013 era de 12,4%. Nas NUT II e III os valores registados são aproximados. A nível concelhio, Figueiró dos Vinhos foi o que registou a evolução mais atípica. De taxas de retenção residuais registadas no ano letivo 2004/2005 (1,6%) e de 2008/2009 (0,8%), Figueiró dos Vinhos apresentava, em 2012/2013, uma taxa de retenção de 14%, a mais elevada das unidades territoriais em análise. O pior resultado alcançado no concelho nos anos letivos em análise, foi registado no ano letivo de 2011/2012 (16,5%), ano em que se registaram pela primeira vez as provas finais no 6.º ano, só superado pelo concelho de Castanheira de Pera (18,9%).

O 3º CEB que contempla o 7º, 8º e 9º ano, é o que apresenta as taxas de retenção e desistência mais elevadas. Também neste caso a distribuição das taxas de retenção pelos anos letivos em análise, oferece alguns avanços e recuos nalguns territórios, uns mais significativos que outros. A nível nacional, em 2012/2013, cerca de 19 em cada 100 crianças a frequentar estes níveis de ensino ficava retida (ou desistia). No concelho de Figueiró dos Vinhos, a taxa de retenção e desistência no 3º CEB era, em 2012/2013 de 14,4%, valor inferior ao registado a nível nacional e com um decréscimo de cerca de 7% relativamente ao ano letivo anterior. O ano letivo que apresentou os piores resultados (16,5%) foi em 2004/2005, ano em que se realizaram, pela primeira vez, os exames nacionais do 9º ano.

#### 4.1.6 Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário

Dos anos letivos em análise, o mais problemático em termos de retenções e desistências foi, sem dúvida o de 2004/2005, em todas as unidades territoriais, tendo vindo a diminuir a partir daí. Na NUT I – Continente, no ano letivo 2012/2013, a taxa de retenção e desistência situava-se nos 18,8%.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, a taxa concelhia de retenção e desistência no Ensino Secundário atingiu os 12,9% no ano letivo de 2012/2013, situando-se abaixo do valor registado a nível nacional de 18,8% e registando uma clara diminuição de - 25,7% desde o ano letivo de 2004/2005. Foi também um dos concelhos que apresentou a menor taxa neste ano.

**TABELA N.º 22 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA DO ENSINO SECUNDÁRIO 2004-2013**

	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Continente</b>	31,9	30,6	24,6	20,6	18,7	18,9	20,5	19,7	18,8
<b>Centro</b>	32,4	30,5	23,8	19,6	18,3	17,9	19,4	18,9	17,8
<b>PIN</b>	36,5	31,8	27,6	23,6	22,0	19,4	18,8	18,8	18,0
<b>Alvaiázere</b>	34,2	36,5	16,8	21,4	19,1	21,8	15,7	22,5	16,7
<b>Ansião</b>	32,1	25,3	26,1	25,9	17,2	14,6	15,2	12,4	11,2
<b>Castanheira de Pera</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>38,6</b>	<b>23,7</b>	<b>16,3</b>	<b>16,3</b>	<b>18,9</b>	<b>20,1</b>	<b>21,9</b>	<b>12,8</b>	<b>12,9</b>
<b>Pedrógão Grande</b>	50,0	-	-	-	19,7	21,6	18,1	19,1	30,6

Fonte: DGEEC in "Regiões em números 2012/2013 – Centro", Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>.

<sup>34</sup> Refira-se que no ano letivo 2012/2013, realizaram-se, pela primeira vez, as provas finais no 4º ano.

Neste domínio, e apesar de nos últimos anos averiguarmos uma evolução positiva no âmbito da redução das taxas de retenção e desistência no Ensino Secundário e, em certa medida, no Ensino Básico, os dados colhidos remetem-nos para a necessidade de implementar, a breve trecho, uma estratégia local de combate ao insucesso escolar.

Um recente estudo apresentado pelo Conselho Nacional de Educação veio demonstrar que embora prevista na lei como recurso excecional, a retenção é prática enraizada na sociedade e cultura escolar, apesar de como está demonstrado a retenção tornar os alunos mais propensos a nova retenção, à desmotivação, à indisciplina e ao abandono escolar. Em evidência surge o 6.º ano de escolaridade, o que coincide com a introdução, naquele ano, das provas finais nacionais de Português e Matemática. Esta tendência é também demonstrável em relação ao 9.º ano. No que respeita ao ensino secundário, o recrudescimento é mais notório no 12.º ano.

O Relatório do CNE acentua que os percursos de retenção se iniciam em níveis educativos muito precoces e se acentuam à medida que avança a escolaridade. Para debelar esta situação que facilmente se demonstra no concelho de Figueiró dos Vinhos, o CNE recomenda a intervenção precoce, com a despistagem de dificuldades de aprendizagem logo no pré-escolar e nos primeiros anos de escolarização, a promoção de uma pré-escolarização de qualidade, a alteração de rotinas e organização das escolas.

Neste contexto, realça-se a efetiva necessidade de reforçar a intervenção técnica na área da Terapia da Fala e Psicologia, apoio que tem vindo a ser significativamente reduzido nos últimos anos.

O CNE recomenda ainda a reavaliação da adequação das Provas Finais de 4.º e 6.º anos, a revisão das condições de acesso à Prova Final de 9.º ano e das implicações das provas finais no prosseguimento de estudos.

## 4.2 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

“A organização das escolas em agrupamento permite uma mobilização das pessoas que constituem a comunidade educativa, dos recursos disponíveis, orientada para uma maior rentabilização dos aspetos citados, bem como a possibilidade de usufruir de várias potencialidades criadas pela relação em grupo, as quais se concretizam pela realização de atividades conjuntas, e por princípios identitários próprios<sup>35</sup>”.

O Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos foi constituído em 11 de julho de 2000 e homologado por despacho do Ministério da Educação, incluindo os níveis de ensino do Pré-Escolar e do 1.º e 2º Ciclos. No dia 1 de julho de 2009, por imposição da tutela, passou a incluir também a Escola Secundária com 3º Ciclo.

Atualmente, tem a sede na Escola Secundária com 3º Ciclo e inclui ainda 4 jardins-de-infância, 3 escolas do 1º Ciclo e a Escola Básica José Malhoa (1.º e 2º Ciclo).

A missão do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, visa “...promover o sucesso educativo e a valorização da formação dos alunos enquanto elementos da comunidade, possuidores das competências necessárias a um bom desempenho pessoal, social e profissional, com vista ao seu prosseguimento de estudos ou à sua integração numa sociedade em constante mudança”<sup>36</sup>.

### 4.2.1 Agrupamentos de Escolas constituídos

O concelho de Figueiró dos Vinhos apresenta apenas um Agrupamento com sede na Escola Secundária com 3.º CEB de Figueiró dos Vinhos.

A tabela seguinte permite-nos aferir as escolas que estão atualmente inseridas no Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos.

**TABELA N.º 23 - CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2014/2015)**

Escolas	Agrupamento
<b>JI de Aguda</b>	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos
<b>JI de Almofala de Baixo (Aguda)</b>	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos
<b>JI de Arega</b>	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos
<b>JI de Figueiró dos Vinhos</b>	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos
<b>EB de Almofala de Baixo (Aguda)</b>	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos
<b>EB de Arega</b>	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos
<b>EB de Figueiró dos Vinhos</b>	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos
<b>EB José Malhoa</b>	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos
<b>ES/3 de Figueiró dos Vinhos</b>	Sede do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

Relativamente à população escolar e sua distribuição pelos diversos equipamentos, utilizando os dados mais recentes fornecidos pelo Agrupamento de Escolas, no ano letivo 2014/2015, frequentam o Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos um total de 639 alunos, sendo que, em termos de representatividade, o número mais elevado de alunos se concentra no ensino secundário, apresentando 175 alunos, seguindo-se o conjunto das EB com 158 alunos. O menor

<sup>35</sup> In “Avaliação Externa das Escolas – Relatório do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos”, IGE, 2011

<sup>36</sup> In “Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas 2015-2017”, AEFV, 2015.

número de alunos concentra-se na EB José Malhoa (2.º CEB) com 87 alunos e na educação pré-escolar com 70 crianças<sup>37</sup>.

O rácio alunos/escola é naturalmente superior na EB José Malhoa e na ES/3 visto que existe somente um estabelecimento de ensino.

**TABELA N.º 24 - CARATERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2014/2015)**

Tipologia	Escolas	Alunos	Docentes	Não Docentes		Alunos/Escola	Alunos/Docente	Docente/Escola
				ME	CMFV			
<b>JI</b>	4	70	6	0	12	17,5	11,6	1,5
<b>EB</b>	4 <sup>38</sup>	158	12	3	5	39,5	13,2	3
<b>EB José Malhoa</b>	1	87	12	15	4	87	7,2	12
<b>ES/3</b>	1	324	41 <sup>39</sup>	31	0	324	7,9	41
<b>TOTAL</b>	<b>9<sup>40</sup></b>	<b>639</b>	<b>71</b>	<b>70</b>		-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos (2014/2015)

Em termos globais o Agrupamento de Escolas dispõe de um total de 71 docentes, distribuídos maioritariamente pelo 3º Ciclo e Secundário.

Se houvesse uma distribuição equitativa do número de alunos por escola, diríamos que cada educador de infância teria a seu cargo aproximadamente 12 crianças, cada docente do 1.º CEB, cerca de 13 crianças, cada docente do 2.º CEB lecionaria para 7 crianças e cada docente do 3.º CEB e secundário para 8 crianças. Embora estes rácios permitam efetuar algumas comparações entre os diferentes níveis de ensino, em termos totais, não distingue as áreas em que cada professor leciona (2.º CEB, 3.º CEB e Secundário) e este facto influencia a distribuição dos alunos por cada professor.

No que se refere ao pessoal não docente, num total de 70 colaboradores, observa-se uma concentração dos mesmos na ES/3 (31), justificados pela dimensão da escola, pelo número de alunos, e pelas suas valências, seguindo-se a EB José Malhoa, com 19 colaboradores, 4 dos quais contratados pela Câmara Municipal e afetos ao setor de cozinha.

Relativamente aos jardins-de-infância e escolas básicas, verifica-se que a Câmara Municipal<sup>41</sup> é responsável pela contratação da maioria dos colaboradores, justificado pelas suas competências em matéria de Educação no que concerne à Educação Pré-escolar e 1.º CEB.

#### 4.2.2 Escolas não agrupadas

Em Figueiró dos Vinhos existe apenas uma escola não agrupada:

- Creche e Jardim-de-Infância privado da Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos.

Em termos gerais, a Casa da Criança tem como objetivo proporcionar às crianças oportunidades que facilitem o seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, através de experiências individuais ou em grupo, adaptadas à expressão das suas necessidades.

Como objetivos pedagógicos do jardim-de-Infância, salientam-se os seguintes:

<sup>37</sup> Nesta tabela encontram-se representadas apenas as crianças dos jardins-de-infância pertencentes ao Agrupamento de Escolas.

<sup>38</sup> Foram aqui contabilizadas as 3 EB de Alfomala de Baixo, Arega e Figueiró dos Vinhos e também a EB José Malhoa por integrar alunos do 1º CEB.

<sup>39</sup> Inclui 5 professores de Educação Especial.

<sup>40</sup> A EB José Malhoa integra também o 1º CEB, pelo se contabilizou, no total, apenas como 1 Escola, apesar da mesma estar contabilizada nas EB.

<sup>41</sup> O total de pessoal contratado pela Câmara Municipal são 17 colaboradores. Os restantes encontram-se em contratos programa através do IEFPP.

- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meio de relação, de formação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- Proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança, nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- Proceder à despistagem de inaptações, deficiências ou precocidade e promover a melhor orientação e melhor encaminhamento da criança;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

### 4.3 OFERTA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

---

Este ponto é crucial na Carta Educativa, visto que em termos gerais, avalia o estado do parque escolar formativo e relaciona a procura a que cada estabelecimento de ensino está sujeito. O presente capítulo servirá para apontar as necessidades, e orientar as propostas, que irão integrar o reordenamento da rede educativa.

#### 4.3.1 Caracterização do parque escolar/formativo e oferta formativa

---

A primeira alínea do capítulo incide sobre a caracterização do parque escolar formativo. Para a realização da mesma foram tratadas as fichas de sistematização física elaboradas para o efeito, com base no trabalho de campo e do conhecimento dos equipamentos por técnicos especializados do município.

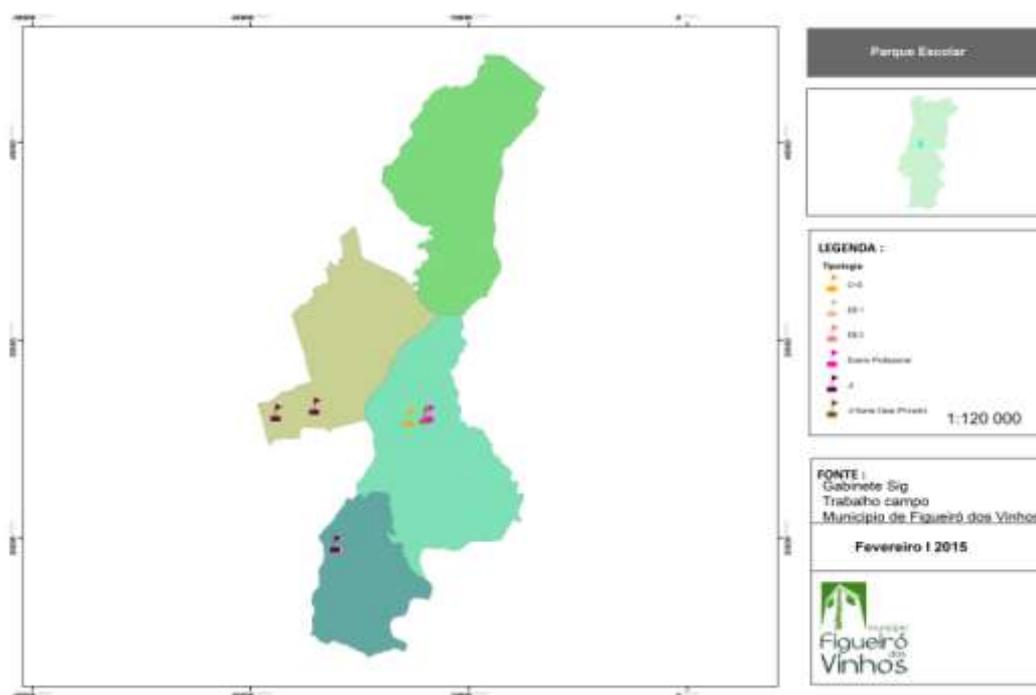
De forma muito sucinta, o parque escolar do concelho de Figueiró dos Vinhos é composto pelos seguintes estabelecimentos de ensino:

- 4 Jardins-de-infância públicos (em três freguesias, à exceção da freguesia de Campelo e Bairradas) e um privado (na sede da União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas);
- 3 Escolas do 1º Ciclo do ensino básico (uma em Figueiró dos Vinhos, uma em Almofala de Baixo – Aguda e uma em Arega);
- 1 Escola básica com 1.º e 2º Ciclo localizada na sede concelhia;
- 1 Escola secundária com 3º Ciclo igualmente localizada na sede concelhia.

Para além dos estabelecimentos escolares referidos, o Concelho dispõe ainda de um Polo de Formação Profissional do IEFP, a funcionar desde finais de 2010 e que se tem revelado de especial importância na formação e qualificação de adultos.

O mapa seguinte mostra-nos a localização das respetivas infraestruturas:

**MAPA N.º 3 - LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DO CONCELHO (2015)**



#### a) Educação Pré-Escolar

No seu artigo 10º, a Lei-quadro da Educação Pré-escolar consagra os seguintes objetivos para este tipo de ensino:

Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança, com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;

Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;

Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;

Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;

Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;

Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;

Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;

Proceder à despistagem de inaptidões, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;

Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

A educação pré-escolar é atualmente ministrada nos seguintes jardins-de-infância integrados na rede pública:

- JI de Arega;
- JI de Aguda;
- JI de Almofala de Baixo;
- JI de Figueiró dos Vinhos.

Na rede privada funciona apenas um jardim-de-infância, localizado na sede concelhia: JI da Santa Casa da Misericórdia, o qual também possibilita o ingresso na creche, aliás é o único estabelecimento de ensino que presta este serviço.

Atualmente a única freguesia que não contempla o acesso à educação pré-escolar é a freguesia de Campelo e também em Bairradas, tendo sido o seu encerramento motivado pela reduzida procura a que foram sujeitas<sup>42</sup>.

## b) Ensino Básico

Segundo o artigo 7º da referida Lei de Bases do Sistema Educativo, são objetivos do Ensino Básico:

Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito criativo, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;

Assegurar que nesta formação seja equilibradamente interrelacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;

Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as atividades normais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detetando e estimulando aptidões nesses domínios;

Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação numa segunda;

Proporcionar a aquisição de conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;

Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;

Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesa;

<sup>42</sup> O Jardim-de-Infância de Campelo encerrou em 2006 e o de Bairradas em 2009.

Proporcionar aos alunos experienciais que favoreçam a sua maturidade cívica e socio afetiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos à família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;

Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;

Assegurar às crianças com necessidades educativas especiais devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;

Fomentar o gosto por uma constante atualização de conhecimentos;

Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;

Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;

Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

### b1) – 1º CEB

As escolas do 1º Ciclo do ensino básico distribuem-se por três freguesias, da seguinte forma:

- EB de Almofala de Baixo, na freguesia de Aguda;
- EB de Arega, na freguesia de Arega;
- EB de Figueiró dos Vinhos (EB e EB José Malhoa);

O reordenamento da rede escolar do 1º CEB tem sido um compromisso assumido pelo Ministério da Educação numa ótica de melhoria das condições de aprendizagem, pelo que têm sido encerrados estabelecimentos de ensino situados em zonas mais isoladas, com pouca procura e com falta de recursos. A tabela seguinte expressa o encerramento de Escolas do 1º Ciclo nos últimos anos:

**TABELA N.º 25 - EB ENCERRADAS NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS DESDE 2006**

<b>Escolas 1º CEB encerradas desde 2006</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Ano de Encer.</b>	<b>Escola de Acolhimento</b>
<b>Escola Primária de Campelo</b>	Campelo	2006	EB Figueiró dos Vinhos
<b>Escola Primária da Jarda</b>	Arega	2006	EB Arega
<b>Escola Primária da Carreira</b>	Arega	2006	
<b>Escola Primária de Aldeia Ana de Avis</b>	Figueiró dos Vinhos	2006	
<b>Escola Primária do Carapinhal</b>	Figueiró dos Vinhos	2006	EB Figueiró dos Vinhos
<b>Escola Primária de Bairradas</b>	Bairradas	2010	
<b>Escola Primária de Aguda</b>	Aguda	2011	EB Almofala de Baixo

Fonte: Município de Figueiró dos Vinhos, 2015

### b2) 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

O 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico são ministrados em estabelecimentos de ensino diferentes.

A frequência do 2º ciclo é proporcionada pela EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos e o acesso ao 3º ciclo do ensino básico é possível através da ES/3 de Figueiró dos Vinhos.

### c) Ensino Secundário

O Ensino Secundário tem a duração de 3 anos (10º, 11º e 12º ano) e organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para o prosseguimento dos estudos ou para a vida ativa, garantindo-se a permeabilidade entre ambos os tipos de cursos.

Podem frequentar este nível de ensino todos os alunos que completarem, com aproveitamento, o Ensino Básico, sendo que a sua conclusão confere direito à atribuição de um diploma que certificará a formação adquirida e, no caso dos cursos predominantemente orientados para a vida ativa, a qualificação obtida para efeitos de exercício de atividades profissionais determinadas.

Nos termos do artigo 9º da Lei de Bases do Sistema Educativo, constituem objetivos do Ensino Secundário:

Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam um suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida ativa;

Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;

Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;

Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional e no apreço pelos valores permanentes da sociedade em geral e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;

Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida ativa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;

Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;

Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e a adaptação à mudança.

O ensino secundário é ministrado na Escola Secundária com 3º ciclo do Ensino Básico, localizada na freguesia de Figueiró dos Vinhos. Neste estabelecimento de ensino é possível o acesso ao ensino regular e profissional (no ano letivo de 2014/2015) nas seguintes áreas:

- Cursos científico-humanísticos<sup>43</sup>
  - Ciências e Tecnologias;
  - Ciências Socioeconómicas;

<sup>43</sup> Conforme informação constante no GIASE.

- Línguas e Humanidades.
- Cursos Profissionais:
  - Técnico/a Produção Agrária;
  - Técnico/a Auxiliar de Saúde;
  - Técnico/a Apoio à Gestão Desportiva;
  - Técnico/a Multimédia.

A análise da oferta formativa nos concelhos envolventes é igualmente relevante, para um documento de cariz estratégico, como a Carta Educativa. Na tabela seguinte estão representados os cursos ministrados no ensino secundário (regular), no que se refere aos cursos científico-humanísticos. Os cursos profissionais serão abordados na alínea seguinte.

No atual ano letivo 2014-2015, a ES/3 de Figueiró dos Vinhos proporciona o acesso aos cursos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades.

A oferta educativa disponibilizada no concelho é superior à dos concelhos limítrofes<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Refira-se que o concelho de Castanheira de Pera e Pedrógão Grande não têm oferta de Ensino Secundário, sendo os alunos que concluem o 9º ano distribuídos pelos concelhos vizinhos (Figueiró dos Vinhos e Sertã, no ensino regular e Pedrógão Grande e Ansião, no ensino profissional).

**TABELA N.º 26 - OFERTA FORMATIVA EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS E CONCELHOS LIMÍTROFES DE CURSOS DO ENSINO SECUNDÁRIO 2014/2015**

CONCELHO	AÇÃO FORMATIVA	MODALIDADE DE FORMAÇÃO	TIPOLOGIA	REGIME	DATA DE INÍCIO	NOME DA ENTIDADE	IDADE	ESCOLARIDADE	CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO	SAÍDAS PROFISSIONAIS
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	Ciências e Tecnologias	Cursos Científico-Humanísticos	Regular	Diurno	Em curso	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos	14-25 anos	9.º ano de escolaridade	-	-
	Línguas e Humanidades	Cursos Científico-Humanísticos	Regular	Diurno	Em curso	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos	14-25 anos	9.º ano de escolaridade	-	-
	Ciências Socioeconómicas	Cursos Científico-Humanísticos	Regular	Diurno	Em curso	Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos	14-25 anos	9.º ano de escolaridade	-	-
<b>Alvaiázere</b>	Ciências e Tecnologias	Cursos Científico-Humanísticos	Regular	Diurno	Em curso	EB 2,3/S Dr. Manuel R. Ferreira	14-25 anos	9.º ano de escolaridade	-	-
<b>Ansião</b>	Ciências e Tecnologias	Cursos Científico-Humanísticos	Regular	Diurno	Em curso	Agrupamento de Escolas de Ansião	14-25 anos	9.º ano de escolaridade	-	-
	Línguas e Humanidades	Cursos Científico-Humanísticos	Regular	Diurno	Em curso	Agrupamento de Escolas de Ansião	14-25 anos	9.º ano de escolaridade	-	-

Fonte: Agrupamentos de Escolas

---

## e) Ensino Profissional

---

Atualmente, e para além do ensino regular, os jovens podem frequentar os cursos profissionais, os cursos de educação e formação e os percursos curriculares alternativos.

Os cursos profissionais são uma modalidade de educação de nível secundário, que privilegiam uma maior articulação entre a teoria e a prática e permitem corresponder de uma forma mais adequada às expectativas e interesses de muitos jovens, promovendo uma estreita relação com o mundo do trabalho. Conferem um diploma de equivalência ao Ensino Secundário, preparando o acesso a formações pós-secundárias ou ao Ensino Superior.

Os cursos profissionais proporcionam uma qualificação profissional de nível IV, que permite e facilita a entrada no mercado de trabalho com uma formação adequada, para aqueles que o desejem logo após a conclusão do 12º ano.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, esta tipologia de cursos profissionais é oferecida pela Escola Secundária que, no ano letivo 2014/2015 tem a decorrer os seguintes cursos profissionais:

- Técnico/a Produção Agrária;
- Técnico/a Auxiliar de Saúde;
- Técnico/a Apoio à Gestão Desportiva;
- Técnico/a Multimédia.

Os Cursos de Educação Formação (CEF), destinavam-se, preferencialmente, a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram, antes da conclusão dos 12 anos de escolaridade, e que pretendiam adquirir uma qualificação profissional para o ingresso no mundo do trabalho, sendo que, desde o ano letivo 2013-2014 deixaram de ser ministrados por inexistência de financiamento e orientação do Ministério da Educação.

Assim foram substituídos pelos Cursos Vocacionais tendo começado no ano letivo transato uma turma de 15 alunos, que em dois anos letivos ao invés da frequência de três anos letivos adquirem uma qualificação profissional e se destinam a alunos com maior insucesso escolar e em idade mais adulta.

Comparando a oferta existente no concelho com a dos concelhos vizinhos, que podemos observar na tabela seguinte, podemos dizer que é bastante semelhante, tendo em conta que, em Figueiró dos Vinhos é ministrada apenas na escola pública, enquanto que nos concelhos de Ansião, Alvaiázere e Pedrógão Grande, dispõem de Escolas de Formação Profissional<sup>45</sup>.

A este propósito concluiu a Inspeção-Geral da Educação e Ciência, no relatório da Avaliação Externa ao Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, realizada no ano de 2011, que: “O Agrupamento debate-se com a diminuição progressiva de alunos, em particular dos cursos profissionais, em que à diminuição demográfica acresce a oferta de cursos por parte de outras instituições próximas.”

Figueiró dos Vinhos beneficia também, do Pólo de Formação Profissional do IEFP onde, desde 2010, têm vindo a ser ministrados vários cursos profissionais de dupla certificação destinados a adultos desempregados ou à procura do

---

<sup>45</sup> ETP-Sicó em Ansião e Alvaiázere e ETPZP em Pedrógão Grande.

primeiro emprego, provenientes não só do concelho mas dos concelhos limítrofes da área de intervenção do Centro de Emprego.

Os cursos de Ensino Profissional constituem uma realidade recente, com cerca de duas décadas de existência. Considerado por alguns setores da sociedade como um “ensino de segunda” na oferta formativa do ensino secundário, o certo é que se veem construindo caminhos de sucesso e se transformou num percurso inevitável na vida de milhares de jovens. Hoje, a exemplo do que se passa há já longos anos nos países nórdicos, veem nesta modalidade de ensino uma aposta no futuro, perspetivando-se uma margem larga de crescimento. A meta Portugal 2020 prevê que 70% dos jovens possam no futuro frequentar este sistema de ensino.

**TABELA N.º 27 – OFERTA FORMATIVA EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS E NOS CONCELHOS LIMÍTROFES, (CURSOS PROFISSIONAIS, CEF, EFA E APRENDIZAGEM), 2014/2015**

CONCELHO	CURSO	MODALIDADE DE FORMAÇÃO	TIPOLOGIA	REGIME	DATA DE INÍCIO	NOME DA ENTIDADE	IDADE	ESCOLARIDADE	ESCOL. SAÍDA	SAÍDAS PROFISSIONAIS
Figueiró dos Vinhos	Técnico/a de Produção Agrária	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ES/3 de Figueiró dos Vinhos	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Téc. Produção Agrária
	Técnico/a Auxiliar de Saúde	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ES/3 de Figueiró dos Vinhos	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Auxiliar Saúde
	Técnico/a Multimédia	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ES/3 de Figueiró dos Vinhos	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Técnico/a Multimédia
	Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ES/3 de Figueiró dos Vinhos	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Gestão e manutenção eq. desportivos
	Operador Agrícola	EFA	Nível II a IV	Diurno	A decorrer	IEFP – Pólo de Formação de Figueiró dos Vinhos	=>18	4º ao 12º ano	6º ao 12º ano	Operador Agrícola
	Técnico/a Auxiliar de Saúde	Aprendizagem	Nível IV	Diurno	A decorrer	IEFP – Pólo de Formação de Figueiró dos Vinhos	<25	9º ano ou equivalente	12º ano	Auxiliar Saúde
	Técnico/a de Turismo	EFA	Nível II a IV	Diurno	A decorrer	IEFP – Pólo de Formação de Figueiró dos Vinhos	=>18	4º ao 12º ano	6º ao 12º ano	Técnico/a Turismo
	Técnico/a de Logística	Aprendizagem	Nível IV	Diurno	A decorrer	IEFP – Pólo de Formação de Figueiró dos Vinhos	<25	9º ano ou equivalente	12º ano	Técnico/a Logística
	Técnico/a de Turismo Ambiental	Aprendizagem	Nível IV	Diurno	A iniciar	IEFP – Pólo de Formação de Figueiró dos Vinhos	<25	9º ano ou equivalente	12º ano	Técnico/a Turismo Ambiental
	Técnico/a Auxiliar de Saúde	EFA	Nível II a IV	Diurno	A Iniciar	IEFP – Pólo de Formação de Figueiró dos Vinhos	=>18	4º ao 12º ano	6º ao 12º ano	Auxiliar Saúde
Alvaiázere	Técnico/a Cozinha/Pastelaria	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETP-Sicó	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Cozinheiro/a, pasteleiro/a
	Técnico/a Multimédia	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	Agrupamento Escolas Alvaiázere	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Técnico/a Multimédia

<b>Ansião</b>	Serviço de Mesa	CEF	Nível II	Diurno	A decorrer	Agrupamento de Escolas de Ansião	15-20	6º ano	9º ano	
	Instalação e Operação de Sistemas Informáticos	CEF	Nível II	Diurno	A decorrer	Agrupamento de Escolas de Ansião	15-20	6º ano	9º ano	
	Técnico/a Turismo	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETP-Sicó	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Técnico/a Turismo
	Técnico/a Informática de Gestão	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETP-Sicó	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Técnico/a informática
	Técnico/a Eletrónica, Automação e Comando	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETP-Sicó	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Eletromecânica
	Técnico/a Manutenção Industrial/Mecatrónica	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETP-Sicó	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Eletromecânica, Mecatrónica
<b>Pedrogão Grande</b>	Técnico de Restauração	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETPZP	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Ajudante cozinha, bar, pastelaria
	Técnico Auxiliar de Saúde	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETPZP	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Auxiliar de Saúde
	Técnico Apoio à Gestão Desportiva	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETPZP	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Gestão e manutenção eq. desportivos
	Técnico Equipamentos Informáticos	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETPZP	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Técnico/a informática
	Técnico Manutenção Industrial	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETPZP	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Técnico Manutenção Industrial
	Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETPZP	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Relações Públicas
	Técnico/a de Energias Renováveis	Curso Profissional	Nível IV	Diurno	A decorrer	ETPZP	15-20	9º ano ou equivalente	12º ano	Técnico/a de Energias Renováveis

Fonte: Agrupamentos de Escolas e IEFP – Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos(2015)

## f) Ensino Superior

No concelho de Figueiró dos Vinhos não existe oferta de Ensino Superior.

## 4.3.2 População Docente

### a) Evolução do número de docentes, por nível de instrução que leciona

O subcapítulo seguinte, reflete a população docente e não docente que trabalha em cada ciclo de ensino. Através da informação disponibilizada pelo Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, foi possível realizar uma análise transversal sobre a evolução do número de docentes e não docentes, no concelho de Figueiró dos Vinhos, no período de 2004/2005 a 2014/2015.

**GRÁFICO N.º 32 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL DOCENTE 2004/2005 A 2014/2015**



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

Durante o período em análise temos vindo a assistir a uma diminuição do número total de pessoal docente, com maior expressão a partir do ano letivo 2009/2010. Com um total de 135 docentes no ano letivo de 2004/2005, apresenta, 10 anos depois, apenas 71 (quase metade do registado no período inicial). Esta redução é obviamente explicada pela diminuição do número de alunos que frequentavam os vários níveis de ensino, pelo encerramento de escolas (essencialmente quando analisamos os resultados do pré-escolar e do 1º CEB), pelo aumento do número de horas letivas aos docentes e redução das horas equiparadas a letivas e também pelo aumento do número de alunos por turma, ao nível do Ensino Secundário.

Em termos comparativos, verificamos que a ES/3 é a escola que regista o maior número de docentes, o que é consonante com o facto de assinalar também o número mais elevado de alunos, para além de todas as exigências e especificidades curriculares. Em 2004/2005 apresentava 62 docentes, valor que aumentou ligeiramente nos dois anos letivos seguintes (65 e 72 docentes). No ano letivo 2009/2010 atinge o valor mais alto da série temporal apresentada – 77 docentes, decrescendo continuamente a partir daqui e culminando apenas em 41 docentes no ano letivo 2014/2015.

Em qualquer ano em análise a educação pré-escolar é o nível de ensino, onde se verifica o menor número de educadores, o que é também justificável pelo facto de assinalar o menor número de alunos. No ano letivo 2004/2005 e 2005/2006, o Ensino Pré-escolar contava com 13 e 14 educadores, respetivamente, divididos por 6 jardins-de-infância

(setor público). A partir do ano letivo 2006/2007, este número desce para 9, coincidindo com o encerramento do Jardim-de-Infância do Bairrão e da diminuição do número de crianças relativamente ao ano anterior. O número de Educadores mantém-se mais ou menos estável até ao ano letivo 2010/2011<sup>46</sup>, decrescendo a partir daí e culminando em 6 Educadores no ano letivo 2014/2015, divididos por 4 jardins-de-infância.

A evolução do número de professores no 1º Ciclo do Ensino Básico foi fortemente influenciada pelo encerramento de escolas a que se assistiu durante o período em análise. De 31 docentes do 1.º CEB registados no ano letivo de 2004/2005 e que se dividiam por 12 escolas, foi-se observando um decréscimo até ao ano letivo 2007/2008 para 14 docentes, divididos apenas por 6 estabelecimentos de ensino<sup>47</sup>. No ano letivo 2008/2009 assiste-se a uma ligeira recuperação para 19 docentes, apesar do número de escolas ter baixado para 4<sup>48</sup>. A partir do ano letivo 2009/2010 até ao presente, o número de docentes tem-se mantido estável (12), bem assim como o número de escolas (4).

No 2.º CEB lecionado na EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos, assistimos, no período em análise a algumas oscilações no número de docentes por ano letivo, apesar de, em termos gerais, se observar também um decréscimo considerável destes. Num total de 29 docentes no ano letivo 2004/2005 assiste-se a um ligeiro decréscimo nos 2 anos seguintes e, em 2007/2008 e 2008/2009, atingem o valor mais elevado no período em análise 33 e 30 docentes, respetivamente. A partir do ano letivo 2009-2010, assiste-se a um decréscimo contínuo, que culmina, em 2014/2015, com 12 docentes.

#### b) Evolução do número de não docentes e outros profissionais

O número de profissionais não docentes inclui o número de auxiliares da ação educativa, assistentes técnicos, assistentes operacionais, animadores entre outros profissionais.

Durante o período em análise, podemos observar no gráfico seguinte (onde estão representados apenas os não docentes contratados pelo ME), que, no total, se tem assistido a uma diminuição quase contínua, do número de profissionais não docentes. O ano que se destaca foi o de 2004/2005 que apresentava 84 profissionais não docentes. Em 2014/2015 este número desceu para 49.

Em qualquer dos anos em análise, a Escola Secundária apresenta um total superior aos restantes estabelecimentos de ensino, dada a dimensão da mesma, seguindo-se a EB José Malhoa<sup>49</sup>, as EB e o Pré-Escolar (estas últimas com um número de pessoal não docente bastante reduzido, tendo em conta também o reduzido número de alunos).

O Agrupamento de Escolas dispõe ainda de uma psicóloga (presente em todos os anos letivos), num total de 20 horas/semanais (desde o ano letivo 2013/2014), o que se revela claramente insuficiente. A este nível tem sido assegurado aos alunos do Agrupamento de Escolas o acompanhamento de outros profissionais da área, proporcionado por parcerias com outras Entidades (CRI Cercicaper – Castanheira de Pera, Santa Casa da Misericórdia e Projeto Agir-Sempre – parceria entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia).

Nos anos letivos 2010 a 2013 contou com o apoio de uma terapeuta da fala, para 4 concelhos. No ano letivo de 2013/2014 deixou de poder contar com este recurso e, presentemente, a terapeuta da fala dispõe apenas de 10h45m

<sup>46</sup> Apesar de ter entretanto encerrado o jardim-de infância de Bairradas, as crianças desta freguesia (agora União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas) são deslocadas para a sede de concelho.

<sup>47</sup> Nesta altura já tinham encerrado as EB de Foz de Alge, Carapinhal, Jarda, Campelo e Aldeia Ana de Avis.

<sup>48</sup> Assiste-se o encerramento da EB de Aguda e Bairradas.

<sup>49</sup> Note-se que a EB José Malhoa integra também turmas do 1º CEB, pelo que o pessoal não docente é comum. O mesmo se passa também nos jardins-de-infância de Almofala de Baixo, Arega e Figueiró dos Vinhos.

para o Agrupamento, tempo este manifestamente insuficiente para suprir as necessidades dos alunos. No ano letivo 2014/2015 assiste-se a um agravamento das dificuldades de aprendizagem, existindo 55 alunos sinalizados para apoio na área de terapia da fala, no entanto apenas 18 estão a ser acompanhados.

Contou ainda, no ano letivo 2008/2009 com 2 técnicos superiores no âmbito do Centro de Novas Oportunidades e nos 3 anos letivos seguintes (até 2011/2012, inclusive), com 3.

**GRÁFICO N.º 33 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL NÃO DOCENTE (MIN. EDUCAÇÃO) 2004/2005 A 2014/2015**



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

Para além do pessoal docente contratado pelas escolas/ME, a Câmara Municipal, no âmbito das suas atribuições em matéria de educação, assegura também a contratação de pessoal não docente para o pré-escolar e 1.º CEB, num total de 17 colaboradoras<sup>50</sup> distribuídas pelos diversos equipamentos. Este número tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos letivos.

Para além das colaboradoras contratadas, existem também pessoas inseridas em contratos-programa com a Autarquia através do IEFP, que se encontram a prestar serviços no ensino pré-escolar e 1.º CEB.

## 4.4 CARATERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS

### 4.4.1 Infraestruturas existentes

#### a) Pré-escolar

A existência de infraestruturas adequadas ao nível etário de cada ano de escolaridade representa uma mais-valia na aprendizagem. O número de salas existentes em cada estabelecimento de ensino determina a sua capacidade de acolhimento.

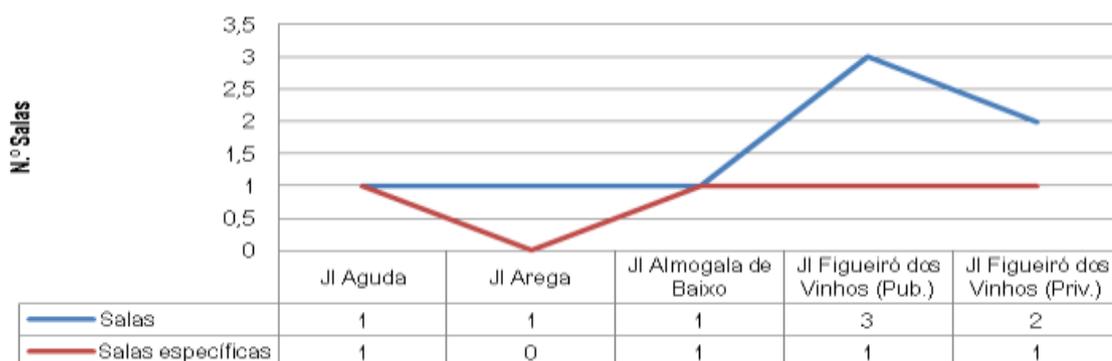
Na educação pré-escolar existem 5 jardins-de-infância (4 públicos e um privado) todos com menos de 4 salas de atividades. Predominantemente, os estabelecimentos de ensino do pré-escolar apresentam uma sala, o que significa que têm capacidade para acolher até 25 alunos. Nesta situação assinalam-se os jardins-de-infância de Arega<sup>51</sup>, Aguda e Almofala de Baixo (Aguda). Com mais de uma sala verificam-se dois jardins, um com duas salas (30 alunos) e o

<sup>50</sup> Ver tabela n.º 24, pag. 57.

<sup>51</sup> Refira-se que a sala de atividades assinalada no gráfico seguinte no JI de Arega, se situa noutra edifício, localizado a escassos metros do JI e da EB, onde funciona a CAF.

último com 3 salas (75 alunos), sendo o primeiro o jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia (privado) e o último o jardim de Infância da sede concelhia.

**GRÁFICO N.º 34 - N.º DE SALAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - 2015**



Fonte: Câmara Municipal, Agrupamento de Escolas e Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos, 2015

### b) 1.º e 2.º CEB

No que se refere ao 1º Ciclo do ensino básico é fundamental a existência de 4 salas de aula, isto porque é necessário atribuir uma sala a cada ano de escolaridade.

**GRÁFICO N.º 35 - N.º DE SALAS DE AULA DO 1º CEB - 2015**



Fonte: Câmara Municipal e Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

Esta situação torna-se preocupante quando se observa o gráfico acima apresentado e se verifica que, somente, uma escola apresenta 4 salas de aula (EB de Figueiró dos Vinhos). Em termos gerais, a rede do 1º Ciclo do ensino básico apresenta 8 salas de aula em EB, mais 4 salas de aula na EB José Malhoa. No total existem 12 salas de aula para o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Na sede concelhia existe capacidade instalada para acolher cerca de 192 alunos<sup>52</sup>, resultante das 8 salas existentes, é natural que a capacidade seja superior na freguesia de Figueiró dos Vinhos, todavia, os restantes estabelecimentos de ensino apresentam apenas duas salas (EB de Almofala de Baixo em Aguda e de Arega).

No que se refere à EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos esta apresenta 10 salas de aula, sendo que 4, como já foi referido, estão vocacionadas para 1.º CEB.

<sup>52</sup> Tendo em conta que cada sala terá capacidade para acolher até 24 alunos, segundo o Despacho n.º 13 765/2004 (II Série) de 13 de Julho.



#### 4.4.2 Taxa de ocupação/ saturação dos espaços

A taxa de ocupação/saturação dos espaços é a relação entre a capacidade de um edifício escolar em regime normal de funcionamento e o número de alunos que frequentam o ensino diurno em cada estabelecimento de ensino<sup>53</sup>. Neste contexto, serão avaliadas as taxas de ocupação dos equipamentos que integram o parque escolar do concelho de Figueiró dos Vinhos. Taxas iguais a 100% significam total saturação dos espaços, ou seja, o estabelecimento de ensino está completamente ocupado, não tendo a possibilidade de acolher mais nenhum aluno.

No que se refere à Educação Pré-Escolar e efetuando o cálculo da taxa global de ocupação, partindo do princípio que das 104 crianças integradas nos estabelecimentos da rede pública e privada, existiria uma capacidade real para a integração de cerca de 180 (divididas por 9 salas), verificamos que a taxa se fixa atualmente nos 58%.

A tabela seguinte expressa a taxa de ocupação do Ensino Pré-escolar, por estabelecimento.

Podemos verificar que todos os jardins-de-infância da rede pública se encontram abaixo da taxa máxima de ocupação, variando esta entre os 35% registados em Aguda e Almofala, os 65% em Arega e os 72% em Figueiró dos Vinhos (rede pública).

O jardim-de-infância (privado) da Santa Casa da Misericórdia, é o único que em 2014/2015 apresenta uma taxa de saturação de 113%<sup>54</sup>.

**TABELA N.º 30 - TAXA DE OCUPAÇÃO/SATURAÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR – 2014/2015**

Estabelecimento de Ensino	N.º Salas	N.º Alunos	Taxa Ocupação
<b>Jl Aguda</b>	1	7	35%
<b>Jl Almofala de Baixo</b>	1	7	35%
<b>Jl Arega</b>	1	13	65%
<b>Jl Figueiró dos Vinhos (Pub.)</b>	3	43	72%
<b>Jl Figueiró dos Vinhos (Priv.)</b>	2	34	113%

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos e Santa Casa da Misericórdia, 2015

Na rede do 1º Ciclo do Ensino Básico verifica-se que a taxa global de ocupação/saturação registada no ano letivo de 2014/2015 se situa nos 53%<sup>55</sup>, taxa bastante idêntica à verificada na educação pré-escolar.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino, a EB de Figueiró dos Vinhos é a que detém a taxa de ocupação mais elevada – 62%, apesar de ser também aquela onde os alunos se distribuem por mais salas (8). A EB de Almofala de Baixo e Arega, apresentam ambas taxas de ocupação bastante inferiores a 50%.

<sup>53</sup> Pese embora o Decreto-Lei 147/97, de 11 de junho, determinar 20 a 25 crianças por sala de atividade, relativamente à educação pré-escolar, a taxa de ocupação destes estabelecimentos foi calculada pelo número mínimo de alunos (20 por sala). Relativamente à taxa de ocupação do jardim-de-infância privado (Santa Casa da Misericórdia), a taxa de ocupação foi calculada tendo por base a capacidade real das 2 salas – 30 crianças.

Relativamente ao 1º CEB, segundo o Despacho nº 13 765/2004 (II Série) de 13 de julho, convencionou-se que 24 alunos por sala corresponderia à capacidade máxima nas escolas do 1º Ciclo do ensino básico, porém, a taxa de ocupação destes estabelecimentos de ensino foi calculada com base na sua capacidade real (25 alunos por sala).

O mesmo procedimento foi adotado para o cálculo da taxa de ocupação do 2º e 3º CEB e Secundário, apesar da capacidade destes estabelecimentos se fixar, de acordo com o mesmo despacho, nos 24 alunos por sala na capacidade mínima e 28 alunos na capacidade máxima.

<sup>54</sup> O jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos, tem uma capacidade para 30 crianças divididas por 2 salas (1 com capacidade para 20 crianças e 1 com capacidade para 10 crianças).

<sup>55</sup> Taxa calculada com base numa capacidade total dos estabelecimentos do 1º CEB de 300 alunos, divididos por 12 salas, com capacidade para 25 alunos cada.

**TABELA N.º 31 - TAXA DE OCUPAÇÃO/SATURAÇÃO DO 1º CEB – 2014/2015**

Estabelecimento de Ensino	N.º Salas	N.º Alunos	Taxa Ocupação
EB Almofala de Baixo	2	16	32%
EB Arega	2	19	38%
EB Figueiró dos Vinhos	8	123	62%

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

Relativamente à EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos verifica-se que esta apresenta uma taxa de ocupação de 58%<sup>56</sup>.

No que concerne à Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos o seu nível de ocupação fixa-se nos 52%, visto que é frequentado por 324 alunos (2014/2015) divididos por 25 salas.

**TABELA N.º 32 - TAXA DE OCUPAÇÃO/SATURAÇÃO DO 2º E 3º CEB E SECUNDÁRIO – 2014/2015**

Estabelecimento de Ensino	N.º Salas	N.º Alunos	Taxa Ocupação
EB José Malhoa	6	87	58%
ES/3	25	324	52%

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

#### 4.4.3 Estado de conservação/adequação dos equipamentos

O estado de conservação/adequação dos equipamentos influencia a aprendizagem dos alunos, depreendendo-se que um aluno que frequenta uma escola degradada e sem o mobiliário e outro tipo de equipamento adequado à sua idade, não tem o mesmo leque de oportunidades e motivação que um aluno que frequente um estabelecimento de ensino em bom estado de conservação e devidamente apetrechado.

“...O sucessivo encerramento de escolas periféricas e a integração dos alunos nos estabelecimentos de ensino da sede do concelho, têm como consequência a existência de duas realidades distintas, no que respeita à qualidade das instalações e dos equipamentos educativos disponíveis. Enquanto que as escolas da sede apresentam um bom estado de conservação e um nível de equipamento ajustado<sup>57</sup> ao desenvolvimento das atividades a que se destinam, as escolas do 1º Ciclo e os jardins-de-infância localizados nas freguesias, revelam algumas debilidades<sup>58</sup>, particularmente no que se refere à conservação dos espaços exteriores.”<sup>59</sup>

No sentido de avaliar o estado de conservação/adequação de cada equipamento escolar, foram tidos em conta alguns parâmetros:

- Estado de conservação do equipamento escolar (mobiliário das salas de aula e salas específicas, mobiliário e equipamento do refeitório) e adequação ao nível etário dos alunos, condições higiénicas na cantina/refeitório, condições higiénicas nas instalações sanitárias e necessidades de reparação do espaço exterior e interior.

<sup>56</sup> Note-se que apenas foi contabilizada a capacidade para acolher alunos do 2º ciclo do ensino básico (6 salas de aula) e o respetivo número de alunos que o frequenta, e que apenas foram considerados 25 alunos em cada uma das seis salas, onde são lecionados o 5º e o 6º ano de escolaridade.

<sup>57</sup> O equipamento existente apesar de ajustado, começa já a necessitar de renovação, decorrente do desgaste de utilização.

<sup>58</sup> Refira-se que, há data atual, esta situação já foi em grande parte corrigida, com as intervenções realizada no JI de Aguda, bem como no espaço exterior do JI e EB de Almofala de Baixo.

<sup>59</sup> In "Avaliação Externa das Escolas – Relatório do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos", IGE, 2011.

De acordo com a tabela seguinte, podemos afirmar que, de uma forma geral, os estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar, foram avaliados como em bom estado de conservação, à exceção dos jardins-de-infância de Almofala de Baixo e Figueiró dos Vinhos<sup>60</sup> que, na maioria dos parâmetros em análise obtiveram classificação de razoável<sup>61</sup>. O Jardim de Infância (privado) da Santa Casa da Misericórdia, mereceu também a classificação de bom ou muito bom em todos os parâmetros em análise, se bem que continue ainda a estar sinalizado para a necessidade de obras<sup>62</sup>.

**TABELA N.º 33 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO/ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR - 2015**

Estado conservação/adequação	Mobiliário salas especif.	Mobiliário refeitório	Adeq. Equipam.	Condições higiene cantina/refeitório	Condições higiene inst. sanitárias	Conforto térmico	Neces. reparação interior ou exterior
<b>Jl Aguda</b>	Bom	Razoável	Adequado	Bom	Bom	Bom	Sim
<b>Jl Almofala Baixo</b>	Razoável	Razoável	Adequado	Razoável	Bom	Bom	Sim
<b>Jl Arega</b>	Razoável	Bom	Adequado	Bom	Bom	Bom	Não
<b>Jl Fig. dos Vinhos (público)</b>	Razoável	NAP <sup>63</sup>	Adequado	NAP	Razoável	Razoável	Não
<b>Jl Fig. dos Vinhos (privado)</b>	Bom	Bom	Adequado	Mt Bom	Mt Bom	Bom	Sim

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos e Santa Casa da Misericórdia, 2015

Relativamente ao mobiliário disponibilizado nas salas dos jardins-de-infância, este encontra-se em bom ou razoável estado de conservação, sugerindo-se alguma melhoria nesta área. O mesmo se verifica no mobiliário dos refeitórios<sup>64</sup>, quando nos referimos a Aguda e Almofala de Baixo.

De uma forma geral, os equipamentos disponibilizados são adequados ao nível etário dos alunos.

Em termos das condições de higiene dos refeitórios, apenas Almofala de Baixo obteve a classificação de razoável e os restantes, bom ou muito bom. As condições de higiene das instalações sanitárias são boas ou muito boas (no caso do Jl da Santa Casa da Misericórdia) e razoáveis no jardim-de-infância de Figueiró dos Vinhos, devido ao fator idade do próprio edifício.

Por último, relativamente ao conforto térmico, apenas o jardim-de-infância de Figueiró dos Vinhos obteve a classificação de razoável, os restantes foram classificados como bom.

No que se refere ao 1º Ciclo do ensino básico e aplicando a mesma metodologia de avaliação que no anterior ciclo de ensino verifica-se que todas as escolas foram consideradas em razoável estado de conservação. Estes estabelecimentos de ensino revelam algumas insuficiências ao nível da manutenção do espaço construído, da própria conservação do mobiliário e apresentam razoáveis condições higiénicas ao nível dos refeitórios e das instalações sanitárias (exceto Arega que obteve a classificação de bom neste parâmetro).

<sup>60</sup> O jardim-de-infância de Figueiró dos Vinhos é o que regista uma maior procura, daí que seja natural que todos os parâmetros em análise tenham sido classificados como razoáveis. As melhorias a efetuar prender-se-ão essencialmente com os equipamentos, condições de higiene das instalações sanitárias, conforto térmico e construção de telheiro na frente do edifício. As barreiras arquitetónicas deste edifício merecem também atenção.

<sup>61</sup> Os jardins-de infância de Aguda e Almofala de Baixo, estão referenciados como a necessitar de obras, essencialmente no espaço exterior em Aguda e interior e exterior em Almofala de Baixo.

<sup>62</sup> O jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia foi recentemente intervencionado, no interior (salas, refeitório e casas de banho).

<sup>63</sup> NAP – Leia-se “não se aplica”.

<sup>64</sup> Refira-se que as refeições destinadas ao Pré-escolar e 1º CEB são todas confeccionadas na EB José Malhoa. As crianças do jardim-de infância de Figueiró dos Vinhos almoçam na cantina da EB José Malhoa. As refeições para os jardins-de-infância das freguesias, são transportadas pela Câmara Municipal, em caixas térmicas adquiridas para o efeito.

Relativamente à adequação dos equipamentos ao nível etário dos alunos, verifica-se alguma inadequação na EB de Almofala de Baixo, essencialmente na faixa etária dos 8-10 anos e na EB de Arega, na faixa etária dos 6-7 anos.

A necessidade de reparação no interior/exterior dos edifícios foi sinalizada na EB de Arega, no que diz respeito à conservação/substituição de portas, janelas e pavimento e na EB de Almofala de Baixo, essencialmente no interior<sup>65</sup>, nomeadamente pavimento, janelas e refeitório que funciona num pequeno espaço improvisado, de forma provisória e sem grandes condições.

Relativamente ao conforto térmico dos estabelecimentos, apenas a EB de Almofala de Baixo obteve a classificação de bom, apesar de se verificarem aspetos a melhorar (o estado de conservação das janelas impossibilita uma melhor eficiência energética). A EB de Figueiró dos Vinhos obteve a classificação de razoável e a EB de Arega, fraco.

**TABELA N.º 34 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO/ADEQUAÇÃO DOS EQUIPAMENTO DO ENSINO BÁSICO - 2015**

Estado conservação/ adequação	Mobiliário salas aula	Mobiliário refeitório	Adeq. Equipam.	Condições higiene cantina/ refeitório	Condições higiene inst. sanitárias	Conforto térmico	Neces. reparação interior ou exterior
<b>EB Almofala de Baixo</b>	Razoável	Fraco	Pouco Adeq.	Razoável	Razoável	Bom	Sim
<b>EB Arega</b>	Razoável	Razoável	Pouco Adeq.	Razoável	Bom	Fraco	Sim
<b>EB Figueiró dos Vinhos</b>	Razoável	NAP	Adequado	NAP	Razoável	Razoável	Não

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015

A EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos foi avaliada em bom estado de conservação, pois foi alvo de uma intervenção profunda, e reinaugurada no ano letivo de 2003/2004. Foi novamente intervencionada em 2013, tendo sido alterada a localização da entrada para segurança e conforto dos alunos, o que obrigou a obras de adaptação custeadas pela Autarquia. É constituída por duas tipologias diferentes de edifício: uma mais antiga, que acolhe o 1º CEB e outra mais recente e destinada ao 2º CEB. Os espaços destinados ao funcionamento das atividades letivas estão, na generalidade, bem equipados. Pese embora as recentes intervenções efetuadas na EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos, continuam ainda a registar-se algumas necessidades, nomeadamente problemas de infiltrações e no sistema de aquecimento.

A ES/3 apresenta um estado de conservação razoável, que é reflexo de aproximadamente 30 anos<sup>66</sup> de funcionamento, verificando-se a necessidade de algumas obras de manutenção, essencialmente ao nível da cobertura (infiltrações), pintura, substituição do piso do campo de jogos descoberto, substituição do sistema de aquecimento (tubagem) de todo o edifício e, em particular no laboratório de físico/química<sup>67</sup>, criação de cobertura na receção, passadiço coberto da portaria ao Bloco A e construção de anfiteatro. É constituída por quatro blocos com salas de aulas, um edifício com a cantina e sala de alunos e o Pavilhão Desportivo.

#### 4.4.4 Segurança dos espaços

No intuito de avaliar a segurança no próprio estabelecimento de ensino e numa envolvimento de aproximadamente 200m, consideraram-se os itens abaixo indicados:

<sup>65</sup> Estão a ser efetuadas obras de beneficiação no espaço exterior.

<sup>66</sup> A Escola Secundária com 3º Ciclo de Figueiró dos Vinhos foi construída em 1987.

<sup>67</sup> Os radiadores do laboratório de físico/química estão colocados no teto da sala pelo que o ar quente fica concentrado nesta zona, não se fazendo uma devida climatização do espaço, existindo necessidade de mudá-los para baixo.

- Ruas com passeios, iluminação, passadeiras simples, passadeiras com semáforos, lombas/bandas sonoras de redução de velocidade, saída de escola com resguardo/grade de proteção, sinalização vertical, sinalização horizontal e situações de conflito/perigo (linhas férreas, cruzamentos perigosos não protegidos, linhas de alta tensão sobre o recinto escolar, outras situações perigosas/locais não protegidos).

Da observação da tabela seguinte, podemos verificar que relativamente à educação pré-escolar se verifica que a maioria dos estabelecimentos de ensino, apresenta condições de segurança deficitárias. Em três jardins-de-infância ainda se verifica a inexistência de ruas com passeios: JI de Almofala de Baixo, de Aguda e Arega, pese embora este último seja menos relevante considerando que a sua localização se situa numa rua interior, sem saída e com reduzida afluência de trânsito. Verifica-se ainda a inexistência de passadeiras para peões no JI de Aguda e Arega. As passadeiras com semáforos<sup>68</sup> são inexistentes na envolvente de todas as escolas.

As lombas ou bandas sonoras de redução de velocidade são relevantes, sobretudo em escolas inseridas em locais que ofereçam algum tipo de perigo. Somente nos jardins-de-infância de Figueiró dos Vinhos e Almofala de Baixo existem lombas ou bandas sonoras de modo a abrandar a velocidade.

A saída do espaço escolar com resguardo ou grade de proteção é uma realidade na maioria dos jardins-de-infância (apenas inexistente no jardim-de-infância de Arega).

**TABELA N.º 35 - CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE PRÓXIMO (+/- 200 M) – ENSINO PRÉ-ESCOLAR**

Segurança dos espaços	Rua com passeios	Iluminação espaço público	Passadeiras para peões simples	Passadeiras para peões c/ semáforos	Lombas reductoras velocidade	Saída para a via pública c/ resguardo/grade proteção	Sinalização vertical	Sinalização horizontal	Situações de conflito
<b>JI Aguda</b>	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>JI Almofala Baixo</b>	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
<b>JI Arega</b>	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>JI Fig. dos Vinhos (público)</b>	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
<b>JI Fig. dos Vinhos (privado)</b>	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos e Santa Casa da Misericórdia, 2015

A iluminação do espaço público existe em todos os jardins-de-infância, todavia no JI de Almofala de Baixo, é exterior ao edifício, ou seja, o espaço escolar não tem nenhuma luz, esta é proporcionada pelos postes de iluminação pública, que não estão direcionados para o equipamento, pelo que não será a solução mais adequada.

A sinalização vertical deveria estar presente na proximidade de todos os jardins-de-infância, todavia verificou-se a sua inexistência nas imediações do jardim-de-infância de Aguda e Arega. A sinalização horizontal também não existe nas proximidades dos equipamentos (apenas existem lombas reductoras de velocidade, como já foi referido, em Almofala de Baixo e Figueiró dos Vinhos).

No que concerne ao 1º Ciclo do Ensino Básico, em termos gerais também se verifica que as condições de segurança são um pouco deficitárias. A inexistência de ruas com passeios é visível apenas na EB de Almofala. A iluminação existe

<sup>68</sup> Tendo em conta o reduzido tráfego existente nesta zonas, não se afira necessária a sua colocação, bem assim como as bandas sonoras ou lombas referidas no parágrafo seguinte.

em todos os estabelecimentos de ensino, porém, na EB de Almofala resulta dos postes de iluminação pública que não estão vocacionados para os equipamentos.

**TABELA N.º 36 - CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE PRÓXIMO (+- 200 M) – 1º CEB**

Segurança dos espaços	Rua com passeios	Iluminação espaço público	Passadeiras para peões simples	Passadeiras para peões c/ semáforos	Lombas reductoras velocidade	Saída para a via pública c/ resguardo/grade proteção	Sinalização vertical	Sinalização horizontal	Situações de conflito
<b>EB Almofala de Baixo</b>	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
<b>EB Arega</b>	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
<b>EB Figueiró dos Vinhos</b>	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015

A presença de passadeiras simples é efetiva na envolvência das EB de Figueiró dos Vinhos, Almofala de Baixo e Arega e as passadeiras com semáforos são totalmente inexistentes, bem assim como a sinalização horizontal. Os resguardos/grades de proteção existem em todas as escolas. Relativamente à sinalização vertical esta surge em todas as escolas.

A EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos e a ES/3 não apresentam grandes problemas de segurança. As escolas dispõem de boa iluminação no interior e exterior, ruas com passeios, passadeiras simples para peões, lombas reductoras de velocidade e sinalização vertical adequada.

No que concerne à segurança dos próprios edifícios e das suas instalações foram analisados os seguintes parâmetros:

- Sistema de alarme, extintores, iluminação exterior/recreio, iluminação interior, saídas de emergência e plano de evacuação.

Na educação Pré-Escolar a maioria dos jardins-de-infância dispõe de sistema de alarme, os únicos estabelecimentos de ensino que não possuem este equipamento são os jardins-de-infância de Figueiró dos Vinhos e Arega. Todos os jardins-de-infância possuem extintores e iluminação interior. Relativamente à iluminação do espaço exterior, como já foi anteriormente referido, em Almofala de Baixo depende da rede pública circundante. Relativamente às saídas de emergência, estas existem em todos os equipamentos e encontram-se devidamente sinalizadas. Os Planos de Evacuação encontram-se afixados e em vigor em todos equipamentos da rede pública e privada e são efetuados simulacros com regularidade.

**TABELA N.º 37 - SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES DO PRÉ-ESCOLAR**

Segurança Edifícios	Alarme	Extintores	Iluminação exterior	Iluminação interior	Saídas emergência	Plano evacuação
<b>Jl Aguda</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Jl Almofala Baixo</b>	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
<b>Jl Arega</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Jl Fig. dos Vinhos (público)</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Jl Fig. dos Vinhos (privado)</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos e Santa Casa da Misericórdia, 2015

No que diz respeito ao 1º Ciclo do Ensino Básico o cenário não é muito diferente.

Relativamente aos sistemas de segurança, apenas a EB de Almofala de Baixo possui alarme.

Todos os estabelecimentos estão apetrechados com extintores e iluminação interior. A iluminação exterior segue o mesmo critério que os estabelecimentos do pré-escolar, à exceção da EB de Figueiró dos Vinhos. À semelhança do referido, no âmbito da educação pré-escolar, todas as EB dispõem de um Plano de Evacuação, de saídas de emergência devidamente sinalizadas e efetuam simulacros com alguma regularidade.

**TABELA N.º 38 - SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES DO 1º CEB**

Segurança Edifícios	Alarme	Extintores	Iluminação exterior	Iluminação interior	Saídas emergência	Plano evacuação
<b>EB Almofala de Baixo</b>	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
<b>EB Arega</b>	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<b>EB Figueiró dos Vinhos</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015

Na EB José Malhoa e na Escola Secundária com 3º Ciclo confirma-se a existência de todos os itens em análise, não se verificando grandes problemas de segurança, ao nível das instalações e do próprio edifício. Refira-se ainda o acesso reservado ao recinto da escola com portaria, mediante cartão magnético.

#### 4.4.5 Equipamentos existentes

Os equipamentos de apoio existentes nos estabelecimentos de ensino, que integram o parque escolar do concelho de Figueiró dos Vinhos, são escassos, sobretudo ao nível da rede do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Nesta alínea foi verificada a existência de equipamentos lúdicos (parque infantil, campo de jogos e computadores com ligação à internet), caixotes do lixo, bancos, capacidade de preparar refeições e/ou existência de refeitório.

A existência de equipamentos lúdicos nos estabelecimentos de ensino da rede Pré-Escolar resume-se, essencialmente, à existência de um Parque Infantil devidamente apetrechado, de acordo com as normas de segurança e de computador com acesso à internet.

**TABELA N.º 39 - EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO PRÉ-ESCOLAR**

Equipamentos Lúdicos/lazer	Parque infantil de acordo normas seg.	Campo jogos	Computador com Net	Bancos no recreio	Caixotes recolha não seletiva RSU	Caixotes recolha seletiva RSU
<b>Jl Aguda</b>	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>Jl Almofala Baixo</b>	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
<b>Jl Arega</b>	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Jl Fig. dos Vinhos (público)</b>	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim <sup>69</sup>
<b>Jl Fig. dos Vinhos (privado)</b>	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos e Santa Casa da Misericórdia, 2015

Da observação da tabela acima apresentada, podemos verificar que apenas o jardins-de-infância de Aguda não disponibiliza ainda um parque infantil para as crianças, sendo que no jardim de infância de Almofala de Baixo decorre a fase final de beneficiação do espaço exterior e a instalação de um parque infantil. Relativamente aos campos de jogos e às suas características em termos de espaço, não são disponibilizados por nenhum dos jardins-de-infância. Apenas a

<sup>69</sup> Existe um ecoponto nas imediações do Jardim-de-Infância, que serve também a EB e a EB José Malhoa.

existência de computador com ligação à internet é comum a todos os equipamentos, porém, estes são pouco utilizados nas atividades com as crianças, tendo em conta o fator idade e a diversidade de atividades noutras áreas de estímulo.

Em termos da organização do espaço exterior, apenas os jardins-de-infância de Figueiró dos Vinhos (rede pública) e de Almofala de Baixo disponibilizam bancos no recreio. Os caixotes do lixo colocados no espaço exterior estão presentes em todos os jardins-de-infância e permitem apenas a recolha de resíduos sólidos urbanos (se bem que nas imediações do JI e EB de Figueiró dos Vinhos, exista um ecoponto). Apesar de não existirem ecopontos, na maioria dos equipamentos, a reciclagem é incentivada desde cedo e é efetuada nas salas de aula<sup>70</sup>.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico verifica-se que os equipamentos lúdicos existentes nestas escolas se resumem ao parque infantil<sup>71</sup> e à disponibilização de computadores com acesso à internet (presentes em todas as EB), à semelhança do que acontece no Pré-Escolar.

A EB de Figueiró dos Vinhos e Almofala de Baixo disponibilizam bancos no exterior do edifício.

Quanto aos pontos de recolha de resíduos sólidos urbanos, o cenário é idêntico ao do Pré-escolar.

**TABELA N.º 40 - EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO 1º CEB**

Equipamentos Lúdicos/lazer	Parque infantil de acordo com normas segurança	Campo jogos	Computador com Net	Bancos no recreio	Caixotes recolha não seletiva RSU	Caixotes recolha seletiva RSU
<b>EB Almofala de Baixo</b>	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
<b>EB Arega</b>	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>EB Figueiró dos Vinhos</b>	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015

A presença de equipamentos de apoio na EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos e na ES/3 de Figueiró dos Vinhos é muito mais completa, dada a dimensão dos estabelecimentos de ensino com estas tipologias e à concentração de um maior número de alunos que justificam a existência dos mesmos e os próprios requisitos que assim o exigem.

A EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos não apresenta qualquer necessidade de reparação nas suas instalações, uma vez que foi restaurado o edifício antigo onde se ministravam as aulas do 1º Ciclo e inaugurado o pavilhão gimnodesportivo, o refeitório e o bloco para o 2º Ciclo. Necessitaria de um campo de jogos descoberto<sup>72</sup>, uma vez que possui um gimnodesportivo.

A Escola Secundária com 3º Ciclo necessita de algumas intervenções pontuais, já referidas no ponto anterior<sup>73</sup>.

Relativamente aos equipamentos para preparar e servir refeições, ou seja, à existência de cozinha e de refeitório, nos diferentes estabelecimentos de ensino, verifica-se que os únicos equipamentos que têm capacidade para preparar refeições, dispo de cozinha e refeitório, são a EB José Malhoa, que confeciona almoços para todas as escolas do pré-escolar, 1.º e 2º Ciclo, bem como a ES/3 que dispõe dos mesmos equipamentos.

<sup>70</sup> Projeto "Eco-Escolas".

<sup>71</sup> A EB de Figueiró dos Vinhos é presentemente a única escola que disponibiliza este equipamento, que em breve será também disponibilizado pela EB de Almofala de Baixo.

<sup>72</sup> Esta necessidade, ainda que identificada, não se afigura viável nesta fase uma vez que a Escola Básica José Malhoa não possui um terreno com as dimensões para o efeito.

<sup>73</sup> Relativamente ao número de salas e respetiva tipologia, ver tabela n.º 29, pag. 73.

A EB José Malhoa tem um refeitório com capacidade para servir refeições a 148 pessoas e fornece, em média, 350 refeições por dia, pois tal como mencionado serve os alunos do Pré-Escolar, 1.º e 2º Ciclos.

A ES/3 tem um refeitório com capacidade para servir 100 pessoas e fornece, em média, 270 refeições por dia.

No que concerne à educação pré-escolar, o jardim-de-infância de Arega tem uma pequena cozinha, que funciona como espaço de refeitório. O jardim-de-infância de Aguda também possui uma pequena cozinha e um refeitório construído recentemente. No jardim-de-infância de Figueiró dos Vinhos, os alunos deslocam-se à EB José Malhoa, onde almoçam diariamente. Por último, no jardim-de-infância de Almofala de Baixo, foi fechado o alpendre, para funcionar como refeitório. Não tendo as condições ideais, o espaço de refeitório funciona no hall de entrada e o espaço que funciona como lava-loiça, foi adaptado no vão de escadas, no entanto, apesar de deficitário, oferece condições para aquecer o lanche ou pequeno-almoço.

As refeições servidas nas escolas e jardins-de-infância das freguesias, são confeccionadas na EB José Malhoa, acondicionadas em caixas isotérmicas e distribuídas pelos motoristas da Autarquia diariamente, pelo que a qualidade alimentar é igual na Sede do Concelho e nas Freguesias. Os refeitórios encontram-se certificados, cumprindo a legislação em vigor no âmbito do HACCP.

No que concerne ao espaço de recreio, no Pré-Escolar verifica-se que somente um jardim-de-infância apresenta uma área coberta que acaba por funcionar como um espaço polivalente. Não é propriamente considerado área de recreio, localizado na cave (piso -1) do JI de Figueiró dos Vinhos, que permite o acesso ao parque infantil. Os restantes jardins-de-infância não dispõem de nenhuma área coberta, sendo que em dias com condições climáticas adversas, o espaço de recreio coincide com a sala de atividades. O único JI que possuía uma área semicoberta (alpendre) era o de Almofala de Baixo, que em 2001 foi intervencionado, e atualmente serve como refeitório. O espaço exterior de recreio que todos possuem, apresenta pavimentação muito similar em todos os jardins-de-infância: terra, areia, piso sintético no parque escolar e cimento.

Relativamente ao 1º Ciclo do Ensino Básico constata-se que, há exceção da EB de Figueiró dos Vinhos, nenhuma outra escola possui área de recreio coberta. Aliás todos os estabelecimentos de ensino usufruem de uma área semicoberta – os alpendres/telheiros, que não podem contudo ser considerados área de recreio coberta. Não têm as dimensões necessárias e não protegem de estados de tempo desfavoráveis.

#### 4.4.6 Regime de funcionamento

---

O regime de funcionamento das escolas básicas do 1º Ciclo pode ser de dois tipos: regime normal ou regime duplo. No regime normal os alunos que frequentam estas escolas permanecem nestas durante o dia, funcionando, o estabelecimento, simultaneamente de manhã e de tarde. No regime duplo, as turmas assumem um carácter rotativo, ou seja, as que funcionam de manhã cedem as salas às turmas que têm aulas de tarde e vice-versa. Este regime é adotado quando a procura sobre um estabelecimento de ensino é superior à capacidade de acolhimento.

Segundo as diretivas do Ministério da Educação é imperativo o funcionamento da escola em regime normal, de modo a cumprir o princípio da “escola a tempo inteiro”. A autorização do funcionamento de uma escola em regime duplo só ocorrerá a título excecional e deverá contemplar o menor número de turmas possível.

No concelho de Figueiró dos Vinhos esta situação não se verifica, visto que a totalidade das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico funcionam em regime normal.

#### 4.4.7 Componente de Apoio à Família – CAF

---

No âmbito do programa de desenvolvimento e expansão da educação Pré-Escolar considerando a importância do desenvolvimento de serviços de apoio às famílias durante o período letivo e nas suas interrupções, a Autarquia de Figueiró dos Vinhos promove a realização de atividades designadas por Componente de Apoio à Família - CAF, ao nível da educação pré-escolar as quais podem incluir, as seguintes modalidades:

- Fornecimento de Refeições;
- Prolongamento de Horário;
- Atividades nas interrupções letivas.

A Componente de Apoio à Família - CAF tem como principais objetivos:

- Apoiar as famílias, proporcionando condições que permitam ajustar o tempo de permanência das crianças na Escola às necessidades dos Pais e Encarregados de Educação, nomeadamente em função dos horários laborais, procurando oferecer respostas diversificadas e adaptadas às realidades locais;
- Proporcionar aos alunos condições que contribuam para o seu desenvolvimento;
- Desenvolver o espírito de iniciativa, a capacidade crítica e os sentidos de solidariedade, responsabilidade e organização;
- Estimular experiências culturais e recreativas, com o aproveitamento das relações entre a família, a escola e a comunidade;
- Proporcionar aos alunos condições de apoio à descoberta das suas aptidões e interesses vocacionais.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, todos os jardins-de-infância oferecem a Componente de Apoio à Família - CAF, nomeadamente através do serviço de refeições e prolongamento de horário. As atividades decorrem normalmente em salas ou espaços existentes nos edifícios, à exceção do jardim-de-infância de Arega que funciona em espaço próprio, nas imediações do JI e da EB, promovidas por pessoal contratado pela Autarquia.

A maioria das crianças que frequentam o ensino pré-escolar, estão também inscritas nos prolongamentos de horário.

O horário de funcionamento da Componente de Apoio à Família é acordado entre todos os parceiros na reunião de lançamento do ano letivo.

#### 4.4.8 Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC

---

As Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC - desenvolvidas no 1º Ciclo do ensino básico são, por definição, atividades pedagogicamente ricas e complementares às aprendizagens curriculares ligadas à aquisição de competências básicas sendo consideradas essenciais para o desenvolvimento das crianças e para o sucesso escolar futuro e incidem nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e tecnologias de informação e comunicação, de ligação à escola e ao meio.

Enquadram-se no conceito de escola a tempo inteiro e constituem uma resposta partilhada e diversificada de apoio a escolas, aos alunos e famílias tendo em conta as realidades locais, adaptando os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias.

O Município de Figueiró dos Vinhos constituiu-se como entidade promotora das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, responsabilizando-se a Autarquia pela contratação anual dos professores (em média 7 por ano)<sup>74</sup>.

Para o efeito em cada ano escolar é assinado o Protocolo de Colaboração do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) do 1º Ciclo do Ensino Básico.

No presente ano letivo o Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, inclui o Ensino do Inglês, Atividade Física, Música e Expressões Artísticas, disponibilizadas aos 159 alunos das Escolas das Freguesias de Aguda, Arega e Figueiró dos Vinhos.

O protocolo visa assegurar as condições para a concretização das AEC no 1º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, que são de frequência gratuita, sendo a sua inscrição facultativa e decorrem, sempre que possível, nos espaços escolares e em horário extracurricular.

Não podem ser entendidas como uma forma de entretenimento dos alunos até às 17h30m, mas como forma de enriquecimento, complementar à formação proporcionada pelo professor da turma. Daqui resulta que, não sendo obrigatórias, obedecem a regras de assiduidade e são objeto de avaliação pelos professores das AEC. Pedagogicamente tem sido uma mais-valia para os alunos.

A Câmara Municipal, para além da direta contratação dos professores, disponibiliza ainda, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, todo o material didático e de desgaste necessário à prossecução das atividades.

As atividades funcionam nas instalações da EB de Almofala de Baixo, nas instalações da EB de Arega e nas instalações das EB de Figueiró dos Vinhos e EB José Malhoa, para os respetivos alunos.

A Atividade Física e Desportiva decorre nos pavilhões gimnodesportivos de Arega e da EB José Malhoa, contudo os alunos das freguesias também têm piscina, mercê do esforço que a Autarquia faz ao transportá-los para a sede do Concelho a fim de existir equidade entre todos os alunos.

### **Inglês**

- Sensibilizar para a diversidade linguística e cultural;
- Introduzir, de forma lúdica, os princípios vocabulares e gramaticais da língua inglesa;
- Proporcionar a consciência da identidade cultural e linguística;
- Facilitar a apropriação de uma forma de comunicação fundamental na sociedade atual.

<sup>74</sup> Com exceção do ano letivo 2012/2013, cujos professores das AEC, foram dispensados pelo Agrupamento de Escolas.

### **Atividade Física e Desportiva**

- Desenvolver as aptidões motoras;
- Desenvolver as capacidades de resistência, flexibilidade, equilíbrio, ritmo e agilidade;
- Estimular a cooperação e cumprimento de regras.

### **Música**

- Entender a Música como forma de expressão e comunicação;
- Desenvolver os conceitos de ritmo e melodia;
- Estimular a criatividade;
- Promover o contacto com instrumentos musicais.

### **Expressões Artísticas**

- Promover diversas formas de expressão e de criatividade;
- Contribuir para o desenvolvimento do sentido estético;
- Identificar as artes como forma de comunicação e simbolismo.

## **4.4.9 Outros Apoios**

---

O papel das Juntas de Freguesia que se tem vindo a alterar ao longo dos últimos anos, também merece uma referência na educação, não só porque a legislação o tem vindo a promover e permitir mas, e talvez sobretudo, porque os atores locais tomam cada vez mais a iniciativa de o fazer, nomeadamente através de contributos que dão a diversos níveis, sob a forma de subsídios para visitas de estudo, na comparticipação nos prémios de mérito atribuídos ao 1º Ciclo, na limpeza dos recintos das escolas, na aquisição do material de limpeza, enquanto parceiros na realização de diversos eventos, entre outros.

Pode dizer-se que as intervenções das Juntas de Freguesia na educação, para além da mais-valia que representam, têm também ido muito mais além do que as competências que a Lei determina, contribuindo significativamente para a promoção e desenvolvimento das políticas educativas locais.

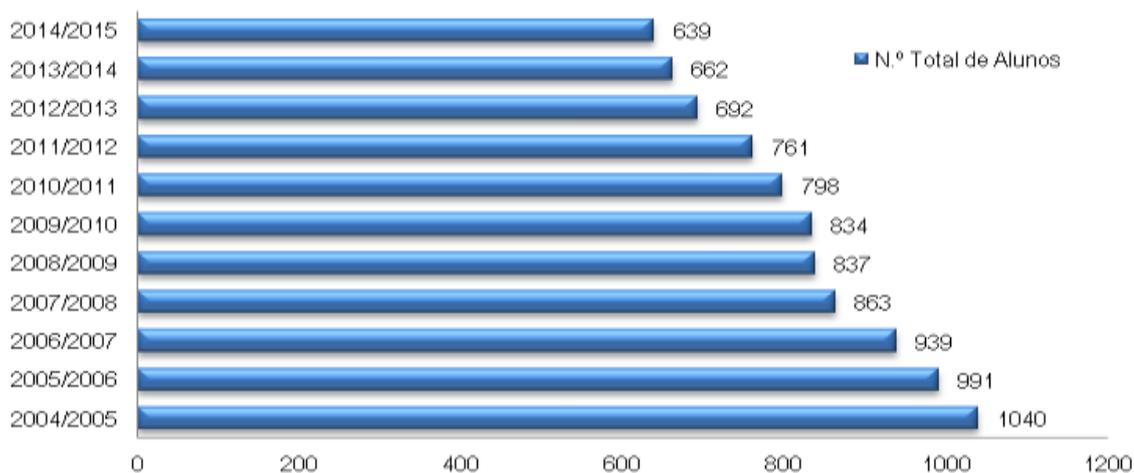
## 4.5 PROCURA DA EDUCAÇÃO

Este capítulo reflete a procura de educação e ensino, especificando o número de alunos, por ano de escolaridade, e por idade ao nível da educação pré-escolar. Esta análise é crucial no âmbito da elaboração das propostas de reordenamento da rede educativa, de modo a avaliar a evolução do número de alunos, por cada estabelecimento de ensino, servindo como um dos elementos para realizar projeções demográficas.

### 4.5.1 Evolução do número de alunos no concelho

A evolução do número de alunos no concelho de Figueiró dos Vinhos é um aspeto importante a considerar num documento deste cariz, visto que propicia a delineação de tendências futuras, sendo determinante numa segunda fase de elaboração de propostas. O gráfico seguinte mostra a evolução, em termos globais, do número de alunos no concelho de Figueiró dos Vinhos (desde 2004/2005 a 2014/2015).

**GRÁFICO N.º 36 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE ALUNOS NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2004-2015)**



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

É notório que o número de alunos no concelho de Figueiró dos Vinhos tem vindo a diminuir, embora esse decréscimo, em alguns anos não seja muito significativo.

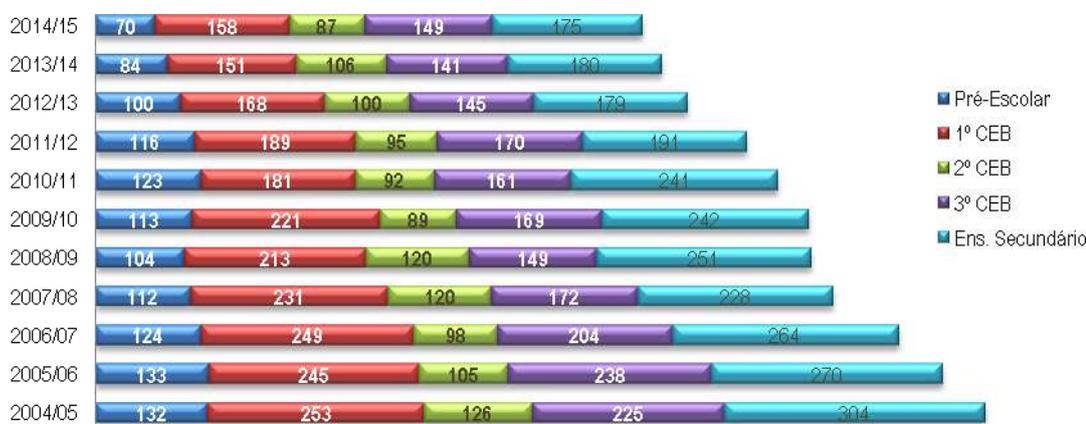
No primeiro ano em análise, frequentavam as escolas de Figueiró dos Vinhos 1040 alunos, número que decresceu consideravelmente, se comparado com o último ano letivo em análise (2014/2015), onde diminuiu para 639 alunos (menos 401 alunos, que em 2004/2005).

No intuito de perceber qual o ciclo de ensino que influenciou os resultados do gráfico acima apresentado analisaram-se os dados, por ciclo de ensino e nível de escolaridade. Posteriormente será apresentada a procura, respeitante a cada estabelecimento de ensino.

O gráfico seguinte representa a população por cada ciclo de ensino, no período de 2004/2005 a 2014/2015.

Em qualquer ano em análise é evidente que o 1º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário apresentam a procura mais elevada, comparativamente aos restantes ciclos de ensino.

**GRÁFICO N.º 37 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS POR CICLO DE ENSINO EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS (2004-2015)**



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

A educação pré-escolar apresentava 132 crianças no ano letivo 2004/2005 e foi decrescendo nos anos letivos seguintes até 2009/2010, onde registou um ligeiro aumento, também verificado no ano letivo seguinte. Nos anos subsequentes, a diminuição acentuou-se, culminando em 70 crianças em 2014/2015, a frequentar este nível de ensino (-62 crianças).

O 1º Ciclo do Ensino Básico apresentava em 2004/2005 o maior número de alunos, durante todo o período em análise – 253 alunos. Foi também aquele que mais alunos perdeu comparativamente ao presente ano letivo onde regista a frequência de 158 alunos (-157 alunos). O ano letivo onde se verificou a diminuição mais acentuada foi o de 2010/2011, onde perdeu 40 alunos.

O 2º ciclo do Ensino Básico apresenta alguns avanços e recuos durante os anos letivos em análise. No total, no ano letivo de 2004/2005 apresentava 126 alunos, que foram diminuindo nos 2 anos letivos seguintes, recuperando ligeiramente e mantendo-se entre 2007 e 2009 nos 120 alunos. Nos anos letivos seguintes observa-se novo decréscimo seguido de períodos de recuperação até ao ano letivo 2013/2014, onde atinge os 106 alunos. Presentemente frequentam este nível de ensino 87 alunos (-39 alunos que no ano letivo 2004/2005).

O 3º ciclo apresenta um comportamento evolutivo semelhante ao anterior. No ano letivo de 2004/2005 apresenta 225 alunos neste ciclo de ensino, número este que viria a aumentar no ano letivo seguinte, atingindo a frequência mais elevada da série temporal apresentada (238 alunos), seguindo-se um período de decréscimo até ao ano letivo de 2008/2009, onde regista 149 alunos. No ano letivo de 2009/2010 observa-se um acréscimo de 20 alunos (169), que viria a perder quase na totalidade no ano seguinte. No ano letivo 2011/2012 observa-se uma nova recuperação (170 alunos), decrescendo a partir daí até ao ano letivo 2013/2014, onde regista 141 alunos. Presentemente frequentam este nível de ensino 149 alunos (-76 que no ano letivo 2004/2005).

O ensino secundário apresentava no primeiro ano em estudo, 304 alunos, valor que viria a decrescer nos anos seguintes até ao ano letivo 2007/2008, onde registou 228 alunos. No ano letivo seguinte recupera 23 alunos, decrescendo continuamente a partir daí até ao presente, onde regista 175 alunos (-129 que em 2004/2005, revelando-se o segundo nível de ensino que mais alunos perdeu no período em análise).

#### 4.5.2 Educação Pré-Escolar

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto) integra a educação pré-escolar no sistema educativo formal, e a Lei-quadro da Educação Pré – Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro) veio defini-la como a primeira etapa da educação básica, sendo complementar da educação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita colaboração, num percurso de aprendizagem ao longo da vida, com vista a um desenvolvimento global e equilibrado da criança. De acordo com este quadro legislativo, este nível de educação, destina-se, como já foi anteriormente referido, a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, sendo a sua frequência facultativa, competindo porém ao Estado assegurar a existência de uma rede a nível nacional que contribua para a sua universalização.

O desenvolvimento da educação pré-escolar, tem-se materializado através da criação de uma rede alargada que integra a rede pública, constituída a partir da iniciativa da administração central e local, e uma rede privada desenvolvida a partir da iniciativa das instituições particulares de solidariedade social, dos estabelecimentos de educação e ensino de natureza particular e/ou cooperativa, e de outras instituições sem fins lucrativos que desenvolvam a sua atividade na área da educação<sup>75</sup>

Com a publicação da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, consagra-se a universalização da educação pré-escolar para crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos, implicando para o Estado o dever de garantir a existência de uma rede de educação pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas, e o de assegurar que essa frequência se efetue em regime de gratuidade da componente educativa.

O investimento na educação pré-escolar, torna-se assim imperativo, quer para a prevenção do insucesso escolar e da exclusão social, quer para a aquisição das bases necessárias para a prossecução da aprendizagem e para uma boa integração no sistema escolar durante o ensino básico e secundário.

Ao analisar-se a tabela seguinte, verificamos que nos 10 anos em análise, a variação do número de crianças a frequentar a Educação Pré-escolar (no regime público e privado), sofreu grandes alterações, apesar da diminuição evidente do número de crianças. Neste período de tempo registou-se uma diminuição de cerca de 28 crianças.

Observamos também o encerramento de 2 jardins-de-infância - Bairrão e Bairradas – o primeiro encerrado no ano letivo de 2005/2006 e o segundo em 2008/2009. As crianças que eram abrangidas por estes equipamentos, passaram a integrar o jardim-de-infância de Figueiró dos Vinhos. Não obstante, considerando todo o período em análise e ponderando as respetivas frequências em cada estabelecimento de ensino verifica-se que a evolução é pautada por um sucessivo decréscimo do número de crianças.

<sup>75</sup> In Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho.

**TABELA N.º 41 - EVOLUÇÃO DO N.º CRIANÇAS EM JARDIM-DE-INFÂNCIA (PÚBLICO E PRIVADO) IDADE E ANO LETIVO 2004-2015**

	Idade	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
JI Arega	3						7	13	4	7	5	2
	4						4	6	11	3	5	5
	5 ou +						1	3	5	10	1	6
	<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>11</b>	<b>13</b>
JI Aguda	3						6	5	4	5	3	2
	4						5	2	2	3	4	2
	5 ou +						2	4	1	2	3	3
	<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>7</b>
JI Almofala de Baixo	3						7	6	3	4	4	1
	4						4	5	3	2	3	3
	5 ou +						2	3	2	3	2	3
	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>7</b>
JI Figueiró dos Vinhos (público)	3						46	33	20	15	19	9
	4						19	30	29	20	15	16
	5 ou +						10	13	33	26	20	18
	<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>69</b>	<b>75</b>	<b>60</b>	<b>56</b>	<b>75</b>	<b>76</b>	<b>82</b>	<b>61</b>	<b>54</b>	<b>43</b>
JI Figueiró dos Vinhos (privado)	3						6	6	6	12	12	13
	4						10	10	11	10	8	9
	5 ou +						11	10	10	6	10	12
	<b>Total</b>	<b>0</b>				<b>28</b>	<b>27</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>30</b>	<b>34</b>
JI Bairradas	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
JI Bairrão	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>0</b>								
<b>Total ano letivo</b>		<b>132</b>	<b>133</b>	<b>124</b>	<b>112</b>	<b>132</b>	<b>140</b>	<b>149</b>	<b>144</b>	<b>128</b>	<b>114</b>	<b>104</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas e Santa Casa da Misericórdia, 2015

Os jardins-de-infância com maior procura são naturalmente os de Figueiró dos Vinhos (público e privado), pela sua localização na sede concelhia (43 e 34 crianças, respetivamente, no atual ano letivo). O JI público apresenta o maior número de crianças, comparativamente ao jardim-de-infância privado durante o período em análise, porém, ressalve-se que a capacidade de acolhimento do jardim-de-infância público é superior à disponibilizada pelo privado, sendo que este também proporciona o serviço de creche, onde estão atualmente inseridas 33 crianças.

#### 4.5.3 Ensino Básico

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, organizando-se em três ciclos sequenciais (o 1º Ciclo compreende quatro anos, o 2º ciclo dois anos e o 3º ciclo três anos de escolaridade). O 1º Ciclo do Ensino Básico é um nível de ensino gratuito, universal e de frequência obrigatória. A atual rede de 1º Ciclo é constituída por escolas de pequena dimensão, com algumas insuficiências em termos estruturais, e ao nível dos equipamentos, as quais se distribuem por três freguesias que integram o concelho de Figueiró dos Vinhos (excetuando-se atualmente a freguesia de Campelo e Bairradas).

Ao analisarmos a tabela seguinte constatamos, o decréscimo do número de alunos, decorrente das reduzidas taxas de natalidade, e/ migração, falta de emprego, entre outras, o que provocou, nos últimos anos, encerramentos simultâneos

de escolas do 1º Ciclo, onde a procura era reduzida (Alge em 2004/2005, Aldeia Ana de Avis, Jarda, Carapinhã e Campelo em 2005/2006, Carreira em 2006/2007 e Bairradas e Aguda em 2007/2008<sup>76</sup>).

**TABELA N.º 42 - EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS DO ENSINO BÁSICO (ESCOLA, NÍVEL ENSINO E ANO LETIVO) 2004-2015**

EB	Ano Esc.	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
EB de Figueiró dos Vinhos	1º ano	24	34	37	42	38	32	21	30	40	28	27
	2º ano	54	36	36	39	43	41	36	33	30	40	33
	3º ano	30	39	40	37	48	42	39	39	20	27	36
	4º ano	36	29	49	35	39	45	45	41	41	19	27
	<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>138</b>	<b>162</b>	<b>153</b>	<b>168</b>	<b>160</b>	<b>141</b>	<b>143</b>	<b>131</b>	<b>114</b>	<b>123</b>
EB de Arega	1º ano	5	6	4	8	2	21	1	5	4	9	1
	2º ano	8	7	4	7	8	3	5	2	5	3	11
	3º ano	2	7	9	6	6	7	6	4	3	5	3
	4º ano	3	3	7	12	6	6	6	6	3	3	4
	<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>33</b>	<b>22</b>	<b>37</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>19</b>
EB de Almofala de Baixo	1º ano	8	4	4	4	6	10	4	5	2	4	4
	2º ano	7	11	4	4	7	5	8	5	6	3	4
	3º ano	4	5	10	4	5	6	4	15	4	6	4
	4º ano	2	4	4	7	5	3	6	4	10	4	4
	<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>29</b>	<b>22</b>	<b>17</b>	<b>16</b>
EB de Aguda	1º ano	4	2	3	3	a)	a)	a)	0	0	0	0
	2º ano	3	5	1	4	a)	a)	a)	0	0	0	0
	3º ano	3	1	6	0	a)	a)	a)	0	0	0	0
	4º ano	5	3	2	6	a)	a)	a)	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>a)</b>	<b>a)</b>	<b>a)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
EB de Bairradas	1º ano	2	2	8	1	a)	a)	a)	0	0	0	0
	2º ano	7	2	2	9	a)	a)	a)	0	0	0	0
	3º ano	4	7	2	3	a)	a)	a)	0	0	0	0
	4º ano	1	3	6	0	a)	a)	a)	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>a)</b>	<b>a)</b>	<b>a)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
EB do Carreira	1º ano	4	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0
	2º ano	3	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0
	3º ano	1	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0
	4º ano	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>0</b>							
EB de Campelo	1º ano	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2º ano	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3º ano	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4º ano	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>0</b>								

<sup>76</sup> Apesar da ordem de encerramento da EB de Aguda e Bairradas decretada pelo ME a partir do ano letivo 2007/2008, estas escolas tiveram uma autorização especial de funcionamento nos 3 anos letivos seguintes. A distribuição do número de alunos a frequentar estas escolas (assinalada na tabela com a) encontra-se porém contabilizada na EB de Figueiró dos Vinhos (Bairradas) e na EB de Almofala de Baixo (Aguda).

EB do Carapinhhal	1º ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2º ano	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3º ano	2	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4º ano	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>							
EB do Jarida	1º ano	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2º ano	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3º ano	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4º ano	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>							
EB Aldeia Ana de Avis	1º ano	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2º ano	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3º ano	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4º ano	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>							
EB Foz de Alge	1º ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2º ano	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3º ano	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4º ano	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>								
<b>Total Ano</b>	<b>253</b>	<b>245</b>	<b>249</b>	<b>231</b>	<b>213</b>	<b>221</b>	<b>181</b>	<b>189</b>	<b>168</b>	<b>151</b>	<b>158</b>	

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

À semelhança do descrito na educação pré-escolar, é notório que a procura mais elevada se concentra na sede concelhia, em todos os anos em análise. Do período em análise, verificamos mesmo um aumento do número de alunos na EB de Figueiró dos Vinhos, nos anos letivos entre 2006 e 2010, onde foram registadas frequências médias de cerca de 160 alunos, relativamente ao número apurado no ano letivo 2004/2005 (144 alunos). Tal facto deve-se ao encerramento de escolas já mencionado, funcionando a EB de Figueiró dos Vinhos como escola de acolhimento de alguns dos alunos provenientes das respetivas aldeias. O mesmo acontece na EB de Arega que funcionou como escola de acolhimento aquando do encerramento das EB da Jarida, Carreira e Foz de Alge e com a EB de Almofala de Baixo aquando do encerramento da EB de Aguda.

De uma forma geral e observando na tabela acima apresentada, os totais de alunos por ano letivo, é notória a perda de alunos neste nível de ensino.

Apesar das políticas do Ministério da Educação no âmbito do reordenamento da rede escolar, irem ao encontro do encerramento das escolas do 1º Ciclo, que sejam frequentadas por menos de 20 alunos, é certo que as EB de Almofala de Baixo e Arega, apesar de continuarem a estar abaixo desse patamar, têm continuado em funcionamento, mercê do esforço da Câmara Municipal, que tem evitado o seu encerramento.

No que se refere ao 2º Ciclo do ensino básico, o número de alunos também tem vindo a decrescer ainda que com menor intensidade, o que é justificável pelos fatores demográficos já abordados e por fatores de aproveitamento, como por exemplo a taxa de retenção neste ciclo de ensino, restringindo assim as inscrições. Em 2004/2005 frequentavam a

EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos, 126 alunos, valor que decresceu substancialmente, registando 87 alunos no atual ano letivo, o que significou uma redução de 39 alunos, desde o 1º ano letivo, em estudo.

**TABELA N.º 43 - EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS NO 2º E 3º CEB - 2004/2005 A 2014/2015**

Ano Letivo	2º CEB			3º CEB				Total
	5º ano	6º ano	Total	7º ano	8º ano	9º ano	Ens. Rec.	
2004/2005	52	74	126	63	82	67	13	225
2005/2006	53	52	105	76	56	92	14	238
2006/2007	52	46	98	61	66	77	0	204
2007/2008	63	57	120	50	49	73	0	172
2008/2009	46	74	120	42	49	58	0	149
2009/2010	44	45	89	80	36	53	0	169
2010/2011	46	46	92	46	76	39	0	161
2011/2012	48	47	95	45	47	78	0	170
2012/2013	52	48	100	48	38	59	0	145
2013/2014	58	48	106	41	60	40	0	141
2014/2015	31	56	87	43	38	68	0	149

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

O 3º ciclo do ensino básico lecionado na ES/3 de Figueiró dos Vinhos também tem registado uma redução dos níveis de procura iniciais. Em 2004/2005 apresentava 225 alunos, valor que decresceu consideravelmente, culminando no atual ano letivo, com um total de 149 alunos.

#### 4.5.4 Ensino Secundário

Apesar do alargamento da escolaridade obrigatória até à conclusão do 12.º ano (Ensino Secundário) ou quando o aluno perfaça os 18 anos, preconizado pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, é certo que este facto não se coadunou com um aumento significativo da procura.

Em termos da oferta, a Escola Secundária com 3º Ciclo de Figueiró dos Vinhos, dá resposta aos alunos que procurem este nível de ensino pertencentes ao concelho e acolhe também alunos de concelhos limítrofes onde este nível de ensino não é ministrado (Castanheira de Pera e Pedrógão Grande).

A tabela seguinte revela o número total de alunos que frequentaram o ensino secundário, por nível de escolaridade, no período de 2004/2005 a 2014/2015, nos cursos gerais, tecnológicos e/ou profissionais e ensino recorrente, onde é patente a diminuição de alunos (-129 que no período inicial).

**TABELA N.º 44 - EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS NO ENSINO SECUNDÁRIO**

Ano Letivo	Cursos Gerais e Tecnológicos e/ou Profissionais				
	Total	10º ano	11º ano	12º ano	Ens. Recor.
2004/2005	304	87	61	102	54
2005/2006	270	65	71	84	50
2006/2007	264	95	49	86	34
2007/2008	228	82	89	53	4
2008/2009	255	94	72	85	4
2009/2010	242	83	91	68	0
2010/2011	241	84	72	85	0
2011/2012	191	51	65	75	0
2012/2013	179	80	43	56	0
2013/2014	180	76	67	37	0
2014/2015	175	41	69	65	0

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

Observando a evolução do número de alunos por nível de escolaridade, ano a ano, verificamos a existência de um número significativo de retenções neste nível de ensino o que pode ser enquadrado na fase de transição dos alunos do ensino básico para o ensino secundário que pressupõe também um processo de adaptação aos novos e mais exigentes currículos e métodos de ensino.

#### 4.5.5 Ensino Profissional

O ensino profissional foi integrado na Escola Secundária com 3º Ciclo de Figueiró dos Vinhos, no ano letivo de 2005/2006, no contexto do Programa Novas Oportunidades, dando equivalência ao ensino secundário.

Atualmente na ES/3 de Figueiró dos Vinhos deixaram de existir cursos financiados para adultos, contudo no ensino normal existe pelo menos uma turma por ano, para o 10.º, 11.º e 12.º ano.

A tabela que seguidamente apresentamos, reflete, por um lado a oferta de cursos tecnológicos, profissionais e cursos EFA – Educação Formação de Adultos e, por outro, a procura existente a nível local desde o ano letivo 2009/2010 até 2014/2015, aferindo-se a percentagem de alunos inseridos nestes percursos formativos ao total dos alunos que frequentam/frequentaram o ensino secundário.

**TABELA N.º 45 - EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS INSERIDOS EM CURSOS TECNOLÓGICOS, PROFISSIONAIS E EFA**

Ano Letivo	Cursos Tecnológicos e/ou Profissionais				Total	% do total
	10º ano	11º ano	12º ano	EFA		
2009/2010	29	22	9	7	67	28
2010/2011	35	20	21	5	81	34
2011/2012	0	15	17	5	37	19
2012/2013	27	0	12	0	39	22
2013/2014	31	20	0	0	51	28
2014/2015	0	27	19	0	46	26

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

Os anos letivos de 2009/2010 e 2010/2011 foram os que mais alunos receberam nestas modalidades de ensino (67 e 81 respetivamente). Nos anos seguintes o número de alunos reduziu significativamente, porém, em termos do seu peso no número de alunos que frequentavam o ensino secundário, a preferência pelos cursos técnico-profissionais ronda, em média, os 26%. Os cursos EFA – Educação e Formação de Adultos, que funcionavam em horário noturno e davam equivalência ao 12.º ano, viriam a terminar no ano letivo 2011/2012, por falta de financiamento.

Os Cursos de Educação Formação – CEF que decorreram entre 2005-2013 na ES/3, dando equivalência ao 9.º ano a jovens em risco de abandono (ou que já tinham abandonado os estudos), antes da conclusão do Ensino Secundário, viriam a ser substituídos no ano letivo 2013/2014 por um Curso Vocacional<sup>77</sup> de “Expressões e Tecnologia”.

A tabela seguinte permite-nos aferir a evolução do número de alunos matriculados nestes percursos alternativos de formação.

**TABELA N.º 46 – EVOLUÇÃO DO N.º ALUNOS INSERIDOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO FORMAÇÃO E VOCACIONAIS 2004-2015**

Cursos	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
<b>CEF</b>	-	30	23	15	9	14	11	10	18	-	-
<b>Vocacionais</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	14
<b>Total</b>	-	<b>30</b>	<b>23</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>18</b>	<b>15</b>	<b>14</b>

Fonte: DGEEC in “Regiões em números 2012/2013 – Centro”, Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>. (adaptado)

#### 4.5.6 Ensino Recorrente / RVCC

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo o ensino recorrente é organizado para os indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência do ensino básico e secundário e, destina-se a todos aqueles que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação, tendo em especial atenção a eliminação do analfabetismo.

Em termos formais, a designação de Ensino Recorrente refere-se a um conjunto formalizado de programações escolares, cujo objetivo principal é a melhoria dos índices de escolaridade da população com níveis de instrução aquém da escolaridade obrigatória e, como tal, deve ser assumido como um processo fundamental de integração e de reequilíbrio das assimetrias e limitações sociais, culturais e económicas de uma comunidade.

Esta modalidade de ensino, que funcionava em regime noturno, apresentava-se como a oportunidade ideal para todos quantos não concluíram quer a escolaridade obrigatória, na idade considerada normal para o efeito até porque se destinava a quem, por razões de insucesso ou outras, abandonou o percurso normal de escolaridade e pretende, num outro momento, retomar esse mesmo percurso.

O Sistema Nacional de RVCC tem em vista reconhecer, validar e certificar os conhecimentos e as competências resultantes da experiência que os adultos adquiriram em diferentes contextos ao longo da vida. A certificação obtida através deste sistema permite não só a valorização pessoal, social e profissional, mas também o prosseguimento de estudos/formação.

<sup>77</sup> Os cursos vocacionais são percursos formativos que pretendem responder a necessidades fundamentais dos alunos e, desta forma, permitir a inclusão de todos no percurso escolar. São cursos que privilegiam tanto a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades em disciplinas estruturantes das componentes geral e complementar como o primeiro contacto com diferentes atividades vocacionais. Destinam-se aos alunos com o 8º ano de escolaridade ou frequência, sem aprovação, do 9º ano de escolaridade.

É certo que a educação de adultos constitui uma pedra basilar no sistema de ensino e formação, num momento em que continua a tornar-se fundamental o aumento do nível de competências e de certificação dos cidadãos, porém, desde finais de 2012, temos vindo a assistir a um esmorecimento das políticas de educação da população adulta, com o encerramento dos Centros de Novas Oportunidades (como foi o caso do CNO do Agrupamento de Escolas) e a diminuição da intervenção do ensino recorrente.

A tabela seguinte, reflete a adesão da população do concelho a este tipo de ensino<sup>78</sup>, nos últimos anos.

**TABELA N.º 47 – EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS EM ENS. RECORRENTE E PROCESSOS DE RVCC 2004-2013**

Cursos	N. Ens.	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
<b>Ensino Recorrente</b>	1º Ciclo	14	-	-	-	-	-	-	-	-
	3º Ciclo	13	14	-	-	-	-	-	-	-
	Ens. Sec.	51	34	28	4	-	-	-	-	-
<b>RVCC</b>	3º Ciclo	-	-	-	-	60	36	22	33	1
	Ens. Sec	-	-	-	-	28	31	6	7	1
<b>Total</b>		<b>78</b>	<b>48</b>	<b>28</b>	<b>4</b>	<b>88</b>	<b>67</b>	<b>28</b>	<b>40</b>	<b>2</b>

Fonte: DGEEC in "Regiões em números 2012/2013 – Centro", Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>. (adaptado)

Muito embora se reconheçam os avanços conseguidos na última década, quer em termos da alfabetização de adultos, quer na conclusão, por esta via, de ciclos de estudo que haviam sido interrompidos, é certo que desde 2012 que o Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos não disponibiliza oferta nesta área. Os Cursos EFA<sup>79</sup>, oferecidos pelo CQEP do Polo de Formação do IEPF de Figueiró dos Vinhos, são, presentemente, o único recurso para todos aqueles que queiram aumentar o seu nível de qualificação.

#### 4.5.7 Educação Especial - Alunos com Necessidades Educativas Especiais - NEE

De acordo com a DGEEC (2014), entende-se por Necessidades Especiais de Educação, todo um conjunto de limitações significativas, ao nível da atividade e da participação em um ou vários domínios de vida, que decorrem de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente e resultam em dificuldades continuadas em comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social.

A mesma fonte refere que, no Continente, 65.000 crianças inscritas na educação pré-escolar e alunos matriculados nos ensinos básico e secundário apresentam necessidades especiais de educação, 63.657 (97,93%) a frequentar "escolas regulares" e 1.343 (2,07%) a frequentar "escolas especiais".

O Ensino Especial é ministrado no concelho em duas escolas, a EB José Malhoa e a Escola Secundária com 3º Ciclo de Figueiró dos Vinhos. A primeira encontra-se dotada de uma sala TEACCH<sup>80</sup> que dispõe dos recursos humanos, equipamentos, material didático e pedagógico, essenciais para facilitar um ensino de qualidade. A segunda assegura o

<sup>78</sup> Os número apresentados dizem apenas respeito ao CNO do Agrupamento de Escolas. Não estão incluídos os formandos dos Cursos EFA do IEPF.

<sup>79</sup> Os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) permitem elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta e, por esta via, melhorar as suas condições de empregabilidade. Podem ser frequentados por adultos com idade igual ou superior a 18 anos e habilitações escolares entre menos de 4 anos até 12 anos.

<sup>80</sup> O Modelo TEACCH (tratamento e Educação para Autista e Crianças com Deficiências relacionadas com a Comunicação), foi criado em 1966 pelo professor norte-americano Eric Schopler e sua equipa. Este modelo surgiu com o propósito de promover respostas eficazes de aprendizagem de crianças com autismo, apelando assim a uma intervenção específica, caracterizada por uma adequação do ambiente, no sentido de reduzir a ansiedade e, deste modo, potenciar aprendizagens. Uma sala TEACCH está organizada de modo a aumentar o trabalho independente da criança e, ao mesmo tempo, fornecer padrões de referência que serão garantidos pela estruturação da sala de aula. Para esta estruturação é bastante utilizado o recurso à imagem e a estímulos visuais. In <http://conhecerautismo.blogspot.pt/2009/01/ensino-estruturado.html>.

Ensino Especial através do acompanhamento das crianças/jovens por parte de profissionais do ensino, de forma a dotá-los de ferramentas e habilidades sociais fundamentais para a sua vida social.

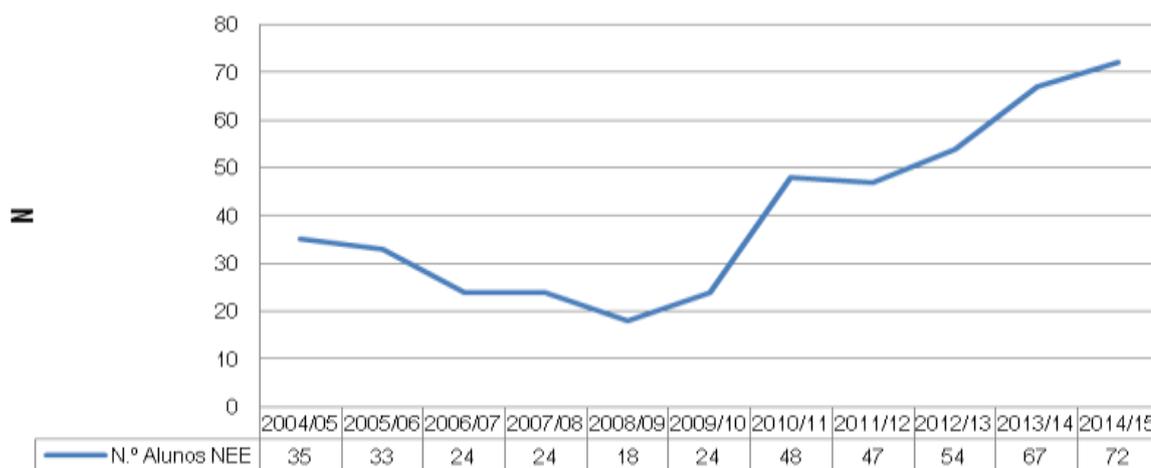
As medidas educativas que integram a adequação do processo de ensino e aprendizagem são: apoio pedagógico personalizado; adequações curriculares individuais; adequações no processo de matrícula; adequações no processo de avaliação; currículo específico individual e tecnologias de apoio. No que respeita à intervenção dos docentes, esta assenta em estratégias de diferenciação pedagógica e numa intervenção especializada. Dentro das NEEP temos dois tipos de abordagens às adaptações curriculares individualizadas, sendo que o nível de funcionalidade do aluno vai determinar o tipo de modificações a realizar ou não no currículo:

- 1º- Para alunos que têm adequações de âmbito curricular, que não põem em causa o currículo comum.
- 2º- Para alunos cujos currículos sofrem alterações significativas, que podem traduzir-se na priorização de áreas curriculares ou determinados conteúdos em detrimento de outros; na eliminação de objetivos e conteúdos; na eliminação de áreas curriculares, (por exemplo, um aluno com a medida currículo específico individual)<sup>81</sup>.

A educação especial deve, por isso, possibilitar às crianças e jovens o desenvolvimento das suas competências e a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para conquistar o maior nível possível de autonomia pessoal.

O gráfico seguinte remete-nos para a evolução dos alunos com necessidades educativas especiais do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos<sup>82</sup>, desde 2004/2005 até à atualidade.

**GRÁFICO N.º 38 - N.º DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS - NEE**



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015

Apesar de podermos considerar a existência de algum enviesamento dos dados, nomeadamente dos anos letivos onde não foram contabilizados o número de alunos com NEE em todos os níveis de ensino, é uma realidade o aumento do número de sinalizações, mais notória a partir do ano letivo 2009/2010, o que exige um esforço acrescido por parte das escolas, tendo em conta a cada vez maior dificuldade em contratar pessoal qualificado nestas área. No ano letivo 2014/2015, encontravam-se sinalizados com NEE cerca de 11,2% dos total de alunos inscritos.

Salientamos alguns aspetos que podem contribuir para a justificação deste aumento:

<sup>81</sup> In "Projecto Curricular do Agrupamento de Escolas 2011-2014" – Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos.

<sup>82</sup> Não estão contabilizados os alunos com NEE do Pré-Escolar e 1º CEB do ano letivo 2004/2005 a 2007/2008, por indisponibilidade de informação desagregada para estes níveis de ensino, por parte do Agrupamento de Escolas.

- Baixas condições socioeconómicas e culturais das famílias;
- Turmas com número excessivo de alunos em contexto de sala de aula, que nem sempre permitem implementar práticas de prevenção antecipadas;
- Reduzido número de docentes do ensino regular, que impossibilitam a criação de processos de diferenciação curricular que permitam atender, de forma positiva, a toda a diversidade existente;
- Mudança de algumas práticas políticas, nomeadamente a colocação tardia de docentes do regular, que levaram ao agravamento das condições de ensino/aprendizagem dos docentes, que se viria a projetar no seu desempenho direto com os alunos e na organização de respostas educativas diferenciadas para alunos com dificuldades de aprendizagem;
- Aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos para todos os alunos.

Estes aspetos a par com a implementação do Dec. Lei n.º 3/2008, que tem como premissa a qualidade do ensino orientada para o sucesso de todos os alunos, clarificou os destinatários da Educação Especial, chamando a atenção para os problemas e obstáculos existentes no meio/família, permitindo o desenvolvimento de respostas diferenciadas orientadas para a especificidade das crianças e jovens e levou, conseqüentemente, a um aumento dos alunos referenciados para a Educação Especial.

Esta integração permitiu a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos que apresentam limitações significativas ao nível da atividade e participação num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de caráter permanente.

Do número total de alunos integrados na Educação Especial, destacamos que as problemáticas são distintas, o que levou à definição de diferentes respostas educativas e, conseqüentemente, a uma intervenção dos docentes assente em estratégias de Diferenciação Pedagógica e numa Intervenção Especializada.

Dos 72 alunos que integram a Educação Especial no ano letivo de 2014/2015:

- 2 apresentam Perturbação Global de Desenvolvimento, usufruindo das medidas de apoio pedagógico personalizado, adequações no processo de avaliação e tecnologias de apoio (pré-escolar);
- 16 apresentam dificuldades específicas de aprendizagem (dislexia), usufruindo das medidas de apoio pedagógico personalizado e adequações no processo de avaliação;
- 2 alunos do 2º Ciclo usufruem das medidas de apoio pedagógico personalizado, adequações curriculares e adequações no processo de matrícula e avaliação, o que lhes permite efetuar uma matrícula por disciplinas;
- 19 usufruem da medida mais restritiva, currículo específico individual que prevê alterações significativas no Currículo Comum;
- Os restantes 33 alunos apresentam um perfil de funcionalidade em que se destacam maiores dificuldades na aprendizagem e aplicação de conhecimentos, consequência de um comprometimento grave e permanente das funções mentais (intelectuais, cognitivas, memória, emocionais e atenção), usufruindo das medidas de apoio pedagógico personalizado, adequações curriculares individuais e adequações no processo de avaliação.

Todos os alunos, à exceção dos 19 que usufruem da medida de currículo específico individual, seguem o Currículo Comum, igual a todos os outros alunos da turma, sendo-lhes apenas aplicadas as medidas definidas no âmbito da sua integração na Educação Especial.

#### 4.5.8 Modernização Tecnológica

Para garantir o reforço das qualificações e das competências é essencial valorizar e modernizar as escolas, criando as condições físicas que favoreçam o sucesso escolar dos alunos e consolidar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) enquanto ferramenta básica para aprender e ensinar.

Neste sentido, tem-se verificado nas escolas, a adesão à modernização tecnológica por via do QREN, através da aquisição de equipamento informático e de acesso à Internet. Surgiu também, neste contexto, uma nova disciplina obrigatória – TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação.

Por outro lado, a escola tem tido um importante papel na redução das desigualdades de acesso às novas tecnologias. Assumindo-se como um pilar da inclusão digital dos alunos, a escola incentiva, por essa via, a difusão das TIC junto das famílias.

**TABELA N.º 48 – EVOLUÇÃO DO RÁCIO ALUNO/COMPUTADOR, COM E SEM INTERNET, POR ANO LETIVO**

Rácio aluno/computador	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
	<b>3,7</b>	<b>2,5</b>	<b>1,3</b>	<b>1,3</b>	<b>1,2</b>	<b>1,4</b>	<b>1,8</b>
<b>1º CEB</b>	9,6	9	1,1	1,1	1	3,3	2,3
<b>2º CEB</b>	1,1	1,2	0,9	0,8	0,7	0,7	1,4
<b>3º CEB</b>	4,7	2,3	1,6	1,6	1,6	1,5	1,7
<b>Ens. Secundário</b>	4,7	2,3	1,6	1,7	1,7	1,4	1,7
<b>Rácio Aluno/comp. Internet</b>	<b>3,9</b>	<b>2,5</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,3</b>	<b>1,6</b>	<b>2,3</b>
<b>1º CEB</b>	14,7	9	1,1	1,1	1	3,4	3,2
<b>2º CEB</b>	1,1	1,2	1	1	0,8	0,8	2,1
<b>3º CEB</b>	4,7	2,3	1,8	1,9	1,8	1,6	2,1
<b>Ens. Secundário</b>	4,7	2,3	1,8	1,8	1,8	1,6	2,1

Fonte: DGEEC in "Regiões em números 2012/2013 – Centro, Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>.

Como se pode aferir pela tabela acima apresentada, a modernização tecnológica das escolas do concelho, deu-se a partir de 2006, sendo, nesta altura, o rácio de alunos por computador no Ensino Básico e Secundário de 3,7 e o acesso à Internet de 3,9 alunos por computador com internet.

Estes valores tiveram uma descida progressiva, o que revela uma melhoria em termos do apetrechamento das escolas neste domínio. No ano letivo de 2011/2012, assistimos já a uma relação de 1,4 alunos por computador e de 1,6 por aluno com computador com ligação à Internet. No ano letivo de 2012/2013, começa já a assistir-se a um ligeiro aumento do número de alunos por computador, mais relevante a partir do 2º CEB. O mesmo se pode observar relativamente ao aumento do número de alunos por computador com internet. Este facto deve-se, essencialmente, à degradação dos equipamentos informáticos, fruto da utilização. Os custos de manutenção e reposição dos equipamentos informáticos são elevados, sendo necessário efetuar-se uma gestão criteriosa, que não acompanha as necessidades.

A integração das TIC nos processos de ensino e de aprendizagem e nos sistemas de gestão da escola é condição essencial para a construção da escola do futuro e para o sucesso escolar das novas gerações de Portugueses.

## 4.6 AÇÃO SOCIAL

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), determina o princípio de uma justa igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares estabelecendo a gratuitidade da escolaridade obrigatória e a urgência na implementação de medidas compensatórias. A ação social escolar, desenvolvida de acordo com o Artigo 27.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, é concretizada através da aplicação de critérios de discriminação positiva, que têm como objetivo a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados.

Aos alunos é atribuído um escalão (A ou B) de acordo com os rendimentos do agregado familiar sendo que o Escalão A abrange a totalidade dos gastos com material escolar e o Escalão B abrange apenas metade desses gastos.

A tabela seguinte, demonstra a evolução da percentagem de alunos subsidiados, nos últimos seis anos letivos.

Pese embora o maior rigor nos critérios de atribuição de escalão imposto pelo Ministério da Educação, a percentagem de alunos subsidiados tem mantido valores muito próximos dos 60%, valor que consideramos elevado e preocupante e que reflete sobremaneira as dificuldades económicas das famílias. No ano letivo de 2014/2015, a percentagem de alunos subsidiados aumentou ainda mais relativamente aos anos anteriores, para cerca de 70%.

**TABELA N.º 49 – EVOLUÇÃO DO N.º ALUNOS SUBSIDIADOS (% DO TOTAL) - 2009-2015**

<b>Cursos</b>	<b>2009/10</b>	<b>2010/11</b>	<b>2011/12</b>	<b>2012/13</b>	<b>2013/14</b>	<b>2014/15</b>
<b>% Alunos Subsidiados</b>	57,5	60,1	56,8	59,2	57,7	69,4

Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2015.

Em termos sociais e no âmbito da educação escolar, visando a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais desfavorecidos, existe ainda um conjunto diversificado de ações, nomeadamente, a atribuição de subsídios de refeição, transporte, manuais e material escolar.

### 4.6.1 Refeições

Segundo o DL n.º 399-A/84 de 28 de dezembro, a gestão, a criação, e a manutenção dos refeitórios escolares, bem como a determinação do preço da refeição anualmente, está ao encargo da Câmara Municipal, ao nível do ensino pré-escolar e do 1º Ciclo do ensino básico.

No que concerne ao ensino pré-escolar e 1º Ciclo existem Acordos de Colaboração e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos, em que o Município é a Entidade Promotora e o AEFV a Entidade Parceira.

As refeições são confeccionadas na EB José Malhoa para os alunos daquela escola e também para os refeitórios dos JI de Aguda, JI e EB de Almofala de Baixo e JI e EB de Arega, ficando a cargo do Município a respetiva distribuição em caixas térmicas próprias.

Para além do refeitório na EB José Malhoa existe outro, na Escola Secundária onde são igualmente confeccionadas as refeições na cozinha deste estabelecimento e servidas no refeitório para os alunos que frequentam aquele estabelecimento de ensino.

A gestão financeira das refeições é feita pelo AEFV, que envia mensalmente ao Município mapas detalhados das refeições servidas a todos os alunos do pré-escolar e 1.º CEB, procedendo posteriormente este, ao reembolso ao AEFV dos montantes respetivos.

#### 4.6.2 Transportes escolares

---

Nos termos do Decreto-Lei n.º 07/2003, de 15 de janeiro, cabe ao Município a gestão dos circuitos de transporte escolar e garantir a sua realização.

O Plano de Transportes Escolares é a materialização do apoio disponibilizado pela Autarquia ao nível da deslocação de alunos entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino. Este plano pretende conciliar a oferta de transportes com a procura efetivamente verificada em cada ano letivo, o que resulta da colaboração eficaz entre os estabelecimentos de ensino e o Município.

O Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro era o diploma que regulava a transferência para os municípios das competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares. Previa que em cada município deveria ser organizado um Plano de Transportes Escolares a ser aprovado pela Câmara Municipal até 15 de abril (de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 4.º). O artigo 8.º previa a criação do Conselho Consultivo dos Transportes Escolares (de carácter consultivo), composto pelo Presidente da Câmara Municipal, professores Secretários de cada estabelecimento de ensino e o Coordenador Regional da Ação Social Escolar. O artigo 9.º referia que competia a este órgão dar parecer sobre todas as questões referentes ao transporte escolar. O artigo 10.º definia que competia às Câmaras Municipais elaborar e aprovar o Plano de Transportes Escolares, ouvido obrigatoriamente o Conselho Consultivo de Transportes Escolares.

Todavia, a publicação do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro veio revogar os artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro<sup>83</sup>. O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro pretendeu concretizar a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, nomeadamente a transferência na área da educação e do ensino não superior. Mais especificamente o diploma em apreço transferiu competências relativamente ao Conselho Municipal de Educação e à elaboração da Carta Educativa<sup>84</sup>.

Conferiu o decreto um papel especial ao Conselho Municipal de Educação, entendido como uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo<sup>85</sup>.

Neste propósito, e de acordo com o disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 4.º, do Decreto-Lei supra citado, constitui uma das suas mais relevantes competências deliberar, em especial, sobre a adequação das diferentes modalidades da ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios socioeducativos, à rede de transportes escolares e à alimentação.

---

<sup>83</sup> Veja-se a norma revogatória que consta do artigo 29º.

<sup>84</sup> De acordo com o disposto no n.º 1 e 2, do art. 1º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

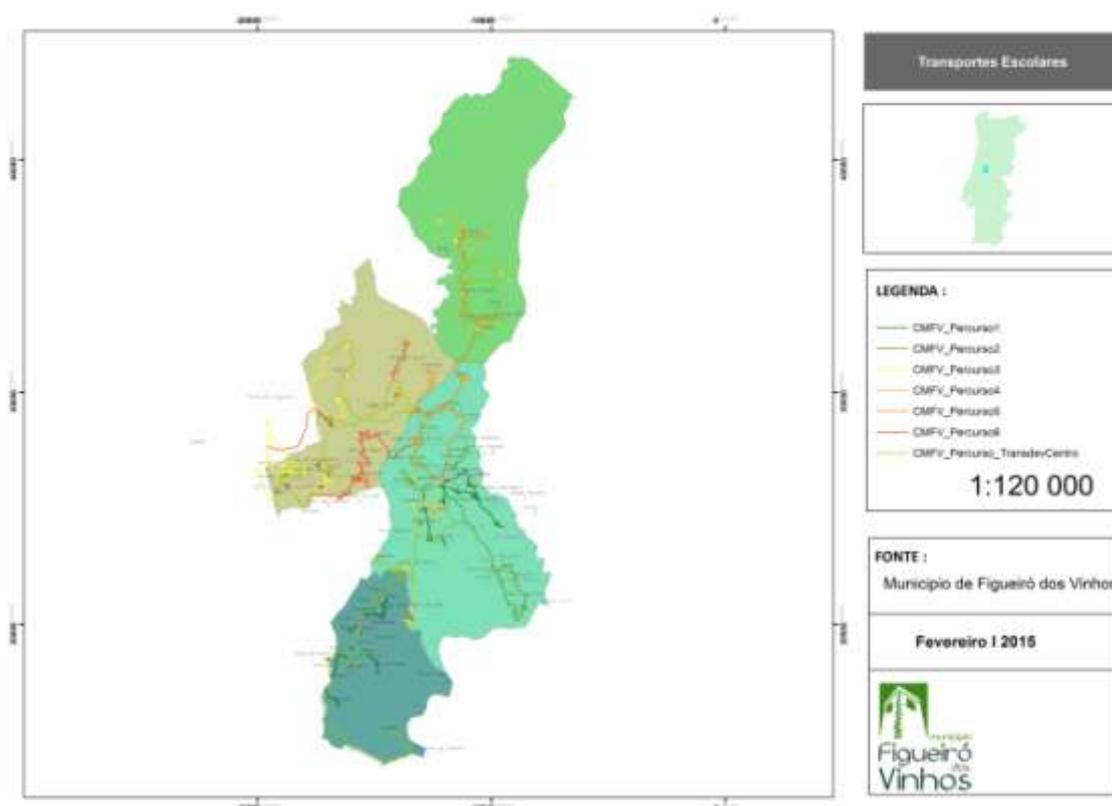
<sup>85</sup> De acordo com o disposto no art. 3º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

Refira-se que no seu artigo 25.º, o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro prevê um processo de transição de competências, deixando expresso que:

*“ 1- As competências exercidas pelo Conselho Consultivo de Ação Social Escolar e pelo Conselho Consultivo dos Transportes Escolares, nos termos, respetivamente, dos Decretos-Leis n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, e 299/84, de 5 de setembro, passam a ser exercidas nos termos do presente diploma, pelos Conselhos Municipais de Educação.*

*2- As referências feitas em diplomas normativos, ou outros, ao Conselho Consultivo de Ação Social Escolar e ao Conselho Consultivo dos Transportes Escolares passam a considerar-se feitas aos Conselhos Municipais de Educação”<sup>86</sup>.*

#### MAPA N.º 4 – CIRCUITOS DOS TRANSPORTES ESCOLARES 2014/2015



No Município de Figueiró dos Vinhos o transporte de alunos é assegurado pela Câmara Municipal, através de carrinhas próprias, bem como por uma empresa privada de transporte coletivo de passageiros, designadamente a Transdev e ainda de uma coletividade, a Associação Desportiva mercê de protocolo.

A oferta de serviço de transporte destina-se a todos os alunos do ensino básico ao secundário, o apoio em termos de transporte consiste no financiamento do passe mensal dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória até ao 9.º ano inclusive e na comparticipação em 50% aos alunos do ensino secundário.

Segundo a Portaria n.º 181/86 de 6 de maio, os alunos do Ensino de Básico que se encontrem à distância regulamentar têm comparticipação do custo do transporte escolar a 100% entre o local de residência e o local dos estabelecimentos

<sup>86</sup> De acordo com o disposto no n.º 1 e 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

de ensino que frequentam, oficial ou particular com contrato de associação e paralelismo pedagógico, que segundo a legislação em vigor deveriam contemplar alunos que residam a mais de 3 km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, contudo tem sido política da Autarquia transportar todos os alunos que requeiram transporte mesmo que residam apenas a 1 km do estabelecimento de ensino.

**TABELA N.º 50 – PERCURSOS DOS TRANSPORTES ESCOLARES (HORÁRIO, CIRCUITO, N.º ALUNOS POR NÍVEL ENSINO E MONTANTE AFETO EM €) 2014/2015**

Horários	Percurso	N.º Operadores	N.º de alunos transportados													Montantes Afetos	
			Pré-Escolar	1º Ciclo				2º Ciclo		3º Ciclo			Secundário			2013/14	2014/15
				1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano	7.º ano	8.º ano	9.º ano	10.º ano	11.º ano	12.º ano		
<b>HORÁRIO 1</b>	<b>PERCURSO 1</b>	2 – Um Motorista e um Vigilante.	14	3	15	6	4	-	3	4	2	3	3	3	3	20.506,57	24.089,14
8:00 – 10:15	Inicia recolha de alunos em Figueiró dos Vinhos e periferia, segue para a Freguesia de Arega e regressa a Figueiró dos Vinhos.																
10:15 – 12:00	Colabora em transportes de atividades extracurriculares, desporto escolar e visitas de estudo.																
13:00 – 15:00	Escola de Avelar (Freguesia de Ansião) de onde transporta alunos para a Freguesia de Aguda.																
15:00 – 17:30	Transportes para atividades extracurriculares das escolas de Almofala para Figueiró dos Vinhos.																
17:30 – 19:00	Distribui os alunos da Arega e regressa a Figueiró dos Vinhos onde faz distribuição de alunos na Vila e periferia.																
<b>HORÁRIO 2</b>	<b>PERCURSO 2</b>	2 – Um Motorista e um Vigilante.	4	4	6	1	4	-	3	-	1	5	4	5	4	24.607,88	31.616,99
7:20 – 8:00	Faz recolha de alunos no Concelho de Pedrógão Grande, nas Freguesias de Graça e Vila Facaia para a escola Secundária de Figueiró dos Vinhos.																
8:00 – 9:40	Inicia recolha de alunos em Figueiró dos Vinhos e periferia, segue para a Freguesia das Bairradas e regressa a Figueiró dos Vinhos.																
9:40 – 12:30	À quarta-feira transporta os alunos das Prés para a Sede de Concelho e colabora em transportes de atividades extracurriculares.																
13:30 – 17:30	Faz transportes para atividades extracurriculares.																
17:30 – 19:00	Distribui os alunos de Bairradas e regressa a Figueiró dos Vinhos onde faz distribuição de alunos na Vila e periferia.																

<b>HORÁRIO 3</b>	<b>PERCURSO 3</b>																	
7:45 – 9:40	Recolhe alguns alunos no Concelho de Ansião e em toda a Freguesia de Aguda, para as escolas de Aguda e Almofala de Baixo.	1 - Motorista	7	3	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.544,72	40.650,42
9:40 – 11:30	Pode colaborar em transportes extras para diversificadas atividades.																	
11:30 – 12:30	Transporta os almoços.																	
13:30 – 15:30	Pode colaborar em transportes extras para diversificadas atividades.																	
15:30 – 16:45	Faz transportes para atividades extracurriculares.																	
16:45 – 19:00	Faz a distribuição dos alunos das escolas e prês de Almofala e Aguda no Concelho de Ansião e Freguesia de Aguda. Segue para Figueiró dos Vinhos donde distribui alunos da Escola Secundária para Serrada, Lomba da Serra e Poeiro.																	
<b>HORÁRIO 4</b>	<b>PERCURSO 4</b>																	
8:00 – 9:15	Recolhe alunos do Poeiro, Casal de Alge, Lomba da Serra, periferia de Figueiró dos Vinhos, Coelheira, Aldeia Ana de Avis e Ribeira de S. Pedro para Figueiró dos Vinhos.	1 - Motorista	4	-	3	2	3	2	4	1	-	1	-	2	-	-	25.974,99	24.089,14
9:20 – 11:30	Pode colaborar em transportes extras para diversificadas atividades.																	
11:30 – 12:40	Transporta os almoços.																	
13:45 – 15:30	Pode colaborar em transportes extras para diversificadas atividades.																	
15:30 – 17:30	Faz transportes para atividades extracurriculares das escolas de Figueiró dos Vinhos.																	
17:30 – 19:15	Distribui alunos na Ribeira de S. Pedro, Lomba da Serra, Casal de Alge e segue Para Campelo, Aldeia Fundeira, Fontão, Póvoa, Trespostos, Campelinho e Figueiró dos Vinhos.																	

<b>HORÁRIO 5</b>	<b>PERCURSO 5</b>																	
8:00 – 9:15	Recolhe alunos da Póvoa, Campelo, Fontão, Agria, Ervideira e Bairro.	1 - Motorista	5	2	5	2	3	-	7	-	-	3	-	1	-	30.076,30	33.122,56	
9:20 – 11:30	Pode colaborar em transportes extras para diversificadas atividades.																	
11:30 – 12:10	Transporta os almoços.																	
13:10 – 17:30	Pode colaborar em transportes extras para diversificadas atividades.																	
17:30 – 19:10	Transporta alguns alunos para paragem da Transdev Centro. Faz distribuição de alunos de Figueiró dos Vinhos pelas povoações de Bairro, Coelheira, Aldeia, e Branquinho.																	
<b>HORÁRIO 6</b>	<b>PERCURSO 6</b>																	
7:00 – 7:40	Sai de Figueiró dos Vinhos, segue para Agria, Bairro, Aldeia da Cruz e segue para Almofala e Escola Tec. do Avelar	2 – Um Motorista e um Vigilante.	1	-	1	1	1	2	4	2	3	2	2	3	2	47.000,00	47.000,00	
7:40 – 8:30	Vai a Vale de Tábuas, Ribeira de Alge, Bacelo, Sigoeira, Ponte de S. Simão, Aldeia Ana de Avis, Caparito, paragem da Transdev Centro e termina na Escola EB José Malhoa e Pré de Figueiró dos Vinhos.																	
17:45 – 18:30	Recolhe alunos na EB,2 de Figueiró dos Vinhos, segue para paragem da Transdev Centro, Escola Secundária de Figueiró, Aldeia Ana de Avis, Ponte de S. Simão, Sigoeira, Ribeira de Alge, Bacelo, Ponte Vale de Tábuas, Escola de Avelar.																	
18:30 – 19:45	Segue para Almofala, Ponte Vale de Tábuas, Almofala de Cima e volta à Escola do Avelar, segue para Almofala, Aguda, Moninhos, Aldeia da Cruz, Bairro, Agria e termina em Figueiró dos Vinhos.																	
<b>TOTAIS</b>		<b>6 Motoristas + 3 Vigilantes</b>	<b>35</b>	<b>12</b>	<b>31</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>21</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>183.710,46</b>	<b>200.568,25</b>	

Fonte: Município de Figueiró dos Vinhos 2014-2015 (Plano de Transportes Escolares).

<sup>87</sup> Valor estimado para o ano letivo 2014/2015.

## CAPÍTULO V

# PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO

---

## 5.1 PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO MUNICIPAL

As projeções de população visam explicar a dinâmica populacional, bem como os fatores que a podem influenciar. Em processos de tomada de decisão a nível social, económico e ambiental (como por exemplo o planeamento da oferta educativa, de equipamentos e serviços para idosos, entre outros) têm enorme importância, uma vez que geram informação de enorme relevância.

A taxa de crescimento de um país, de uma região ou de um município depende, não só, da sua taxa específica de crescimento natural e, conseqüentemente, dos níveis de fecundidade e mortalidade observados, mas também do seu grau de atração, em função das entradas e saídas de migrantes.

A evolução da população, quer em termos de crescimento natural quer em termos da componente migratória, depende de causas de ordem social, política, económica e histórico-cultural, que interagem entre si com diferentes intensidades, originando uma grande diversidade de conseqüências.

O facto de olharmos para a estatística como um instrumento matemático carregado de objetividade e exatidão, torna-a ao mesmo tempo, incapaz de ter em conta a apreensão de movimentos de cunho mais ou menos ideológico, que surgem de modo incontrolável, afetando de modo decisivo o comportamento de uma população (ter mais ou menos filhos; ou de os ter mais ou menos tarde por exemplo). Deste modo, as projeções demográficas são essenciais, mas acarretam sempre riscos.

De um modo geral, a equação de concordância para estudos demográficos abaixo representada, serve de base ao cálculo estimativa da população:

$$P_{t+n} = P_t + Nt_{t+n} + Mt_{t+n} \pm SM_{t+n}$$

Onde:

$P_t$  – população no ano t

$P_{t+n}$  – população no ano t+n

$Nt_{t+n}$  – nascimentos ocorridos de t a t+n

$Mt_{t+n}$  – óbitos ocorridos de t a t+n

$SM_{t+n}$  – saldo migratório de t a t+n

O método das componentes por coortes (cohort-component method) é usado mais frequentemente que qualquer outro método de projeção de populações, desta forma será o escolhido para este exercício de projeção. Este método divide a população por sexo em grupos por idade (coortes), ou gerações, definidas pelo ano de nascimento e projeta as componentes do crescimento para cada coorte, possibilitando a elaboração de diferentes cenários de evolução demográfica.

Estes diferentes cenários de evolução baseiam-se em diferentes evoluções das componentes associadas ao método: fecundidade, mortalidade e migrações. Assim, os resultados obtidos apresentam um carácter condicional, dado este ser um método do tipo: “se...então...”.

A projeção populacional que resulta da aplicação deste método está condicionada, por um lado, pela estrutura e composição da população no momento de partida e, por outro, pelos diferentes padrões de comportamento segundo as condições futuras estabelecidas para as variáveis demográficas consideradas e as suas inter-relações.

De modo a permitir uma melhor compreensão da forma como se projetaram os cenários descritos abaixo, apresentam-se de seguida as fórmulas utilizadas:

#### Taxa de sobrevivência

$$Ts = 1 - t_{mort} + t_{migr}$$

#### Taxa de mortalidade

$$t_{mort} = \frac{n^{\circ} \text{ óbitos}}{(P_H + P_M)}$$

#### Taxa de migração

$$t_{migr} = \frac{\text{saldo migratório}}{(P_H + P_M)}$$

#### Taxa de fecundidade

$$t_f = \frac{\text{nados vivos}}{P_{M(15-49 \text{ anos})}}$$

#### Taxa de natalidade

$$t_n = \frac{\text{nados vivos por idade da mãe}}{(P_H + P_M)}$$

Para aplicação deste modelo foram utilizados os dados da população residente por estrato etário (estratos etários de 5 anos, desde os 0-4 anos até 100 ou mais anos), o número de óbitos por estrato etário, o número de nados vivos por idade das mães e estimativas do saldo migratório. O ano base utilizado para esta projeção foi 2011. Para recolha dos dados referidos foi utilizada informação disponibilizada no site do INE e do PORDATA.

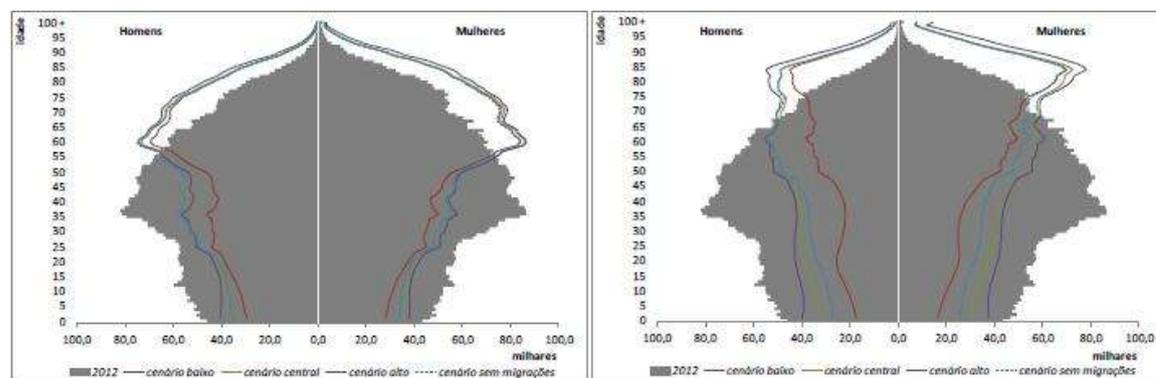
Não foi desagregada a informação obtida à escala da freguesia, dado que o erro inerente a projeção da população aumenta à medida que se reduz a escala da análise, considerando-se que para este efeito o erro seria demasiado elevado.

Antes de particularizarmos para o caso do concelho de Figueiró dos Vinhos, importa perceber quais as tendências globais para Portugal e para a região Centro.

Segundo as projeções até 2060 efetuadas pelo INE em qualquer um dos cenários considerados a população residente em Portugal tenderá a diminuir, tendência que é transversal à região Centro. Para além do declínio populacional, esperam-se alterações da estrutura etária da população, resultando num continuado e forte envelhecimento demográfico. O envelhecimento populacional, que se mantém ao longo de todo o período de projeção, resulta da combinação do decréscimo da população jovem (pessoas com menos de 15 anos de idade) a par do aumento da população idosa (pessoas com 65 ou mais anos de idade): o decréscimo da população jovem é partilhado com a região Centro em qualquer dos cenários seleccionados; a região Centro registará um aumento da população idosa, tendência transversal a todas as restantes NUT II.

O gráfico seguinte demonstra a projeção da evolução da população da população, em Portugal, por cenários.

**GRÁFICO N.º 39 - PIRÂMIDE ETÁRIA PORTUGAL 2012-2035 E 2012-2060**



Fonte: Projeções da População Residente 2012-2060 – INE (2012 – estimativas e 235 e 2060 projeções por cenários)

Apresentadas as tendências gerais para o país e para a região, apresentam-se de seguida os diferentes cenários de evolução da população para o Município de Figueiró dos Vinhos até 2021.

Através da conjugação de diferentes hipóteses relativamente à evolução singular de cada componente acima referida, foram definidos quatro cenários de projeção da população, o que em termos numéricos se traduz nas tabelas seguintes (números este que mais adiante serão explicados).

**TABELA N.º 51 – CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E HIPÓTESES DE EVOLUÇÃO**

Cenários	Hipóteses de Evolução		
	Fecundidade	Mortalidade	Migrações
<b>Cenário Central (C1)</b>	Central <sup>88</sup>	Central <sup>2</sup>	Central <sup>2</sup>
<b>Cenário Baixo (C2)</b>	Pessimista	Central <sup>2</sup>	Pessimista
<b>Cenário Alto (C3)</b>	Otimista	Otimista	Otimista
<b>Cenário Sem Migrações (C4)</b>	Central <sup>2</sup>	Central <sup>2</sup>	Não ocorre

Fonte: Edição própria

<sup>88</sup> Entenda-se por Central uma evolução semelhante à registada no passado recente (2011-2013).

**TABELA N.º 52 - CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E HIPÓTESES DE EVOLUÇÃO AFERIDOS ÀS TAXAS DE FECUNDIDADE, MORTALIDADE E MIGRATÓRIA**

Cenários	Tf	Tmort	Tmigr
	Hipóteses de Evolução		
<b>Cenário Central (C1)</b>	0,0220	0,0165	-0,0019
<b>Cenário Baixo (C2)</b>	0,0179	0,0165	-0,0067
<b>Cenário Alto (C3)</b>	0,0239	0,0157	0,0010
<b>Cenário Sem Migrações (C4)</b>	0,0199	0,0165	-

Fonte: Edição própria

Note-se que as taxas apresentadas são taxas médias, ou seja independentes do sexo e da faixa etária, não correspondendo às taxas efetivamente consideradas no exercício para cada coorte. Dada a indisponibilidade de dados relativos à taxa de migrações (por sexo e por faixa etária), a taxa utilizada foi a constante na tabela suprarreferida e igual para todos os coortes. Na tabela seguinte apresenta-se a evolução da taxa migratória do município de Figueiró dos Vinhos. Da análise da mesma, podemos constatar que o saldo migratório dos anos apresentados foi sempre negativo, o que significa, que as saídas de habitantes foram sempre superiores às entradas.

**TABELA N.º 53 – EVOLUÇÃO DA TAXA MIGRATÓRIA NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2001-2013**

Figueiró dos Vinhos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Saldo migratório</b>	-32	-38	-45	-49	-49	-49	-46	-51	-49	-54	-12	-6	-4
<b>População</b>	7352	7146	7027	6898	6771	6660	6557	6434	6314	6193	6169	6067	5986
<b>Taxa migratória</b>	-0,0044	-0,0053	-0,0064	-0,0071	-0,0072	-0,0074	-0,0070	-0,0079	-0,0078	-0,0087	-0,0019	-0,0010	-0,0007

Fonte: Estimativas da População Residente, INE, vários anos. Taxa Migratória: edição própria.

Para o **cenário 1** foi considerado que a evolução da população ao longo do horizonte da projeção (2011-2021) terá um comportamento semelhante à evolução da população no passado recente (2011 a 2013). Assim, a taxa de sobrevivência foi calculada tendo por base a taxa de mortalidade dos anos de 2011 a 2013 e a taxa de migração do ano de 2011. A taxa de sobrevivência será constante ao longo de todo o período previsional. Relativamente à taxa de fecundidade, que permitirá o cálculo do número de nascimentos esperados, foi utilizada a média do n.º de nados vivos dos anos de 2011 à 2013, sobre a população feminina em idade fértil de 2011 (15-49 anos), tal como o quadro abaixo exemplifica.

**TABELA N.º 54 - EXEMPLO DE CÁLCULO DA TAXA DE FECUNDIDADE POR FAIXA ETÁRIA PARA O CENÁRIO CENTRAL (C1)**

Faixa etária (c1)	Nados vivos 2011 (c2)	Nados vivos 2012 (c3)	Nados vivos 2013 (c4)	n.º médio nados vivos (c5)	PM censos 2011 (c6)	Tf (c7)=(c5/c6)
<b>15-19</b>	2	0	2	1	136	0,0098
<b>20-24</b>	2	5	2	3	160	0,0188
<b>25-29</b>	3	10	8	7	132	0,0530
<b>30-34</b>	5	10	6	7	164	0,0427
<b>35-39</b>	5	7	6	6	176	0,0341
<b>40-44</b>	2	1	0	1	169	0,0059
<b>45-49</b>	0	0	0	0	215	0,0000
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>1152</b>	<b>0,0220</b>

Fonte: Edição própria

Este cenário não parece ser o mais provável, pois pressupõe uma taxa de migração igual e constante à apresentada no ano de 2011, taxa esta bastante inferior à taxa média do último período intercensitário (2001-2011).

Para o **cenário 2** foi considerado que a evolução da população nos próximos 10 anos apresentará um agravamento face ao registado nos últimos anos. Para isso, a taxa de sobrevivência piorará por via da taxa de migrações, sendo que a mesma será igual à média registada no último período intercensitário<sup>89</sup>, em termos de taxa de mortalidade esta será igual à taxa média de 2011 a 2013. A taxa de fecundidade registará um decréscimo de 10% face à calculada para o cenário central. Todas as taxas se mantêm constantes ao longo do período previsional.

Este afirma-se, porventura, como sendo o cenário que apresenta maior probabilidade de vir a acontecer, uma vez que em termos migratórios evidencia uma taxa média calculada tendo por base o último período intercensitário, o que vai ao encontro da tendência de esvaziamento populacional sentida pela maioria dos concelhos do interior e das zonas rurais, que se pressupõe que continue.

Para o **cenário 3** foi considerada uma evolução favorável para todas as variáveis que afetam a evolução demográfica. Assim, a taxa de mortalidade apresentará uma melhoria de 5% face à registada nos cenários anteriores. Quanto à taxa de migração foi considerada positiva, estimando-se uma entrada média anual de 6 pessoas para o período de previsão. Relativamente à taxa de fecundidade esta denotará uma melhoria de 20% face à calculada no cenário central. Todas as taxas se mantêm constantes ao longo do período previsional.

Este cenário ainda que desejável, apresenta-se talvez como um pouco improvável, em grande parte, por se basear em saldos migratórios positivos e constantes nos próximos 10 anos, algo pouco verosímil para o município, uma vez que os saldos migratórios apresentados desde 2001 foram sempre negativos. Não obstante, esta hipótese poderá tornar-se realidade, mediante o surgimento de políticas de incentivo à natalidade e à fixação da população, bem como no apoio ao desenvolvimento da atividade económica que permita a criação de postos de trabalho e consequentemente, a dinamização da economia local.

Por último para o **cenário 4** foi considerada um comportamento idêntico à evolução da população no passado recente e, consequentemente semelhante ao cenário 1, com a exceção de que neste cenário o saldo migratório será considerado nulo.

Neste cenário a componente migrações não teria qualquer impacto para a população projetada para 2021, cenário este pouco provável, uma vez que existirão sempre fluxos de entrada e saída de população, mas que permite avaliar a influência dos fluxos migratórios na dinâmica demográfica.

Face aos cenários traçados apresenta-se na tabela seguinte, os valores prospetivos desagregados por grupos etários até 2021.

---

<sup>89</sup> O equivalente a uma saída média anual de cerca de 44 indivíduos.

**TABELA N.º 55 - PROJEÇÃO POPULACIONAL POR GRUPO ETÁRIO PARA O CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS PARA 2021, POR CENÁRIOS**

<b>Grupos etários</b>	<b>2011</b>	<b>2021 (C1)</b>	<b>2021 (C2)</b>	<b>2021 (C3)</b>	<b>2021 (C4)</b>
<b>0-4</b>	187	109	103	134	114
<b>5-9</b>	213	107	85	134	109
<b>10-14</b>	257	182	173	187	185
<b>15-19</b>	277	209	199	215	213
<b>20-24</b>	315	252	240	260	257
<b>25-29</b>	249	272	259	280	277
<b>30-34</b>	316	307	293	316	313
<b>35-39</b>	348	243	231	250	247
<b>40-44</b>	341	307	293	316	313
<b>45-49</b>	423	336	321	347	343
<b>50-54</b>	490	331	316	341	338
<b>55-59</b>	447	403	384	416	411
<b>60-64</b>	481	456	435	471	465
<b>65-69</b>	423	399	381	413	407
<b>70-74</b>	435	412	392	427	420
<b>75-79</b>	399	351	334	364	358
<b>80-84</b>	309	323	308	338	330
<b>85-89</b>	186	238	226	251	243
<b>90-94</b>	69	123	116	133	125
<b>95-99</b>	4	31	30	36	32
<b>100+</b>	0	6	5	7	6
<b>Total</b>	<b>6.169</b>	<b>5.397</b>	<b>5.126</b>	<b>5.635</b>	<b>5.506</b>

Fonte: Edição própria.

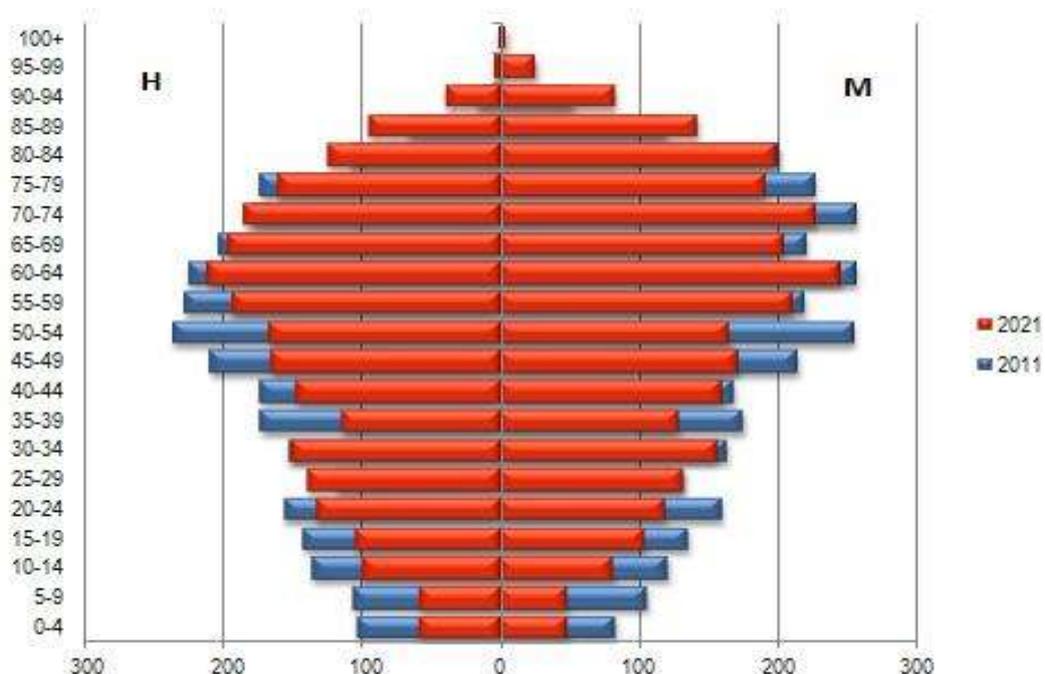
De acordo com as diferentes projeções efetuadas, tendo em conta um prolongamento das tendências observadas no passado recente, em todos os cenários apresentados, o concelho de Figueiró dos Vinhos apresentará uma evolução demográfica negativa.

Assistir-se-á a uma diminuição do número total de residentes, a par de uma diminuição da população em idade ativa e consequente redução nas faixas etárias mais jovens, devido ao menor número de nascimentos. Adicionalmente estima-se um aumento da população com 75 ou mais anos. A conjugação destes fatores conduzirá a um agravamento do índice de sustentabilidade potencial (i.e. do quociente entre o número de pessoas em idade ativa por 100 pessoas idosas).

Em suma, a evolução da população do concelho de Figueiró dos Vinhos será resultado da diminuição das taxas de natalidade e mortalidade, do aumento da esperança média de vida à nascença, bem como do saldo migratório, sendo que este último fator irá condicionar, de forma decisiva a estrutura etária do concelho na próxima década.

Para concluir este capítulo apresenta-se de seguida a pirâmide demográfica para o concelho de Figueiró dos Vinhos segundo o cenário pessimista (C2), que se julga ser o mais provável de acontecer.

GRÁFICO N.º 40 – PIRÂMIDE ETÁRIA DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2011-2021



Fonte: Censos 2011, INE, Portugal e Projeções 2021 – Edição Própria

À semelhança das pirâmides etárias anteriormente apresentadas para as projeções da população residente para Portugal, observamos uma pirâmide cada vez mais envelhecida, onde a base é cada vez mais estreita do que a classes dos adultos. De uma forma geral e como já foi anteriormente referido, reflete uma diminuição da natalidade e um aumento da esperança média de vida e, conseqüentemente uma dificuldade acrescida na renovação de gerações.

## 5.2 PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

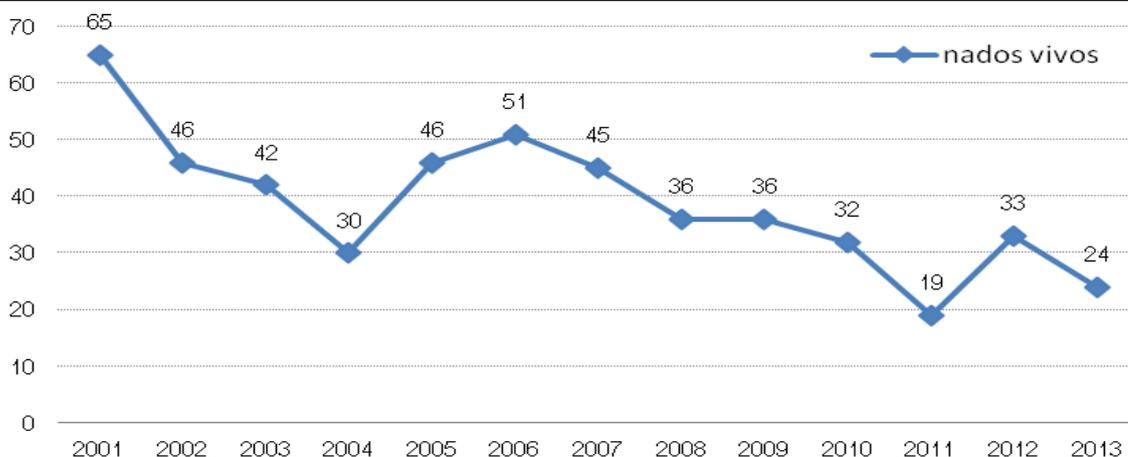
A realização de projeções de procura educativa em circunstâncias como as do concelho de Figueiró dos Vinhos em que a variação populacional do último período censitário é significativamente diferente da que se vinha registando anteriormente, acarreta alguns riscos e dificuldades. Note-se que, como já foi anteriormente referido, nos dois últimos períodos intercensitários (1991-2001 e 2001-2011) registaram-se perdas populacionais na ordem dos -8,0% e -16,1%, respetivamente.

No entanto a previsão do número de alunos para cada freguesia e em cada nível de ensino, assume uma elevada importância, uma vez que permitirá sustentar a capacidade dos futuros equipamentos que irão integrar a rede educativa do concelho. Sendo assim, este exercício projetivo pretende delinear uma tendência, tendo por base suposições subjacentes ao comportamento provável de determinadas variáveis.

Inicialmente foi tratada a informação recolhida dos Censos de 2011 relativa à população residente, por ano de nascimento, limitando essa análise apenas à população em idade de frequentar a escola (3-17 anos)<sup>90</sup>.

Seguidamente analisou-se a evolução dos nascimentos desde 2001 até 2013.

**GRÁFICO N.º 41 – EVOLUÇÃO DOS NADOS-VIVOS NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2001-2013**



Fonte: Indicadores Demográficos, Anuários Estatísticos e Censos, vários anos, INE, Portugal

Da análise da evolução dos nascimentos vivos no concelho verificou-se uma acentuada tendência de decréscimo do número de nascimentos desde 2006 até 2011. O ano de 2012 registou um acréscimo (+12 nascimentos) seguido de nova quebra em 2013. Esta tendência de quebra nos níveis de natalidade nos últimos anos, patente no gráfico suprarreferido pode ser justificada pelo contínuo adiamento da maternidade devido a uma multiplicidade de fatores (ex. desemprego, precariedade, motivos pessoais, entre outros) o que tem condicionado fortemente o número de nascimentos no concelho e, conseqüentemente, a renovação da população do mesmo.

O conhecimento do número de nascimentos vivos é essencial para a projeção da população futura em idade escolar.

Uma vez que os últimos dados disponíveis relativos ao número de nascimentos remontam a 2013, para a projeção dos nascimentos dos anos seguintes utilizar-se-á a taxa de fecundidade (tendo por base a média de nascimentos dos anos

<sup>90</sup> Pese embora seja considerado os 18 anos ou o término do 12º ano como conclusão da escolaridade obrigatória.

de 2011-2013), o que permitirá estimar o número de nados vivos em função do número de mulheres em idade fértil<sup>91</sup>. Partindo de um cenário em que não se prevê um decréscimo da taxa de fecundidade e dada a estrutura de mulheres em idade fértil estimada no capítulo anterior prevê-se uma média de 22 nascimentos por ano até 2021.

Calculado o número médio de nascimentos anual e partindo da população real em idade escolar do ano de 2011 estimou-se o número de alunos para cada ano de escolaridade, adicionado o número de nascimentos esperados (para os anos de 2012 e 2013 foram adicionados os nascimentos reais). Para o efeito, partiu-se da premissa que a população do ano seguinte resulta da população do ano transato acrescida do número de nascimentos. Adicionalmente admitiu-se que a população em cada nível de ensino é proporcional à população jovem em função da idade, projetando-se 100% de frequência no sistema educativo do concelho para todos os jovens até aos 17 anos de idade (de forma a garantir que todos os alunos cumprem a escolaridade obrigatória de forma regular).

Para o cálculo da população em idade escolar, acrescem ainda as variáveis de progressão/ retenção dos alunos por ano de escolaridade, mediante dados recolhidos no relatório "CIMRL – Rede educativa – dados síntese" para o Município de Figueiró dos Vinhos no ano letivo de 2011/2012. Este fator é essencial na projeção de alunos, principalmente a partir do 2º ciclo, onde o fenómeno das retenções passa a ter algum significado, aumentando a idade normal de frequentar um determinado nível de ensino para idades mais avançadas.

**TABELA N.º 56 - TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO PARA O ENSINO PÚBLICO SEGUNDO O ANO DE ESCOLARIDADE – FIGUEIRÓ DOS VINHOS 2011/2012**

Ano letivo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	10º ano	11º ano	12º ano
<b>2011/2012</b>	100,0%	83,9%	96,2%	94,1%	83,7%	83,3%	73,9%	91,7%	72,5%	84,3%	93,8%	88,7%

Fonte: CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria – Set/14

Através deste processo a população de crianças com 9 anos (4º ano de escolaridade) em 2011 será a população de crianças de 10 anos (5º ano de escolaridade) de 2012, tendo em conta a respetiva taxa de transição / conclusão e assim sucessivamente.

No caso da educação pré-escolar, uma vez que não existe retenção de alunos foi utilizada a média da taxa de pré-escolarização por idade para Portugal dos anos letivos de 2010/2011 a 2012/2013 retirada do relatório "Educação em Números 2014", disponibilizado pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

**TABELA N.º 57 – TAXA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO POR ANO LETIVO 2010-2013**

Idade	2010/2011	2011/2012	2012/2013	Média
<b>3 anos</b>	75%	78%	78%	77%
<b>4 anos</b>	98%	92%	90%	93%
<b>5 anos</b>	93%	98%	97%	96%

Fonte: DGEEC in "Regiões em números 2012/2013 – Centro", Vol. II, Lisboa, 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt>.

A distribuição da população escolar estimada pelas respetivas freguesias (Aguda, Arega, Campelo e União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas) por nível de ensino foi efetuada de acordo com a representatividade da população das freguesias no ano base.

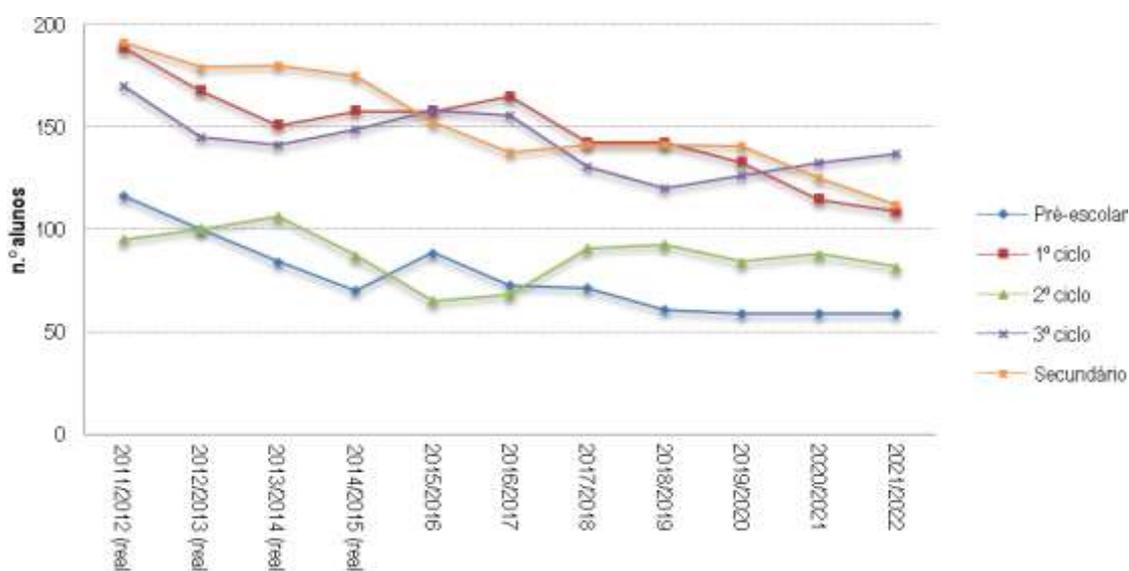
<sup>91</sup> Vide exemplo de cálculo da taxa de fecundidade por faixa etária para o cenário central (C1).

Note-se que as projeções da população escolar que se apresentam de seguida têm em consideração apenas a população residente no concelho de Figueiró dos Vinhos, não tendo em conta possíveis fluxos de entrada e de saída de alunos de ou para concelhos limítrofes.<sup>92</sup>

Apesar do ano de 2011 ter servido de base (premissa esta transversal a todo o exercício projetivo), só se apresentam projeções da população escolar a partir do ano letivo de 2015/2016, dado que até então existem dados reais.

O gráfico seguinte reflete a evolução da população escolar, desagregada por ciclo de ensino e ano letivo até 2021/2022. Assim a população entre os 3 e os 5 anos constitui o ensino pré-escolar, dos 6 aos 9 anos o 1º Ciclo, dos 10 aos 11 anos o 2º ciclo, dos 12 aos 14 anos 3º ciclo e por último dos 15 aos 17 anos o ensino secundário.

**GRÁFICO N.º 42 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR DO CONCELHO POR CICLO DE ENSINO**



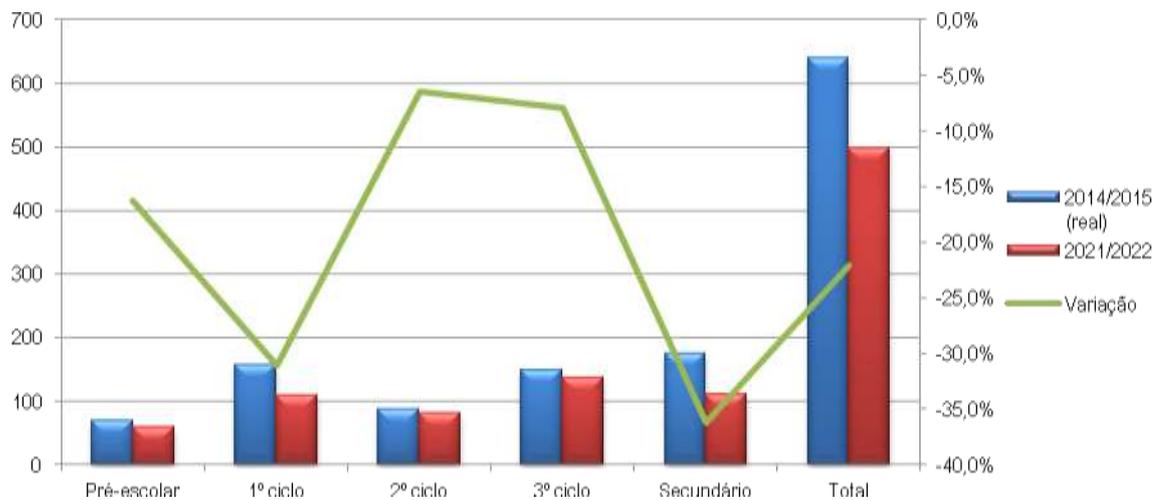
Fonte: Anuários Estatísticos, vários anos e projeções demográficas, edição própria

É notório o decréscimo do número de alunos, quando se observa o número total de alunos no ano letivo de 2021/2022 (498 alunos), comparativamente, com o ano letivo de 2014/2015 (639 alunos). A diminuição será transversal a todos os ciclos de estudo e em média estima-se em cerca de 22,1%. O ensino secundário será um ciclo que apresentará a maior quebra -36,2% e o 2º ciclo a diminuição mais ténue -6,4%.

O gráfico seguinte ilustra a comparação supra mencionada, adicionando a variação, negativa para todos os níveis de ensino.

<sup>92</sup> Não obstante, a existência destes fluxos é uma realidade, nomeadamente, em termos de saídas na freguesia de Aguda para o concelho de Ansião, compensados pela entrada de alunos predominantemente do ensino secundário oriundos dos concelhos de Castanheira de Pera e Pedrogão Grande, pelo que entendeu-se que estes fluxos acabam por se compensar mutuamente.

**GRÁFICO N.º 43 – EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS POR NÍVEL DE ENSINO 2014-2022**



Fonte: Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos (2014/2015) e projeções 2021/2022

De seguida apresentam-se as projeções da população escolar por freguesia de 2015/2016 até 2021/2022.

Todavia com o reordenamento da rede educativa do concelho de Figueiró dos Vinhos e concelhos vizinhos, e com a criação/extinção de equipamentos, as opções para se matricular numa determinada área poderão sofrer algumas alterações.

TABELA N.º 58 – PROJEÇÃO DO N.º DE ALUNOS POR FREGUESIA ANO LETIVO 2015/2016 A 2021-2022

2015/2016	Pré-escolar				1º Ciclo					2º ciclo			3º ciclo				Secundário				Total
	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	
Aguda	7	4	9	20	4	5	8	9	26	7	8	15	10	12	8	30	6	9	11	26	102
Arega	2	2	5	9	5	8	9	2	24	1	6	7	2	8	6	16	6	11	7	24	73
Campelo	0	1	1	2	2	0	0	2	4	2	1	3	0	3	0	3	3	4	2	9	18
Fig. Vinhos + Bairradas	24	17	27	68	23	25	32	24	104	17	23	40	39	37	33	109	34	24	35	93	374
<b>Total (concelho)</b>	<b>33</b>	<b>24</b>	<b>42</b>	<b>99</b>	<b>34</b>	<b>38</b>	<b>49</b>	<b>37</b>	<b>158</b>	<b>27</b>	<b>38</b>	<b>65</b>	<b>51</b>	<b>60</b>	<b>47</b>	<b>158</b>	<b>49</b>	<b>48</b>	<b>55</b>	<b>152</b>	<b>567</b>
2016/2017	Pré-escolar				1º Ciclo					2º ciclo			3º ciclo				Secundário				Total
	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	
Aguda	3	7	4	13	9	5	4	8	27	10	7	17	9	8	13	31	7	6	10	22	93
Arega	2	2	2	6	5	6	7	9	27	2	2	4	6	2	9	17	5	6	11	22	72
Campelo	0	0	1	1	1	2	0	0	3	2	2	4	1	0	3	4	0	3	4	7	15
Fig. Vinhos + Bairradas	13	22	16	52	27	27	22	32	108	25	18	43	29	32	43	104	29	30	26	86	350
<b>Total (concelho)</b>	<b>19</b>	<b>31</b>	<b>23</b>	<b>72</b>	<b>42</b>	<b>40</b>	<b>34</b>	<b>49</b>	<b>165</b>	<b>39</b>	<b>29</b>	<b>68</b>	<b>45</b>	<b>43</b>	<b>68</b>	<b>156</b>	<b>42</b>	<b>44</b>	<b>51</b>	<b>137</b>	<b>530</b>
2017/2018	Pré-escolar				1º Ciclo					2º ciclo			3º ciclo				Secundário				Total
	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	
Aguda	3	4	7	14	4	10	4	5	23	9	9	19	8	8	11	27	11	6	6	23	87
Arega	2	3	2	7	2	6	6	7	21	9	2	11	3	4	4	12	7	5	7	19	58
Campelo	1	0	0	1	1	1	2	0	4	0	2	3	2	1	1	3	2	1	3	6	14
Fig. Vinhos + Bairradas	11	16	23	50	17	31	24	23	95	34	24	59	23	24	41	88	36	27	31	94	327
<b>Total (concelho)</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>32</b>	<b>71</b>	<b>24</b>	<b>48</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>143</b>	<b>53</b>	<b>38</b>	<b>90</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>58</b>	<b>130</b>	<b>56</b>	<b>38</b>	<b>47</b>	<b>141</b>	<b>485</b>
2018/2019	Pré-escolar				1º Ciclo					2º ciclo			3º ciclo				Secundário				Total
	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	
Aguda	3	4	4	11	7	6	8	4	25	6	9	15	10	7	10	27	10	9	6	26	88
Arega	2	3	3	8	2	3	5	6	16	8	8	16	2	3	5	10	4	6	5	16	50
Campelo	1	1	0	2	0	1	1	2	4	0	1	1	2	1	1	4	1	2	1	4	14
Fig. Vinhos + Bairradas	11	13	16	40	24	22	27	24	97	27	33	60	26	19	34	79	35	32	28	96	312
<b>Total (concelho)</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>61</b>	<b>33</b>	<b>32</b>	<b>42</b>	<b>36</b>	<b>142</b>	<b>42</b>	<b>50</b>	<b>92</b>	<b>41</b>	<b>30</b>	<b>50</b>	<b>120</b>	<b>51</b>	<b>49</b>	<b>41</b>	<b>141</b>	<b>464</b>

2019/2020	Pré-escolar				1º Ciclo					2º ciclo			3º ciclo				Secundário				Total
	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	
Aguda	3	4	4	11	4	8	5	8	25	5	7	12	10	8	9	27	9	9	9	27	90
Arega	2	3	3	8	3	2	3	5	14	7	8	15	7	2	4	13	4	4	7	15	49
Campelo	1	1	1	3	0	0	1	1	2	2	0	2	1	2	1	4	1	1	2	4	13
Fig. Vinhos + Bairradas	11	13	13	37	17	28	20	28	92	27	28	56	34	21	26	82	30	32	33	95	305
<b>Total (concelho)</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>38</b>	<b>28</b>	<b>42</b>	<b>133</b>	<b>40</b>	<b>43</b>	<b>84</b>	<b>53</b>	<b>33</b>	<b>41</b>	<b>126</b>	<b>44</b>	<b>46</b>	<b>51</b>	<b>141</b>	<b>458</b>
2020/2021	Pré-escolar				1º Ciclo					2º ciclo			3º ciclo				Secundário				Total
	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	
Aguda	3	4	4	11	4	5	7	5	21	9	5	14	8	8	10	26	8	8	9	25	84
Arega	2	3	3	8	3	3	2	3	11	6	7	13	9	5	3	17	3	4	5	12	48
Campelo	1	1	1	3	1	0	0	1	2	1	1	3	0	1	2	4	1	1	1	3	12
Fig. Vinhos + Bairradas	11	13	13	37	14	21	24	20	80	30	27	58	33	27	26	86	24	27	34	85	288
<b>Total (concelho)</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>59</b>	<b>22</b>	<b>30</b>	<b>33</b>	<b>30</b>	<b>115</b>	<b>47</b>	<b>41</b>	<b>88</b>	<b>50</b>	<b>42</b>	<b>41</b>	<b>133</b>	<b>36</b>	<b>40</b>	<b>49</b>	<b>125</b>	<b>431</b>
2021/2022	Pré-escolar				1º Ciclo					2º ciclo			3º ciclo				Secundário				Total
	3 anos	4 anos	5 anos	total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	total	5º ano	6º ano	total	7º ano	8º ano	9º ano	total	10º ano	11º ano	12º ano	total	
Aguda	3	4	4	11	4	5	5	7	20	6	8	15	7	7	10	24	8	7	9	24	79
Arega	2	3	3	8	3	4	3	2	12	4	6	10	8	7	6	21	3	3	4	10	50
Campelo	1	1	1	3	1	1	0	0	2	1	1	3	1	0	2	3	2	1	1	4	12
Fig. Vinhos + Bairradas	11	13	13	37	14	17	19	24	74	24	30	54	31	26	32	90	23	22	29	74	276
<b>Total (concelho)</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>59</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>34</b>	<b>109</b>	<b>36</b>	<b>46</b>	<b>81</b>	<b>47</b>	<b>40</b>	<b>49</b>	<b>137</b>	<b>35</b>	<b>33</b>	<b>43</b>	<b>112</b>	<b>416</b>

Fonte: Projeções, Edição própria

## CAPÍTULO VI

# SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

---

## 6.1 ANÁLISE SWOT - POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DO MUNICÍPIO

---

Após a elaboração do diagnóstico estratégico é realizada uma súmula do documento, da qual se extrai um leque de potencialidades e fragilidades do município.

Ainda que a Carta Educativa do concelho em causa traduza, o reordenamento da rede escolar, não se pode dissociar do território a que se reporta e das dinâmicas que aí se desenvolvem. Neste ponto, foi elaborada uma breve sinopse das potencialidades e das fragilidades do município de Figueiró dos Vinhos.

Neste contexto recorreu-se ao método de análise SWOT. Este método é comumente utilizada ao nível do planeamento estratégico, sinónimo de *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities*, *Threats* e realiza-se mediante quatro vetores:

- Potencialidades; Fragilidades; Oportunidades e Ameaças.

A análise SWOT é uma sigla usada para definir uma ferramenta analítica de planeamento, útil para examinar as Debilidades, Ameaças, Forças e Oportunidades. Pretende-se, deste modo, apreender factos que irão nortear as propostas, no intuito de reconhecer e diferenciar diversos pontos fortes e fracos que poderão constituir oportunidades e ameaças.

O estudo das potencialidades e fragilidades está associado a fatores internos, circunscritos no território concelhio. A análise de oportunidades e ameaças é a mais abrangente, visto que se reporta a fatores externos ao município.

O objetivo basilar da análise SWOT reside na avaliação dos pontos fortes, dos pontos fracos, das oportunidades e das ameaças que caracterizam o concelho de Figueiró dos Vinhos. Posteriormente e tendo como suporte as conclusões desta análise, é assim possível justificar as propostas de reordenamento da rede escolar municipal.

TABELA N.º 59 – ANÁLISE SWOT

**SWOT - Genérico**

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pólo aglutinador (sede concelhia);</li> <li>2. A freguesia de Figueiró dos Vinhos foi considerada como área medianamente urbana;</li> <li>3. Principais ligações de interesse regional asseguradas pelo IC3, IC8 e A13;</li> <li>4. Rede viária razoável, quer em estado de conservação, quer em acessibilidade;</li> <li>5. Centralidade face a algumas principais áreas urbanas do país;</li> <li>6. Centralidade do concelho de Figueiró dos Vinhos, comparativamente aos municípios vizinhos (IEFP, Pólo de Formação, Sede de Comarca, e vários serviços ligados à educação, saúde e justiça, entre outros);</li> <li>7. Setor terciário predominante ao nível da estrutura de emprego (69%);</li> <li>8. Existência de património natural, cultural, histórico e arqueológico com características que merecem referência;</li> <li>9. Existência de equipamentos de apoio, no que se refere à infância e à terceira idade;</li> <li>10. Diversidade de equipamentos e serviços;</li> <li>11. Requalificação do Parque Empresarial de Figueiró dos Vinhos, com 35 lotes;</li> <li>12. Biodinâmica Dental Products enquanto empresa ancora na capacidade de atração de mais investimento e potenciadora de criação de emprego e formação;</li> <li>13. Incubadora de empresas para desenvolvimento projetos, arranque de negócios e apoio à criação empresas.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Três freguesias estão classificadas como Áreas Predominantemente Rurais (à exceção da sede concelhia);</li> <li>2. No setor primário estão empregados 4% da população, percentagem superior à média nacional (3%);</li> <li>3. Predominância das profissões pouco qualificadas, de acordo com a Classificação Nacional de Profissões, nomeadamente dos grupos 5 e 7;</li> <li>4. Mão-de-obra com reduzidas habilitações literárias/pouca qualificação;</li> <li>5. Predominam os indivíduos que apresentam como nível de instrução o 1º Ciclo do Ensino Básico;</li> <li>6. Aumento da taxa de desemprego no concelho de 4,9% em 2001 para 15,1% em 2011;</li> <li>7. Diminuição da Taxa de Atividade de 40,6% em 2001 para 39,1% em 2011;</li> <li>8. Decréscimo da população no concelho de Figueiró dos Vinhos (-16,1%), nos últimos 10 anos (2001 a 2011);</li> <li>9. Perda de efetivos em todas as freguesias;</li> <li>10. A população jovem tem vindo a decrescer e acréscimo substancial da população mais envelhecida (pirâmide etária em uma);</li> <li>11. Densidade populacional diminuiu em todas as freguesias;</li> <li>12. Diminuição da Taxa de natalidade e aumento da Taxa de Mortalidade.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Incremento da coordenação entre políticas setoriais e territoriais, envolvendo os níveis de decisão locais e centrais;</li> <li>2. Proximidade aos concelhos de Coimbra, Leiria e Tomar, nos quais estão situados polos universitário;</li> <li>3. Apoios específicos às pequenas e médias empresas (atual e próximo quadro comunitário);</li> <li>4. Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020, numa ótica de incentivo à atividade empresarial;</li> <li>5. Concentração da população na sede concelhia;</li> <li>6. Oportunidades económicas ligadas à promoção do património natural, cultural, histórico e arqueológico, numa ótica de dinamização turística;</li> <li>7. Aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, segundo uma abordagem de cluster;</li> <li>8. Aumento da oferta das áreas de acolhimento empresarial;</li> <li>9. Integração na CIMRL;</li> <li>10. Inserção em Redes e Parcerias Regionais;</li> <li>11. Associativismo dinâmico.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Regressão populacional;</li> <li>2. Ténue potencial de conhecimentos, adaptabilidade e inovação, devido à fraca formação e qualificação dos ativos;</li> <li>3. Insuficientes investimentos públicos e privados;</li> <li>4. Resistência à inovação em alguns setores económicos;</li> <li>5. Envelhecimento da população à escala local e nacional;</li> <li>6. Impossibilidade de renovação das gerações;</li> <li>7. Concentração da população em centros urbanos e contínuo esvaziamento dos centros rurais;</li> <li>8. Aumento do peso da população dependente;</li> <li>9. Diminuição progressiva e global da população escolar;</li> <li>10. Desajuste entre a procura e oferta de emprego;</li> <li>11. Reduzidas taxas de empregabilidade local;</li> <li>12. Tecido empresarial agrícola extremamente débil e envelhecido;</li> <li>13. Ao nível da produção agrícola/florestal subsistem os riscos associados à irregularidade das condições climáticas e à elevada probabilidade de ocorrência de incêndios.</li> </ol>

## SWOT – Educação

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Decréscimo do número de indivíduos com qualificações mais baixas;</li> <li>2. Oferta ao nível da educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário e profissional;</li> <li>3. Polo de Formação Profissional do IEFP e CQEP;</li> <li>4. Docentes especialmente vocacionados para o acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais;</li> <li>5. Serviço de transporte escolar gratuito para os alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e participado para os discentes do secundário;</li> <li>6. Boa cobertura dos estabelecimentos de ensino em relação à população em idade escolar;</li> <li>7. As refeições são servidas, nos próprios estabelecimentos e confeccionadas na EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos; Na Escola Secundária são confeccionadas e servidas as refeições para o 3º Ciclo e Secundário.</li> <li>8. Taxa de Pré-Escolarização (114,3%) superior à NUT I - Continente (90,4%);</li> <li>9. Taxa de conclusão do Ensino Básico (15-19 anos) muito próximo dos 100% (91,5%);</li> <li>10. Considerável diminuição da taxa de analfabetismo no período censitário (de 14,6% em 2001 para 9,2% em 2011);</li> <li>11. Taxa de abandono escolar registada em 2011 de 1%, inferior à registada a nível nacional (1,5%).</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Diminuição do número de alunos em todos os níveis de ensino;</li> <li>2. Taxa de analfabetismo superior à registada a nível nacional (9,2% em Figueiró dos Vinhos e 5,2% na NUT I Continente);</li> <li>3. Iliteracia;</li> <li>4. Qualidade dos espaços de refeitório;</li> <li>5. Os estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo estão, na generalidade, numa situação de subaproveitamento das instalações;</li> <li>6. Conservação do parque escolar;</li> <li>7. Condições de segurança deficitárias.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proximidade de outros polos de formação (ensino profissional, politécnico e superior);</li> <li>2. Criação de programas de combate ao abandono escolar e implementação de percursos escolares alternativos;</li> <li>3. Candidaturas cujo objetivo consistam na implementação de projetos de investimento na melhoria da qualidade do ensino;</li> <li>4. Tendência para as camadas mais jovens atingirem níveis de escolarização cada vez mais elevados;</li> <li>5. Aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos;</li> <li>6. Interesse de Escola Profissional em instalar-se no Concelho;</li> <li>7. Intercâmbios internacionais de alunos.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Diminuição da população;</li> <li>2. Crise económica e social;</li> <li>3. Reduzido número de indivíduos com elevada qualificação escolar;</li> <li>4. Baixo nível de instrução da população;</li> <li>5. Decréscimo gradual do número de alunos em função do decréscimo da natalidade e da emigração.</li> <li>6. Saída antecipada da escola para cursos do IEFP;</li> <li>7. Articulação deficitária entre as entidades que ministram formação;</li> <li>8. Cortes e desinvestimento na Educação por parte do Estado, o que dificulta a afetação de recursos humanos especializados e materiais nas escolas do concelho.</li> </ol>

## 6.2 REDE EDUCATIVA

---

Neste capítulo que antecede as propostas de reordenamento da rede educativa e de forma a encerrar o diagnóstico, apresenta-se uma síntese das principais ideias a reter e os desafios a tomar em cada nível específico de ensino.

Traduzir-se-ão algumas questões, cuja discussão merecerá o melhor interesse ao nível do Conselho Municipal de Educação, as quais serão também devidamente acauteladas no âmbito das propostas de reordenamento da rede educativa.

No relatório de diagnóstico foi caracterizada a evolução do sistema educativo, em termos de enquadramento e disparidades concelhias: Agrupamento de Escolas; oferta e procura de educação, ensino e formação; ação social escolar e caracterização das Infraestruturas.

Para além desta temática foram consideradas e desenvolvidas outras, nomeadamente:

- Os princípios orientadores para a elaboração das Cartas Educativas;
- Enquadramento Territorial e Geográfico
- A caracterização socioeconómica (análise da demografia, atividades económicas, rede viária, acessibilidades e mobilidade);
- As projeções da população em idade escolar (até 2021).

A síntese que se apresenta de seguida procura efetuar um breve enquadramento dos objetivos que devem nortear cada ciclo de ensino, seguindo-se uma resenha da análise em termos quantitativos (oferta pública e privada e a procura existente e potencial) e por último em termos qualitativos (qualidade e segurança dos edifícios escolares e de formação).

### a) Educação Pré-escolar

---

De carácter facultativo, destinado às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, a educação pré-escolar representa a primeira fase de formação de um indivíduo.

Pese embora a diminuição do número de nascimentos, o número de crianças integradas nos jardins-de-infância tem-se mantido mais ou menos estável ao longo dos anos. Dados mais recentes apontam para um crescimento da taxa bruta de pré-escolarização no concelho, sendo esta no ano letivo 2012/2013 de 114,3%, superior à taxa de pré-escolarização nos concelhos limítrofes, bem como em relação aos valores registados a nível nacional (90,4%).

Este crescimento, que se encontra situado acima dos 100%, traduz a qualidade dos serviços prestados às crianças e respetivas famílias, tornando-se um fator de atração de crianças providas de outros concelhos, o que poderá constituir-se como um fator potenciador de crescimento e mais-valia para o concelho.

## b) 1º Ciclo do Ensino Básico

---

A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece que o Ensino Básico assume a duração de 9 anos e compreende três ciclos de ensino sequenciais, sendo o 1º Ciclo de 4 anos, o 2º Ciclo de 2 anos e o 3º Ciclo de 3 anos. Ingressam no Ensino Básico as crianças que completem 6 anos até ao dia 15 de setembro.

No atual ano letivo (2014/2015) frequentam o 1º Ciclo 158 alunos, representando cerca de 25% do total de alunos do Agrupamento.

Neste contexto, e em termos tipológicos, deve ser privilegiada a integração de mais do que um ciclo de ensino no mesmo edifício.

## c) 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

---

Para além da oferta do ensino regular, os estabelecimentos que ministram o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, proporcionam também percursos escolares alternativos, vocacionados para os alunos em risco de abandono, sendo-lhes atribuído um diploma de conclusão do ensino básico (que confere equivalência ao 9º ano).

Em 2011, no concelho de Figueiró dos Vinhos, 1% dos alunos entre os 10 e os 15 anos abandonam o Ensino Básico, resultado inferior ao registado na NUT I Continente, que apresentou uma taxa de abandono de 1,5% no mesmo período.

Em resultado do trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas, em parceria com outras entidades e a criação de percursos escolares alternativos, pode-se afirmar que atualmente não há nenhum caso de abandono no 2º Ciclo.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, a taxa de retenção e desistência no 3.º CEB era, em 2012/2013 de 14,4%, valor inferior ao registado a nível nacional e com um decréscimo de cerca de 7% relativamente ao ano letivo anterior.

Muitas poderão ser as explicações que antecedem o fenómeno de abandono, designadamente as dificuldades económicas do agregado familiar, levando os alunos a optar por um trabalho pouco qualificado, em situação precária, resultado das suas reduzidas habilitações

É imperativa a necessidade de adotar medidas no intuito de contrariar a tendência de insucesso escolar, fomentando a integração dos alunos em risco de abandono na escola, através das atividades curriculares e extracurriculares e percursos escolares alternativos.

## d) Ensino Secundário/Ensino Especial

---

O Ensino Secundário tem a duração de 3 anos (10º, 11º e 12º ano) e organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para o prosseguimento dos estudos ou para a vida ativa, garantindo-se a permeabilidade entre ambos os tipos de cursos.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, a taxa concelhia de retenção e desistência no Ensino Secundário atingiu os 12,9% no ano letivo de 2012/2013, situando-se abaixo do valor registado a nível nacional de 18,8% e registando uma clara

diminuição de -25,7% desde o ano letivo de 2004/2005. Foi também um dos concelhos que apresentou a menor taxa neste ano.

São várias as medidas que têm como propósito mitigar e combater os fenómenos de abandono e insucesso escolares, promovendo o aumento da qualidade das aprendizagens e incentivando a contínua formação ao longo da vida. Com o ajuste do currículo, o Ensino Secundário regular passa a integrar: cursos científico – humanísticos, cursos tecnológicos, cursos artísticos especializados e cursos profissionais.

## 6.3 ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA

---

Neste ponto foi realizada uma análise quantitativa, segundo as seguintes vertentes: oferta pública e privada e procura existente e potencial. Ao nível da análise qualitativa foi efetuada uma síntese sobre o estado de conservação/adequação dos edifícios escolares e sobre a variável segurança.

### 6.3.1 Análise quantitativa

---

#### a) Oferta pública e privada

---

A oferta de equipamentos escolares no concelho de Figueiró dos Vinhos pertence maioritariamente à rede pública, com exceção de um jardim-de-infância localizado na sede concelhia integrado na rede privada.

#### I. PRÉ-ESCOLAR

A rede de estabelecimentos da educação pré-escolar distribui-se por três freguesias do concelho: Aguda, Arega, e União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas. Nesta freguesia existe também o jardim-de-infância privado (JI da Santa Casa da Misericórdia). A maior capacidade de acolhimento está concentrada na sede concelhia: JI de Figueiró dos Vinhos (rede pública e privada) onde existe capacidade para cerca de 105 crianças e é atualmente frequentada por 77 crianças (2014/2015).

O pressuposto subjacente ao planeamento de equipamentos que ministram a Educação Pré-escolar rege-se pelo critério de proximidade, sendo que a transferência dos alunos para outros equipamentos será sempre a última opção. Serão, no entanto, ponderados aspetos como o estado de conservação e as condições estruturais que os espaços onde este nível de ensino é ministrado, oferecem.

Outro aspeto a considerar prende-se com a permanência em funcionamento dos Jardins-de-infância de Arega, Aguda e Almofala de Baixo, que apresentam um número de crianças inferior ao postulado como patamar mínimo<sup>93</sup>, o que constituirá um risco ao seu funcionamento no futuro. A redução da procura destes estabelecimentos de ensino poderá conduzir à concentração da procura do Ensino Pré-escolar na União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas.

---

<sup>93</sup> Vide Decreto-Lei 147/97, de 11/06

## II. ENSINO BÁSICO

A rede de estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico distribui-se por três freguesias, Aguda, Arega e União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas<sup>94</sup>. Nas freguesias de Arega e Aguda existe uma escola do 1º Ciclo, respetivamente no lugar de Arega e em Almofala de Baixo. A área de influência de cada um destes equipamentos circunscreve-se à freguesia/lugar correspondente.

Em termos gerais, a rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho é constituída por um conjunto de escolas de pequena dimensão, cujas condições estruturais não permitem o funcionamento em simultâneo de quatro turmas, correspondentes aos quatro anos de escolaridade.<sup>95</sup> Note-se que com as renovadas exigências pedagógicas, com particular incidência no 1º Ciclo do Ensino Básico, terão de ser consideradas nas propostas não somente os espaços destinados à prática da componente letiva, mas também terão de ser indicados os espaços que permitam ministrar atividades de enriquecimento curricular (inglês, atividades desportivas, atividades musicais, entres outras). Deverão igualmente ser criadas as condições indispensáveis para efetivamente generalizar o serviço de refeições ao 1º Ciclo do Ensino Básico.

A EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos apresenta uma situação invulgar, visto que a sua capacidade se distribui pelo 1.º e 2º Ciclo com 4 e 3 salas, respetivamente. É necessário solucionar esta situação de modo a concentrar os alunos num espaço que possam partilhar, ainda que os alunos do 1º Ciclo de Figueiró dos Vinhos se desloquem diariamente à EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos.

O 2º Ciclo do Ensino Básico é ministrado na EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos. Trata-se de um equipamento com intervenção recente, devendo-se apostar em pequenas intervenções de manutenção e reparação dos espaços existentes, não se verificando qualquer problema ao nível da capacidade disponível.

## II. ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário, bem como o 3º Ciclo do Ensino Básico é ministrado na ES/3 de Figueiró dos Vinhos. Este estabelecimento de ensino, para além de proporcionar a oferta de ensino regular, proporciona também o acesso a cursos profissionais e vocacionais.

<sup>94</sup> À exceção de Campelo e Bairradas, cujas escolas foram encerradas por falta de alunos.

<sup>95</sup> Em termos pedagógicos é aconselhável distribuir cada ano de escolaridade em cada sala que compõe o edifício, ou optar pela utilização dos espaços disponíveis na EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos.

## b) Procura existente e potencial

---

A nível muito geral o número de alunos no concelho de Figueiró dos Vinhos tem vindo a diminuir desde 2004/2005 a 2014/2015 (no primeiro ano frequentavam as escolas 1040 alunos e no atual ano 639 alunos).

### I. PRÉ-ESCOLAR

No atual ano letivo, na educação pré-escolar frequentam os jardins-de-infância cerca de 70 crianças, total que tem vindo a decrescer desde 2004/2005 (132 crianças) até ao atual ano letivo (2014/2015), ou seja, comparando o ano inicial e o final do período em análise, registam-se menos 62 crianças na educação pré-escolar, apenas na rede pública.

Tal como referido a taxa de pré-escolarização em 2004/2005 era de 86% o que significa que a cobertura da educação pré-escolar ainda não era total. Em 2012/2013, a taxa de pré escolarização observada era já de 114,3%, o que significa que, para além das crianças do concelho a frequentar este nível de ensino, dá-se também resposta a crianças oriundas de concelhos vizinhos.

### II. ENSINO BÁSICO

À semelhança do descrito na educação pré-escolar, o número de alunos no 1º Ciclo do Ensino Básico também tem vindo a decrescer, mas de forma mais acentuada – de 253 alunos no ano letivo de 2004/2005, para 158, matriculados em 2014/2015. O Ensino Básico foi o que mais alunos perdeu neste horizonte temporal (-157 alunos). Reitera-se o facto da procura não se distribuir de forma equitativa, daí que haja escolas subaproveitadas e outras próximas da sobrelotação.

No 2º Ciclo do Ensino Básico evidencia-se um decréscimo, ainda que menos acentuado, do número de alunos. Se em 2004/2005 frequentavam a EB José Malhoa 126 alunos, em 2014/2015 esse total decresce para 87 alunos.

Ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico também se verifica uma diminuição do número de alunos. Em 2004/2005 frequentavam o 3º Ciclo 225 alunos. Em 2014/2015 estes números descem consideravelmente e o 3º Ciclo passa a ser frequentado por 149 alunos.

### III. ENSINO SECUNDÁRIO

No Ensino Secundário também se verifica uma diminuição do número de alunos, bem mais acentuada do que no 2.º e 3º Ciclo, apesar da abrangência da ES/3 não se circunscrever apenas aos limites de um concelho.

Em 2004/2005 frequentavam o Ensino Secundário 304 alunos (do ensino regular e recorrente). Em 2014/2015 estes números descem consideravelmente e o Ensino Secundário passa a ser frequentado por 175 alunos (-129 que no ano 2004/2005).

## 6.3.2 Análise qualitativa

---

### a) Estado de conservação/adequação dos edifícios escolares

---

#### I. PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

O estado de conservação e adequação dos espaços onde se ministram a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico apresentam uma avaliação entre o bom e o razoável, no entanto, existem ainda alguns problemas estruturais a resolver no curto prazo, nomeadamente ao nível de obras de beneficiação dos edifícios e melhoria em termos da oferta de mobiliário adequado e de equipamentos lúdicos. Destacam-se negativamente as EB de Arega e Almofala, ao nível de janelas, portas, pavimento, sistema de aquecimento, inexistência de espaço de refeitório apropriado para o efeito e, no Jardim de Infância de Figueiró dos Vinhos, ao nível da cobertura do edifício, canalização, instalações sanitárias e sistema de aquecimento.

#### II. 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

A EB José Malhoa é um espaço recuperado, pelo que as condições de conservação/manutenção que apresenta são boas.

A ES/3 de Figueiró dos Vinhos regista um razoável estado de conservação. Verifica-se, no entanto, necessidade de algumas intervenções, das quais destacamos a cobertura (infiltrações em alguns Blocos), pintura, sistema de aquecimento deficitário, construção de telheiro da portaria ao Bloco A e pavimento do campo de jogos.

### b) Segurança dos edifícios escolares

---

#### I. PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

A segurança dos edifícios escolares é boa na maioria dos estabelecimentos de ensino. Existem, no entanto, deficiências ao nível da iluminação dos espaços exteriores, sinalização, bem como a ausência de ruas com passeios.

#### II. 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

A EB José Malhoa e a ES/3 não apresentam grandes problemas ao nível da segurança destacando-se a proximidade a vias de acesso com circulação regular, mas devidamente sinalizada.

## **CAPÍTULO VII**

# **PROPOSTAS DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA**

---

Realizado o diagnóstico da situação educativa concelhia e considerado o preceituado no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que determina que:

“O ordenamento da rede educativa deve contribuir para os seguintes objetivos:

- Garantia do direito de acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Superação das situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social;
- Garantia de uma adequada complementaridade de ofertas educativas;
- Garantia da qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
- Desenvolvimento de formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes, especialmente através da conclusão do processo de agrupamento de escolas e de autonomia da sua gestão;
- Adequação da oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, por forma que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos dessa mesma área.”;

Importa enunciar um conjunto de medidas a ser implementadas a curto/médio prazo, tendo em vista a melhoria do desempenho do sistema educativo no concelho de Figueiró dos Vinhos

## 7.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

---

No domínio das políticas públicas de educação, tem vindo a assistir-se a uma crescente intervenção da administração local nesta matéria, bem como a um empenho institucional bastante alargado, garantido que a Escola tenha um papel fundamental como elemento integrado e integrador na sociedade.

A educação e formação dos jovens são fatores essenciais para o desenvolvimento económico e social do concelho e da região onde nos inserimos. Neste sentido, compete aos órgãos autárquicos o desenvolvimento de ações impulsionadoras do processo educativo, assumindo o carácter público, universal e gratuito da educação.

Num momento em que decorre a revisão do PDM do concelho de Figueiró dos Vinhos e considerando a presente revisão da Carta Educativa do Município de Figueiró dos Vinhos, importa referenciar os objetivos estratégicos de desenvolvimento do concelho delineados pelo Executivo Municipal, correlacionados e intrinsecamente ligados aos objetivos estratégicos na área da Educação, nomeadamente:

- Promover condições de uso e aproveitamento sustentável dos recursos territoriais, ambientais e das sinergias existentes;
- Consolidar a Vila de Figueiró dos Vinhos enquanto sede de município, reforçando a sua função urbana;

- Promover o desenvolvimento sustentado de Áreas de Localização Empresariais, articulado com a potencialidade das acessibilidades existentes, designadamente a A13 e IC8;
- Promover a aplicação da estratégia de desenvolvimento, incentivando modelos de atuação baseados na concertação entre a iniciativa pública e privada;
- Concretizar a aposta nos setores do Turismo (Natureza, Ativo e Cultural), na Floresta e Património Natural (biodiversidade entre outros), na Saúde e nas atividades ligadas aos produtos endógenos, promovendo novas oportunidades de investimento e apoio ao empreendedorismo;
- Reforçar o Potencial dos Espaços de Ocupação Turística, em particular os de forte relação com o património natural, cultural e construído;
- Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de caráter social, cultural, educativo e de saúde, às necessidades da população;

Ao nível da Educação, para além da revisão da Carta Educativa enquanto documento de planeamento estratégico que visa a otimização e racionalização da rede escolar, deverão ser considerados vários eixos de atuação, procurando o aumento da qualidade e da excelência através, nomeadamente: da promoção da utilização efetiva das novas tecnologias da informação e da comunicação e de uma sociedade de informação inclusiva; do reforço da oferta do ensino de línguas estrangeiras; do reforço da educação para a cidadania; do reforço da componente cultural, artística e desportiva nos processos de aprendizagem e formação ao longo da vida; diversificando a oferta formativa e ajustando-a às especificidades locais em termos de oferta/procura no mercado de trabalho.

Deverá, assim, continuar a apostar-se na oferta de cursos vocacionais que propiciem alternativas aos alunos que não se sentem plenamente integrados e realizados com as disciplinas que o currículo regular tradicionalmente contempla.

No que concerne ao Ensino Secundário, deverão desenvolver-se estratégias de melhoria da qualidade deste nível de ensino, quer ao nível do ensino regular, quer ao nível do ensino profissional, permitindo à Escola Secundária tornar-se uma escola de referência. Para tal entende-se vital diversificar e melhorar a oferta educativa do ensino secundário, implementando uma estratégia de gestão geográfica/territorial dessa mesma oferta educativa em estreita articulação com os concelhos limítrofes, de uma forma mais acentuada ao nível dos cursos profissionais.

Neste contexto, e com o objetivo de potenciar o sucesso educativo dos alunos deveria a oferta educativa ser previamente avaliada/discutida realizando-se reuniões com os estabelecimentos de ensino dos concelhos limítrofes, e eventualmente, respetivos executivos municipais para uma efetiva elaboração da oferta educativa em rede, devidamente concertada, de forma a evitar sobreposição de áreas de formação evitando-se, quer a saturação do mercado, quer a desadequação das áreas formativas às necessidades do mercado de trabalho nos territórios.

A necessidade desta forma de atuação foi já reconhecida por parte dos Municípios que integram a CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, que, em parceria com a ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, apresentou à DEGEStE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares do Centro, um estudo que determinava quais as áreas de formação que deveriam ser oferecidas pelas escolas abrangidas por este território, considerando as necessidades sentidas pelos vários agentes económicos. Foi desta forma possível

definir, já para o próximo ano letivo 2015/2016, uma oferta formativa concertada e adaptada às reais necessidades da procura.

Neste contexto foi mais uma vez reconhecida a necessidade de aumentar a oferta formativa dos cursos profissionalizantes no Concelho de Figueiró dos Vinhos, sendo clara a necessidade de melhorar significativamente a diversidade e a qualidade dessa oferta formativa, designadamente através da implementação de oferta formativa de ensino profissional cujos cursos assentem numa significativa carga horária afeta à formação em contexto de trabalho (EFA, Cursos de Aprendizagem, Formação Modular, Ensino Dual, Aperfeiçoamento Profissional).

Esta aposta na formação profissionalizante contribuirá para a promoção do trabalho em articulação com as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais do território, resultando numa adequação da oferta formativa às necessidades específicas e à otimização dos recursos disponíveis. Contribuirá, ainda, para o desenvolvimento económico e social da região e dos setores de atividade existentes, através de uma formação de qualidade dos recursos humanos.

Já de uma forma transversal a todos os níveis de ensino e indo ao encontro das recomendações do Conselho Nacional de Educação, entende-se de extrema importância reforçar a intervenção precoce, com a despistagem de dificuldades de aprendizagem logo no pré-escolar e nos primeiros anos de escolarização, a promoção de uma pré-escolarização de qualidade, a alteração de rotinas e organização das escolas.

Também a rede de transportes escolares se reveste da maior importância para o sistema educativo concelhio, pelo que se encontra já a ser desenvolvido um estudo que visa a eventual reestruturação da rede de transportes que melhor sirva os alunos que pretendam estudar no nosso concelho, sejam eles oriundos de Figueiró dos Vinhos ou de outros concelhos.

É ainda objetivo estratégico apresentar uma candidatura a financiamento ao quadro comunitário de apoio – Portugal 2020, e posterior implementação de um projeto intermunicipal na área da educação, cuja área de atuação abrangerá os 10 municípios que integram a CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, que terá como objetivo global contribuir para potenciar o sucesso escolar dos alunos, com intervenção a partir do 1.º ano do 1.º ciclo do Ensino Básico, numa lógica de capacitação de competências cognitivas e não cognitivas, por forma a prevenir futuros comportamentos de risco e o abandono escolar, promovendo uma abordagem com base na mediação fora do contexto “sala de aula” em que se incluirá a família, os docentes e comunidade envolvente. Este projeto será constituído por um eixo de sete ações: Plano Intermunicipal de Educação – financiamento de projetos educativos intermunicipais/municipais; Projeto de Formação Multidisciplinar; Acompanhamento de Proximidade; Inclusão pelas Artes; Empreendedorismo nas Escolas; Incrementar o Erasmus + e Incrementar os FABLAB – Fábricas de Laboratórios.

## 7.2 CRITÉRIOS PARA O REORDENAMENTO DA REDE

---

Neste subponto foi realizada uma breve enumeração e respetiva descrição de alguns aspetos considerados pertinentes no reordenamento da rede educativa.

### 7.2.1 Condições de acesso dos alunos à escola

Conforme os diferentes graus de ensino e os diferentes grupos etários envolvidos, foram definidos os tempos de deslocação<sup>96</sup> máximos a que os alunos deveriam ficar sujeitos:

**TABELA N.º 60 – TEMPO MÁXIMO DE DESLOCAÇÃO POR NÍVEL DE ENSINO**

Nível de ensino	Tempo máximo de deslocação (em viatura)
Pré-Escolar	15 minutos
1º Ciclo do Ensino Básico	20 minutos
2.º e 3º Ciclo do Ensino Básico	30 minutos
Ensino Secundário	50 minutos

Fonte: Município de Figueiró dos Vinhos, 2015.

Em particular, e atendendo às áreas onde a acessibilidade é menor, deverão manter-se um conjunto de equipamentos, nomeadamente os jardins-de-infância, de forma a evitar tempos de deslocação demasiado longos. Assim, será fundamental garantir a acessibilidade dentro de um limite de tempo aceitável e seguindo o princípio da proximidade, de que a tipologia do equipamento mencionado necessita estar dotado, mediante a população estudantil.

### 7.2.2 Rede de transportes (adequação dos circuitos e horários)

Às áreas de influência de cada estabelecimento de ensino terão de corresponder um conjunto de circuitos, tendo em conta que a localização do equipamento face à rede viária local, pode influenciar a maior ou menor acessibilidade do mesmo.

### 7.2.3 Análise da proximidade de outros equipamentos coletivos (gimnodesportivos, piscinas, jardins, bibliotecas, etc.)

Terá de ser considerada a localização de equipamentos complementares em relação às potenciais localizações dos novos equipamentos educativos, de forma a criar o maior número de sinergias possível, permitindo uma utilização mais racional dos recursos.

### 7.2.4 Integração da escola na comunidade e intercâmbio no uso dos equipamentos coletivos

Observação das melhores localizações face ao tecido urbano consolidado e às áreas de potencial expansão, permitindo a opção por zonas onde a construção de um equipamento escolar possa beneficiar a comunidade, quer em termos da sua melhor acessibilidade, quer pela consolidação das áreas urbanas existentes ou das novas áreas de expansão.

### 7.2.5 Integração urbanística e arquitetónica das escolas

Para além das exigências pedagógicas, funcionais e construtivas, decorrentes da função educativa, as intervenções a realizar no parque escolar devem privilegiar a integração urbanística e arquitetónica das escolas no tecido dos aglomerados urbanos, atendendo às exigências construtivas próprias dos locais onde são/estão edificadas.

<sup>96</sup> Estes tempos (tempo médios) de deslocação são diretos, não contemplam as várias paragens efetuadas durante os percursos.

## 7.2.6 Ausência de aspetos ambientais negativos

Localização onde seja considerado um conjunto de aspetos que garanta que os equipamentos escolares ocupem áreas com as condições de envolvente ambiental necessárias, para melhor prossecução do fim para o qual o equipamento se destina.

## 7.2.7 Integração dos estabelecimentos de ensino em Territórios Educativos

Define-se Território Educativo (TE) como um espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado, como resposta ideal ao princípio de integração e sequencialidade, definido na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Os quadros que a seguir se apresentam sintetizam alguns dos critérios subjacentes à formulação de propostas, nomeadamente no que se refere à irradiação dos novos equipamentos, bem como critérios de programação, por nível de ensino (*Normas para a programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, DGOTDU, 2002*).

**TABELA N.º 61 - DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: JARDIM-DE-INFÂNCIA**

	IRRADIAÇÃO	CRITÉRIOS DE PROGRAMAÇÃO															
<b>EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR</b>  Faixa Etária:  3 aos 5 anos	A distância mínima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada um dos seus eixos. Percursos escola – habitação Em transporte público: Máximo aceitável: 15 min. (equipa) Máximo aceitável: 20 min. (ME) Os percursos entre a escola e os locais de residência dos alunos, bem como os modos e meios de deslocação, devem ser analisados segundo critérios rigorosos de segurança e conforto. Atendendo à faixa etária, a distância entre o JI e os locais de residência ou de trabalho dos pais, deverá subordinar-se ao princípio geral de grande proximidade.	- N.º de crianças por educador: Máximo 25  <table border="1"> <thead> <tr> <th>Equip.</th> <th>Salas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Jl</td> <td>1</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>Jl</td> <td>2</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td>Jl</td> <td>3</td> <td>75</td> </tr> <tr> <td>Jl</td> <td>4</td> <td>100</td> </tr> </tbody> </table>	Equip.	Salas	Alunos	Jl	1	25	Jl	2	50	Jl	3	75	Jl	4	100
Equip.	Salas	Alunos															
Jl	1	25															
Jl	2	50															
Jl	3	75															
Jl	4	100															

Fonte: Normas para a programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, DGOTDU, 2002 (adaptado)

**TABELA N.º 62 - DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: ESCOLA BÁSICA 1º CICLO**

	IRRADIAÇÃO	CRITÉRIOS DE PROGRAMAÇÃO															
<b>ENSINO BÁSICO</b>  1º Ciclo  Faixa Etária:  6 aos 9 anos	A distância mínima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos seus eixos. Percursos escola – habitação Em transporte público: Máximo aceitável: até 20 min. (equipa) Máximo aceitável: até 40 min. (ME)  Sempre que possível deve proceder-se à integração da escola do 1º Ciclo com o JI e com os ciclos de ensino subsequentes do EB.	- Regime de funcionamento: turno único  N.º alunos por sala: 20 a 24 alunos 1 sala de aula/turma  <table border="1"> <thead> <tr> <th>Equip.</th> <th>Turmas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB</td> <td>4</td> <td>96</td> </tr> <tr> <td>EB</td> <td>6</td> <td>144</td> </tr> <tr> <td>EB</td> <td>8</td> <td>192</td> </tr> <tr> <td>EB</td> <td>12</td> <td>288</td> </tr> </tbody> </table> A capacidade das escolas do 1º Ciclo não deve ser inferior a 4 turmas nem superior a 12.	Equip.	Turmas	Alunos	EB	4	96	EB	6	144	EB	8	192	EB	12	288
Equip.	Turmas	Alunos															
EB	4	96															
EB	6	144															
EB	8	192															
EB	12	288															

Fonte: Normas para a programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, DGOTDU, 2002 (adaptado)

**TABELA N.º 63 - DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: ESCOLA BÁSICA DO 2º E 3º CICLO**

	IRRADIAÇÃO	CRITÉRIOS DE PROGRAMAÇÃO															
<b>ENSINO BÁSICO</b>  2º e 3º Ciclo  Faixa Etária:  10 aos 14 anos	A distância mínima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos seus eixos. Percursos escola – habitação A pé: preferencial – até 1 km ou 15 min. Em transporte público: Máximo aceitável: até 25 min. Para deslocações diretas (equipa) Máximo aceitável: até 60 min. (ME)	Regime de funcionamento: Turno único  - N.º de alunos por sala: preferencial – 24; máximo - 30  <table border="1"> <thead> <tr> <th>Equip.</th> <th>Turmas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB 2/3</td> <td>10</td> <td>240-300</td> </tr> <tr> <td>EB 2/3</td> <td>15</td> <td>360-450</td> </tr> <tr> <td>EB 2/3</td> <td>20</td> <td>480-600</td> </tr> <tr> <td>EB 2/3</td> <td>25</td> <td>600-750</td> </tr> </tbody> </table>	Equip.	Turmas	Alunos	EB 2/3	10	240-300	EB 2/3	15	360-450	EB 2/3	20	480-600	EB 2/3	25	600-750
Equip.	Turmas	Alunos															
EB 2/3	10	240-300															
EB 2/3	15	360-450															
EB 2/3	20	480-600															
EB 2/3	25	600-750															

Fonte: Normas para a programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, DGOTDU, 2002 (adaptado)

**TABELA N.º 64 - DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: ESCOLA SECUNDÁRIA**

	IRRADIAÇÃO	CRITÉRIOS DE PROGRAMAÇÃO																					
<b>ENSINO SECUNDÁRIO</b>  Faixa Etária:  15 aos 17 anos	A distância mínima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos seus eixos. Percursos escola – habitação A pé: preferencial – até 2 km ou 30 min. Em transporte público: Máximo aceitável: até 25 min. Para deslocações diretas (equipa) Máximo aceitável: até 3 km ou 50 min. (ME).	Regime de funcionamento: Turno único  - N.º de alunos por sala: máximo - 30  <table border="1"> <thead> <tr> <th>Equip.</th> <th>Turmas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ES</td> <td>18</td> <td>540</td> </tr> <tr> <td>ES</td> <td>21</td> <td>630</td> </tr> <tr> <td>ES</td> <td>24</td> <td>720</td> </tr> <tr> <td>ES</td> <td>30</td> <td>900</td> </tr> <tr> <td>ES</td> <td>36</td> <td>1080</td> </tr> <tr> <td>ES</td> <td>39</td> <td>1170</td> </tr> </tbody> </table>	Equip.	Turmas	Alunos	ES	18	540	ES	21	630	ES	24	720	ES	30	900	ES	36	1080	ES	39	1170
Equip.	Turmas	Alunos																					
ES	18	540																					
ES	21	630																					
ES	24	720																					
ES	30	900																					
ES	36	1080																					
ES	39	1170																					

Fonte: Normas para a programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, DGOTDU, 2002 (adaptado)

### 7.3 ENTIDADES RESPONSÁVEIS

O ponto 7.3 descreve sucintamente quais as diferentes etapas inerentes à construção dos estabelecimentos de ensino, desde a Educação Pré-Escolar, culminando no Ensino Secundário. Em cada uma dessas etapas é representada a entidade responsável. São duas as entidades responsáveis pelo processo aqui em destaque: ao nível nacional o Ministério da Educação (ME), através da ex. DREC, atual DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro – e ao nível local, as Autarquias. Estas entidades são responsáveis pelo levantamento de necessidades, planeamento, localização, programa, projeto, financiamento, funcionamento e conservação.

No que respeita à Educação Pré-Escolar pública são três as entidades responsáveis pela intervenção neste nível de ensino: Autarquia, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e Ministério do Trabalho e Segurança Social. O planeamento, localização e programa de execução para um novo jardim-de-infância fica à responsabilidade do Município de Figueiró dos Vinhos e da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. O projeto e conservação do edifício são responsabilidade da Autarquia local. O financiamento é assegurado pelas verbas provenientes da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Ministério do Trabalho e Segurança Social e Autarquia. Finalmente, o funcionamento do JI é da responsabilidade da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e Autarquia.

No entanto, considerando a realidade local, existe ainda a Santa Casa da Misericórdia, como entidade autónoma e privada.

**TABELA N.º 65 – DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTERVÊM NA REALIZAÇÃO DE JARDINS-DE-INFÂNCIA**

Levantamento de necessidades	Planeamento	Localização	Programa	Projeto	Financiamento	Funcionamento	Conservação
Autarquia local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia local	Autarquia local	Autarquia local
ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)		ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	
MTS					MTS		

Fonte: DGOTDU, 2002

No que respeita à construção de novos equipamentos para o 1º Ciclo do Ensino Básico, apenas figuram duas instituições a Autarquia local e a DGEstE. Nas etapas iniciais relativas ao levantamento de necessidades, planeamento, localização e programa fazem-se representar as duas entidades. Pelo contrário, o projeto do novo equipamento é da

responsabilidade exclusiva da Autarquia, à semelhança do descrito no Pré-Escolar. As etapas finais, no que se refere ao financiamento e funcionamento dos estabelecimentos são partilhadas pela Câmara Municipal e pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. A última etapa – conservação é da responsabilidade da Autarquia.

**TABELA N.º 66 – DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTERVÊM NA REALIZAÇÃO DE ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

Levantamento de necessidades	Planeamento	Localização	Programa	Projeto	Financiamento	Funcionamento	Conservação
Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local
ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)		ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	

Fonte: DGOTDU, 2002

No que diz respeito a todo o processo subjacente à construção de um novo equipamento que ministre os 2º e 3º Ciclos, verifica-se que a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares está presente em todas as etapas do processo. Contrariamente, a Autarquia está presente nas fases iniciais, que se restringem ao levantamento de necessidades, planeamento e localização, só voltando a representar-se na etapa referente ao financiamento.

**TABELA N.º 67 – DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTERVÊM NA REALIZAÇÃO DE ESCOLAS DO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO**

Levantamento de necessidades	Planeamento	Localização	Programa	Projeto	Financiamento	Funcionamento	Conservação
Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)
ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)			Com a colaboração da autarquia local		

Fonte: DGOTDU, 2002

No que concerne ao Ensino Secundário, e à semelhança dos 2º e 3º ciclos conclui-se que a Autarquia se representa com menor regularidade, comparativamente com a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico. Assim, as fases iniciais são partilhadas pela Autarquia e pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e todo o desenvolvimento e finalização do processo é orientado pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, intervindo a Autarquia apenas, no momento do financiamento.

**TABELA N.º 68 - DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTERVÊM NA REALIZAÇÃO DE ESCOLAS DO ENSINO SECUNDÁRIO**

Levantamento de necessidades	Planeamento	Localização	Programa	Projeto	Financiamento	Funcionamento	Conservação
Autarquia Local	Autarquia Local	Autarquia Local	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)
ME (DGEstE)	ME (DGEstE)	ME (DGEstE)			Com a colaboração da autarquia local		

Fonte: DGOTDU, 2002

## 7.4 MEDIDAS DE INTERVENÇÃO/ PROPOSTAS

As medidas de intervenção/propostas para a reconfiguração da rede educativa do concelho de Figueiró dos Vinhos serão executadas em duas fases. Assim, o primeiro momento corresponderá às intervenções a realizar a curto/médio

prazo (Fase I) nos estabelecimentos de ensino que ministram o Ensino Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico e adaptação do estabelecimento do 2º Ciclo para acolhimento de alunos do 1º Ciclo.

O segundo momento irá consistir na reconfiguração dos territórios educativos do município, a longo prazo (Fase II) resultado, por um lado, da ameaça real de encerramento de alguns equipamentos escolares do Ensino Pré-escolar e do 1.º CEB e, por outro, na aquisição de um estabelecimento de ensino para requalificação em Centro Escolar, só possível através de candidatura ao novo quadro comunitário de apoio – Portugal 2020.

#### 7.4.1 Implementação da configuração curto/médio prazo (Fase I)

---

A primeira fase constitui uma solução a implementar no curto/médio prazo, no âmbito do reordenamento da rede escolar, pelo que a principal intervenção incide sobre os equipamentos que ministram o 1º Ciclo do Ensino Básico nas freguesias de Arega e Aguda – Almofala de Baixo e no edifício do Pré-Escolar na sede concelhia. No entanto, são apresentadas algumas questões que merecem reflexão em relação aos restantes níveis de ensino.

A fase que agora se desenvolve corresponde à configuração final da rede educativa do concelho de Figueiró dos Vinhos, onde serão apresentadas as propostas relativas a cada ciclo de ensino. Deste modo, e no intuito de se realizar uma análise sobre a progressão da população escolar, nos anos mais próximos no concelho de Figueiró dos Vinhos, atendeu-se aos resultados das projeções e também à atual distribuição dos alunos pelos equipamentos, isto porque os equipamentos localizados na sede concelhia (Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico) são os que registam a maior procura e conseqüentemente um número mais elevado de alunos.

##### a) Educação Pré-Escolar

---

A Educação Pré-Escolar é a primeira etapa do percurso educativo de qualquer criança, pelo que devem ser criadas as condições necessárias para que a generalização do acesso a este nível de ensino seja efetivo.

Legalmente, a Educação Pré-Escolar está enquadrada pela Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, a qual consagra princípios gerais, organizativos e pedagógicos, dos quais serão apresentados somente aqueles que no âmbito da organização e do planeamento da rede de equipamentos da Educação Pré-Escolar, são fundamentais:

- A Educação Pré-Escolar é a primeira etapa da educação básica, sendo complementar da ação educativa das famílias e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico;
- A frequência da Educação Pré-Escolar é facultativa. Porém, compete ao Estado contribuir para a universalização da sua oferta, independentemente dos rendimentos das famílias, nomeadamente através da gratuidade da componente educativa;
- O número de crianças por sala deverá ter em conta as diferentes condições demográficas de cada localidade, pois embora seja aconselhável uma frequência mínima de 20 crianças, em áreas de reduzida densidade populacional poderão ser autorizadas frequências inferiores ao limite mínimo estabelecido;

- Compete ao Estado criar uma “rede pública de Educação Pré-Escolar”, sendo que é igualmente referido que este deve apoiar a criação de estabelecimentos e Educação Pré-Escolar por outras entidades da sociedade civil.

Há jardins-de-infância no concelho de Figueiró dos Vinhos que serão sinalizados, pois apresentam um número de alunos entre 6 a 10 crianças. Não obstante, é dever do Estado “prestar apoio especial às zonas carenciadas”, onde se prevê que “em zonas de baixa densidade populacional poderá ser autorizada uma frequência inferior a 20 crianças”. Ao abrigo desta premissa, propõe-se, nesta primeira fase, a manutenção dos equipamentos do Pré-Escolar no concelho, enquanto se verificar um número mínimo de crianças para garantir o seu funcionamento.

**TABELA N.º 69 – JARDINS-DE-INFÂNCIA EM FUNCIONAMENTO**

Jardim-de-Infância	Número de Crianças	Número de Salas	Capacidade
Jl de Almofala de Baixo	6	1	25
Jl de Aguda	8	1	25
Jl de Arega	13	1	25
Jl de Figueiró dos Vinhos	43	3	75

Fonte: Agrupamento de Escolas (2015).

O pressuposto subjacente ao planeamento de equipamentos que ministram a Educação Pré-Escolar rege-se pelo critério de proximidade, sendo que a transferência dos alunos para outros equipamentos será sempre a última opção. A possibilidade criada pela deslocalização dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, deixa espaços devolutos que poderão ser ocupados pela Educação Pré-Escolar. A reconversão destes espaços propicia ajustes à evolução da procura, bem como às premissas, em termos pedagógicos e de apoio social, inerentes a este nível de ensino.

No contexto da rede de Educação Pré-Escolar do concelho de Figueiró dos Vinhos prevê-se que os atuais jardins-de-infância se mantenham em funcionamento, sendo alguns submetidos a pequenas intervenções, nomeadamente em termos de melhoria de condições e em alguns casos deverá proceder-se à adaptação ou alargamento do equipamento existente, tendo em conta a procura efetiva e a projeção da procura potencial.

Apesar de ser defendida a implementação da tipologia EB/Jl poderão os dois níveis de ensino continuar a funcionar separadamente, caso o contexto local o justifique. Acresce a este facto a problemática no transporte das crianças nestas idades (com 3 a 5 anos).

Estes equipamentos permanecerão em funcionamento até que a procura assim o justifique. Uma vez que é autorizada uma frequência inferior a 20 crianças em áreas de reduzida densidade populacional, atendendo ao contexto demográfico do concelho de Figueiró dos Vinhos. Atualmente um dos critérios da DGEstE consiste em sinalizar jardins-de-infância, com frequências entre 6 e 10 crianças e posteriormente proceder ao seu encerramento, desde que haja acordo entre esta instituição e a Câmara Municipal.

Note-se que as propostas que são apresentadas enquadram-se e adequam-se às especificidades locais do concelho, daí que se preveja a permanência em funcionamento de todos os jardins-de-infância.

- **Proposta 1**

A primeira proposta diz respeito à permanência em funcionamento do JI de Aguda, até que a procura o justifique, procedendo a pequenas intervenções neste estabelecimento. Ainda que no atual ano letivo, o número de frequências tenha ficado muito próximo do limiar mínimo, defende-se que o mesmo continue em funcionamento. No caso de encerramento, a transferência das crianças será efetuada para o jardim-de-infância mais próximo desde que o mesmo tenha capacidade para tal.

1.ª Fase – Jardim-de-Infância em funcionamento		
JI	N.º de salas de atividades	Capacidade de acolhimento
JI de Aguda	1	25 crianças

Terá de ser contemplado o espaço necessário para proporcionar o prolongamento de horário.

- **Proposta 2**

A segunda proposta diz respeito à permanência em funcionamento do Jardim-de-Infância de Almofala de Baixo, tendo o mesmo capacidade para acolher 25 crianças, numa sala de atividades.

1.ª Fase – Jardim-de-Infância em funcionamento		
JI	N.º de salas de atividades	Capacidade de acolhimento
JI de Almofala de Baixo	1	25 crianças

À semelhança do anterior equipamento, deverão ser considerados espaços necessários para proporcionar o prolongamento de horário bem como o serviço de refeições.

- **Proposta 3**

O Jardim-de-Infância de Arega possui uma sala de atividades e tem capacidade para acolher 25 crianças. Contempla, ainda, uma sala de atividades autónoma onde é proporcionado o prolongamento de horário.

Defende-se a sua permanência em funcionamento, até que a procura assim o justifique. No entanto, propõem-se algumas intervenções neste equipamento, de forma a incrementar a qualidade dos espaços existentes, dando continuidade ao estabelecimento de ensino, no qual ainda se verifica uma procura significativa, comparativamente aos restantes.

1.ª Fase – Jardim-de-Infância em funcionamento		
JI	N.º de salas de atividades	Capacidade de acolhimento
JI de Arega	1	25
CAF	1	25

#### • Proposta 4

A última proposta ao nível da educação pré-escolar refere-se ao JI de Figueiró dos Vinhos, o qual é frequentado atualmente (2014/2015) por 43 crianças. Apesar de no atual ano letivo, a capacidade disponível ser superior ao nível real da procura, deverá garantir-se a continuidade do seu funcionamento, prevenindo-se a eventualidade do acolhimento de crianças de outros jardins-de-infância da rede pública.

#### 1.ª Fase – Jardim-de-Infância em funcionamento

JI	Nº de salas	Capacidade de acolhimento
JI de Figueiró dos Vinhos	3	75

Terão de ser salvaguardados os espaços necessários para proporcionar o prolongamento de horário numa ótica de beneficiação e melhoria deste equipamento.

Considerando ser um equipamento que apresenta um conjunto de deficiências muito acentuadas, a sua beneficiação e melhoria implica já, uma intervenção mais profunda, nomeadamente mudança de cobertura (substituição do telhado), mudança de canalizações, melhoria das instalações sanitárias, bem como sistema de aquecimento, pelo que é objetivo da Autarquia apresentar um projeto para este efeito, candidatando-o a financiamento pelo novo quadro comunitário - Portugal 2020.

#### b) 1º Ciclo do Ensino Básico

Ao nível do reordenamento da rede de estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico deverão ser criadas as condições necessárias para garantir os seguintes pressupostos:

- proporcionar a toda a população escolar a utilização global dos recursos físicos, em condições de igualdade no acesso a uma educação de qualidade;
- esbater as disparidades e desigualdades evidenciadas sobretudo nas áreas de maior isolamento;

No contexto do reordenamento escolar é imperativa a existência de pelo menos quatro salas nos equipamentos de ensino que ministrem o 1º Ciclo do Ensino Básico, destinados aos quatro anos de escolaridade que compõem este ciclo. É igualmente necessária a criação de espaços vocacionados para desenvolver atividades de enriquecimento curricular, numa lógica da “escola a tempo inteiro”.

A rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Figueiró dos Vinhos é constituída por um conjunto de escolas de pequena dimensão, cujas condições estruturais não permitem o funcionamento em simultâneo de quatro turmas, correspondentes aos quatro anos de escolaridade. Em termos pedagógicos é aconselhável distribuir cada ano de escolaridade em cada sala que compõe o edifício, pelo que qualquer centro escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico deverá ter no mínimo quatro salas e no máximo 12, salvo raras exceções, devidamente fundamentadas, em que poderá ser proposto um número de salas superior ao referido.

Note-se que com as renovadas exigências pedagógicas, com particular incidência no 1º Ciclo do Ensino Básico, terão de ser consideradas nas propostas não somente os espaços destinados à prática da componente letiva, mas também

terão de ser indicadas as áreas que permitam ministrar atividades de enriquecimento curricular. Deverão igualmente ser criadas as condições indispensáveis para melhorar o serviço de refeições ao 1º Ciclo do Ensino Básico.

- **Proposta 1**

A primeira proposta insere-se numa ótica de estratégia de desenvolvimento do concelho, sendo um compromisso assumido pelo Executivo Municipal. Apelando aos tempos de deslocação que as crianças de Almofala de Baixo, freguesia de Aguda, estarão sujeitas se tiverem de se deslocar para os equipamentos da sede concelhia, é vontade assumida do Executivo proceder à requalificação da mesma, para que possa ser dotada das valências necessárias às novas exigências pedagógicas.

Para além deste aspeto, a concentração dos alunos na sede concelhia pode ver-se inviabilizada, dado que os tempos de deslocação poderão ultrapassar os valores médios aceitáveis estipulados pelo Ministério da Educação, sobretudo no que concerne às áreas mais periféricas da freguesia.

1.ª Fase - Requalificação da EB existente		
EB	Número de salas de aula	Capacidade
EB de Almofala de Baixo - Aguda	2	50

Terão de ser contempladas as condições necessárias para que o equipamento funcione em regime normal e seja dotado das valências educativas complementares, fundamentais para o Plano de Enriquecimento Curricular fomentado pelo Ministério da Educação (refeitório, salas de informática, salas de música, biblioteca, espaços desportivos), pelo que é também objetivo da Autarquia apresentar um projeto para esse efeito, candidatando-o a financiamento no quadro comunitário – Portugal 2020.

- **Proposta 2**

A segunda proposta insere-se, também ela, numa ótica de estratégia de desenvolvimento do concelho, sendo um compromisso assumido pelo Executivo Municipal. Apelando aos tempos de deslocação que as crianças da freguesia de Arega estarão sujeitas se tiverem de se deslocar para os equipamentos da sede concelhia e tendo em linha de consideração percursos sinuosos, que oferecem alguma perigosidade para crianças de tão tenra idade, bem como o estado de conservação das estradas, é vontade assumida do Executivo proceder à requalificação da mesma, para que possa ser dotada das valências necessárias às novas exigências pedagógicas, bem como da reparação do pavimento, portas, janelas e sistema de aquecimento, sendo objetivo da Autarquia apresentar um projeto para esse efeito, candidatando-o a financiamento no quadro comunitário – Portugal 2020.

1.ª Fase - Requalificação da EB existente		
EB	Número de salas de aula	Capacidade
EB de Arega	2	50

- **Proposta 3**

A terceira e última proposta refere-se à capacidade disponível para o 1º Ciclo do Ensino Básico na sede concelhia. Atendendo ao facto de se perspetivar uma procura potencial inferior a 110 alunos, ao longo de todo o período, aliás em 2016/2017 perspetiva-se o maior número de alunos – 108 alunos, não se afigura necessário a construção de um novo equipamento de ensino. Dado que atualmente a EB José Malhoa já disponibiliza quatro salas para o 1º Ciclo do ensino básico, e verificando-se a possibilidade de reorganizar os espaços existentes na mesma, desocupando e reestruturando algumas salas, construindo uma sala de alunos e aplicando coberturas/telheiros em zonas mais desprotegidas, garantir-se-ão as condições necessárias ao funcionamento de todo o 1º Ciclo.

Perspetiva-se assim, a transferência de todos os alunos do 1º Ciclo para a Escola Básica José Malhoa, numa lógica de Escola Básica Integrada. Ficaria devoluta a atual EB de Figueiró dos Vinhos (4 salas), que poderia ser requalificada e funcionar como espaço de apoio ao desenvolvimento de atividades do 1º Ciclo, especificamente ao nível das atividades extracurriculares, música e artes.

---

#### 1.ª Fase – Requalificação/Adaptação da atual EB

EB	Número de salas de aula	Capacidade
EB José Malhoa (EB/2)	7	168

A área de influência da EB José Malhoa estender-se-ia à União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e Freguesia de Campelo.

Deverão contemplar-se as condições necessárias para que o equipamento seja dotado das valências educativas complementares, fundamentais para o Plano de Enriquecimento Curricular fomentado pelo Ministério da Educação (refeitório, salas de informática, salas de música, biblioteca, espaços desportivos).

#### c) Ensino Básico 2.º e 3º Ciclos

Nesta primeira fase de reordenamento da rede educativa não são apresentadas propostas sobre o 2.º e 3º Ciclos do Ensino Básico, pois as possíveis medidas a implementar reportam-se a longo prazo.

#### d) Ensino Secundário

O Ensino Secundário enquadra-se igualmente ao nível da segunda fase das propostas, pois as possíveis dimensões de intervenção localizam-se temporalmente no âmbito da segunda fase das propostas.

---

### 7.4.2 Implementação da configuração longo prazo (Fase II)

A segunda fase que agora se desenvolve, corresponde á eventual configuração da rede educativa do concelho de Figueiró dos Vinhos, caso se venha a verificar o encerramento de algum estabelecimento de ensino Pré-Escolar e/ou do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Deste modo, e baseando esta segunda fase de reorganização numa análise mais abrangente sobre a progressão da população escolar no concelho de Figueiró dos Vinhos, atendeu-se aos resultados das projeções e também à atual distribuição dos alunos pelos equipamentos.

### a) Educação Pré-Escolar

---

Reiterando nesta fase, o já referido na 1.ª fase de implementação da configuração da rede educativa do concelho de Figueiró dos Vinhos, no sentido do pressuposto subjacente ao planeamento de equipamentos que ministram a Educação Pré-Escolar se reger pelo critério de proximidade, e que a transferência dos alunos para outros equipamentos só se verificará se não existir alternativa, fatores como o eventual decréscimo da população, e as projeções que apontam para um decréscimo do número de alunos que, em média, se prevê em cerca de 22,1% em 2010/2022, poderá ditar o encerramento de alguns jardins-de-infância nomeadamente em Aguda e/ou Almofala de Baixo.

A possibilidade do encerramento dos equipamentos acima mencionados implicaria a deslocalização dos alunos para a sede concelhia.

### b) 1º Ciclo do Ensino Básico

---

Considerando a aprovação das propostas apresentadas na Fase I da implementação da configuração da rede educativa, e prevendo-se a sua implementação a curto/médio prazo, no sentido do cumprimento das exigências pedagógicas no 1º Ciclo do Ensino Básico já anteriormente referidas, nesta 2.ª Fase de reordenamento não são apresentadas propostas sobre o 1º Ciclo do Ensino Básico.

No entanto, caso se venha a verificar o decréscimo do número de alunos apontado pelas projeções (em média 22,1%), e se venha a verificar o encerramento de algumas escolas que ministram o 1.º ciclo do Ensino Básico, verificar-se-á a deslocalização dos alunos para a sede concelhia.

A verificar-se esta deslocalização, e considerando que após a fase I da implementação da configuração da rede educativa a escola Básica José Malhoa ficará com 7 salas de aula para o 1º Ciclo do Ensino Básico, poderá este número de salas vir a ser insuficiente para o número de alunos deste nível de ensino. Neste caso, e numa perspetiva de longo prazo, propõe-se que a escola EB José Malhoa ministre o 1º Ciclo do Ensino Básico, a todos os alunos da União de freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, freguesia de Campelo e, sendo o caso, aos alunos deslocalizados das restantes freguesias para a sede concelhia.

Neste contexto equacionar-se-á a aquisição do Edifício da Escola Básica José Malhoa pelo Município de Figueiró dos Vinhos, para posterior requalificação em Centro Escolar apresentando-se, para o efeito, uma candidatura ao novo quadro comunitário de apoio - Portugal 2020.

### c) Ensino Básico – 2.º e 3.º ciclos

---

A EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos é ainda um equipamento recente, recuperado, dotado de todas as valências que contribuem positivamente para o cumprimento das novas exigências pedagógicas, enquadradas, nestes anos mais recentes, nos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, ao nível do programa educativo e no que respeita às atividades extracurriculares.

As intervenções a ser equacionadas serão a reorganização dos espaços existentes na mesma, desocupando e reestruturando algumas salas, construção de uma sala de alunos e aplicação de coberturas/telheiros em zonas mais desprotegidas.

Num cenário de longo prazo, a verificar-se a necessidade de implementação da Fase II de reordenamento do 1º ciclo do Ensino Básico, que implicaria que neste equipamento se ministrasse apenas o 1º ciclo do Ensino Básico, e a verificar-se que a diminuição de alunos do 2º ciclo do Ensino Básico será, de acordo com as projeções, a mais ténue (-6,4%) propõe-se a transferência do 2º ciclo do Ensino Básico para a Escola Secundária com 3º ciclo do Ensino Básico.

O 3.º ciclo do Ensino Básico, a ser ministrado na Escola Secundária, é o que apresenta as taxas de retenção e desistência mais elevadas. Tal como já foi referido, a nível nacional, em 2012/2013, cerca de 19 em cada 100 crianças a frequentar este nível de ensino ficava retida (ou desistia). No concelho de Figueiró dos Vinhos, a taxa de retenção e desistência no 3.º CEB era, em 2012/2013 de 14,4%, valor inferior ao registado a nível nacional e com um decréscimo de cerca de 7% relativamente ao ano letivo anterior.

No seguimento do já mencionado no ponto 7.1 – Objetivos Estratégicos, para este nível de ensino deverá continuar a apostar-se na oferta de cursos vocacionais, bem como na promoção da utilização efetiva das novas tecnologias da informação e da comunicação e de uma sociedade de informação inclusiva; reforçando a educação para a cidadania; reforçando a componente cultural, artística e desportiva nos processos de aprendizagem e formação ao longo da vida; diversificando a oferta formativa ajustando-a às especificidades locais em termos de oferta/procura no mercado de trabalho.

#### d) Ensino Secundário

Considerando que, de acordo com as projeções efetuadas, o Ensino Secundário será um ciclo que apresentará a maior quebra na evolução da população escolar, que será na ordem dos -36,2%;

E considerando, ainda, que:

- O relatório da Inspeção-Geral da Educação e Ciência no âmbito da Avaliação Externa realizada ao Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos em 2011, o qual refere que: *“O Agrupamento debate-se com a diminuição demográfica progressiva de alunos, em particular nos cursos profissionais, em que à diminuição demográfica acresce a oferta de cursos por parte de outras instituições próximas.”*

- No concelho de Figueiró dos Vinhos, a taxa concelhia de retenção e desistência no Ensino Secundário atingiu os 12,9% no ano letivo de 2012/2013, situando-se, ainda assim, abaixo do valor registado a nível nacional de 18,8%, assinalando uma clara diminuição de - 25,7% desde o ano letivo de 2004/2005, tendo sido, também um dos concelhos que apresentou a menor taxa neste ano;

- Pese embora os dados apontados neste domínio apresentem uma evolução positiva, não deixa o concelho de Figueiró dos Vinhos de se enquadrar no relatório do Conselho Nacional de Educação, já atrás referido, que alerta para o facto de a retenção tornar os alunos mais propensos a nova retenção, à desmotivação, à indisciplina e ao abandono escolar, acentuando que os percursos de retenção se iniciam em níveis educativos muito precoces e se acentuam à medida que avança a escolaridade.

Urge implementar medidas estratégicas de intervenção na área da Educação que permitam inverter o sentido dos fatores de análise acima referenciados.

Neste contexto, para além das áreas de melhoria referenciadas no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos para o período de 2014/2017, aprovado em reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas em 10 de março de 2015: Promoção do Sucesso Escolar; Articulação Pedagógica; Educação para a Cidadania; Relação com a Comunidade (Comunicação Interna e Externa e Parcerias) e Autoavaliação e respetivas ações de melhoria, deverão as mesmas ser complementadas com as medidas estratégicas já referenciadas no ponto 7.1 – Objetivos Estratégicos.

## 7.5 NOVOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

---

As propostas apresentadas resultam de uma primeira fase de diagnóstico, onde foram aferidas as insuficiências e debilidades existentes em cada estabelecimento de ensino, cujos aspetos foram ponderados na sua formulação. Com o novo território educativo pretende-se colmatar algumas lacunas e proporcionar melhores condições ao nível das infraestruturas escolares. Princípios como a racionalização e rentabilização dos meios e recursos, a requalificação do parque escolar, a melhoria da oferta educativa e conseqüentemente a melhoria do serviço educativo prestado a toda comunidade foram basilares neste processo.

Com o reordenamento da rede escolar verificam-se algumas alterações que se traduzem numa nova configuração do território educativo.

Relativamente à Educação Pré-Escolar foi privilegiada a permanência em funcionamento de um estabelecimento em cada uma das freguesias, excetuando a freguesia de Campelo.

Em relação ao 1º Ciclo do Ensino Básico propõe-se o seguinte reordenamento da rede:

- manutenção e requalificação da EB de Almofala de Baixo, na freguesia de Aguda, cuja área de influência corresponde aos limites da própria freguesia;
- manutenção e requalificação da EB na freguesia de Arega, cuja área de influência corresponde aos limites da própria freguesia;
- um centro escolar, numa lógica de Escola Básica Integrada na sede concelhia que irá concentrar os alunos da União de freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e Freguesia de Campelo.

No que diz respeito aos estabelecimentos que ministram o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário, a sua área de influência estende-se a todo o concelho.

## 7.6 CRONOGRAMA

Este cronograma é meramente indicativo, ou seja, aponta datas que se consideram adequadas para alcançar a configuração final da rede educativa, todavia está dependente das decisões e aprovações do poder central, e da coordenação deste com o executivo municipal.

O atual ano letivo funciona como o momento de planeamento da nova configuração da rede educativa do concelho, correspondendo ao momento de elaboração do presente documento.

**TABELA N.º 70 - CRONOGRAMA**

Ano letivo 2014/2015 e 2015/2016	Ano letivo de 2016/2017	Ano letivo 2017/2018 e 2018/2019
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Revisão da Carta Educativa;</li> <li>➤ Homologação da Carta Educativa pelo ME;</li> <li>➤ Implementação da configuração da fase I do reordenamento da Rede Educativa ao nível da: Requalificação e beneficiação da EB de Arega; Adaptação da EB José Malhoa para todos os alunos do 1º Ciclo do EB da sede concelhia</li> <li>➤ Candidatura das intervenções preconizadas na Carta Educativa, ao Portugal 2020;</li> <li>➤ Elaboração dos projetos relativos à reorganização da rede.</li> <li>➤ Monitorização da Carta Educativa (final do ano letivo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Melhoria e intervenção nas instalações dos jardins-de-infância;</li> <li>➤ Requalificação e beneficiação da EB de Almofala de Baixo;</li> <li>➤ Construção de telheiro na EB José Malhoa;</li> <li>➤ Monitorização da Carta Educativa (final do ano letivo)</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Requalificação e beneficiação do JI de Figueiró dos Vinhos;</li> <li>➤ Aquisição da EB José Malhoa e requalificação em Centro Escolar;</li> <li>➤ Monitorização da Carta Educativa (final do ano letivo)</li> </ul>

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (edição própria), 2015.

## **CAPÍTULO VIII**

# **PLANO FINANCEIRO E PRIORIZAÇÃO**

---

## 8.1 PLANO FINANCEIRO

O plano financeiro que a seguir se apresenta enuncia a previsão de custos associados às intervenções designadas no capítulo anterior, por equipamento escolar e em referência à 1ª Fase de Reordenamento da Rede Educativa:

**TABELA N.º 71 - OBRA: ESCOLA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDIM-DE-INFÂNCIA DE ALMOFALA DE BAIXO**

Código	Descrição	Unid	Medição total	Estimativa orçamental	
				Preço unit.	Custo
<b>1</b>	Refeitório				
	Execução de refeitório para os alunos da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e do Jardim de Infância de Almofoala de baixo, incluindo remodelação das instalações sanitárias da Escola do 1º CEB	m²	75,24	620,00 €	46 650,35 €
<b>2</b>	Reparação do pavimento em soalho de madeira das salas de aulas da escola do 1º CEB com tapamento de fissuras, afagamento e pintura com verniz incolor	m²	98,00	50,00 €	4 900,00 €
<b>3</b>	Pintura gerais dos edifício interiores e exteriores dos edifícios da escola do 1º CEB e do Jardim de Infância	gl	1,00	800,00 €	800,00 €
<b>4</b>	Substituição da caixilharia existente em madeira, por caixilharia em PVC, com vidro duplo 5+16+6, na escola do 1º CEB	m²	22,57	350,00 €	7 900,20 €
<b>5</b>	Aplicação de sistema de aquecimento nas salas de aula, composto por:				
	Recuperador de calor a água com potência de 22 kW;	un	2,00	1 500,00 €	3 000,00 €
	Circulador monofásico;	un	2,00	200,00 €	400,00 €
	Termostato com sondas	un	2,00	55,00 €	110,00 €
	Vaso aberto inox de 30 l;	un	2,00	150,00 €	300,00 €
	Regulador de tiragem;	un	2,00	80,00 €	160,00 €
	Purgadores automático de ar;	un	4,00	25,00 €	100,00 €
	Tubagem isolada em aço inox;	gl	2,00	28,00 €	56,00 €
	Radiador com 12 elementos;	un	4,00	132,00 €	528,00 €
	Torneiras termostizáveis;	un	4,00	13,00 €	52,00 €
	Torneira de retorno	un	4,00	12,00 €	48,00 €
	Unões de compressão 15x1/2	un	4,00	2,00 €	8,00 €
	Suporte de radiadores	un	4,00	1,50 €	6,00 €
	Kit universal tampos para radiador	gl	4,00	8,00 €	32,00 €
	Tubagem de cobre	gl	2,00	700,00 €	1 400,00 €
	Caixote em pladur para envolvimento do recuperador	un	2,00	250,00 €	500,00 €
Montagem e ensaio dos equipamentos	gl	2,00	800,00 €	1 600,00 €	
<b>Total s/IVA</b>					<b>68 550,55 €</b>

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015.

**TABELA N.º 72 - OBRA: JARDIM-DE-INFÂNCIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS**

Código	Descrição	Unid	Medição total	Estimativa orçamental	
				Preço unit.	Custo
1	Fornecimento substituição da telha cobertura:				
	Telha tipo lusa	un	4500,00	0,38 €	1 710,00 €
	Cume	un	62,00	1,05 €	65,10 €
	Agueiro	un	248,00	0,29 €	71,92 €
	Remoção da telha existente e aplicação da nova telha	gl	1,00	1 500,00 €	1 500,00 €
2	Execução de edifício para arrecadação de lenha e para a instalação da caldeira	m²	12,00	250,00 €	3 000,00 €
3	Remodelação das instalações sanitárias no rés-do-chão e 1º andar, com substituição de loiças sanitárias, revestimentos de paredes e canalizações em aço inox.	m²	42,87	300,00 €	12 861,00€
4	Fornecimento e montagem de sistema de aquecimento composto por:				
	Caldeira a lenha com combustão por gaseificação, com potência útil de 100 kW da marca Solius, modelo EcoMax ou equivalente, incluindo chaminé e todos os acessórios, ligações hidráulicas à rede de aquecimento existente e trabalhos de construção civil necessários.	un	1,00	7 000,00 €	7 000,00 €
	Circulador monofásico;	un	1,00	1 500,00 €	1 500,00 €
	Termostato com sonda	un	1,00	200,00 €	200,00 €
	Vaso aberto inox de 50 l;	un	1,00	55,00 €	55,00 €
	Regulador de tiragem;	un	1,00	150,00 €	150,00 €
	Purgadores automáticos de ar;	un	14,00	80,00 €	1 120,00 €
	Tubagem isolada em aço inox;	gl	1,00	2 000,00 €	2 000,00 €
	Radiador com 12 elementos;	un	14,00	150,00 €	2 100,00 €
	Torneiras termostizáveis;	un	14,00	132,00 €	1 848,00 €
	Torneira de retorno	un	14,00	13,00 €	182,00 €
	União de compressão 15x1/2	un	14,00	12,00 €	168,00 €
	Suporte de radiadores	un	28,00	2,00 €	56,00 €
	Kit universal tampos para radiador	gl	14,00	1,50 €	21,00 €
	Montagem e ensaio dos equipamentos	gl	1,00	2 000,00 €	2 000,00 €
5	Construção de telheiro em estrutura e cobertura metálicas para proteção da entrada principal do edifício	m2	20,00	100,00 €	2 000,00 €
<b>Total s/IVA</b>					<b>39 608,02 €</b>

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015.

**TABELA N.º 73 - OBRA: ESCOLA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE AREGA**

Código	Descrição	Unid	Medição total	Estimativa orçamental	
				Preço unit.	Custo
1	Reparação do pavimento em soalho de madeira das salas de aulas com tapamento de fissuras, afagamento e pintura com verniz incolor	m²	185,82	50,00 €	9 291,00 €
2	Pintura gerais dos edificio interiores e exteriores dos edificios da escola do 1º CEB e do Jardim de Infância	gl	1,00	600,00 €	600,00 €
3	Substituição da caixilharia existente em madeira, por caixilharia em PVC, com vidro duplo 5+16+6, na escola do 1º CEB	m²	59,60	350,00 €	20 860,00 €
4	Aplicação de sistema de aquecimento nas salas de aulas da do com CEB, composto por:				
	Recuperador de calor a água com potência de 22 kW;	un	2,00	1 500,00 €	3 000,00 €
	Circulador monofásico;	un	2,00	200,00 €	400,00 €
	Termostato com sondas	un	2,00	55,00 €	110,00 €
	Vaso aberto inox de 30 l;	un	2,00	150,00 €	300,00 €
	Regulador de tiragem;	un	2,00	80,00 €	160,00 €
	Purgadores automático de ar;	un	4,00	25,00 €	100,00 €
	Tubagem isolada em aço inox;	gl	2,00	28,00 €	56,00 €
	Radiador com 12 elementos;	un	4,00	132,00 €	528,00 €
	Torneiras termotizáveis;	un	4,00	13,00 €	52,00 €
	Torneira de retorno	un	4,00	12,00 €	48,00 €
	União de compressão 15x1/2	un	4,00	2,00 €	8,00 €
	Suporte de radiadores	un	4,00	1,50 €	6,00 €
	Kit universal tampos para radiador	gl	4,00	8,00 €	32,00 €
	Tubagem de cobre	gl	2,00	700,00 €	1 400,00 €
Caixote em pladur para envolvimento do recuperador	un	2,00	250,00 €	500,00 €	
Montagem e ensaio dos equipamentos	gl	2,00	800,00 €	1 600,00 €	
5	Execução de parque infantil	m²	50,00	100,00 €	5 000,00 €
<b>Total s/IVA</b>					<b>44 051,00 €</b>

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015.

**TABELA N.º 74 - OBRA: EB JOSÉ MALHOA – FIGUEIRÓ DOS VINHOS**

Código	Descrição	Unid.	Medição total	Estimativa orçamental	
				Preço unit.	Custo
1	Execução de passadiço coberto com estrutura e cobertura metálicas, para servir a sala de alunos no Piso 1 do Bloco A	m2	212,45	200,00 €	42 490,00 €
2	Execução de telheiro com estrutura e cobertura metálica de proteção à entrada da Sala CAF do Piso 0 do Bloco A	m2	23,50	100,00 €	2 350,00 €
3	Construção de instalação sanitária para deficiente no Piso 0 do Bloco A	m2	24,50	800,00 €	19 600,00 €
4	Construção de instalação sanitária no Piso 0 do Bloco C	m2	10,00	700,00 €	7 000,00 €
5	Demolições de paredes interiores existentes	m2	56,81	20,00 €	1 136,10 €
6	Execução de paredes interiores simples de tijolo 30x20x11, com reboco e pinturas com duas demãos em ambas as faces	m2	57,46	50,00 €	2 872,98 €
7	Construção de sala de convívio para alunos no Piso 1 do Bloco A	m2	70,65	450,00 €	31 792,50 €
8	Construção de telheiro em estrutura e cobertura metálicas para proteção da portaria de entrada	m2	4,00	80,00 €	320,00 €
				<b>Total s/IVA</b>	<b>107 561,58 €</b>

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2015.

### 8.1.1 Priorização

A priorização traduz o cronograma das intervenções no que concerne à Educação Pré-escolar e ao 1º Ciclo do Ensino Básico.

Foram definidos diferentes níveis de priorização, ao nível das intervenções propostas e a respetiva calendarização para a prossecução das mesmas:

- Elevada;
- Média;
- Reduzida.

**TABELA N.º 75 – PRIORIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

Nível de ensino	Manutenção, remodelação e intervenção dos equipamentos			Calendarização (data de início da intervenção)
	Priorização			
Educação Pré-Escolar	Elevada	Média	Reduzida	
Jl de Almofala de Baixo		X		2016/2017
Jl de Arega		X		2016/2017
Jl de Figueiró dos Vinhos		X		2017/2018 e/ou 2018/2019
EB de Arega	X			2015/2016
EB de Almofala de Baixo		X		2016/2017
EB José Malhoa		X	X	2016/2017 e/ou 2018/2019

Fonte: Município de Figueiró dos Vinhos

## **CAPÍTULO IX**

# **PLANO DE MONITORIZAÇÃO**

---

## 9.1 MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO

---

A Carta Educativa de Figueiró dos Vinhos é um documento estratégico realizado para um período de vigência de sensivelmente 5 anos, no qual se pretende que sejam atingidos os objetivos delineados nas propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa e consequentemente nas medidas de intervenção. Todavia, enquanto instrumento de um processo de planeamento municipal, ao nível do reordenamento da rede escolar, este documento não se apresenta como algo estanque e definitivo. Afigura-se contrariamente ao disposto, como um processo inacabado e em constante atualização.

A monitorização é um procedimento que consiste no acompanhamento e controlo do processo de intervenção e consequentemente do reconhecimento de possíveis desvios, relativamente ao previsto, o que subentende a existência e manuseamento de um sistema de informação apropriado e em continuada revisão.

### 9.1.1 Processo de monitorização

---

Do ponto de vista da gestão de projetos, a monitorização consiste no acompanhamento das ações ou projetos planeados num dado momento, de modo que se possa verificar em que medida os objetivos, as estratégias, os tempos e os custos previstos no plano inicial estão a ser cumpridos.

A monitorização é assim uma forma de avaliação e pretende verificar se existem derrapagens em relação ao inicialmente planeado, mas também, identificar estratégias de melhoria para futuras intervenções, ou detetar novas necessidades surgidas a partir da execução das ações.

A Carta Educativa é um documento-projeto inacabado, e que necessita de adaptar-se à evolução da realidade educativa do concelho. A monitorização é a via de atuação que permite, precisamente, fazer essa adaptação, através da recolha de informação atualizada e do acompanhamento das ações: é um *“processo de continuidade imprescindível para a atualização do conhecimento da realidade educativo-social e um permanente ajustamento das propostas de intervenção às dinâmicas registadas”*<sup>97</sup>.

De acordo com o *Manual de Elaboração da Carta Educativa*, o processo de monitorização é composto por três fases, nomeadamente:

- a) *Recolha, organização e disponibilização da informação*: obtenção da informação junto dos vários intervenientes educativos, através de instrumentos e bases de dados próprios;
- b) *Modelos de transformação da informação em instrumentos de ação*, isto é, a informação recolhida deverá ser analisada e refletida, para que dela resultem conclusões e decisões de intervenção;
- c) *Avaliação dos resultados*: feita em dois sentidos - o primeiro é a avaliação das ações quanto ao seu grau de concretização e o segundo está relacionado com a formulação das próprias decisões/ações, fase em que se anotam problemas, necessidades ou ajustamentos, devendo ser definidos modos de colmatar os mesmos.

---

<sup>97</sup> In Manual para a Elaboração da Carta Educativa, nota prévia, 2000.

## a) Recursos

---

Um processo de monitorização terá necessariamente de contemplar recursos humanos e técnicos. Relativamente aos recursos humanos será fundamental a afetação de um técnico da Autarquia de Figueiró dos Vinhos, o qual deverá ser apoiado pelo Agrupamento de Escolas, assim como recorrerá a dados e demais informação disponibilizada pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro e pelo GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo), e eventualmente solicitará periodicamente estudos de enquadramento e informação estruturada.

Relativamente aos meios técnicos, deverão ser disponibilizados os meios necessários ao técnico responsável pela monitorização, de modo a que este tenha a possibilidade de informatizar todo o processo de monitorização. São inegáveis as vantagens da informatização da informação a recolher constantemente no decurso de todo o processo: redução dos tempos e custos na coleta e tratamento de informação, disponibilização dos resultados e rápido acesso e consulta aos mesmos.

## b) Dispositivo

---

O processo de monitorização deve ser centrado na Autarquia de modo a que seja este o organismo a agregar todos os elementos correlativos ao parque escolar e ao sistema educativo do concelho.

No seu conjunto, este dispositivo de monitorização deverá abordar as seguintes dimensões:

- Componente e cronogramas das diferentes fases do projeto e ações;
- Quantificação das metas globais de desempenho do sistema educativo e da rede escolar e sua evolução no tempo;
- Identificação de desvios de trajetórias que possam comprometer o alcance das metas ou que sugiram a alteração dos objetivos e reformulação do projeto da Carta Educativa.

A monitorização deve ter, no mínimo, uma base anual que incorpore o próprio processo de planeamento de cada ano letivo.

## c) Componentes

---

No que respeita aos componentes a considerar e que poderão ser fornecidos pelos departamentos do Ministério da Educação, nomeadamente a DGEstE e o GIASE e complementados pelo Agrupamento de Escolas, a título de enquadramento da evolução da situação, em termos educativos, do concelho de Figueiró dos Vinhos, indicam-se os seguintes:

- Taxa de escolarização e de Pré-Escolarização;
- Taxa de abandono, saída antecipada e precoce;
- Número de alunos por escola/jardim-de-infância e número de alunos por ano/ciclo de ensino;
- Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino;

- População em idade escolar, contextualizada em idade de frequentar cada nível de ensino, e desagregada à escala de freguesia;
- Estado de conservação dos edifícios.

O presente documento integrou informação relevante durante a realização da fase de caracterização/diagnóstico, mas que se restringe a um ano de análise específico. Como compreensível, e dado o teor de um processo de monitorização, deverá proceder-se à atualização anual destes dados, os quais devem ser avaliados e validados pelos organismos tutelados pelo Ministério da Educação (DGE e GIASE), complementarmente aos técnicos responsáveis pelo processo de monitorização da Carta Educativa. Relativamente a esta consideração, apresentamos alguns aspetos que julgamos cruciais para o desenvolvimento de todo o procedimento:

- Procura de educação e ensino (últimos 5 anos):

a) Evolução do número de alunos a frequentar a Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário;

b) Ação social escolar (bolsas de estudo, refeições e transportes escolares, com especial realce pela necessidade futura de quantificação dos percursos, nomeadamente circuitos especiais, bem como a evolução do número total de alunos a transportar);

- Recursos Físicos:

a) Evolução da população escolar e taxas de ocupação, por estabelecimento de ensino (JI, 1º, 2º, 3º ciclos e Secundário);

b) Quantificação do número total de alunos a frequentar currículos alternativos ao nível do Ensino Básico e especificação desses cursos; avaliação da empregabilidade/absorção no mercado de trabalho local;

c) Rede de educação especial – crianças/alunos com deficiência, e sua distribuição pelos graus de ensino, e também o número total de docentes do ensino especial;

d) Caracterização dos equipamentos que constituem o parque escolar (capacidade disponível, *versus* necessidades de procura de educação efetiva; estado de conservação; equipamentos de apoio);

e) Avaliar o cumprimento dos requisitos de segurança previstos em cada estabelecimento de ensino;

- Informação cartográfica:

A utilização de uma base cartográfica do município atualizada permite otimizar o processo de monitorização da Carta Educativa, propiciando a sua articulação com outras figuras de planeamento estratégico como o PDM. Deste modo, existem ferramentas úteis e que estão à disposição do município:

- A BGRI 2011 (Base Geográfica de Referenciação da Informação, 2011 - INE);
- Localização do edificado, com especial realce sobre os equipamentos da rede educativa e respetiva tipologia;
- Localização de outros equipamentos coletivos complementares aos estabelecimentos de ensino;
- Rede de transportes escolares;
- Hierarquização dos aglomerados do território concelhio;

- Acessibilidades e transportes, dinâmicas e estratégias de desenvolvimento e ordenamento;
- Recenseamento Escolar Anual.

#### d) Instrumentos

---

A definição e preparação de instrumentos de recolha é um elemento fundamental na programação/planificação dos trabalhos, sendo que para o efeito deverão ser selecionados os instrumentos mais apropriados, em prol da lacuna de informação e do reconhecimento dos princípios basilares, neste processo. Assim, destacam-se os seguintes instrumentos:

- Entrevistas, recorrendo a guiões elaborados de antemão, onde deverá ser explorada a componente qualitativa, incidindo sobre as várias dimensões de análise;
- Fichas de sistematização física dos estabelecimentos de ensino, as quais poderão funcionar como quadro síntese específico e inerente a cada um dos equipamentos, presentes no parque escolar do concelho, com as necessárias atualizações;
- Questionários que abranjam a componente qualitativa e quantitativa, de forma a serem aplicados aos diferentes níveis de ensino e estabelecimentos;
- Relatórios de Avaliação Externa.

Realça-se, neste âmbito, a necessária articulação entre os diferentes organismos presentes na Autarquia, estreitando a colaboração entre os vários departamentos.

#### e) Responsabilidades

---

No que diz respeito às responsabilidades a assumir no decorrer deste procedimento de monitorização, e tal como referido nas várias alíneas que o integram, todo o processo deve ser centrado na Autarquia, no qual se estreitam relações de colaboração entre os vários departamentos presentes.

Não obstante, a atualização anual dos dados deve ser avaliada e validada pelos organismos tutelados pelo Ministério da Educação (DGE e GIASE), complementarmente ao trabalho desenvolvido pelos técnicos responsáveis pelo processo de monitorização.

#### f) Dispositivos de alerta

---

Os dispositivos de alerta dizem respeito a qualquer desvio de trajetória, ou seja, qualquer alteração face ao previsto, que possa comprometer o alcance dos objetivos e que induza à reformulação do projeto da Carta Educativa.

Neste sentido, o técnico responsável por todo o processo de monitorização deve comunicar tais desvios ao Presidente da Câmara Municipal ou ao Vereador com competência delegada, de modo a solucionar e reorientar todo o processo.

De forma a complementar e discutir posteriores decisões poderá ser convocado o Conselho Municipal de Educação, o qual responderá às conseqüentes modificações a integrar todo o processo.

## **BIBLIOGRAFIA**

---

- ABRANTES, P.** (2009), Perder-se e Encontrar-se à Entrada da Escola: Transições e Desigualdades na Educação Básica, In Sociologia, Problemas e Práticas, 60, p. 33-52.
- AEFV**, Projeto Curricular do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos – Caminhos para o Sucesso Escolar, 2011-2014.
- ÁLVARES, Maria et al.** (2014), Combate ao Abandono Escolar Precoce: Políticas e Práticas – Relatório Final do Projeto, Lisboa: ISCTE – IUL.
- CAPUCHA, Luis et al.** (2009), Mais Escolaridade – Realidade e Ambição. Estudo preparatório do alargamento da escolaridade obrigatória, Lisboa: ANQ.
- CARRILHO, Maria José** (1997), As Projeções Demográficas: aplicação e métodos, in Cadernos Regionais n.º Abril de 1997, Direção Regional do Centro, INE, Lisboa.
- CARVALHO, Alda de Caetano**, (2010), Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a privação material em Portugal, 2010, INE, IP.
- CIMRL** (2014), Rede Educativa – Dados Síntese, Set. 2014, Leiria: Autor.
- DGEEC-MEC** (2014), Estatísticas da Educação 2012/2013. Lisboa: Autor.
- DGEEC-MEC** (2014), Regiões em Números 2012/2013, Volume II - Centro. Lisboa: Autor.
- DGEEC-MEC** (2013), A Educação em Números Portugal 2013. Lisboa: Autor.
- DGIDC** (2011), Educação Inclusiva e Educação Especial. Indicadores-chave para o desenvolvimento das escolas: um guia para diretores, Lisboa: Autor.
- GEPE-ME/ INE, I.P.** (2009), 50 Anos de Estatísticas da Educação, Volume III, Lisboa: Autor.
- FERREIRA, Antonieta Lima et al.** (2015), Retenção Escolar nos Ensinos Básico e Secundário – Relatório Técnico, Conselho Nacional de Educação, Fev. 2015, Lisboa.
- IGE – DRC**, (2011) – Avaliação Externa das Escolas – Relatório, Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, 2011.
- INE** (Instituto Nacional de Estatística), Censos, vários anos.
- INE** (Instituto Nacional de Estatística), Anuário Estatístico da Região Centro, vários anos.
- INE** (Instituto Nacional de Estatística), Projeções da População Residente – 2012-2060, Mar. 2014.
- INE** (Instituto Nacional de Estatística), Projeções da População Residente – Documento Metodológico, Versão 2.0, Out. 2014.
- JUSTINO, David et al** (2014), Atlas da Educação. Portugal 1991-2001-2011, Lisboa: CESNOVA/EPIS/FCSH-UNL.
- JUSTINO, David** (Dir.) (2013), Estado da Educação 2013, Conselho Nacional de Educação, 2014, Lisboa.
- LEMOS, Valter**, (2013), Políticas Públicas de Educação - Equidade e Sucesso Escolar, In Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 73, 2013, pp. 151-169.

**LOPES**, Pedro Miguel David dos Santos, **Cartas Educativas: Participação e Autonomia dos Municípios na Educação. Estudo de Caso**, dissertação apresentada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação Área de Especialização em Administração Educacional, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Braga, 2011.

**MARTINS**, Édio; Oliveira, Beatriz; Coragem, Carmo (2000), **Manual para Elaboração da Carta Educativa**, Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.

**NAZARETH**, J. Manuel, (2007), **Demografia e a Ciência da População**, Fundamentos, 2007, Lisboa.

**NOGUEIRA**, Maria Alice, (2005), **A relação Família-Escola na Contemporaneidade: Fenómeno social/interrogações Sociológicas**, In "Análise Social", Vol. XL, n.º 176, 2005, pp. 563-578, ICS-UL.

**PIRES**, R. (coord.), (2014), **Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014**, Lisboa: Observatório da Emigração

**FIELD**, Simon, et al, (2007), **No More Failures – Tem Steps to Equity in Education**, Education and Training Policy, OCDE Publishing.

## WEBGRAFIA

---

<http://datacentro.ccdrc.pt>

<http://observatorio.nerlei.pt/>

<http://www.aefv.edu.pt>

<http://www.cimregiaodeleiria.pt/>

<http://www.cm-figueirodosvinhos.pt>

<http://www.cnedu.pt/>

<http://www.datajuris.pt>

<http://www.dge.mec.pt/>

<http://www.dgeec.mec.pt/>

<http://www.ine.pt>

<http://www.oecd.org>

<http://www.pordata.pt/>